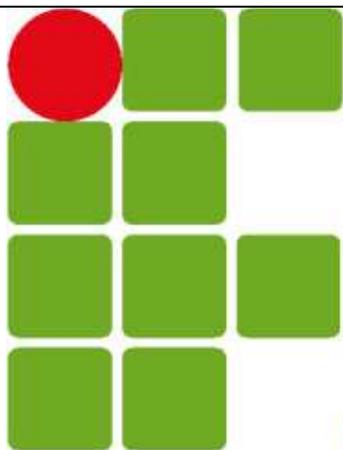




**Plano Estratégico de Atuação do Instituto Federal de  
Goiás no Desenvolvimento Regional/Local  
2010-2014**

Ref.: Fevereiro/2010



**OBSERVATÓRIO REGIONAL - CENTRO-OESTE**

# **SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**Observatório do Mundo do Trabalho e da Educação Profissional e Tecnológica – Região Centro-Oeste**

Equipe Técnica Executiva:

Walmir Barbosa - Pesquisador Gestor

Eliézer Marques Faria - Pesquisador Orientador

Geraldo Coelho de Oliveira Júnior - Técnico em Assuntos Educacionais

Kepler Benchimol Ferreira - Assistente em Administração

Jakeline Cerqueira de Moraes - Aluna Bolsista – Observatório

Maxmillian Lopes da Silva - Aluno Bolsista – Observatório

Raisa Turcato de Oliveira - Aluna Bolsista – IFG

Douglas Souza de Jesus – Aluno Bolsista – IFG

Núcleo de Base:

Joaquim Francisco Martins - Itumbiara

Leonardo Magalhães de Castro - Itumbiara

Aladir Ferreira da Silva Júnior - Jataí

Sérgio Henrique de Almeida - Jataí

Renato Araújo - Inhumas

Revisão:

Rosane Alverga de Sá

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
1. INTRODUÇÃO.....	8
1.1. Conceitos Básicos.....	8
1.2. Metodologia.....	9
1.2.1. Metodologia de Articulação com a Sociedade.....	11
1.2.2. Procedimentos Metodológicos.....	11
1.2.2.1. Diagnóstico.....	11
1.2.2.2. Definição das Potencialidades, Limitações e Problemas Regionais.....	12
1.2.2.3. Definição dos Objetivos Estratégicos.....	13
1.2.2.4. Definição da Estratégia de Desenvolvimento Regional/Local.....	14
1.2.2.5. A Elaboração de Planos e Projetos de Intervenção.....	15
2. CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS E O PROCESSO HISTÓRICO DA REGIÃO CENTRO-OESTE E DE GOIÁS.....	17
2.1. Região Centro-Oeste e seus Ecossistemas.....	17
2.2. Dados Históricos da Região Centro-Oeste e de Goiás.....	20
2.2.1. A Região Centro-Oeste.....	20
2.2.2. O Estado de Goiás.....	21
3. ASPECTOS DA ATUAL ECONOMIA BRASILEIRA E GOIANA.....	24
3.1. A Economia Brasileira Contemporânea.....	24
3.1.1. Modelo Liberal Periférico e Políticas Sociais.....	26
3.1.2. Perspectivas e Cenários Futuros de Instabilidade.....	27
3.2. A Economia Goiana.....	28
3.2.1. Agroindústria.....	30
3.2.2. Mineração.....	31
3.2.3. Polo Farmoquímico.....	31
3.2.4. Turismo.....	32
3.2.5. Ferrovia Norte-Sul.....	32
3.2.6. Porto Seco.....	33
3.2.7. Ramal de Gasoduto.....	34
4. CARACTERIZAÇÃO PANORÂMICA DO ESTADO DE GOIÁS POR MESORREGIÕES.....	36
4.1. Aspectos Regionais.....	36
4.2. Aspectos Demográficos.....	38
4.3. Aspectos Sociais.....	39
4.4. Aspectos Econômicos.....	43
4.4.1. Evolução do Emprego nos Grandes Setores de Atividade Econômica nas Mesorregiões do Estado de Goiás.....	45
4.4.2. Grau de Escolaridade dos Trabalhadores Sob Contrato Formal de Trabalho nas Mesorregiões do Estado de Goiás.....	51
4.4.3. Faixa Salarial dos Trabalhadores Sob Contrato Formal de Trabalho nas Mesorregiões do Estado de Goiás.....	54
5. POTENCIALIDADES E ESTRANGULAMENTOS DO CENTRO-OESTE, INCLUINDO O ESTADO DE GOIÁS.....	56
5.1. As Principais Potencialidades/Vocações.....	56
5.1.1. Recursos Naturais Abundantes e Grande Biodiversidade.....	56
5.1.2. Grande Manancial de Recursos Hídricos.....	57
5.1.3. Capacidade Empreendedora e Inovadora do Empresariado Regional.....	57
5.1.4. Existência de uma Base Produtiva Agropecuária Moderna e Competitiva.....	58

5.1.5. Mercado Interno em Expansão .....	58
5.1.6. Nível de Escolaridade da População .....	59
5.1.7. Inovação Tecnológica.....	59
5.1.8. Posição Estratégica da Região e de Goiás no Contexto Sul-Americano.....	60
5.2. Os Principais Estrangulamentos/Problemas .....	60
5.2.1. Vulnerabilidade da Economia .....	60
5.2.2. Limitado Resultado Social Decorrente do Dinamismo da Economia.....	60
5.2.3. Deficiência na Qualificação da Mão-de-Obra.....	61
5.2.4. Degradação dos Ecossistemas Regionais .....	61
5.2.5. Desarticulação do Sistema Logístico e Gargalos na Infraestrutura de Transportes .....	62
5.2.6. Limitada Identidade Cultural e Política.....	63
5.2.7. Baixa Diversificação Produtiva e de Adensamento de Cadeias Produtivas.....	63
5.2.8. Economia Informal e ‘Economia da Contravenção’ .....	64
5.2.9. Desigualdade SocioEconômica Intra-Regional.....	64
5.2.10. Desarticulação da Rede de Cidades.....	65
5.2.11. Política e Demanda por um Crescimento Social Equilibrado .....	66
6. GESTÃO ESTRATÉGICA DOS CAMPI DO IFG.....	68
6.1. Gestão Estratégica do Desenvolvimento Regional e Local no Município de Formosa e sua Região de Influência Imediata.....	68
6.1.1. Caracterização do Município e da sua Região de Influência Imediata.....	68
6.1.1.1. Aspectos Naturais .....	70
6.1.1.2. Aspectos Demográficos.....	71
6.1.1.3. Aspectos Econômicos.....	74
6.1.1.4. Aspectos Sócio-Culturais.....	81
6.1.1.4.1. Aspectos Educacionais .....	81
6.1.1.4.2. Aspectos Sociais .....	83
6.1.2. Identificação da Matriz de Potencialidades, Limitações e Problemas.....	85
6.1.3. Identificação de Problemas Centrais .....	92
6.1.5. Estabelecimento de Estratégias, Ações, Instituições, Atores Sociais Envolvidos e Período de Execução .....	95
6.1.6. Conclusão: Desafios e Encaminhamentos.....	97
6.2. Gestão Estratégica do Desenvolvimento Regional e Local no Município de Itumbiara e sua Região de Influência Imediata.....	99
6.2.1. Caracterização do Município de Itumbiara e da sua Região de Influência Imediata .....	99
6.2.1.1. Aspectos Naturais .....	101
6.2.1.2. Aspectos Demográficos.....	102
6.2.1.3. Aspectos Econômicos.....	104
6.2.1.4. Aspectos Sócio-Culturais .....	107
6.2.1.4.1. Aspectos Educacionais .....	108
6.2.1.4.2. Aspectos Sociais .....	112
6.2.2. Identificação da Matriz de Potencialidades, Limitações e Problemas: .....	112
6.2.3. Identificação de Problemas Centrais .....	116
6.2.4. Identificação dos Objetivos Centrais da Instituição .....	117
6.2.5. Estabelecimento de Estratégias, Ações, Instituições, Atores Sociais Envolvidos e Período de Execução .....	117
6.2.6. Conclusão: Desafios e Encaminhamentos.....	117
6.3. Gestão Estratégica do Desenvolvimento Regional e Local no Município de Uruaçu e sua Região de Influência Imediata.....	118

6.3.1. Caracterização do Município de Uruaçu, da Região de Influência Imediata e dos Municípios de Goianésia e de Barro Alto .....	118
6.3.1.1. Município de Uruaçu e Região de Influência.....	122
6.3.1.1.1. Aspectos Naturais .....	122
6.3.1.1.2. Aspectos Demográficos.....	123
6.3.1.1.3. Aspectos Econômicos.....	126
6.3.1.1.4. Aspectos Sócio-Culturais .....	128
6.3.1.1.4.1. Aspectos Educacionais .....	128
6.3.1.1.4.2. Aspectos Sociais .....	131
6.3.1.2. Municípios de Goianésia e de Barro Alto.....	132
6.3.1.2.1. Aspectos Naturais .....	132
6.3.1.2.2. Aspectos Demográficos.....	132
6.3.1.2.3. Aspectos Econômicos.....	134
6.3.1.2.4. Aspectos Sócio-Culturais .....	135
6.3.2. Identificação da Matriz de Potencialidades, Limitações e Problemas: .....	136
6.3.3. Identificação de Problemas Centrais .....	139
6.3.4. Identificação dos Objetivos Centrais da Instituição .....	139
6.3.5. Estabelecimento de Estratégias, Ações, Instituições, Atores Sociais Envolvidos e Período de Execução.....	140
6.3.6. Conclusão: Desafios e Encaminhamentos.....	140
6.4. Gestão Estratégica do Desenvolvimento Regional e Local no Município de Luziânia e sua Região de Influência Imediata e Mediata.....	141
6.4.1. Caracterização do Município de Luziânia e da Região de Influência Imediata ...	141
6.4.1.1. Aspectos Gerais dos Municípios de Luziânia, Valparaíso, Cidade Ocidental, Cristalina e Santa Maria (DF).....	141
6.4.1.1.1. Aspectos Gerais do Município de Luziânia.....	141
6.4.1.1.2. Aspectos Gerais do Município de Valparaíso .....	142
6.4.1.1.3. Aspectos Gerais do Município de Cidade Ocidental.....	143
6.4.1.1.4. Aspectos Gerais do Município de Cristalina .....	144
6.4.1.1.5. Aspectos Gerais de Santa Maria (DF) .....	144
6.4.1.2. Caracterização do Município de Luziânia e da sua Região de Influência Imediata .....	145
6.4.1.2.1. Aspectos Naturais .....	145
6.4.1.2.2. Aspectos Demográficos.....	145
6.4.1.2.3. Aspectos Econômicos dos Municípios de Luziânia, Valparaíso, Cidade Ocidental e Cristalina .....	148
6.4.1.2.3.1. Aspectos Econômicos do Município de Luziânia .....	148
6.4.1.2.3.2. Aspectos Econômicos do Município de Valparaíso .....	153
6.4.1.2.3.3. Aspectos Econômicos do Município de Cidade Ocidental .....	157
6.4.1.2.3.4. Aspectos Econômicos do Município de Cristalina.....	161
6.4.1.2.3.5. Desempenho Econômico do Município de Luziânia e da sua Região de Influência Imediata .....	164
6.4.1.2.4. Aspectos Sócio-Culturais.....	168
6.4.1.2.4.1. Aspectos Educacionais .....	168
6.4.1.2.4.2. Aspectos Sociais .....	170
6.4.2. Identificação da Matriz de Potencialidades, Limitações e Problemas.....	171
6.4.3. Identificação de Problemas Centrais .....	172
6.4.4. Identificação dos Objetivos Centrais da Instituição .....	173
6.4.5. Estabelecimento de Estratégias, Ações, Instituições, Atores sociais Envolvidos e Período de Execução .....	173

6.4.6. Conclusão: Desafios e Encaminhamentos .....	174
6.5. Gestão Estratégica do Desenvolvimento Regional e Local no Município de Anápolis e sua Região de Influência Imediata.....	174
6.5.1. Caracterização do Município de Anápolis e da sua Região de Influência Imediata .....	174
6.5.1.1. O Município de Anápolis e a Microrregião Anápolis .....	174
6.5.1.1.1. Aspectos Naturais .....	175
6.5.1.1.2. Aspectos Demográficos .....	175
6.5.1.1.3. Aspectos Econômicos.....	178
6.5.1.1.4. Aspectos Sócio-Culturais .....	191
6.5.2. Identificação da Matriz de Potencialidades, Limitações e Problemas.....	194
6.5.3. Identificação dos Problemas Centrais.....	195
6.5.4. Identificação dos Objetivos Centrais da Instituição .....	196
6.5.5. Estabelecimento de Estratégias, Ações, Instituições, Atores Sociais Envolvidos e Período de Execução .....	196
6.5.6. Conclusão: Desafios e Encaminhamentos .....	196
6.6. Gestão Estratégica do Desenvolvimento Regional e Local no Município de Jataí e sua Região de Influência Imediata.....	197
6.6.1. Caracterização do Município e da sua Região de Influência Imediata.....	197
6.6.1.1. Aspectos Naturais .....	198
6.6.1.2. Aspectos Demográficos .....	198
6.6.1.3. Aspectos Econômicos.....	201
6.6.1.4. Aspectos Sócio-Culturais .....	206
6.6.1.4.1. Aspectos Educacionais .....	206
6.6.1.4.2. Aspectos Sociais .....	209
6.6.2. Identificação da Matriz de Potencialidades, Limitações e Problemas.....	209
6.6.3. Identificação dos Problemas Centrais.....	211
6.6.4. Identificação dos Objetivos Centrais da Instituição .....	211
6.6.5. Estabelecimento de Estratégias, Ações, Instituições, Atores Sociais Envolvidos e Período de Execução .....	211
6.6.6. Conclusão: Desafios e Encaminhamentos .....	212
7. MODELO DE GESTÃO .....	213
7.1. Diretrizes Gerais .....	213
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	214

## APRESENTAÇÃO

O Plano Estratégico de Atuação do IFG no Desenvolvimento Regional/Local de Goiás (2010-2014) procura orientar e organizar as iniciativas e ações da Instituição, tendo em vista inseri-la no desenvolvimento regional/local do Estado de Goiás. A perspectiva é que ele se constitua, de fato, em um referencial para a inserção da Instituição na sociedade regional/local, contribuindo para o desenvolvimento da mesma.

A elaboração do texto preliminar do Plano Estratégico de Atuação do IFG no Desenvolvimento Regional/Local de Goiás (2010-2014) foi uma iniciativa do Observatório do Mundo do Trabalho e da EPT – Região Centro-Oeste, mas também envolvendo diretamente a Reitoria, os pró-reitores e os diretores dos campi da Instituição. O método e o processo participativo que redundou no texto preliminar do referido Plano devem ser confirmados por meio da mobilização e envolvimento dos segmentos internos e externos da Instituição na sua conclusão e implementação, do contrário ele se reduzirá a um mero documento institucional que apenas evidencia um compromisso formal da Instituição com a sociedade regional e suas comunidades locais. Portanto, ele deve ser concebido como uma referência estratégica para os agentes e atores da Instituição, tendo em vista a mobilização dos agentes e atores sociais da sociedade regional na qual ela se insere.

O efetivo encaminhamento do Plano Estratégico de Atuação do IFG no Desenvolvimento Regional/Local de Goiás (2010-2014) depende da sua capacidade de refletir e expressar as demandas da sociedade e de estabelecer as grandes convergências entre a Instituição e os atores sociais em torno das prioridades regional / locais.

O IFG, por meio do Plano Estratégico de Atuação do IFG no Desenvolvimento Regional/Local de Goiás (2010-2014), procura consolidar o seu papel como instituição pública capaz de concorrer para um desenvolvimento que alie o tripé sociedade, economia e meio ambiente, no Estado de Goiás. Estado que convive com um momento impar da sua história, em que se torna, crescentemente, um “nó” importante na rede urbana brasileira em função da sua posição geográfica estratégica, bem como na produção e redistribuição de produtos agropecuários e no equilíbrio macroeconômico do país, em especial por sua importância na geração de superávits nas balanças comercial e de pagamento. Entretanto, devem-se pensar modelos de produção que permitam redistribuição de renda, agregação de valor aos produtos *in natura* e/ou pré-manufaturados, diversificação da produção e sustentação ambiental.

# 1. INTRODUÇÃO

O Centro-Oeste destaca-se, nas últimas décadas, como uma das regiões mais dinâmicas do Brasil ao concentrar uma expansão acelerada nas atividades agropecuárias e na agroindústria e ao responder por parcela crescente das exportações nacionais. A expansão da fronteira agrícola e importantes avanços tecnológicos permitiram o crescimento da moderna agropecuária, com destaque para os grãos e a pecuária bovina.

A concentração do dinamismo regional no agronegócio<sup>1</sup>, na agroindústria e nas exportações, todavia, gera vulnerabilidade relativa da economia, com modesta irradiação nos demais setores econômicos regionais. O excepcional desempenho da economia regional, nas últimas décadas, por outro lado, não se expressa com a mesma intensidade na elevação da oferta de empregos, das condições de vida e nos indicadores sociais do Centro-Oeste, embora tenham melhorado continuamente e, via de regra, muitos deles estejam acima da média nacional.

Outro aspecto marcante é que o acelerado crescimento da economia do Centro-Oeste está provocando fortes impactos ambientais nos ecossistemas regionais, degradando estes que são as principais riquezas da Região. Esta degradação pode comprometer as próprias bases do atual desenvolvimento do Centro-Oeste em um futuro não muito distante, quais sejam as atividades agropecuárias e os complexos agroindustriais.

A atuação do IFG no desenvolvimento regional/local demanda um plano estratégico de intervenção que seja capaz de otimizar potencialidades/vocações e enfrentar estrangulamentos/problemas regionais, promover melhorias sociais e conservar o meio ambiente. Portanto, vislumbra-se como perspectiva futura ao IFG a necessidade de criar projetos em parcerias com ONG(s), instituições de ensino nacionais e estrangeiras e governos federal, estadual e municipais, entre outros atores sociais e institucionais.

## 1.1. Conceitos Básicos

O Plano Estratégico de Atuação do IFG no Desenvolvimento Regional/Local de Goiás (2010-2014) adota como referencial o conceito de desenvolvimento regional sustentável,

---

<sup>1</sup> As exportações brasileiras para a União Europeia (UE) mostraram fôlego expressivo em 2007, impulsionadas pela forte demanda por *commodities* por parte dos países do bloco e pela relativa estabilidade do real em relação ao euro. No primeiro semestre, as vendas externas para a UE aumentaram 32,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo US\$ 18,2 bilhões, o equivalente a um quarto das vendas externas do país no período. Nos anos de 2008 e de 2009 o destaque coube à China, que se converteu no maior importador brasileiro. Empresas brasileiras veem nesses mercados uma forma de compensar perdas acarretadas pelas exportações dirigidas aos Estados Unidos, no contexto do dólar “fraco” em relação ao real. Na Região Centro-Oeste, soja, carnes e minérios são alguns dos principais produtos que integram os produtos brasileiros exportados (WWW.ABINT.ORG.BR).

entendido como o processo de mudança que articula o desenvolvimento da estrutura produtiva da economia, a elevação da qualidade de vida da população e a conservação ambiental. As prioridades de desenvolvimento devem ser capazes de administrar os avanços em cada uma dessas dimensões, contornando os conflitos e tensões entre a economia, a sociedade e o meio ambiente.

Planejar é, antes de tudo, tomar decisões sobre as alternativas de ações para promover o futuro desejado. É um processo organizado e tecnicamente fundamentado de escolhas, resultado de uma reflexão estruturada com conhecimento e análise técnica, de modo a analisar e interpretar o processo de evolução recente, as perspectivas e os impactos diferenciados das escolhas realizadas, para assegurar os resultados esperados.

Como toda decisão, o planejamento é um processo político que articula, negocia e pactua interesses diferenciados da sociedade, faz escolhas coletivas que refletem conflitos e convergências dos atores sociais envolvidos. É, ao mesmo tempo, técnico e político, faz escolhas e define caminhos e iniciativas com base no conhecimento e na análise.

Para dar conta da diversidade de interesses presentes na sociedade e assegurar a base política da implementação do Plano Estratégico de Atuação do IFG no Desenvolvimento Regional/Local de Goiás (2010-2014), o processo de planejamento deve ser participativo, de modo a envolver os grupos e segmentos sociais, sob influência do IFG. O Plano poderá contribuir com aportes aos projetos macroestratégicos concebidos por gestores públicos, de modo a compartilhar responsabilidades na implementação de políticas públicas, tendo em vista a superação de contradições sociais presentes na sociedade goiana e brasileira.

## **1.2. Metodologia**

A implementação do Plano Estratégico de Atuação do IFG no Desenvolvimento Regional/Local de Goiás (2010-2014) estará sob a coordenação e responsabilidade da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional. Ela deverá instituir, juntamente com os diretores e os segmentos internos de cada campus, um grupo de trabalho em cada campus voltado para a sistematização dos diagnósticos e das ações que serão implementadas no processo de inserção do IFG no desenvolvimento regional. O coordenador de cada grupo de trabalho deverá compor uma coordenação geral, presidida pelo Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional, com as atribuições de coordenar, controlar e sistematizar a conclusão do ‘texto preliminar’ do Plano Estratégico de Atuação do IFG no Desenvolvimento Regional/Local de Goiás (2010-2014), o processo de apreciação do mesmo pelos segmentos internos e externos da Instituição e o encerramento da sua construção. A coordenação e o controle do processo de

implementação do Plano, bem como o estabelecimento da arquitetura e dos arranjos institucionais demandados pelo referido processo estarão sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.

O Observatório do Mundo do Trabalho e da EPT deverá, quando solicitado, subsidiar a Reitoria, a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e a Coordenação Geral com a disponibilização de dados, informações e análises e o desenvolvimento e/ou repasse de metodologia.

A metodologia de trabalho utilizada incorpora os conceitos de desenvolvimento e de planejamento participativo retro apresentado. Ao adotar como referência o desenvolvimento sustentável, a metodologia procura articular as múltiplas dimensões que envolvem o conceito, especialmente, a social, a econômica e a ambiental. A perspectiva de desenvolvimento sustentável demanda, por outro lado, adotar o planejamento estratégico participativo, com visão de médio e de longo prazo, centrado nos fatores estruturantes da realidade e capaz de ser direcionado para medidas e ações que permitam promover uma reorganização de estruturas sociais, econômicas e ambientais.

A metodologia define, por outro lado, uma sistemática de participação e envolvimento da sociedade regional na análise da situação e, principalmente, na formulação dos vetores e prioridades estratégicas. O processo de trabalho procura articular o esforço técnico de análise do conhecimento acumulado sobre a região com momentos importantes de consulta à sociedade e discussão das prioridades, de modo a complementar o vasto conhecimento já existente sobre o Centro-Oeste, principalmente sobre o Estado de Goiás e as suas microrregiões e mesorregiões com a percepção da sociedade sobre a realidade regional e o futuro desejado para a mesma.

Salienta-se que o Estado de Goiás mostra-se como uma espécie de laboratório de fronteiras e uma espécie de ‘tampão de proteção’ para a Região Norte do país. Materializa-se como uma fronteira em constante mutação e como entreposto de redistribuição regional, o que o torna um “nó” importante na malha logística brasileira, com destaque especial para a região metropolitana de Goiânia.

Na região metropolitana de Goiânia e na microrregião de Anápolis, onde se fazem presentes diversos *campi* do IFG (*Campus* Goiânia e sua futura extensão em Aparecida de Goiânia, *Campus* Inhumas e *Campus* Anápolis), a Instituição poderá propor e articular, em parceria com o poder público, ações mitigadoras que se confrontem com as mazelas sociais do Estado de Goiás, no bojo das centralidades urbano-regional.

### **1.2.1. Metodologia de Articulação com a Sociedade**

A coordenação geral e os grupos de trabalho constituídos em cada *campus* utilizarão de técnicas distintas e complementares de estudo/pesquisa e de envolvimento dos segmentos internos na Instituição e dos diversos segmentos da sociedade regional como gestores públicos, entidades, lideranças, especialistas e formadores de opinião. Destacam-se:

- a) Realização de estudo/pesquisa e condução de entrevistas com gestores públicos estaduais e municipais, empresários, representantes do mundo do trabalho e de ONG's, tendo em vista compreender os limites e as possibilidades de desenvolvimento das localidades focadas e contribuir com a construção do 'texto preliminar': Plano Estratégico de Atuação do Instituto Federal de Goiás no Desenvolvimento Regional/Local (2010-2014);
- b) Realização de oficinas de trabalho promovidas nos *campi* do IFG, integrando os segmentos internos da Instituição, tendo em vista promover estudos e reflexões acerca das demandas e necessidades regionais/locais, definir ações institucionais sobre as mesmas e também contribuir com a construção do texto preliminar, acima referida;
- c) Promoção de audiências públicas em cada *campus* com base na proposta de Plano Estratégico de Atuação do Instituto Federal de Goiás no Desenvolvimento Regional/Local (2010-2014), construído nas fases anteriores, tendo em vista debater proposições e identificar convergências com diversos segmentos sociais exteriores à Instituição, bem como estabelecer compromissos entre a Instituição, o poder público e as organizações da sociedade civil em torno de ações institucionais indicadas a partir das demandas e necessidades regionais/locais apontadas nas fases anteriores e/ou apresentadas e definidas/redefinidas nas próprias audiências públicas.
- d) Sistematização e conclusão do Plano Estratégico de Atuação do Instituto Federal de Goiás no Desenvolvimento Regional/Local (2010-2014) e encaminhamento do mesmo para a aprovação no Conselho Superior do IFG.

### **1.2.2. Procedimentos Metodológicos**

#### **1.2.2.1. Diagnóstico**

A fase de diagnóstico preliminar envolve, primeiramente, o levantamento de dados

secundários e primários<sup>2</sup> e a análise dos mesmos, por parte do Observatório do Mundo do Trabalho e da EPT, de forma a subsidiar as diversas etapas do Plano Estratégico de Atuação do IFG no Desenvolvimento Regional/Local de Goiás (2010-2014). Os dados a serem obtidos e analisados versarão sobre diversos temas, como a localização espacial e geográfica da região/localidade, os recursos ambientais e naturais disponíveis, os recursos econômicos existentes, as organizações sociais locais formadas, o quadro demográfico da população, a realidade do mercado de trabalho, a distribuição de renda, indicadores que apontam a qualidade de vida da população, a infraestrutura local e o patrimônio cultural, entre outros. Nesta fase é montada uma matriz de potencialidades, limitações e problemas como subsídio proporcionado pela análise dos dados obtidos no diagnóstico.

As Pró-Reitorias de Extensão, de Pesquisa e Pós-Graduação e de Desenvolvimento Institucional podem propor parceria com a área de Geoprocessamento do IFG com o objetivo de gerar produtos cartográficos e análises georeferenciadas das mesorregiões, microrregiões, municípios em que estão instalados os *campi* do IFG, a exemplo de mapas de uso e ocupação e de projetos de zoneamento ecológico-econômico, com vistas a proporcionar uma visualização mais criteriosa dos diversos contextos do Estado de Goiás.

#### **1.2.2.2. Definição das Potencialidades, Limitações e Problemas Regionais**

A fase de diagnóstico preliminar permite a extração de dados para subsidiar a fase de diagnóstico avançado, que consiste na definição das potencialidades/vocações, limitações e estrangulamentos/problemas presentes nas áreas econômica, natural, populacional (trabalho e demografia) e infraestrutura social. O objetivo principal é gerar a percepção de situações que devem receber uma intervenção institucional organizada, na perspectiva de um desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentável.

A título de exemplificação, cada região, unidade federativa, mesorregião, microrregião e município são formados segundo particularidades geográficas e históricas, isto é, o território é apropriado de forma desigual e combinada. Desse modo, sempre haverá disparidades regionais segundo as formas de uso e ocupação dos espaços, pois se torna impossível ao poder público atender, ao mesmo tempo, todos os “territórios”, além, é claro, do próprio processo de desenvolvimento desigual e combinado que o sistema capitalista promove. Em nossa perspectiva, atuar sobre as desigualdades locais e regionais do ponto de

---

<sup>2</sup> Por dados primários compreendem-se os dados gerados pelo próprio Observatório do Mundo do Trabalho e da EPT mediante pesquisas de campo e/ou bancos de dados. Por dados secundários compreendem-se os dados oriundos de sistematizações e análises realizadas por outros autores e instituições.

vista de uma cidadania plena, demanda promover a criação de núcleos/polos de irradiação de desenvolvimento regional/local como “células articuladoras” de desenvolvimento socioeconômico, justiça social e equilíbrio ambiental. A proposição da constituição dos polos de ensino e formação nos diversos *campi* do IFG constitui-se em parte integrante do processo de construção da referida irradiação regional. Enfim, o IFG deve promover projetos educacionais, extensionistas e científicos, concebidos e implementados a partir da escuta e participação dos seus segmentos internos e de segmentos externos por ela mobilizados, capazes de diagnosticar e propor ações que concorram para a transformação das realidades sociais em que a Instituição se faz presente, de forma incisiva e responsável.

A fase de diagnóstico avançado deverá ser conduzida pela coordenação geral e pelos grupos de trabalho de cada *campus*, promovendo estudo/pesquisa e mobilizando os segmentos internos e externos da Instituição.

A fase de diagnóstico avançado pode ser retratada por meio do Quadro apresentado abaixo.

**Quadro 1**

MATRIZ	POTENCIALIDADES	LIMITAÇÕES	PROBLEMAS

### **1.2.2.3. Definição dos Objetivos Estratégicos**

A etapa de definição dos objetivos estratégicos do Plano Estratégico de Atuação do IFG no Desenvolvimento Regional/Local de Goiás (2010-2014) consiste no desenvolvimento de uma árvore de realidades e de situações na qual são elencadas causas e efeitos de um problema central que será selecionado para a atuação da Instituição. Deve-se focar o problema em si, evitando apontar a falta de infraestruturas ou de serviços, ou ainda apontar possíveis soluções para os problemas.

Após a montagem da árvore de causas e efeitos é elaborada uma árvore de meios e fins, que se baseia na inversão de condições positivas, gerando uma segunda lógica, muito diferente e complementar à primeira. Da árvore de meios e fins também podem ser extraídos dados para a tomada de decisão das atividades que devem ser priorizadas, visando à resolução do problema focado.

Esta etapa também será conduzida pela coordenação geral e pelos grupos de trabalho de cada *campus*.

Tais iniciativas podem ser retratadas por meio dos quadros apresentados abaixo.

**Quadro 2**

<b>MATRIZ</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DO (S) PROBLEMA (S)</b>	<b>FORMAS DE MANIFESTAÇÃO</b>	<b>PROPORÇÕES DE MANIFESTAÇÃO</b>

**Quadro 3**

<b>MATRIZ</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DO (S) OBJETIVO (S) CENTRAL (IS)</b>	<b>NÚCLEO (S) CENTRAL (IS)</b>	<b>MANIFESTAÇÕES ESPECÍFICAS</b>

#### **1.2.2.4. Definição da Estratégia de Desenvolvimento Regional/Local**

A etapa de definição das estratégias de ação contidas no Plano Estratégico de Atuação do IFG no Desenvolvimento Regional/Local de Goiás (2010-2014) visa o estabelecimento de ações que incidam sobre os fatores otimizadores de potencialidades e/ou geradores de problemas. Como etapas de definição das estratégias são apontadas ações, instituições e atores sociais envolvidos, assim como seu período de execução.

Buscar-se-á que o IFG, a partir dos *campi* instalados, assumam um papel estratégico no Estado de Goiás a exemplo da adequação entre demanda e oferta de cursos, da condução de pesquisa e de extensão que traduzam necessidades locais/regionais e do apoio à implantação de arranjos (produtivos, sociais e culturais) locais. É necessária a compreensão institucional de que o município é o fragmento territorial em que é possível propor ações efetivas, a fim de mudar as regiões nos quais estes mesmos municípios estão inseridos. Ele proporciona

condições mais favoráveis para que as ações possam repercutir nas múltiplas dimensões sociais e territoriais.

Essa etapa também será conduzida pela coordenação geral e pelos grupos de trabalho de cada *campus*.

A fase de definição da estratégia pode ser retratada por meio do Quadro apresentado abaixo.

**Quadro 4**

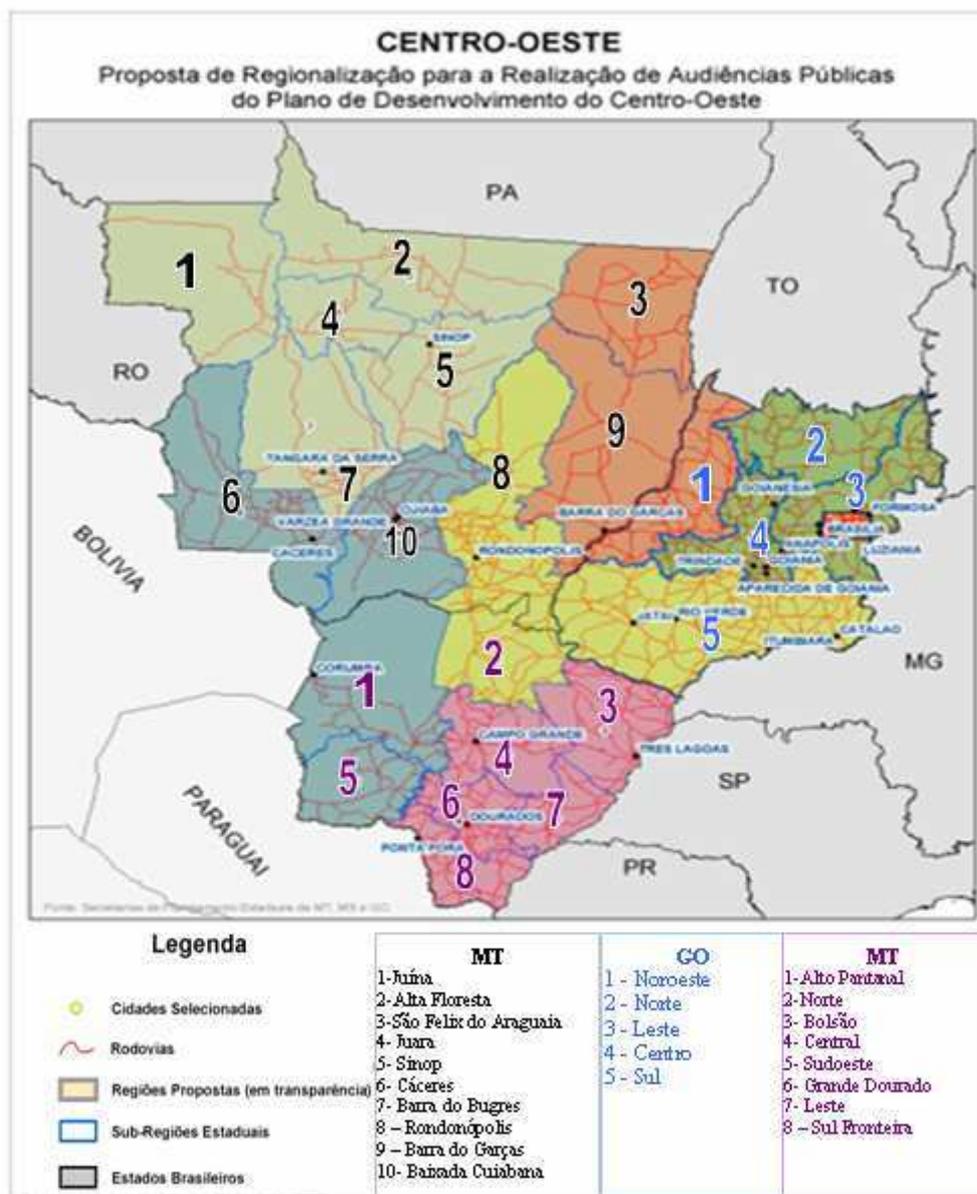
<b>MATRIZ</b>	<b>ESTRATÉGIA</b>	<b>AÇÕES</b>	<b>OUTRAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS</b>	<b>ATORES ENVOLVIDOS</b>	<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>

#### **1.2.2.5. A Elaboração de Planos e Projetos de Intervenção**

O Plano Estratégico de Atuação do IFG no Desenvolvimento Regional/Local de Goiás (2010-2014), ao final do seu processo de construção, deve repercutir em termos de adequação das instâncias da Instituição encarregadas do ensino, da pesquisa e da extensão, à sua implementação, em especial a criação e/ou adequação de políticas, programas e projetos institucionais. A sua implementação demandará o desenvolvimento de projetos em nível de cada *campi* e/ou que envolvam os diversos *campi* da Instituição.

Por fim, o Plano Estratégico de Atuação do IFG no Desenvolvimento Regional/Local de Goiás (2010-2014) deve ser compreendido como parte ‘integrante’ e ‘dinâmica’ do Plano de Desenvolvimento Institucional, com a capacidade de promover clivagens com a tendência de autorreprodução burocrático-administrativa e concentrada da Instituição e de conduzi-la no sentido de interagir e integrá-la aos municípios e às realidades presentes no seu entorno.

Mapa 1 – Regionalização do Centro-Oeste para a Realização das Oficinas Territoriais



## **2. CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS E O PROCESSO HISTÓRICO DA REGIÃO CENTRO-OESTE E DE GOIÁS**

O Centro-Oeste, com uma área total de 1,61 milhão de km<sup>2</sup> (18,9% do território nacional) e com uma população de 13 milhões em 2005 (6,9% do total da população do Brasil), possui uma baixa densidade demográfica (7,2 habitantes por quilômetro quadrado (a média nacional é de 19,8).

A dinâmica econômica regional e, mais especificamente, em Goiás tem sido profundamente caracterizada pela rápida penetração da moderna agropecuária, altamente mecanizada e quimificada, articulada a partir de grandes e médias propriedades de terra, concentrada na produção de grãos e na pecuária de corte, com elevados níveis de produtividade que permitem ocupar um espaço crescente no agronegócio, na agroindustrialização e nas exportações brasileiras. Todavia, a realidade social da Região, fortemente marcada por aspectos como desemprego/subemprego e marginalização social, contrasta com a acelerada expansão da economia.

A conjugação da expansão do agronegócio/complexo agroindustriais<sup>3</sup> e dos problemas sociais, por sua vez, tem concorrido de maneira importante para o processo de degradação ambiental.

### **2.1. Região Centro-Oeste e seus Ecossistemas**

A Região Centro-Oeste é formada por três ecossistemas: o bioma amazônico, que ocupa parte do Mato Grosso como extensão da floresta tropical da Amazônia; o Cerrado, dominante na Região, em especial no Estado de Goiás, com propagação para parte do Nordeste ocidental; e o Pantanal, que avança na direção da Bolívia e do Paraguai. Dentre estes, o Cerrado ocupa uma importância especial neste Plano Estratégico, pois se constitui na base do sistema hidrográfico do Brasil, pois nele nascem as três grandes bacias brasileiras e faz-se presente grandes áreas de recarga de grandes aquíferos subterrâneos<sup>4</sup>, por um lado, e se constitui no bioma dominante no Estado de Goiás, por outro.

---

<sup>3</sup> Faz-se necessário pensar esses complexos agroindustriais com aporte de nanotecnologia, bem como propor empresas de cunho incubadoras ou até mesmo vales de desenvolvimento ou zonas de desenvolvimento tecnológico otimizadas.

<sup>4</sup> Há estudos que propõem modelos matemáticos de integração de Bacias de Drenagens Goianas, ou mesmo áreas de proteção ambiental, gerando corredores ecológicos de reserva ambiental, a exemplo da tese de doutorado da Professora Maria do Socorro Duarte da Silva, do IFG do *campus* de Inhumas, com área de concentração em Estrutura e Dinâmica Ambiental, pela Universidade Federal de Goiás.

## Mapa 2 – Biomas do Brasil



Fonte: IBAMA

No Cerrado predominam árvores que apresentam troncos tortos, cobertos por uma cortiça grossa e folhas grandes e rígidas. O resto de sua vegetação é dominado por um sistema subterrâneo de plantas herbáceas capazes de armazenar água e nutrientes, o que facilita a sua recuperação após as frequentes queimadas.

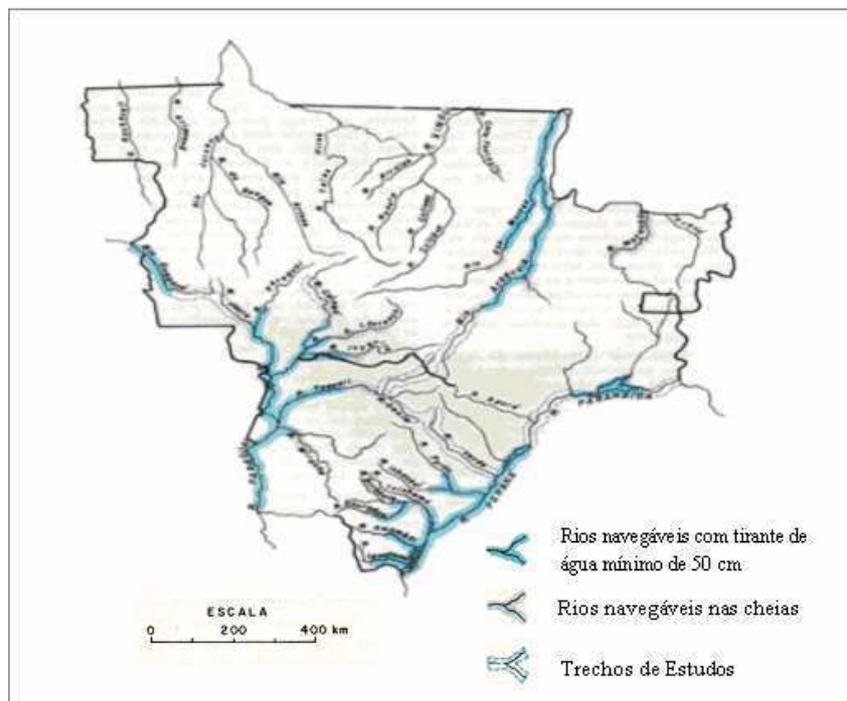
A vegetação apresenta grande variação na composição entre árvores e herbáceas. Há o chamado ‘campo limpo’, com vegetação onde predominam as gramíneas e não aparecem árvores e arbustos; o ‘cerrado fechado’ – ou ‘cerradão’ – que apresenta características mais florestais e as formas intermediárias, a exemplo do ‘campo sujo’, do ‘campo cerrado’ e do ‘cerrado’ *stricto sensu*, de acordo com a densidade crescente de árvores na sua composição. Há, ainda, outros tipos de vegetação, a exemplo dos campos úmidos ou das veredas de buritis, onde o lençol freático é superficial. Nas altitudes maiores estendem-se as florestas

mesófilas, com a ocorrência de solos mais férteis.

O Cerrado possui grande riqueza em biodiversidade e concorre para o equilíbrio ecológico global por sua capacidade de absorção de carbono em decorrência da maior parte de sua biomassa ser subterrânea. Possui uma rica variedade de paisagem e uma diversidade de *habitats*, suporta enorme diversidade de espécies de vegetais e de animais, com a presença de um terço da biodiversidade brasileira. Estudos recentes apontam para a existência de aproximadamente cinco mil espécies de plantas vasculares e mais de um mil e seiscentas espécies de mamíferos, aves e répteis.

O Cerrado compõe a maior extensão do espaço regional, incluindo o estado de Goiás, no qual ocorre uma forte e crescente presença antrópica por meio da expansão da agropecuária, principalmente a produção de grãos e de gado, acompanhada do rápido aumento da população e da formação de importantes centros urbanos regionais. Em que pese a gestão ambiental neste bioma ainda ser frágil, foram criadas algumas unidades de conservação para preservar parte da biodiversidade, a exemplo de parques e de estações ecológicas.

### Mapa 3 - Região Centro-Oeste - Rede Hidrográfica



Fonte: IBGE – Geografia do Brasil

## **2.2. Dados Históricos da Região Centro-Oeste e de Goiás**

### **2.2.1. A Região Centro-Oeste**

A formação social e econômica do Centro-Oeste<sup>5</sup>, incluindo o estado de Goiás teve início no período colonial e ampliou-se com a “Marcha para o Oeste”, a construção de Brasília e a abertura de vias de acesso. Ganhou velocidade e intensidade com a industrialização brasileira e os avanços tecnológicos que facilitaram a expansão da moderna agropecuária no bioma cerrado.

Durante o período colonial, quando os vínculos com a economia brasileira eram frágeis e a infraestrutura muito limitada, a economia do Centro-Oeste, incluindo o estado de Goiás caracterizava-se pela atividade extrativista integrada ao mercado mundial. A mineração como atividade econômica dominante e a pecuária e a lavoura de subsistência como atividades econômicas complementares foram dominantes na região.

Esta realidade começou a mudar no último quartel do século XIX, quando, por meio do deslocamento de boiadas dirigidas para o Sudeste, a economia do Centro-Oeste, incluindo o estado de Goiás se articularam à economia cafeeira paulista em expansão. A implementação dos primeiros trechos de ferrovia ligando o Centro-Oeste às áreas mais dinâmicas do Sudeste, no início do século XX, concorreu decisivamente para a articulação em curso.

Assim, nas primeiras décadas do século XX abriu-se uma nova fase na formação social e econômica do Centro-Oeste, incluindo o estado de Goiás, aprofundando o processo de articulação com a economia cafeeira concentrada em São Paulo, bem como desencadeando na região um avanço da pecuária na direção dos Estados do Mato Grosso do Sul e de Goiás.

Na era Vargas, o ciclo de expansão e integração do Centro-Oeste, incluindo o estado de Goiás ampliou-se por meio da “Marcha para o Oeste”, tendo em vista implementar políticas de colonização com o objetivo de desbravar, ocupar e consolidar novas áreas agrícolas na região e integrá-las à industrialização em curso no centro-sul do país.

A “Marcha para o Oeste” ganhou novo impulso com a construção de Brasília e a abertura de rodovias previstas e realizadas no âmbito do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, com efetiva reorganização do território nacional e a integração produtiva do mercado brasileiro. A rede viária, construída a partir de Brasília, facilitou a expansão da produção agrícola no Cerrado e preparou a integração do Centro-Oeste ao mercado nacional e

---

<sup>5</sup> Pensa-se na Marcha para o Oeste do século XXI - involução tecnológica, ou seja, transformar os produtos do agronegócio goiano em commodities com o intuito de agregar um maior nível de ciência e tecnologia aos produtos finais e a reboque nesse processo melhorar a qualificação profissional dos trabalhadores.

internacional liderado pelo Sudeste. O eixo urbano Brasília-Anápolis-Goiânia foi sendo transformado em um dos principais centros de articulação de logística e transporte do país. As correntes de povoamento regional no estado de Goiás, em curso desde o final do século XIX, por sua vez, foram fortalecidas pelo advento das transformações.

A incorporação do Centro-Oeste, incluindo o estado de Goiás à economia brasileira foi reforçada, no final dos anos 1960 e dos anos 1970, pela estratégia do governo militar de ocupação da Amazônia e do Planalto Central. Neste contexto, ocorreram investimentos em infraestrutura, integração do Centro-Oeste e de Goiás aos núcleos dinâmicos e modernos da economia brasileira e abertura de novas rotas de penetração demográfica.

Nos anos 1990 foram criadas as condições para um novo ciclo de crescimento e modernização da economia do Centro-Oeste, incluindo o estado de Goiás, ao combinar integração físico-territorial e comercial, instalação de agroindústrias e de grandes mineradoras e consolidação do agronegócio. De certo modo, a abertura comercial e financeira, a desregulamentação da economia e a privatização das estatais, atendendo a orientações neoliberais, ao conduzir o país a um modelo liberal periférico de inserção na economia internacional, teve como desdobramento um processo de reprimarização<sup>6</sup> da economia brasileira. De fato, a expansão econômica da Região Centro-Oeste, incluindo o estado de Goiás a partir dos anos 1990 está submetida a essas determinações.

### **2.2.2. O Estado de Goiás**

A colonização efetiva em Goiás teve início com a descoberta do ouro. Às descobertas iniciais nas porções sulinas da antiga região de Goiás foram-se sucedendo outras, ocorrendo penetrações rumo ao atual Tocantins.

Entre 1727 e 1732, surgiram diversos arraiais em consequência das explorações auríferas ou da localização da rota das minas de Goiás. Na década de 1740, a porção mais povoada de Goiás era o Sul. Mas ocorreu também a expansão para a região setentrional de Goiás por meio da criação de diversos arraiais. De uma forma geral os núcleos de povoamento representados pelos arraiais foram concentrações isoladas, cercadas por vastas porções de terras mercadas pela pequena presença humana, quase sempre indígena.

O ouro promoveu a fixação do homem não índio no território goiano e o lançamento das bases da colonização portuguesa no Centro-Oeste, integrado, a partir de então, na economia

---

<sup>6</sup> Reprimarização diz respeito a um processo de desindustrialização, isto é um processo pelo qual tanto o emprego industrial como o valor adicionado da indústria se reduzem como proporção do emprego total e do PIB, respectivamente. Esse processo tende a se refletir em outros planos da economia, a exemplo das características assumidas pela composição da pauta de exportações, nas quais passam a predominar produtos primários.

mercantil mundial e na economia escravista mercantil da colônia. A região passou a funcionar como área fornecedora de metais preciosos à Metrópole e, como consequência secundária, meio de pagamento circulante na colônia.

A partir da segunda metade do século XVIII teve início o decréscimo da produtividade e do volume médio da produção das minas do Brasil. A partir de 1778 a produção das minas de Goiás começou a declinar progressivamente, em consequência da escassez dos metais nas minas conhecidas, da ausência de novas descobertas e do atraso dos meios tecnológicos disponíveis à atividade mineradora.

Um novo tipo de povoamento se estabeleceu a partir do final do século XVIII, sobretudo no sul da capitania, onde campos de pastagens naturais se transformaram em regiões de pecuária.

No Sul e no Norte de Goiás, no início do século XIX, a mineração era de pequena monta. O respaldo econômico do novo “surto de povoamento” foi proporcionado pela pecuária, estabelecida mediante duas grandes vias de penetração. A do Nordeste, representada por criadores e rebanhos nordestinos, que pelo Rio São Francisco se espalharam pelo Oeste da Bahia, penetrando nas zonas adjacentes de Goiás. A de São Paulo e Minas Gerais, que por meio dos antigos caminhos da mineração penetrou no território goiano, estabelecendo-se no Sudoeste da capitania.

A pecuária desenvolvida na época não propiciava a criação de núcleos urbanos expressivos. A economia e a sociedade tenderam para um intenso processo de ruralização. No início do século XIX os núcleos urbanos eram pobres e em número reduzido, destacando-se apenas as povoações de Meia Ponte e Vila Boa de Goiás, sendo, esta última, a sede do governo.

Em 1896, a Estrada de Ferro Mogiana chegou até Araguari (MG). Em 1909, os trilhos da Paulista atingiram Barretos (SP). Em 1913, Goiás foi ligado a Minas Gerais pela Estrada de Ferro Goiás e pela Rede Mineira de Viação. Inaugurava-se um novo processo de desenvolvimento de Goiás. As ferrovias facilitaram o acesso dos produtos goianos aos mercados do litoral e possibilitaram a ocupação de vastas áreas da região meridional de Goiás mediante a aceleração da imigração.

Na década de 1930, o governo Vargas definiu o sentido da interiorização com a política federal denominada “Marcha para o Oeste”. Como parte desta política ocorreu a construção de Goiânia, o momento inaugural do primeiro ciclo de expansão da referida “Marcha”.

No segundo Governo Vargas, o centro da política econômica passou a ser a modernização do Centro-Sul, com a tentativa de criação de indústrias de base sob a égide do

Estado. A “Marcha para o Oeste”, com a construção de Brasília, núcleo da primeira gestão, perdeu a sua razão de ser.

A partir de meados dos anos de 1950 ocorreu uma retomada da “Marcha para o Oeste”. O governo estadual, do período compreendido entre 1954 e 1960, esteve integrado nessa política, patrocinando a construção de estradas em várias regiões do Estado de Goiás, e integrando-as às rodovias que se interligam a Brasília e ao Centro-Sul do país.

A marcha para o “oeste” contemporânea é determinada pelo agronegócio, pela agroindustrialização e pela extração mineral. Altamente empresarial, tecnológica e integrada ao mercado global, cujas flutuações de preços das *Commodities*<sup>7</sup> ou da cotação cambial repercutem diretamente sobre as taxas de empregabilidade ou sobre os níveis de renda do Estado de Goiás. São forças econômicas que organizam o espaço para o mercado especulativo, criam segregações sociais e nichos de pobreza, privilegiam políticas e ações cujo foco é basicamente econômico, subvertendo, enfim, a lógica de submissão do econômico ao social.

---

<sup>7</sup> São produtos básicos, homogêneos e de amplo consumo que podem ser consumidos e negociados, em mercados futuros ou não, por uma gama de empresas. Podem ser produtos ‘convencionais’ como bens agropecuários, minerais, petróleo e derivados e industrializados, bem como produtos ‘não convencionais’ como ‘bens’ e produtos financeiros, dólar, ouro e crédito de carbono.

### **3. ASPECTOS DA ATUAL ECONOMIA BRASILEIRA E GOIANA**

#### **3.1. A Economia Brasileira Contemporânea**

Entre 1988 e 2000 ocorreram, no país, a redefinição do marco jurídico-político e a liberalização – desregulamentação - privatização da economia. Políticas macroeconômicas caracterizadas por juros elevados, apreciação cambial e ajustes fiscais severos foram predominantes.

O desdobramento dessas transformações no setor industrial acarretou aspectos como vendas e fusões de empresas nacionais (privadas e públicas) para o capital estrangeiro (desnacionalização), reconversão de atividades de produção industrial para a montagem de componentes importados, redução da diversificação e desarticulação de cadeias produtivas industriais nos segmentos mais dinâmicos e intensivos em capital e tecnologia e ampliação do peso relativo de cadeias produtivas industriais menos dinâmicas e intensivas em mão-de-obra e recursos naturais, redução da participação da indústria no PIB e nos níveis de emprego total e elevação nos níveis de produtividade em quase todos os setores industriais e agroindustriais.

A estrutura produtiva industrial passou a ter como seus segmentos industriais de maior expansão aqueles com especialização em produtos centrados no baixo custo da mão-de-obra e em recursos naturais. Esses segmentos não comprometem a existência dos segmentos industriais de elevada intensidade tecnológica e valor agregado, embora sejam dependentes de importações de bens de capital e de exportações para o mercado externo. O mercado interno permaneceu mais importante que o externo, embora tenha reduzido o seu dinamismo e perdido importância relativa na formação do PIB.

Fundamentalmente, o padrão de inserção comercial continuou o mesmo do final do período do modelo desenvolvimentista articulado por meio do processo de substituição de importações, com mudanças pontuais que indicam um processo de reprimarização da estrutura das exportações e, em certa medida, da economia em geral. Padrão este fortalecido pelo novo ciclo do comércio mundial de *commodities*.

A inserção do país na nova divisão internacional do trabalho combinou processos complexos. De um lado, ocorreu a dinâmica da reprimarização relativa das exportações, com o destaque para as indústrias de média-baixa e média-alta intensidade tecnológica e o agronegócio. De outro, ocorreu o fortalecimento de alguns segmentos industriais típicos da Segunda Revolução Industrial, modernizados pelas tecnologias difundidas pela Terceira Revolução Industrial, com destaque para a informática e a automação. Indústrias direta e/ou

indiretamente integradas em redes transnacionais, produtivas (cadeias produtivas internacionais), a exemplo da indústria de aviação, e/ou empresariais (empresas multinacionais), a exemplo da indústria automobilística.

A inserção do país na nova divisão internacional do trabalho, em especial mediante o seu padrão de inserção comercial passou a ter como um dos seus objetivos estratégicos a obtenção de elevados superávits na balança comercial, condição necessária para o pagamento das dívidas externas e a remuneração do capital financeiro nacional e internacional. No que tange à remuneração do capital financeiro oriundo dos endividamentos internos e externos, como não pode ser realizado por meio da moeda nacional (real) recolhida através de elevados superávits fiscais primários, em face da sua inconvertibilidade, tem que haver reservas em dólares, para que seja realizada a conversão e os encargos dos endividamentos possam ser remetidos à circulação internacional de capital.

A retomada em larga escala das exportações é o elemento central da dinâmica macroeconômica do modelo liberal periférico, visto que permite superar e/ou equacionar o déficit da conta de transações correntes do balanço de pagamentos. O superávit da balança comercial e o câmbio apreciado permitem, ainda, mais espaços para o controle da inflação e a obtenção de taxas de crescimento um pouco mais elevadas.

A vulnerabilidade estrutural externa da economia brasileira não foi alterada na medida em que a estrutura produtiva e o desempenho da economia permanecem atrelados aos ciclos do comércio internacional, isto é, o referido desempenho é determinante no impulso primário da acumulação e na dinâmica de crescimento. Repõe-se em novas bases um tipo de dependência que era própria da fase primário-exportadora. Desse modo, a dinâmica do mercado interno fica condicionada à capacidade de a economia exportar e obter superávits comerciais, de maneira que se reduz a vulnerabilidade conjuntural, abre espaço para o crescimento econômico e contorna a ameaça de crise cambial (Filqueiras e Gonçalves, 2007, p. 91).

A formulação da nova Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), em fins de 2003, apontou em direção contrária ao atual padrão de especialização produtiva e inserção do país na divisão internacional do trabalho. Apoiada por segmentos industriais vinculados à produção de bens de elevada e de médio-elevada intensidade tecnológica e valor agregado tinha como centralidade inovações e desenvolvimento tecnológico voltados, prioritariamente, para os segmentos industriais produtores de bens de capital, software e semicondutores, tendo em vista viabilizar mudanças nas estruturas industrial e de exportação do país. Todavia, aspectos como a política econômica ortodoxa, que se articula por meio de

juros altos e de câmbio apreciado, a lógica do modelo liberal periférico, que repõe o padrão de inserção comercial apoiado em *commodities* agropecuárias e minerais, a infraestrutura precária, que encarece a produção industrial, e a organização institucional existente para implementá-la, que não explora as potencialidades dos centros de pesquisa, terminam por anular os objetivos estratégicos previstos na PITCE.

### **3.1.1. Modelo Liberal Periférico e Políticas Sociais**

A partir da eleição de Collor para a Presidência da República em novembro de 1989 e a posse em janeiro de 1990, tiveram início as transformações que desestruturaram o modelo desenvolvimentista e estruturaram o modelo liberal periférico.

Essa nova estrutura acarretou uma nova forma de compreender e abordar a questão social. Os direitos sociais e trabalhistas consagrados na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e na Constituição de 1988, sob inspiração de políticas sociais universalistas, passaram a ser questionados e combatidos. A hegemonia do capital financeiro, que implicou em uma política econômica marcada por juros elevados, endividamento público crescente e submetido à geração de superávits primários, ao submeter o orçamento público a grande pressão, construiu um processo de desletigimação dos gastos sociais, em especial aqueles vinculados à seguridade social. As políticas sociais universais ficaram inviáveis em face da dívida pública e da pressão por ela exercida sobre o orçamento público, o que determinou processo de restrição das mesmas assim como sua gradual substituição por políticas sociais focalizadas. A previdência social tornou-se deficitária em face da redução do montante arrecadado decorrente do desemprego estrutural e da precarização das bases contratuais do trabalho.

A desvinculação entre receitas e despesas<sup>8</sup> previstas pela constituição de 1988, aprovada na lei em 1993 e efetivada em 1994, permitiu aos governos realocarem 20% do total de impostos e contribuições federais. A área social foi a mais afetada com intensa redução de recursos. Essa lei permitiu, por exemplo, que 18% do total da arrecadação da CPMF no período 1997-2006 fossem desviados para o pagamento de juros da dívida pública.

Nesse contexto, as políticas sociais universais deram lugar às políticas sociais focalizadas. Aos mais pobres e miseráveis foram dirigidos os programas de complementação de renda. Enfim, no modelo liberal periférico, a política social focalizada articula-se funcionalmente a ele, como uma espécie de contraface da política macroeconômica ortodoxa.

---

<sup>8</sup> Essa desvinculação foi denominada por Fundo Social de Emergência (FSE), mais tarde por Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) e atualmente por Desvinculação de Receitas da União (DRU).

A ampliação ou restrição dessa política social esta condicionada às demandas financeiras concretamente colocadas, em cada conjuntura, na forma de superávits fiscais primários.

### **3.1.2. Perspectivas e Cenários Futuros de Instabilidade**

A pequena instabilidade macroeconômica, que vigorou até 2008, contribuiu para a legitimação do modelo liberal periférico e da política econômica ortodoxa e a manutenção da hegemonia do capital financeiro e do setor exportador no interior do bloco de poder. Todavia, persistem as altas taxas de juros em favor dos Bancos, apreciação cambial, elevadas taxas de desemprego, alto grau de concentração de riqueza e renda, precarização do trabalho e ausência de política industrial efetiva. Consolidam-se as políticas sociais focalizadas, incapazes de enfrentar as estruturas e dinâmicas reiteradoras de pobreza e de distribuição regressiva de riqueza e renda.

O maior destaque atribuído ao Estado a partir de 2003 se voltou para reforçar as características do modelo liberal periférico e atender à sua dinâmica de reprodução, qual seja a consolidação da inserção internacional passiva (comercial, produtiva, tecnológica e financeira), a privatização de segmentos da infraestrutura e manutenção de elevados superávits fiscais primários para cobrir os custos da dívida pública interna.

Do ponto de vista econômico, uma eventual reversão da conjuntura atual – caracterizada por grande liquidez internacional e por uma fase ascendente do comércio mundial – terá grandes impactos sobre a economia brasileira. A Desaceleração do comércio mundial desencadeará redução do volume das exportações e queda dos preços das *Commodities* agrícolas e industriais. A redução dos saldos da balança comercial também implicará em redução dos saldos da conta de transações correntes do balanço de pagamentos. Em consequência, aumentará a dependência dos fluxos de capitais internacionais para o equilíbrio do balanço de pagamento, o que demandará recorrer a capitais de curto prazo, com taxas de juros elevados – seja em função da reprodução sistêmica da reversão da conjuntura atual, que repercutiria gerando, basicamente, aos mesmos problemas de demanda de capitais de curto prazo em todos os países cujas economias se articulam sob modelo liberal periférico, da imposição do poder de ‘senhoragem’ dos bancos internacionais e da tendência de buscar de proteção dos capitais internacionais nos títulos do governo americano.

A elevação das taxas de juros exigidas pelos capitais de curto prazo provocará, em cadeia, a elevação das taxas de juros domésticas. Enfim, tenderá reaparecer a vulnerabilidade externa estrutural da economia brasileira, agora também explicitada por seu lado comercial e reforçada pelo lado financeiro (Filgueiras e Gonçalves, 2007, p. 225).

Esse contexto acelerará o crescimento das dívidas externa e interna, o que, ao mesmo tempo, imporá superávits fiscais primários mais elevados e dificultará a sua própria obtenção em função da perda de capacidade de crescimento da economia – com redução das receitas tributárias do Estado e crescimento relativo e absoluto dos gastos obrigatórios com a Seguridade Social.

No contexto do atual modelo, a saída da crise será buscada em nova elevação da taxa de juros para níveis estratosféricos, o que implicará maior fragilidade do setor público e mais ajuste fiscal. Como a carga tributária já está muito elevada e o investimento público está em níveis muito baixos, restará, dentro do modelo, o corte de despesas correntes, com maior desvinculação entre receitas e despesas (um maior percentual para o mecanismo da desvinculação da receita da União) e novas reformas liberais: trabalhista e previdência Social, com redução de direitos. No que tange às políticas sociais focalizadas, marcadas pela volatilidade e flexibilidade e condicionadas pelas vulnerabilidades externas estrutural e conjuntural da economia, estarão sujeitas à obtenção de superávits fiscais primários para o pagamento dos juros e serviços da dívida pública. Enfim, o caminho da saída da crise será sempre no sentido de aprofundar o modelo liberal periférico, numa reedição da já tradicional fuga para frente (Filgueiras e Gonçalves, 2007, p. 226).

### **3.2. A Economia Goiana**

O Estado de Goiás ocupa a nona posição no *ranking* econômico dos estados brasileiros com posição geográfica privilegiada, riquezas minerais e amplos terrenos agricultáveis. Fatores como diversificação da produção e rede de infraestrutura logística e a grande disponibilidade de matérias-primas minerais, solos com clima e topografia próprios à produção agropecuária e amplo potencial turístico asseguram a Goiás um forte impulso econômico.

Diante disso, deve-se aproveitar a posição geográfica privilegiada do Estado de Goiás - uma espécie de “território mediterrâneo” brasileiro. Portanto, Goiás é um “portal” brasileiro, uma espécie de porta de entrada e saída para as regiões Norte, Nordeste e Sudeste.

Salienta-se que, no Estado de Goiás, os municípios de Goiânia, de Anápolis, de Senador Canedo e de Aparecida de Goiânia assumem a condição de zonas estratégicas de distribuição de produtos, isto é, de “nó” da rede que movimenta pessoas, mercadorias e informações para amplos territórios do país.

É na região metropolitana onde se perpetua de forma mais clara a reprodução e gestão do capital regional integrado aos capitais internacionais e do Centro-sul do país. Goiânia é o

*locus* privilegiado da polarização das riquezas do Estado de Goiás. Entretanto, muitos municípios vêm procurando estratégias que os coloque no seletivo grupo de territórios competitivos no mercado global. Por isso, há disputas entre municípios para a instalação de empresas “A” ou “B” nos seus territórios. Nessa lógica atual, para um município se sobressair deve competir predatoriamente com o outro.

A referida competição concorre para que um grande desequilíbrio se faça presente na mobilidade populacional do Estado de Goiás. Os indivíduos são desenraizados dos seus territórios da mesma forma em que o capital muda de “ares”.

A infraestrutura instalada no espaço é a “pedra de toque” que gera a dinâmica atual do território goiano. A riqueza e a pobreza caminham nas rodovias, ferrovias, hidrovias, alcooldutos, plataformas logísticas. Enfim, concentra-se riqueza em um determinado ponto e gera-se pobreza em outro, concomitantemente.

Sob estruturas e dinâmicas impostas pelo capitalismo, a atuação nesses processos somente podem ocorrer por meio de iniciativas como redistribuição de propriedade e de renda, regulação das atividades econômicas e políticas sociais, universalistas.

**Figura 1 - Gasoduto de Mato Grosso do Sul**



Fonte: <[www.sefaz.ms.gov.br](http://www.sefaz.ms.gov.br)>

### 3.2.1. Agroindústria

A partir dos anos 1970, teve início no Estado de Goiás um processo de modernização, com intensa mecanização e aplicação de tecnologia nas atividades agropecuárias. A partir da segunda metade dos anos 1980 e, principalmente, nos anos 1990, ocorreu um processo de “agroindustrialização” muito intenso focado, principalmente, em dois complexos: Grãos e Carnes.

O complexo de Grãos apóia-se na produção agrícola e no processamento de grãos, principalmente da *soja* e do *milho*, mas também, *do girassol* e de outros *grãos* e *oleaginosos*. O Estado de Goiás é atualmente o terceiro estado no país em processamento de óleos vegetais e o segundo em enlatamento de óleo. O complexo de carnes, apoiado no terceiro maior rebanho bovino do Brasil possui um avançado processamento da carne *bovina* (desde cortes especiais até o processamento para industrialização). Mais recentemente os segmentos da *avicultura* e da *suinocultura* têm experimentado um ritmo intenso de crescimento, relacionado, mais uma vez, à própria capacidade do complexo de grãos, que dispendo de milho e soja barata, tem atraído o deslocamento desses segmentos do Sul para o Centro-Oeste, especialmente para Goiás.

Sabe-se que cada cultivo gera uma rede de subprodutos. A título de ilustração, lembremos que a partir da soja e do milho, em países de desenvolvimento capitalista central e periférico, cria-se uma rede de novos produtos tais como frango, porco, etanol, chicletes, fitas adesivas etc. A indústria de alimentos pode alavancar uma prospecção de novidades ou até mesmo de novos conhecimentos e/ou tecnologias/complexos de inovação tecnológica.

Outro complexo agroindustrial bastante significativo no Estado de Goiás é o de atomatados. Goiás é atualmente o primeiro produtor de tomates industriais do Brasil, com aproximadamente 50% da produção. Acompanhando a produção de atomatados, vem se desenvolvendo a agroindústria ligada ao processamento de vegetais (ervilha, milho, milho doce etc.), dada a base comum que viabiliza a produção *in natura* de “matérias primas”, qual seja, a agricultura irrigada.

O complexo sucroalcooleiro também está se expandindo no Estado de Goiás. O alcoolduto em construção pela Petrobrás irá permitir um escoamento diretamente do Município de Senador Canedo até Paulínia e de lá do porto São Sebastião, no estado de São Paulo.

É necessário conceber a produção de açúcar e álcool em Goiás de forma diferenciada. Por exemplo, deve-se buscar na pesquisa em nanotecnologia e em química, a produção de

produtos biodegradáveis, a exemplo do plástico de vida curta, ou seja, nortear-se pela perspectiva de uma produção limpa. Assim, poderá ser possível produzir com mais tecnologia, com menor poluição e com menor impacto na natureza.

Atualmente, o Estado de Goiás apresenta 15 usinas de açúcar e álcool em funcionamento e 37 projetos de implantação (em andamento ou não). Estudos de viabilidade desta atividade no estado apontam para a possibilidade de instalação de 160 novas usinas nos próximos 10 anos.

### **3.2.2. Mineração**

O estado possui boa competitividade na mineração, sendo responsável atualmente por 3% da produção mineral do país. Detém a produção total de amianto; e 85,6% do níquel; 32,4% da rocha fosfática; 28,9% da vermiculita e 13,2% de ouro. Ocupa o segundo lugar na produção de nióbio e fosfato. O segmento de *fosfatos* vem passando por um processo de verticalização muito intenso, com uma cadeia produtiva completa e com um volume de investimentos bastante significativos.

O Estado de Goiás apresenta também grandes depósitos e jazidas minerais dos chamados minerais industriais, especialmente os utilizados na construção civil, como areia, argila e pedras ornamentais. Por fim, a mineração tem sido pensada sob a égide dos multimodais (logística de transporte): ferrovia, rodovia e hidrovia.

### **3.2.3. Polo Farmoquímico**

Goiás abriga um dos polos farmacêuticos mais importantes do país, estabelecido fundamentalmente no *Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA)*. Este polo movimentou investimentos vultosos realizados pela iniciativa privada e grande número de empregos (7 mil diretos e 30 mil indiretos).

Ressalta-se também que o polo farmacêutico caracteriza-se como indústria “maquiladora”, isto é, que importa bens de capitais, insumos industriais e “protocolos” de produção de medicamentos, se beneficiando da grande oferta de mão-de-obra barata e de incentivos fiscais e creditícios oferecidos, respectivamente, pelo governo do Estado de Goiás e pelo BNDES. Todavia, é possível que ele venha a se desenvolver a partir de fatores de produção desenvolvidos no próprio país. É possível, ainda, que indústrias correlatas também venham se instalar no DAIA e/ou nos municípios de Goiânia e de Aparecida de Goiânia, beneficiando-se da logística, da infraestrutura e das políticas institucionais voltadas para o referido polo e/ou em articulação a ele.

#### **3.2.4. Turismo**

Goiás possui grandes potenciais turísticos: cidades históricas, cidades com águas termais, lugares místicos, cachoeiras, reservas ecológicas, rios, lagos, sítios arqueológicos, cavernas e grutas. Este potencial permitiu transformar a atividade turística em uma das mais importantes atividades econômicas do estado. Entretanto, o turismo em Goiás privilegia poucos lugares, ou mesmo seleciona espaços já otimizados, tais como: Cidade de Goiás, Rio Quente, Caldas Novas e Pirenópolis. Enfim, não há ainda um corredor do turismo em Goiás.

Diante desse quadro, é preciso descentralizar o turismo na Região Centro-Oeste e no Brasil. Cabe salientar que o turismo é um dos setores da economia que mais tem gerado renda e emprego atualmente, no Brasil e no mundo.

O IFG pode compartilhar com órgãos e instituições competentes a realização de levantamento criterioso dos potenciais turísticos, bem como, assumir protagonismo na promoção de arranjos produtivos e culturais locais voltados para o desenvolvimento da atividade turística, nos municípios que apresentam esse potencial e que se encontram sob a sua influência institucional. O IFG pode, ainda, propor medidas voltadas para a otimização de potencialidades/vocações e/ou a superação de estrangulamentos/problemas que envolvam o turismo, junto aos gestores municipais, empresários e organizações da sociedade civil, nos referidos municípios.

#### **3.2.5. Ferrovia Norte-Sul**

A Ferrovia Norte-Sul foi concebida para se transformar em um eixo de integração das regiões Norte e Sul do País, interiorizando o processo de desenvolvimento e reduzindo os desequilíbrios regionais.

A Ferrovia terá mais de 2.100 quilômetros de extensão, interligados com modais em diversas cidades, a exemplo de Porangatu e Senador Canedo, culminando no porto de Itaquí, no Maranhão. Ao Sul será interligada com a Ferrovia Centro Atlântica, articulada a diversos modais, chegando ao Porto de Santos. Ela tenderá a atrair investimentos voltados para as atividades agropecuárias e agroindustriais, bem como para a extração mineral em todas as regiões por onde irá passar. Soma-se a isso a redução significativa do custo de transporte, conferindo maior competitividade aos produtos regionais.

Na perspectiva da nova fase da expansão capitalista no interior do país, a ferrovia é uma alternativa necessária para acelerar o processo de produção-distribuição-consumo pela via da

integração dos mercados e da redução dos custos de transportes e promoção de maior competitividade.

**Figura 2: Ferrovia Norte-Sul**



Fonte: SEPLAN.

### **3.2.6. Porto Seco**

A instalação da Estação Aduaneira Interior<sup>9</sup> (ou Porto Seco) no DAIA agilizou e reduziu custos do processo de exportação de mercadorias e bens produzidos em Goiás e em toda a região Centro-Norte do País, bem como a importação de produtos para distribuição nessas áreas. Trata-se de um instrumento voltado para a consolidação das operações comerciais internacionais.

Dentre seus objetivos principais destacam-se agilizar processos burocrático-institucionais e armazenar e movimentar mercadorias nacionais e estrangeiras em terminal alfandegário. São operações que podem reduzir em até 30% os custos de importação e exportação.

---

<sup>9</sup> Estação Aduaneira Interior é um depósito alfandegário localizado fora do porto, organizado geralmente no interior. Recebe cargas consolidadas, podendo nacionalizá-las de imediato ou trabalhar como entreposto aduaneiro.

Mapa 4: Plataforma Logística Multimodal de Goiás



Fonte: SEPLAN.

### 3.2.7. Ramal de Gasoduto

O gasoduto Brasil-Bolívia, projetado com o objetivo de transportar o gás liquefeito de petróleo (GLP), possui atualmente 1.968 quilômetros. Quando for estendido até o Rio Grande do Sul terá 3.150 quilômetros.

O GLP é uma fonte energética mais econômica e menos poluente, podendo ser utilizado como combustível em automóveis e ônibus, nas indústrias e na geração de energia elétrica. A possível extensão do gasoduto Brasil-Bolívia à região Metropolitana de Goiânia poderá impulsionar as atividades econômicas do Estado de Goiás em função da redução de custos de produção.

Mapa 5: Ramal do Gasoduto



Fonte: SEPLAN.

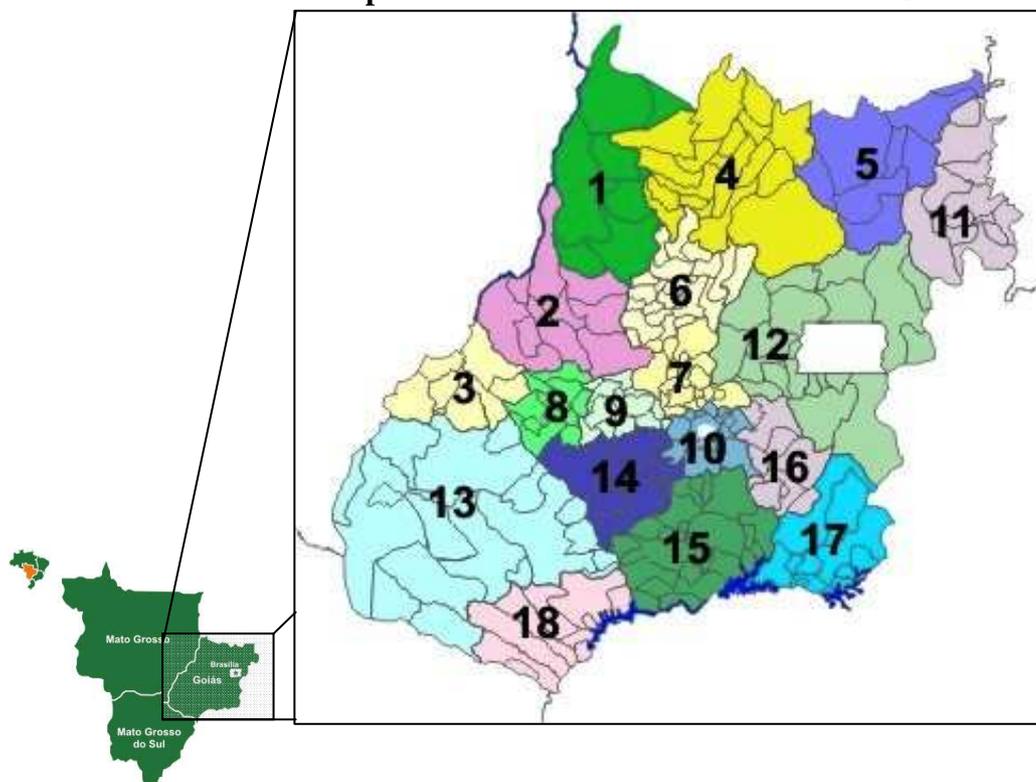
## **4. CARACTERIZAÇÃO PANORÂMICA DO ESTADO DE GOIÁS POR MESORREGIÕES**

### **4.1. Aspectos Regionais**

O Estado de Goiás está localizado na Região Centro-Oeste do país, possui uma área de 340.086,698 km<sup>2</sup> e limita-se com os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia e Tocantins.

Goiás é composto por 246 municípios e, conforme o Mapa 6, está dividido em 5 (cinco) mesorregiões e em 18 (dezoito) microrregiões, a saber: Mesorregião Leste Goiano, que compreende 32 municípios, é composta pela Microrregião Entorno de Brasília e pela Microrregião Vão do Paranã; Mesorregião Centro Goiano, que compreende 82 municípios, é composta pela Microrregião Anápolis, pela Microrregião Goiânia, pela Microrregião Anicuns, pela Microrregião Ceres e pela Microrregião Iporá; Mesorregião Sul Goiano, que compreende 82 municípios, é composta pela Microrregião Sudoeste de Goiás, pela Microrregião Vale do Rio dos Bois, pela Microrregião Pires do Rio, pela Microrregião Meia Ponte, pela Microrregião Catalão e pela Microrregião Quirinópolis; Mesorregião Noroeste Goiano, que compreende 23 municípios, é composta pela Microrregião São Miguel do Araguaia, pela Microrregião Rio Vermelho e pela Microrregião Aragarças; e Mesorregião Norte Goiano, que compreende 27 municípios, é composta pela Microrregião Porangatu e pela Microrregião Chapada dos Veadeiros.

**Mapa 6: Divisão Territorial do Estado de Goiás**



**Microrregiões**

- 1 - São Miguel do Araguaia
- 2 - Rio Vermelho
- 3 - Aragarças
- 4 - Porangatu
- 5 - Chapada dos Veadeiros
- 6 - Ceres
- 7 - Anápolis
- 8 - Iporá
- 9 - Anicuns

- 10 - Goiânia
- 11 - Vão do Paranã
- 12 - Entorno de Brasília
- 13 - Sudoeste de Goiás
- 14 - Vale do Rio dos Bois
- 15 - Meia Ponte
- 16 - Pires do Rio
- 17 - Catalão
- 18 - Quirinópolis

## 4.2. Aspectos Demográficos

Goiás possui 52,45% da população da Região Centro-Oeste. Segundo dados da Seplan/Goiás, em 2000, o Estado possuía uma população de 5.003.228 habitantes, em 2007 alcançou 5.647.035, apresentando um crescimento de 12,8%.

A Mesorregião Centro Goiano é a que possui o maior número de habitantes, com 50,68% da população do Estado, em 2000, alcançando 51,8% da população do Estado, em 2007, totalizando uma população de 2.924.950, em 2007, obtendo um saldo demográfico de 389.337, o que corresponde a um crescimento de 15,35% entre os referidos anos. Sua demografia é superior à do Estado do Mato Grosso (2.854.642) e à do Estado do Mato Grosso do Sul (2.265.274).

A Mesorregião Sul Goiano é a segunda mais populosa do Estado. Em 2000, alcançou 21,51% da população do Estado e, em 2007, a sua participação regrediu para 20,58%. A sua população cresceu 9,75% entre 2000 (1.058.208 habitantes) e 2007 (1.161.428 habitantes), com um saldo de 103.220 habitantes.

A Mesorregião Leste Goiano, com uma representatividade demográfica em relação ao Estado de 18,13%, em 2000 e 18,83%, em 2007, foi a que obteve maior crescimento populacional entre estes anos (17,18%). Com 907.168 habitantes em 2000, totalizou uma população de 1.063.068, em 2007, com um aumento de 155.900 habitantes, entre 2000 e 2007.

A Mesorregião Norte Goiano e a Mesorregião Noroeste Goiano conviveram com redução do número de habitantes entre os anos de 2000 e 2007. Redução de, respectivamente, 1.460 (decréscimo de 0,52%) e 3.190 (decréscimo de 1,45%), conforme podemos observar por meio da Tabela 1. Um fator que concorre para esse processo é a imigração da população, principalmente jovem, à procura de emprego e de ensino nas mesorregiões mais desenvolvidas socioeconômica e culturalmente, como é o caso da Mesorregião Centro Goiano, onde está localizada a região metropolitana de Goiânia, da Mesorregião Sul Goiano, onde estão as atividades agropecuárias e os complexos agroindustriais mais desenvolvidos do Estado de Goiás, e a mesorregião Leste Goiano, em que se encontra a Microrregião Entorno de Brasília (e o próprio Distrito Federal).

A representatividade demográfica da Mesorregião Norte Goiano e da Mesorregião Noroeste Goiano em relação ao Estado de Goiás, no ano 2000, foi de, respectivamente, 5,65% e 4,39% e, em 2007, a representatividade regrediu para 4,98% e 3,83%.

**Tabela 1: Demografia das Mesorregiões do Estado de Goiás: 2000 e 2007**

Mesorregiões de Goiás	2000	2007	Saldo
Centro Goiano	2.535.613	2.924.950	389.337
Leste Goiano	907.168	1.063.068	155.900
Sul Goiano	1.058.208	1.161.428	103.220
Norte Goiano	282.521	281.061	-1.460
Noroeste Goiano	219.718	216.528	-3.190
<b>Total (Goiás)</b>	<b>5.003.228</b>	<b>5.647.035</b>	<b>643.807</b>

Fonte: Seplan/Sepin (2008)

Em resumo, as disparidades entre as mesorregiões do Estado de Goiás decorrem dos investimentos públicos e privados privilegiarem territórios em que os ‘sistemas de objetos’ (viadutos, rodovias, praças etc.) são mais otimizados, permitindo maior fluidez da produção e de distribuição de pessoas e informações. Um grande problema das políticas públicas é o privilégio na construção dos ‘sistemas de objetos’ em algumas mesorregiões, deixando ao acaso ou na lógica do auto-ajuste, sob a égide dos ‘sistemas de ações’, as demais mesorregiões “não tão desenvolvidas”<sup>10</sup>.

Outro aspecto não menos importante é que os ‘sistemas de objetos’ teriam usos otimizados e seriam preservados quando articulados à educação para a cidadania. Uma praça poderia durar 10 anos sem uma reforma se as ações não focassem apenas no estético/físico e sim um todo complexo articulado a partir da cidadania ou práxis social solidária e ativa.

### 4.3. Aspectos Sociais

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado de Goiás, que expressa indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (expectativa de vida ao nascer) e renda (Produto Interno Bruto *per capita*), apresentou um desempenho médio<sup>11</sup> entre 1991 e 2000, evoluindo de 0.700 para 0.776 no período.

O PIB *per capita* do Estado de Goiás no ano 2000 foi R\$ 4.276, aumentando consideravelmente para R\$ 8.992 no ano de 2005. Como é sabido, o PIB *per capita* representa indicadores econômicos agregados (produto, renda e despesa) que expressam o perfil da distribuição de renda e, conseqüentemente, tende a refletir na qualidade de vida da população.

<sup>10</sup> “Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes.”

<sup>11</sup> Segundo a SEPLAN, o IDH pode ser classificado como elevado (superior a 0.800), médio (entre 0.500 e 7.99) e baixo (inferior a 0.500).

No que diz respeito à educação, segundo dados da Seplan/Sepin, de 2005 a 2006 o Estado de Goiás conviveu com uma redução do número de alunos, que passou de 1.617.125 para 1.595.722. Todavia, também ocorreu um aumento de 3,7% referente ao número de alunos do Ensino Médio/Normal e um crescimento de cerca de 3% referente ao número de alunos do Ensino Fundamental. Ocorreu, ainda, um aumento do número de alunos de Nível Profissional (Nível Técnico) de 10.281, em 2005, para 11.835, em 2006, conforme Tabela 2 a seguir:

**Tabela 2: Análise Educacional do Estado de Goiás 2005 e 2006**

<b>Análise Educacional</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
Escolas em atividade	4.643	4.591
Salas de aula	34.662	34.710
Docentes	71.490	70.863
Alunos do ensino fundamental	1.029.132	1.032.596
Alunos do ensino médio/normal	270.352	280.747
Alunos do ensino especial	8.227	8.301
Alunos da educação de jovens e adultos	140.463	124.452
Alunos do ensino profissional (nível técnico)	10.281	11.835
Alunos da creche	30.307	34.899
<b>Total de alunos</b>	<b>1.617.125</b>	<b>1.595.722</b>

Fonte: Seplan/Sepin (2008)

Os dados demonstram, ainda, a pequena presença do Ensino Profissional (Nível Técnico) no Estado de Goiás, que deve ser objeto de atenção especial do IFG e do IFGoiano em termos de oferta em quantidade e qualidade necessárias. Oferta esta que deve focar, além do Ensino Médio Integrado, a sua articulação com a Educação de Jovens e Adultos na forma da Formação Inicial Continuada e de Ensino Médio – Modalidade EJA.

Cada *campus* do IFG deve procurar se inserir na localidade, auxiliando no desenvolvimento e atenuando as disparidades regionais. Por isso, vislumbra-se incentivar grupos/núcleos de pesquisa e estudos em cada unidade a fim de aproveitar o “corpo intelectual” de cada *campus* da Instituição.

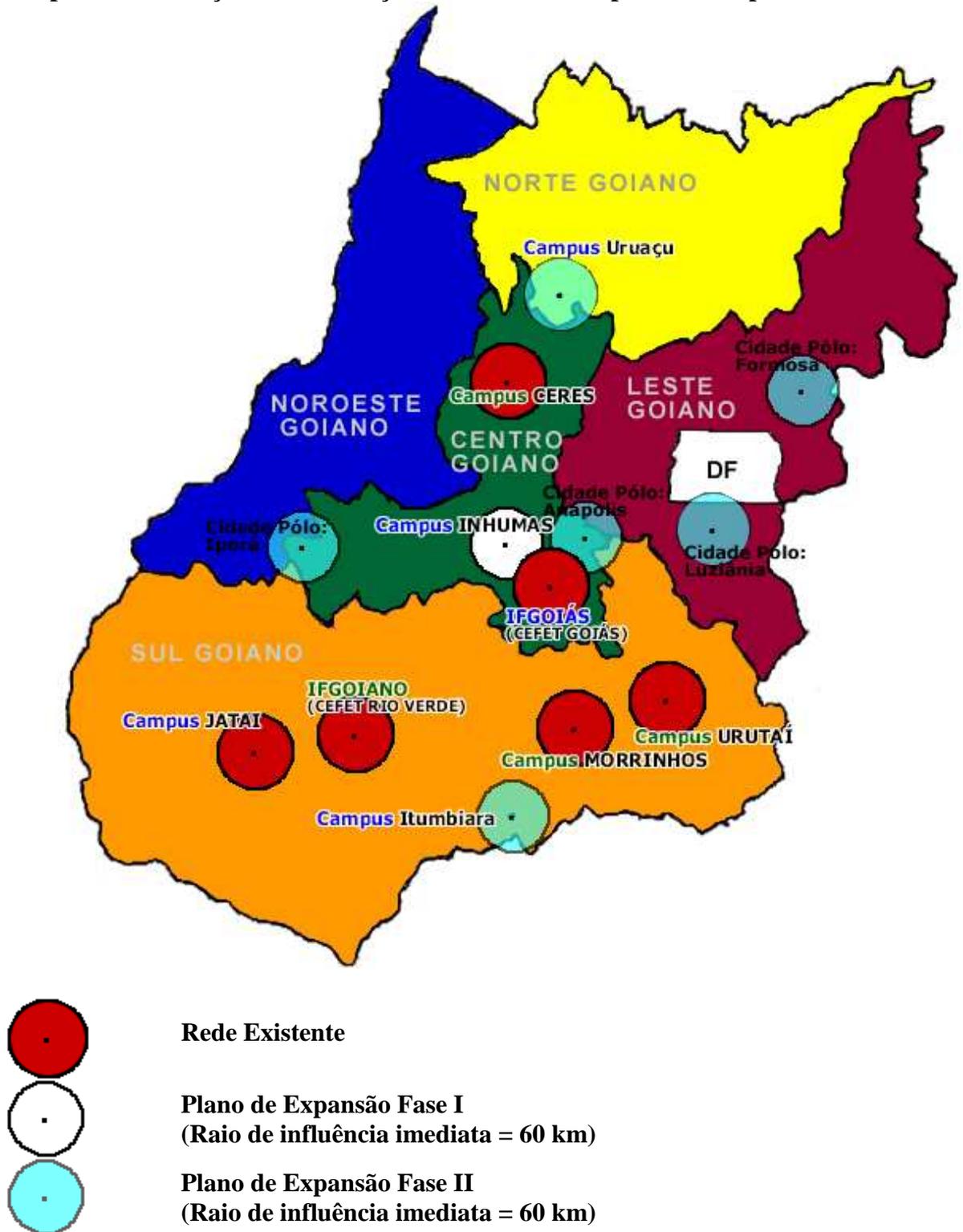
A Instituição pode concorrer para a criação de “corredores do conhecimento” interligados por meio dos seus diversos *campi* no Estado de Goiás. Para tanto, é imprescindível que o corporativismo e competição entre *campus* dêem lugar a uma postura colaborativa norteada por um projeto global de inserção da Instituição no desenvolvimento regional/local.

Os dados demonstram que a maior parte dos alunos do Ensino Fundamental não dá sequência aos estudos no Ensino Médio/Normal. Aproximadamente 30% dos alunos do Ensino Fundamental prosseguem os estudos no Ensino Médio/Normal, o que evidencia a pouca presença da continuidade dos estudos na população jovem. Outro aspecto relevante é a grande presença de estudantes na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, o que evidencia, entre outros aspectos, a não-continuidade dos estudos da população ainda jovem e o fenômeno da evasão escolar.

O Estado de Goiás possui 7 unidades de ensino da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, e contará com a implantação, até 2010, de 6 novas unidades de ensino, de acordo com a Fase II do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, distribuídas conforme o Mapa 7.

Portanto, o IFG deve se nortear pela formação sócio-construtivista do alunado, ou seja, indivíduos capazes de produzirem seus próprios conhecimentos, mudando a sua posição social e se transformando em cidadãos críticos-reflexivos. O ensino deve ser concebido como momento de construção da cidadania e de qualificação profissional de atores sociais e do seu papel social no mundo.

Mapa 7: Distribuição das Instituições da Rede nas Propostas de Expansão I e II



#### 4.4. Aspectos Econômicos

Na Região Centro-Oeste, as Mesorregiões<sup>12</sup> Centro Goiano e Distrito Federal tenderão a polarizar o crescimento econômico. Esse fato decorre da infraestrutura existente e em construção (ferrovias, rodovias e hidrelétricas etc.), da localização estratégica nacional, do deslocamento de grandes capitais industriais e de serviços para ela e da sua influência política crescente.

No Estado de Goiás, o crescimento econômico se distribui por meio de aglomerações econômicas e atividades produtivas pouco diferenciadas, quando comparado ao dos Estados que compõem a Região Sudeste. Todavia, não se apresenta de forma razoavelmente homogênea nas mesorregiões e nas microrregiões do Estado de Goiás, conforme demonstra o Quadro abaixo.

---

<sup>12</sup> Mesorregião consiste em uma categoria que define uma territorialidade que pode ser compreendida em termos geoclimáticos, políticos, econômicos, entre outros. Em termos políticos, nas unidades federativas brasileiras, as mesorregiões incorporam microrregiões que, por sua vez, incorporam municípios. O Estado de Goiás possui 5 mesorregiões que se estabelecem a partir da incorporação de 18 microrregiões, a saber: Mesorregião Leste Goiano, que compreende 32 municípios, é composta pela Microrregião Entorno de Brasília e pela Microrregião Vão do Paranã; Mesorregião Centro Goiano, que compreende 82 municípios, é composta pela Microrregião Anápolis, pela Microrregião Goiânia, pela Microrregião Anicuns, pela Microrregião Ceres e pela Microrregião Iporá; Mesorregião Sul Goiano, que compreende 82 municípios, é composta pela Microrregião Sudoeste de Goiás, pela Microrregião Vale do Rio dos Bois, pela Microrregião Pires do Rio, pela Microrregião Meia Ponte, pela Microrregião Catalão e pela Microrregião Quirinópolis; Mesorregião Noroeste Goiano, que compreende 23 municípios, é composta pela Microrregião São Miguel do Araguaia, pela Microrregião Rio Vermelho e pela Microrregião Aragarças; e Mesorregião Norte Goiano, que compreende 27 municípios, é composta pela Microrregião Porangatu e pela Microrregião Chapada dos Veadeiros.

**Quadro 5: Goiás: aglomerações, atividades produtivas e regiões de localização - 2005**

Aglomeração	Atividades produtivas	Principais regiões de localização
Agroindústria	-Indústrias de alimentos; -Fabricação de bebidas; -Abate e processamento de gado, aves e suínos; -Processamento de grãos; -Laticínios.	-Mesorregião Sul Goiano (Microrregiões Sudoeste de Goiás e Meia Ponte); -Mesorregião Centro Goiano (Microrregiões Goiânia e Anápolis); -Mesorregião Leste Goiano (Microrregião Entorno de Brasília).
Indústrias de Base Mineral	-Agregados e artefatos de concreto, cimento, -Fibrocimento e gesso; -Produtos cerâmicos e minerais Não-metálicos; -Mínero-químico.	-Mesorregião Centro Goiano (Microrregiões Goiânia e Anápolis); -Mesorregião Norte Goiano (Microrregião Porangatu); -Mesorregião Sul Goiano (Microrregião Sudoeste de Goiás); -Mesorregião Leste Goiano (Microrregião Entorno de Brasília).
Outros Segmentos Industriais	-Confecções e Têxtil; -Calçados e Artefatos de Couro; -Indústria de Móveis; -Indústria de Produtos de Metal; -Indústria de Produtos Farmacêuticos; -Indústria Química; -Indústria de Artefatos de Plástico.	-Mesorregião Sul Goiano (Microrregião Sudoeste de Goiás); -Mesorregião Leste Goiano (Microrregião Entorno de Brasília); -Mesorregião Centro Goiano (Microrregiões Goiânia, Anápolis e Ceres).
Setor de Serviços	-Turismo; -Informática e Telecomunicação; -Ensino Superior; -Atividade de Atenção à Saúde.	-Mesorregião Centro Goiano (Microrregiões Goiânia e Anápolis); -Mesorregião Sul Goiano (Microrregiões Sudoeste de Goiás e Meia Ponte).

Fonte: Adaptado de CASTRO - 2004  
Seplan/Seplan/Gerência de Estatística Socioeconômica - 2007  
Agenda Goiás - Encartes 1-10 do Jornal O Popular - 2005

Esta realidade, por um lado, proporciona condições favoráveis no sentido de “focalizar” a oferta de modalidades e de cursos, nos diversos níveis de ensino, de modo a estabelecer uma grande sinergia entre as instituições de ensino e as demandas dos setores produtivos e de serviços já consolidados. Em especial, proporciona plenas condições para que as instituições de ensino, que se organizam mediante estruturas multicampi, possam identificar e estabelecer polos de ‘ensino e formação’<sup>13</sup> nos seus diversos *campi*.

<sup>13</sup> ‘Polos de ensino e formação’ são a constituição de convergências entre diversas modalidades de ensino e de cursos, bem como a sua articulação com a pesquisa e a extensão, tendo em vista alcançar uma concentração e excelência em áreas de formação profissional e tecnológica. O estabelecimento de ‘polos’ constitui-se, portanto, em uma iniciativa de estruturação da organização e da vida acadêmica da instituição, com o objetivo de moderar dinâmicas que tendem a promover a fragmentação e a dispersão de instituições de ensino organizadas por meio de estruturas multicampi e que oferecem uma grande diversidade de níveis e de modalidades de ensino, bem como de cursos.

Por outro lado, gera grande dificuldade no sentido de identificar e estabelecer a oferta de ensino para os setores produtivos e de serviços não consolidados, geralmente formados por micro e pequenos estabelecimentos econômicos urbanos e rurais. Setores estes que, em grande parte, não integram as atividades produtivas dominantes e consolidadas no município, na microrregião ou na mesorregião, e que, por este fato, tenderão a não ser plenamente beneficiados pelos polos de ensino e formação identificados e estabelecidos em cada *campus*.

Enfim, o estabelecimento de uma relação estreita entre as atividades produtivas e de serviços consolidados e dominantes e os polos de ensino e formação, embora uma necessidade, não supre o papel social que a instituição de ensino deve desempenhar na Região Centro-Oeste e no Estado de Goiás, em particular. Isso implica que nem todas as modalidades e cursos oferecidos terão que se situar nos referidos polos e que a instituição deve atuar fortemente no apoio aos arranjos (produtivos, sociais e culturais) locais. Do contrário, a necessária centralidade do ensino e formação mediante a constituição de polos de ensino e formação inviabilizará o papel e função social que a instituição de ensino deve desempenhar, em particular tratando-se do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG).

#### **4.4.1. Evolução do Emprego nos Grandes Setores de Atividade Econômica nas Mesorregiões do Estado de Goiás**

Conforme Gráfico 4.1 e Tabela 3, as atividades econômicas abrigadas no Grande Setor Terciário\*, em 2005, foram as que tiveram maior peso no Estado de Goiás em termos de empregabilidade, com 691.593 trabalhadores formalmente empregados, principalmente no Setor de Serviços. Nas 5 (cinco) mesorregiões do Estado, este Grande Setor de atividade econômica predominou na oferta de empregos formais.

---

\* Para melhor compreensão, subdividimos as atividades econômicas por Grandes Setores (Primário, Secundário e Terciário), por Setores (Indústria, Construção Civil, Serviços, Comércio e Agropecuária, Extrativo vegetal, caça e pesca), e por Subsetores (Extrativa mineral; Indústria de produtos minerais não metálicos; Indústria metalúrgica; Indústria mecânica; Indústria do material elétrico e de comunicações; Indústria do material de transporte; Indústria da madeira e do mobiliário; Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica; Indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares, Indústrias diversas; Indústria Química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria; Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos; Indústria de calçados; Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico; Serviços industriais de utilidade pública; Construção civil; Comércio varejista; Comércio atacadista; Instituições de crédito, seguros e capitalização; Comércio e administração de imóveis, valores Mobiliários, Serviços técnicos; Transportes e comunicações; Serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação; Serviços médicos, odontológicos e veterinários; Ensino; Administração pública direta e autárquica e Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal).

As atividades econômicas abrigadas no Grande Setor Secundário<sup>14</sup>, por sua vez, geraram 190.977 empregos formais, com um maior número de trabalhadores no Setor Industrial. O Grande Setor Secundário assumiu maior destaque nas mesorregiões Centro Goiano e Sul Goiano.

Finalmente, as atividades econômicas abrigadas no Grande Setor Primário geraram 62.357 empregos formais no Estado de Goiás, com maior destaque para a Mesorregião Sul Goiano.

A Mesorregião Centro Goiano empregou sob contrato formal de trabalho 638.850 trabalhadores, em 2005. Deste universo, 2,28% foram gerados pelo Grande Setor Primário (14.566 empregos formais). Estes empregos gerados pelo Grande Setor Primário representaram 23,36% dos empregos gerados pelo referido Grande Setor no conjunto do Estado de Goiás.

O Grande Setor Secundário gerou 130.832 empregos formais, em 2005. Estes empregos representaram 20,48% dos empregos formais gerados na Mesorregião. O Grande Setor Secundário na Mesorregião representou 68,51% dos empregos formais no conjunto do Grande Setor Secundário no Estado de Goiás.

O Grande Setor Terciário gerou 493.452 empregos formais na Mesorregião Centro Goiano, em 2005. Estes empregos corresponderam a 77,24% dos empregos gerados no conjunto das atividades econômicas da Mesorregião. O Setor de serviços foi o que assumiu maior destaque, gerando 378.995 empregos formais.

O Grande Setor Terciário na Mesorregião foi responsável por 71,35% dos empregos formais gerados pelo referido Grande Setor no conjunto do Estado de Goiás.

A Mesorregião Sul Goiano gerou 185.835 empregos formais. O Grande Setor Primário foi o que obteve a maior representatividade, gerando 30.412 empregos formais. Esses empregos gerados nesta Mesorregião equivaleram a 48,77% dos empregos gerados no Grande Setor Primário do Estado de Goiás.

A participação do Grande Setor Primário na totalidade das atividades econômicas na Mesorregião Sul Goiano foi de 16,37%, com destaque para o Subsetor de agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal, caça e pesca.

---

<sup>14</sup> É necessário avaliar até que ponto é vantajoso para o Estado de Goiás a predominância do setor terciário como válvula empregatória. É necessário também investigar qual o grau de integração dependente o Estado de Goiás continua mantendo com os Estados de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, em especial como estado abastecedor de grãos e carnes. Por fim, é necessário investigar a existência de dinâmicas autocentradas no próprio Estado de Goiás co-orientando as transformações em curso.

O Grande Setor Secundário ofertou 40.817 empregos formais, em 2005, correspondendo a 21,96% das atividades econômicas presentes na Mesorregião. Este Grande Setor da Mesorregião Sul Goiano representou 21,37% dos empregos formais no conjunto das atividades econômicas no Estado de Goiás.

Já o Grande Setor Terciário empregou 114.606 trabalhadores sob contrato formal de trabalho, correspondendo a 61,67% dos empregos formais nas atividades econômicas presentes nesta Mesorregião. Este número de trabalhadores sob contrato formal de trabalho representou 16,57% dos mesmos no conjunto do Grande Setor Terciário do Estado de Goiás.

Dos 70.439 empregos formais gerados na Mesorregião Leste Goiano, cerca de 12% corresponderam ao Grande Setor Primário, que gerou 8.907 empregos. Já em relação ao Estado de Goiás, a Mesorregião, no Grande Setor Primário, obteve uma participação de 14,28% dos empregos formais gerados neste Grande Setor.

O Grande Setor Secundário obteve uma representatividade de 12,85% da totalidade das atividades econômicas na Mesorregião Leste Goiano, ofertando 9.053 empregos formais. Os empregos formais gerados no Grande Setor Secundário, na Mesorregião Leste Goiano, representaram 4,74% do total dos empregos formais gerados neste Grande Setor no Estado de Goiás.

O Grande Setor Terciário empregou 52.479 trabalhadores. A sua participação em relação às outras atividades econômicas na Mesorregião Leste Goiano foi de 74,5%.

No conjunto dos empregos formais gerados no Grande Setor Terciário, a participação da Mesorregião Leste Goiano foi de 7,59% em relação às atividades deste Grande Setor no Estado de Goiás.

A Mesorregião Leste Goiano apresenta o Grande Setor Terciário hipertrofiado em relação aos demais grandes setores. Isto se deve à condição de municípios/cidades dormitórios para uma parcela significativa da população residente nos municípios das Microrregiões Entorno de Brasília e Vão do Paranã que se emprega no Distrito Federal. Assim, mesmo não ocorrendo um desenvolvimento virtuoso e equilibrado entre os três grandes setores, de forma a criar renda endogenamente, uma renda oriunda dos salários obtidos no Distrito Federal promove o grande crescimento do setor de comércio e, secundariamente, de serviços nesta Mesorregião.

A Mesorregião Norte Goiano totalizou 26.302 empregos formais, em 2005. O seu Grande Setor Primário empregou 2.533 trabalhadores sob contrato formal, o equivalente a 9,63% dos empregos gerados nesta Mesorregião. Este Grande Setor obteve uma participação

de apenas 4,06% no conjunto dos empregos formais gerados no Grande Setor Primário no Estado de Goiás.

O Grande Setor Secundário empregou formalmente 5.517 trabalhadores, correspondendo a 20,98% dos empregos formais das atividades econômicas da Mesorregião. A sua participação no Grande Setor Secundário do Estado de Goiás foi de apenas 2,89%.

Assim como nas demais mesorregiões, o Grande Setor Terciário foi o que mais empregou na Mesorregião Norte Goiano (18.252 empregos formais), principalmente o seu Setor de Serviços. A participação deste Grande Setor no total das atividades econômicas na Mesorregião foi de 69,39%. Todavia, a participação do Grande Setor Terciário no conjunto deste Grande Setor no Estado foi de apenas 2,64%.

A Mesorregião Noroeste Goiano foi a que menos empregou trabalhadores sob contrato formal de trabalho, com 23.501 empregos em 2005. O Grande Setor Primário gerou 5.939 contratos formais de trabalho, correspondendo a 25,27% do conjunto dos empregos formais gerados pela totalidade das atividades econômicas na Mesorregião.

Esses empregos gerados pelo Grande Setor Primário na Mesorregião Noroeste Goiano representaram 9,52% dos empregos gerados pelo referido Grande Setor no conjunto do Estado de Goiás.

O Grande Setor Secundário gerou 4.758 empregos formais, com uma participação de 20,25% do conjunto dos empregos formais gerados pela totalidade das atividades econômicas na Mesorregião. Com relação aos empregos gerados no referido Grande Setor no Estado de Goiás, a participação da Mesorregião neste Grande Setor foi de 2,49%.

Já o Grande Setor Terciário, embora tenha sido o que mais empregou na Mesorregião Noroeste Goiano, com 12.804 trabalhadores, sua participação no conjunto das atividades econômicas no referido Grande Setor no Estado de Goiás correspondeu a apenas 1,85%.

Quanto às Mesorregiões Noroeste Goiano e Norte Goiano, apresentam pequeno desempenho econômico e contratual. O desempenho relativamente elevado em termos de contrato formal de trabalho do Grande Setor Primário na Mesorregião Noroeste Goiano evidencia um processo de modernização das atividades agropecuárias em municípios e/ou microrregiões que a compõem. O desempenho relativamente elevado em termos de contrato formal de trabalho do Grande Setor Terciário na Mesorregião Norte Goiano evidencia a condição de centro de atividades comerciais e de serviços desta Mesorregião para populações do Sul do Estado de Tocantins e do Nordeste do Estado do Mato Grosso.

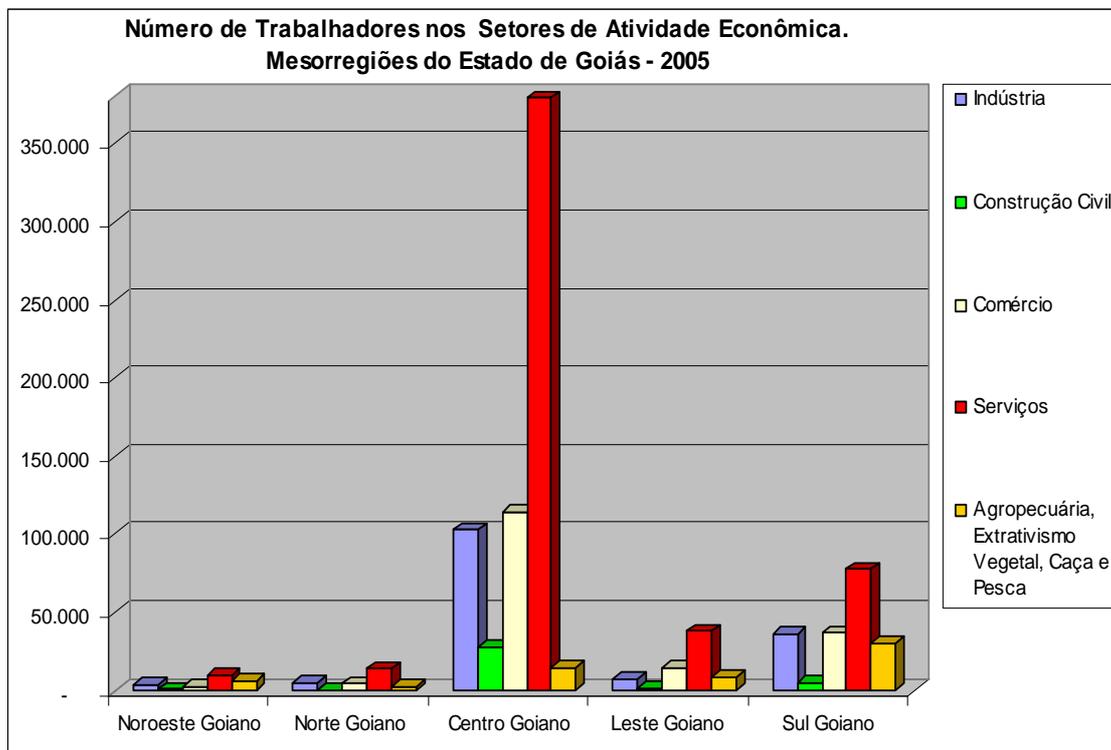
Os dados referentes ao número de contrato formal de trabalho por grandes setores de atividade econômica do Estado de Goiás proporcionam uma série de evidências. Primeiramente, a condição destacada da Mesorregião Centro Goiano como aquela que concentra a maior população, o maior estoque de empregos formais e o maior desenvolvimento econômico do Estado de Goiás. Ela impõe uma divisão interestadual do trabalho no Estado de Goiás, tendo-a como centro industrial e de serviços e transferindo para as demais mesorregiões a condição de centros agropecuários complementares às suas demandas. Esta divisão interestadual do trabalho comporta, todavia, um acentuado desenvolvimento de atividades agroindustriais e de agricultura moderna na Mesorregião Sul Goiano.

Nas mesorregiões, a mobilidade do emprego acompanha quase sempre alguma instalação de infraestrutura ('sistema de objetos'). Enfim, a sociedade torna-se dependente das iniciativas governamentais e empresariais, predominantemente sob a lógica dos capitais financeiros nacional, internacional e agroindustrial.

São necessários planejamentos logísticos de médio a longo espaço de tempo e sob um lógica que venha incorporar a participação e identificação de demandas populares, isto é que não estejam subordinados aos interesses dos referidos capitais, visto que estes dão o norte das instalações de infraestruturas construídas pelo poder público e pelo empresariado. As regiões que possuem maior fluidez do território, em termos de infraestruturas, tendem a se tornar mais competitivas no contexto regional e nacional, a exemplo das mesorregiões centro Goiano e Sul Goiano. As mesorregiões Nordeste Goiano e Norte Goiano, por sua vez, refletem essas dinâmicas do movimento do capital especulativo, mas em outra direção, qual seja, a 'política de negligência' em termos de investimento em infraestrutura, o que as transformam em mesorregiões fornecedoras de exércitos industriais de reserva a ser subcontratados e/ou produtos primários subvalorizados que concorrem para a redução de custos da 'cesta básica'<sup>15</sup> da força de trabalho - e, conseqüentemente, dos custos salariais garantidores da reprodução dos trabalhadores e da ampliação da lucratividade do capital - das mesorregiões mais modernizadas e integradas infraestruturalmente ao mercado interregional, nacional e internacional.

---

<sup>15</sup> Custo da cesta básica é uma referência adotada para a identificação dos custos básicos necessários à reprodução da força de trabalho e para o acompanhamento dos comportamentos e dinâmicas inflacionárias. Constitui-se, ainda, em referência para os capitalistas identificarem os "limites" possíveis de intensificação da extração da mais-valia absoluta dos trabalhadores.



**Gráfico 4.1:** Número de Trabalhadores nos Setores de Atividade Econômica nas Mesorregiões do Estado de Goiás - 2005. Fonte: Elaborado a partir dos dados da RAIS/MTE (2008).

**Tabela 3 - Estrutura Setorial do Emprego Formal, segundo os Grandes Setores de Atividade Econômica do IBGE e as Mesorregiões do Estado de Goiás (2005)**

Mesorregião	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária, Extr. Veget. Caça e Pesca	Total
<b>Centro Goiano</b>	102.871	27.961	114.457	378.995	14.566	638.850
<b>Centro Goiano (%)</b>	16,1%	4,4%	17,9%	59,3%	2,3%	100,0%
<b>Sul Goiano</b>	36.068	4.749	36.772	77.834	30.412	185.835
<b>Sul Goiano (%)</b>	19,4%	2,6%	19,8%	41,9%	16,4%	100,0%
<b>Leste Goiano</b>	7.492	1.561	14.417	38.062	8.907	70.439
<b>Leste Goiano (%)</b>	10,6%	2,2%	20,5%	54,0%	12,6%	100,0%
<b>Norte Goiano</b>	4.955	562	4.299	13.953	2.533	26.302
<b>Norte Goiano (%)</b>	18,8%	2,1%	16,3%	53,0%	9,6%	100,0%
<b>Noroeste Goiano</b>	3.965	793	2.750	10.054	5.939	23.501
<b>Noroeste Goiano (%)</b>	16,9%	3,4%	11,7%	42,8%	25,3%	100,0%
<b>Estado de Goiás</b>	155.351	35.626	172.695	518.898	62.357	944.927
<b>Estado de Goiás (%)</b>	16,4%	3,8%	18,3%	54,9%	6,6%	100,0%

Fonte: Elaborado a partir dos dados da RAIS/MTE (2008)

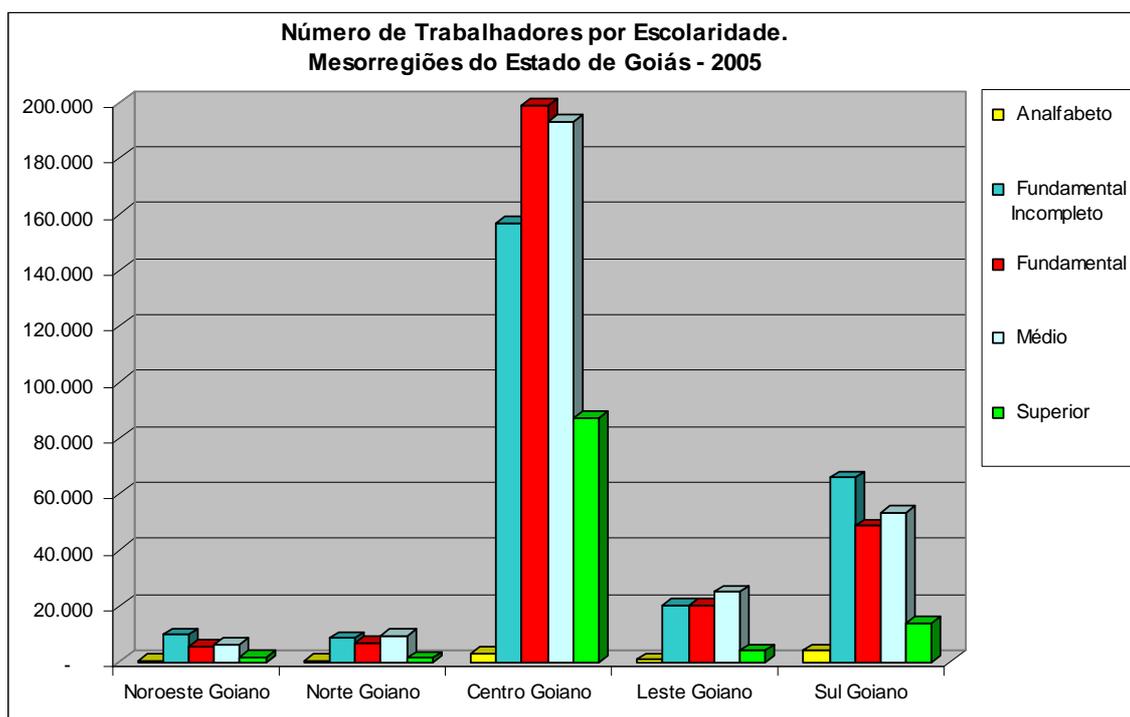
#### **4.4.2. Grau de Escolaridade dos Trabalhadores Sob Contrato Formal de Trabalho nas Mesorregiões do Estado de Goiás**

O Gráfico 4.2 e a Tabela 4 ilustram a realidade do Estado no que se refere ao grau de escolaridade, em 2005. Dos 944.927 trabalhadores formalmente empregados em Goiás, 8.244 eram analfabetos; 261.295 possuíam o Ensino Fundamental Incompleto; 280.016 possuíam o Ensino Fundamental Completo; 287.380, o Ensino Médio Completo e apenas 107.992 concluíram o Ensino Superior. No conjunto do Estado de Goiás, a maior parte da população empregada formalmente cursou o Ensino Médio (30,41%) e o Ensino Fundamental (29,63%).

Os dados revelam, ainda, uma grande heterogeneidade na distribuição do grau de escolaridade entre as mesorregiões. Enquanto os melhores índices fazem-se presentes nas Mesorregiões Centro Goiano e Sul Goiano, os piores índices estão presentes nas Mesorregiões Noroeste Goiano e Norte Goiano.

Os dados estatísticos revelam que o grau de escolaridade entre as mesorregiões acompanha a lógica econômica e não social. Pois, a educação na Constituição Brasileira é *a priori* um direito universal, instrumento básico e necessário no desenvolvimento do país. O que mais preocupa atualmente é que ainda perdura a educação bancária em que o quantitativo de alunos é o “carro-chefe” que “reboca” todo esse processo. Os números, frequentemente, são os indicadores mais práticos para os investimentos e não o potencial humano em algum lugar longínquo do território brasileiro.

Por fim, a análise dos dados deve incorporar uma grande atenção e cuidado. Representam a distribuição do grau de escolaridade dos trabalhadores contratados, o que pode mascarar a situação do grau de escolaridade das mesorregiões, visto que estes incorporam os trabalhadores que se encontram fora do mercado de trabalho formal.



Gr

**áfico 4.2:** Número de Trabalhadores por Escolaridade, nas Mesorregiões do Estado de Goiás - 2005. Fonte: Elaborado a partir dos dados da RAIS/MTE (2008).

Na Mesorregião Centro Goiano a maior parte dos trabalhadores possuía, em ordem decrescente, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Esta Mesorregião foi a que obteve o maior número de trabalhadores formalmente empregados com Ensino Superior Completo, e a segunda que obteve o maior número de trabalhadores analfabetos formalmente empregados. Todavia, isto não significa uma taxa de analfabetismo maior do que aquelas presentes nas demais mesorregiões, tendo em vista o número de habitantes da Mesorregião Centro Goiano, que é infinitamente superior.

Na Mesorregião Leste Goiano, em 2005, grande parte dos trabalhadores sob contrato formal possuía o Ensino Médio Completo. Esta Mesorregião apresentou 257 trabalhadores a mais que possuíam o Ensino Fundamental Incompleto quando comparado àqueles que possuíam o Ensino Fundamental Completo.

Estes dados mascaram a diferenciação econômica e educacional entre as microrregiões Entorno de Brasília e Vão do Paranã. Esta última, mais distante do Distrito Federal, não polariza investimentos econômicos e programas sociais, sendo profundamente marcada pela informalidade dos estabelecimentos econômicos e da arregimentação da força de trabalho. Os dados da Mesorregião Leste Goiano traduzem, praticamente *in totum*, os dados da Microrregião Entorno de Brasília.

Na Mesorregião Sul Goiano, em 2005, a maior parte dos trabalhadores formalmente empregados possuía apenas o Ensino Fundamental Incompleto, sendo seguida pelos que possuíam o Ensino Médio e o Ensino Fundamental Completo. Esta Mesorregião foi a que apresentou o maior número de trabalhadores analfabetos formalmente empregados. Isto se deve ao fato de esta Mesorregião ter atraído, a partir dos anos 1970, populações do agreste nordestino e da zona da mata como trabalhadores bóia-fria empregados no corte de cana-de-açúcar e na colheita de algodão.

Os trabalhadores sob contrato formal de trabalho nas Mesorregiões Norte Goiano e Noroeste Goiano possuíam o mesmo perfil de escolaridade. A maioria possuía, em ordem decrescente, o Ensino Fundamental Incompleto, o Ensino Médio Completo e o Ensino Fundamental Completo. A presença de trabalhadores com Ensino Superior foi e é muito pouco expressiva nessas mesorregiões.

Finalmente, os dados revelam a importância que a Formação Inicial Continuada e o Ensino Médio – EJA podem assumir como modalidades de ensino para trabalhadores que não possuem o Ensino Fundamental Completo ou apenas o Ensino Fundamental, respectivamente.

**Tabela 4 - Grau de Instrução do Pessoal Ocupado no Setor Formal, segundo as Mesorregiões do Estado de Goiás (2005)**

Mesorregião	Analfabeto	Fundamental Incompleto	Fundamental	Médio	Superior	Total
<b>Centro Goiano</b>	2.793	156.940	198.786	193.187	87.144	638.850
<b>Centro Goiano (%)</b>	0,4%	24,6%	31,1%	30,2%	13,6%	100,0%
<b>Sul Goiano</b>	3.996	65.945	48.624	53.563	13.707	185.835
<b>Sul Goiano (%)</b>	2,2%	35,5%	26,2%	28,8%	7,4%	100,0%
<b>Leste Goiano</b>	760	20.160	20.417	25.085	4.017	70.439
<b>Leste Goiano (%)</b>	1,1%	28,6%	29,0%	35,6%	5,7%	100,0%
<b>Norte Goiano</b>	275	8.509	6.701	9.315	1.502	26.302
<b>Norte Goiano (%)</b>	1,0%	32,4%	25,5%	35,4%	5,7%	100,0%
<b>Noroeste Goiano</b>	420	9.741	5.488	6.230	1.622	23.501
<b>Noroeste Goiano (%)</b>	1,8%	41,4%	23,4%	26,5%	6,9%	100,0%
<b>Estado de Goiás</b>	8.244	261.295	280.016	287.380	107.992	944.927
<b>Estado de Goiás (%)</b>	0,9%	27,7%	29,6%	30,4%	11,4%	100,0%

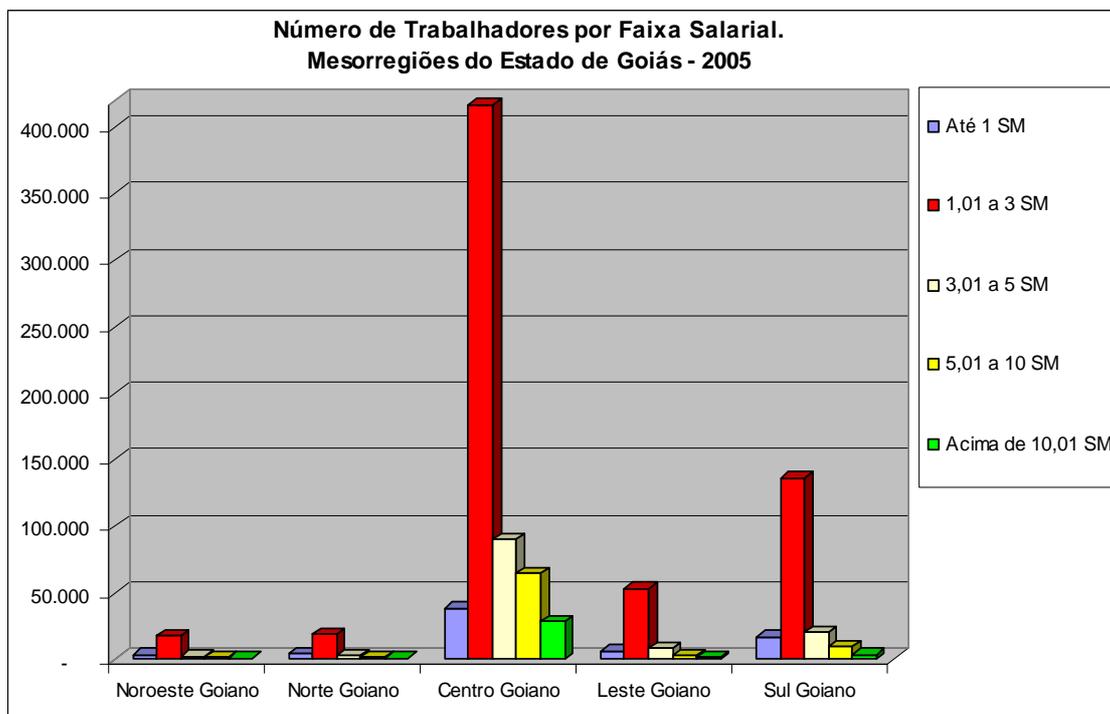
Fonte: Elaborado a partir dos dados da RAIS/MTE (2008)

#### 4.4.3. Faixa Salarial dos Trabalhadores Sob Contrato Formal de Trabalho nas Mesorregiões do Estado de Goiás.

No que diz respeito à Faixa Salarial dos trabalhadores sob contrato formal de trabalho, em todas as mesorregiões prevalece o rendimento de 1 até 3 salários mínimos. Nas mesorregiões Noroeste Goiano e Norte Goiano esse predomínio é ainda mais absoluto. Todavia, os rendimentos acima de 3 salários mínimos possuem uma presença ínfima.

As remunerações que se encontram entre 3,01 e 5, entre 5,01 e 10 e acima de 10 salários mínimos basicamente assumem expressão nas Mesorregiões Centro Goiano e Sul Goiano, conforme pode ser observado no Gráfico 4.3 e na Tabela 5. Na Mesorregião Leste Goiano, os rendimentos que se encontram entre 1,01 e até 3 salários mínimos também possuem uma importância destacada.

As remunerações de até 1 salário mínimo, entre os trabalhadores sob contrato formal de trabalho, assumem uma importância relativa nas Mesorregiões Centro Goiano e Sul Goiano, que são as mesorregiões mais desenvolvidas do Estado de Goiás. Nas demais mesorregiões, embora esta faixa salarial não assuma uma importância junto aos trabalhadores sob contrato formal de trabalho, ela é amplamente predominante junto às formas não contratuais da sua arregimentação.



**Gráfico 4.3:** Número de Trabalhadores por Faixa Salarial nas Mesorregiões do Estado de Goiás - 2005. Fonte: Elaborado a partir dos dados da RAIS/MTE (2008).

**Tabela 5 - Faixa Salarial do Pessoal Ocupado no Setor Formal, segundo as Mesorregiões do Estado de Goiás (2005)**

Mesorregião	Até 1 SM	1,01 a 3 SM	3,01 a 5 SM	5,01 a 10 SM	Acima de 10 SM	Total
<b>Centro Goiano</b>	37.803	416.949	90.030	64.053	27.834	636.669
<b>Centro Goiano (%)</b>	5,9%	65,5%	14,1%	10,1%	4,4%	100,0%
<b>Sul Goiano</b>	16.508	136.161	19.663	9.209	3.490	185.031
<b>Sul Goiano (%)</b>	8,9%	73,6%	10,6%	5,0%	1,9%	100,0%
<b>Leste Goiano</b>	5.668	52.984	7.665	2.719	966	70.002
<b>Leste Goiano (%)</b>	8,1%	75,7%	10,9%	3,9%	1,4%	100,0%
<b>Norte Goiano</b>	3.564	18.300	2.514	1.361	488	26.227
<b>Norte Goiano (%)</b>	13,6%	69,8%	9,6%	5,2%	1,9%	100,0%
<b>Noroeste Goiano</b>	3.024	17.486	1.733	902	306	23.451
<b>Noroeste Goiano (%)</b>	12,9%	74,6%	7,4%	3,8%	1,3%	100,0%
<b>Estado de Goiás</b>	66.567	641.880	121.605	78.244	33.084	941.380
<b>Estado de Goiás (%)</b>	7,1%	68,2%	12,9%	8,3%	3,5%	100,0%

Fonte: Elaborado a partir dos dados da RAIS/MTE (2008)

## **5. POTENCIALIDADES E ESTRANGULAMENTOS DO CENTRO-OESTE, INCLUINDO O ESTADO DE GOIÁS**

A atuação no desenvolvimento regional/local deve partir da identificação das potencialidades/vocações e dos estrangulamentos/problemas, presentes nos planos local, municipal, microrregional ou mesorregional, frente aos quais se buscará atuar.

Toda e qualquer região do Estado de Goiás pode abrigar processos sociais e atividades econômicas concebidas de forma sustentável. Para tanto, é necessário o desenvolvimento de aspectos como novas concepções e práticas sociais e econômicas e zoneamento ecológicoeconômico. A criação de cartas georreferenciadas que retratem o potencial dos diversos contextos ambientais do Estado de Goiás ocupa importância singular nessa direção, visto que contribui para a definição de aspectos como o que plantar e com qual concepção, modelo e tecnologia plantar.

### **5.1. As Principais Potencialidades/Vocações**

As principais potencialidades/vocações expressam as características internas da região, que podem permitir um desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo socialmente. Foram identificadas as seguintes potencialidades da Região Centro-Oeste e do Estado de Goiás.

#### **5.1.1. Recursos Naturais Abundantes e Grande Biodiversidade**

O Centro-Oeste tem um grande acervo de recursos naturais, com destaque para as florestas, bacias hidrográficas, áreas de solos de boa qualidade, elevada diversidade biológica e belezas naturais. Tais recursos, todavia, têm sido aproveitados com técnicas e processos não, ou pouco sustentáveis. Dentre as atividades econômicas que adotam técnicas e processos não, ou pouco sustentáveis destacam-se a agropecuária e a exploração madeireira. Dentre as atividades que adotam e/ou podem adotar técnicas e processos sustentáveis, destaca-se o turismo, a fruticultura tropical e a indústria de fármacos, cosméticos, essências e óleos.

O Centro-Oeste possui 73,7 mil quilômetros quadrados de solo com boas reservas de elementos nutritivos, com fertilidade alta, com características físicas favoráveis para o desenvolvimento das plantas e poucas restrições topográficas; possui 6,3 mil quilômetros quadrados de solos com fertilidade natural média, com superfícies de topografia plana, suave

e ondulada; e possui 14,1 mil quilômetros quadrados com solos de fertilidade natural média e alta, com topografia favorável às práticas de mecanização.

O Centro-Oeste, incluindo o Estado de Goiás, possui uma rica variedade de paisagem e diversidade de *habitats*, distribuídos principalmente no Cerrado, com uma enorme diversidade de espécies vegetais e animais. Estima-se que no Cerrado encontra-se cerca de um terço da biodiversidade brasileira, com aproximadamente 5 mil espécies de plantas vasculares e mais de 1.600 espécies de mamíferos, aves e répteis. A sua biodiversidade, todavia, é pouco estudada.

A vegetação do Cerrado possui uma grande capacidade de fixação de carbono, armazenado nas raízes e troncos da vegetação arbustiva, proporcionando uma grande retirada de gás de efeito estufa (GEE) pela rebrota na época das chuvas, o que permite a implantação de projetos de captura de GEE para comercialização no mercado de créditos de carbono.

### **5.1.2. Grande Manancial de Recursos Hídricos**

O Centro-Oeste possui um grande manancial de recursos hídricos e constitui um dos centros do sistema hidrográfico brasileiro e do subcontinente sul-americano. O Centro-Oeste, em especial o Estado de Goiás, é um importante dispensor da rede hidrográfica brasileira, que reúne grandes extensões das bacias Amazônica, Tocantins e Xingu.

Esse manancial pode proporcionar uma infinidade de projetos não explorados ou pouco explorados. Um exemplo é a piscicultura desenvolvida por pequenos proprietários nos próprios mananciais e a montagem de pequenas estruturas associativas, inclusive constituindo uma cadeia produtiva do pescado no cerrado. Iniciativas dessa natureza podem representar grandes possibilidades em termos de geração e democratização na distribuição de rendas no Estado de Goiás.

### **5.1.3. Capacidade Empreendedora e Inovadora do Empresariado Regional**

O empresariado do Centro-Oeste, incluindo o Estado de Goiás, tem se constituído em fator determinante da expansão agropecuária na região. Tem lançado mão da inovação e da busca de tecnologias para adaptar-se às características de solo, clima e relevo regional. O desafio atual é a formação de um novo empresariado regional com grande capacidade e postura inovadora, mas com compromissos sociais e ambientais.

Especialmente o grande empresariado Goiano necessita se imbuir do espírito e/ou ser compelido a reconhecer a necessidade de um pacto sócio-ambiental, ou seja, produzir/extrair

da natureza matérias-primas e produtos dentro de concepções, modelos e práticas que preservem o meio ambiente e que retornem parte dos seus ganhos em investimentos ambientais, bem como redistribuir ganhos junto aos trabalhadores e pequenos proprietários que integrem cadeias produtivas verticalizadas. Enfim, criar “produtos/objetos auto-sustentáveis”, quais sejam, mercadorias que agreguem valor ambiental e social à sua lógica de produção – distribuição - consumo.

#### **5.1.4. Existência de uma Base Produtiva Agropecuária Moderna e Competitiva**

Na atividade agropecuária, o Centro-Oeste, incluindo o Estado de Goiás, possui um elevado nível de produtividade o que torna a região altamente competitiva no mercado de grãos e de carne. A superação das restrições de infraestrutura e logística e as conquistas técnico-científicas tenderão a potencializar ainda mais estes níveis de produtividade. A expansão da produção agropecuária na Região Centro-Oeste tem elevado rapidamente a produção de grãos, passando de 20,6 milhões de toneladas, em 1998, para 42,9 milhões de toneladas, em 2007, enquanto que o Estado de Goiás, individualmente, no mesmo período, passou de 6,7 milhões de toneladas para 11,2. Da mesma forma, o rebanho bovino da Região Centro-Oeste cresceu de 56,4 milhões de cabeças, em 1998, para mais de 71 milhões, em 2005, enquanto que no Estado de Goiás cresceu de 18,1 para 20,7 milhões no mesmo período.

A evolução das exportações do Centro-Oeste, as quais estão fortemente concentradas em produtos agropecuários, passou de US\$ 702 milhões de dólares, em 1989, para cerca de US\$ 5,18 bilhões de dólares, em 2004.

#### **5.1.5. Mercado Interno em Expansão**

O mercado interno do Centro-Oeste é relativamente restrito, devido ao reduzido tamanho da população e sua dispersão no amplo território regional, exceto o eixo Brasília-Goiânia-Anápolis<sup>16</sup> com alta densidade de população e de renda. A renda domiciliar *per capita* da região tem aumentado de forma contínua, passando de R\$ 256,60<sup>17</sup>, em 1991, para cerca de R\$ 342,99, no ano 2000. A escala de demanda deste mercado ainda é reduzida em função do tamanho da população, mas tende a ampliar-se com o crescimento da economia por meio do adensamento das cadeias produtivas regionais, das políticas de incentivos aos

---

<sup>16</sup> Para aprofundamento, ver ARRAIS, Tadeu Alencar. A região como arena política: um estudo sobre a produção da região urbana Centro Goiano. Goiânia: Editora Vozes, 2007.

<sup>17</sup> Valores atualizados e corrigidos em Real, tendo como referência o ano de 2006.

microempreendimentos e das políticas sociais focalizadas em programas de renda mínima do Governo Federal voltadas para as populações carentes, entre outros fatores e processos.

#### **5.1.6. Nível de Escolaridade da População**

A média de anos de estudos da população de 15 anos ou mais na Região Centro-Oeste é superior à média nacional. Em 1996 era de 5,8 e 5,9, respectivamente, no Brasil e no Centro Oeste. Em 2006 era de 7,2 e 7,4, respectivamente, no Brasil e em Goiás.

É importante ressaltar que existe uma grande desigualdade regional no nível de escolaridade, tanto entre os estados quanto entre as mesorregiões em cada estado, bem como maior nível de escolaridade das mulheres em relação aos homens. Em Goiás, a expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica por meio do IF Goiano tende a se constituir em um instrumento que concorre para a elevação do Nível de escolaridade e dirimir as desigualdades mesorregionais apresentadas pelo mesmo, bem como a ampliação da oferta de Educação Profissional e Tecnológica.

#### **5.1.7. Inovação Tecnológica**

A atividade agropecuária do Centro-Oeste tem incorporado novas tecnologias, em especial por meio das pesquisas promovidas pela EMBRAPA, por meio do centro de pesquisas genéticas na EMBRAPA Recursos Genéticos e Biotecnologia (Cenargen), no Distrito Federal; dos centros de pesquisa agroflorestral na EMBRAPA Cerrados, no Distrito Federal; na EMBRAPA Agropecuário Oeste, em Dourados, no Mato Grosso do Sul; na EMBRAPA Pantanal, em Corumbá, no Mato Grosso do Sul; nos centros de pesquisa de produtos na EMBRAPA Arroz e Feijão, em Santo Antônio, no Estado de Goiás e EMBRAPA Gado de Corte, em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul; e um centro de pesquisa em serviços na EMBRAPA Café, no Distrito Federal.

Em termos de capacidade científica e tecnológica, o Centro-Oeste, em 2006, contava com 6.162 pesquisadores. As instituições que centralizavam esta referida capacidade são as universidades federais de Goiás, do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul e a Universidade de Brasília.

Em Goiás esta capacidade está sendo ampliada com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica por meio dos Institutos Federais de Goiás e Goiano. Portanto, o Estado de Goiás está criando as condições necessárias para produção de conhecimentos e, conseqüentemente, de inovações técnicas, científicas e informacionais.

### **5.1.8. Posição Estratégica da Região e de Goiás no Contexto Sul-Americano**

A tendência de integração físico-territorial das áreas mais industrializadas do Brasil com os demais países da América do Sul, em especial por meio da construção de infraestrutura ferroviária que permita a saída brasileira para o Pacífico e os países da Cordilheira dos Andes, obrigatoriamente passará pelo Centro-Oeste e reservará um papel central à Região e a Goiás na referida integração. Portanto, a nova inserção do Brasil no mercado mundial e sul-americano em particular, tende a posicionar ainda mais favoravelmente o Estado de Goiás na perspectiva da otimização das suas potencialidades e vocações regionais.

## **5.2. Os Principais Estrangulamentos/Problemas**

Os estrangulamentos/problemas são condições ou situações internas à Região, indesejadas e que atrapalham e/ou impedem o desenvolvimento regional/local, caso não sejam devidamente equacionadas ou alteradas. Salienta-se que estrangulamentos/problemas estão sendo concebidos de um ponto de vista mais amplo, envolvendo aspectos sociais, econômicos e ambientais.

### **5.2.1. Vulnerabilidade da Economia**

A economia e especialmente, a pauta de exportações do Centro-Oeste, está concentrada em *commodities* e, principalmente, em produtos agropecuários, provocando uma grande dependência do mercado e dos preços internacionais de grãos, de carnes do algodão. Com efeito, mais de 70% das exportações regionais estão concentradas em produtos primários de baixo valor agregado, principalmente soja, carne e algodão. Em 2004, 38% das exportações regionais foram de grãos de soja, 19% de bagaço e resíduos da extração de óleo de soja, e 5% de carnes e 5% de algodão. Assim, a presença da Região no mercado internacional e a demonstração da sua competitividade representam, ao mesmo tempo, um componente de vulnerabilidade e dependência externa.

### **5.2.2. Limitado Resultado Social Decorrente do Dinamismo da Economia**

Embora a Região Centro-Oeste se situe acima da média brasileira em quase todos os indicadores sociais, com exceção do saneamento básico, ela apresenta elevados níveis de pobreza, grande concentração de renda e deficiência na oferta de serviços sociais. Os baixos indicadores sociais contrastam com o grande dinamismo da economia regional, o que

evidencia uma articulação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento no modelo de crescimento apoiado no agronegócio, na agroindústria e na extração mineral voltadas para o mercado externo. O baixo desempenho social compromete a qualidade de vida da população e pode proporcionar um ambiente favorável para o crescimento de fenômenos como violência e dependência de drogas. Pode-se constituir em uma limitação competitiva para algumas atividades econômicas, como o turismo, que demanda um ambiente social e urbano saudável.

### **5.2.3. Deficiência na Qualificação da Mão-de-Obra**

A velocidade da expressão econômica do Centro-Oeste gera uma deficiência de mão-de-obra qualificada, principalmente quando são introduzidas inovações tecnológicas que demandam recursos humanos com formação Técnico-profissional elevada. Esta limitação da capacidade técnica e profissional da força de trabalho aumenta quando se trata de novas atividades econômicas que permitem uma diversificação da estrutura produtiva, como o turismo, a indústria e os serviços avançados. Por outro lado, o nível de escolaridade modesto, pouco superior à média nacional, que é baixo mesmo quando comparado aos índices apresentados por outros países de desenvolvimento capitalista periférico, assim como a persistência de analfabetismo constituem obstáculos para uma rápida qualificação da mão-de-obra regional. Este estrangulamento pode representar um impedimento à manutenção ou aumento da competitividade do Centro-Oeste, particularmente quando se trata de diversificação da estrutura e adensamento das cadeias produtivas.

A carência de qualificação da mão-de-obra regional para os postos de trabalho abertos e que demandam qualificação, não pode ofuscar o fato de que a oferta de postos de trabalho é inferior à população que ingressa no mercado de trabalho. Isto ocorre devido aspectos como a modernização tecnológica das empresas à base da automação e informatização, a baixa internalização das cadeias produtivas na região, a carência de políticas consistentes para os pequenos e médios empreendimentos urbanos e rurais e a evasão de riquezas da região.

### **5.2.4. Degradação dos Ecossistemas Regionais**

As pressões antrópicas decorrentes do crescimento acelerado da economia regional provocam a degradação do meio ambiente do Centro-Oeste, expressa no desmatamento, na redução da cobertura vegetal, na destruição da biodiversidade, na erosão do solo, no assoreamento e na poluição dos recursos hídricos da região. O processo de desmatamento intensivo aliado à aração e o revolvimento da terra na entressafra deixa o solo exposto à

erosão causada pelas chuvas, pelos ventos e pelo sol. O solo carregado para os cursos d'água desprotegidos tende a assorear os leitos e degradar os recursos hídricos, provocando também inundação dos rios. Já existem sinais de mudanças no regime de seca e cheia em alguns rios regionais. Além disso, a carga agrotóxica utilizada na agropecuária tende a deslocar-se para os mananciais, contaminando as cadeias alimentares dos rios.

O desmatamento já atingiu 48,8% da área total do Centro-Oeste, e é de 57% a redução da cobertura vegetal nos cerrados, 38,8% da floresta tropical, e de 17% da cobertura florestal do Pantanal.

Os processos produtivos e as tecnologias dominantes na economia regional incorporam, portanto, um custo social alto na perda de grande parte das potencialidades do Centro-Oeste. Assim sendo, os ganhos econômicos da introdução da agropecuária subestimam as perdas provocadas, pois não levam em conta os benefícios resultantes da preservação da biodiversidade e dos serviços ambientais.

### **5.2.5. Desarticulação do Sistema Logístico e Gargalos na Infra-estrutura de Transportes**

Com elevada produtividade agrícola e com condições favoráveis de solo e água, o Centro-Oeste é altamente competitivo “dentro da porteira”<sup>18</sup>, mas padece de grandes restrições logísticas para alcançar em melhores condições econômicas os mercados consumidores internacionais e nacional.

No caso da soja, por exemplo, em torno de 25% da receita fica comprometida com os custos internos de transporte, com dispêndio médio de US\$ 50 dólares por tonelada, mais do que o dobro dos US\$ 20 dólares dos custos de transporte do produto nos Estados Unidos (FGV, 2005, p. 6 e 7). A diferença de custo decorre do tipo de transporte, predominantemente rodoviário, e, principalmente, da grande deficiência de sua malha, agravada pelo processo de deterioração das estradas. Segundo estudo da CNT – Confederação Nacional de Transporte, dos 12,6 mil quilômetros de rodovias federais e estaduais pesquisadas, e que constituem a rede de maior importância para a Região Centro-Oeste, 77% delas foram classificadas como deficientes, 11% como ruins e 1,5% como péssimas; apenas pouco menos de 10% foram classificadas como boas e ótimas.

---

<sup>18</sup> Antes da porteira (insumos, sementes, máquinas, fertilizantes); dentro da porteira, ou seja, a produção agrícola propriamente dita; depois da porteira (indústria, embalagens, exportações, serviços, inclusive de crédito).

Além da dominância e da carência do sistema de transporte rodoviário, a região não conta com uma rede estruturada e eficiente de transporte hidroviário de carga voltado para o transporte da produção agropecuária regional. As hidrovias ainda são incipientes e os terminais portuários possuem pouca expressão, operando abaixo da capacidade e com custos operacionais elevados. Quanto ao sistema ferroviário, embora ainda esteja deficiente e incompleto, tem convivido com a retomada de investimentos nos últimos anos.

Em termos de energia elétrica, a Região é auto-suficiente, mas registra problemas de distribuição em diversos pontos do território, principalmente nas áreas de expansão da fronteira agrícola, particularmente no extremo norte e noroeste do Mato-Grosso e no leste e oeste goiano do Mato Grosso.

#### **5.2.6. Limitada Identidade Cultural e Política**

A história da formação social e econômica da Região Centro-Oeste proporcionou as bases para o desenvolvimento de um mosaico de ricas e diversificadas manifestações culturais. No entanto, o acelerado processo migratório e a conformação dos centros metropolitanos, da moderna agropecuária e dos conglomerados industriais têm provocado mudanças identitárias profundas na região, o que pode proporcionar uma nova identidade regional.

Do ponto de vista político-institucional, o Centro-Oeste não se expressa sobre uma base de interesses comuns e não atua de forma articulada em negociações políticas nacionais. Enfim, apesar de ser reconhecido, em termos analíticos, como uma macrorregião brasileira, o Centro-Oeste não se manifesta ainda como um território articulado por meio de uma ação política organizada.

O Centro-Oeste e, em particular, o Estado de Goiás, ainda reproduzem, em termos políticos e culturais, concepções e práticas que se constituem resquícios de uma região social e economicamente integrada à região Sudeste. Essas determinantes que situam a região e o estado subordinados aos centros hegemônicos do Rio de Janeiro e de São Paulo, podem ser superadas a partir de uma construção política e uma elaboração cultural próprias.

#### **5.2.7. Baixa Diversificação Produtiva e de Adensamento de Cadeias Produtivas**

Apesar de processos importantes de diversificação da estrutura produtiva acompanhando o beneficiamento de produtos agropecuários, o dinamismo da economia do Centro-Oeste ainda decorre fundamentalmente do setor primário, principalmente da moderna agricultura de

grãos e da pecuária de corte. Ainda é bastante limitada a diversificação produtiva e o adensamento das cadeias produtivas, com baixa agregação de valor nos produtos comercializados. Além do crescimento da participação da agropecuária no PIB regional, registrado nos últimos anos, a estrutura do setor industrial também evidencia uma grande concentração em poucos gêneros e, no geral, de pouco valor agregado. Três segmentos concentram 70% do setor industrial; quais sejam, indústria de alimentos e bebidas (com 55% do total), minerais não metálicos (com 12%) e produtos de madeira (com 2,5%).

#### **5.2.8. Economia Informal e ‘Economia da Contravenção’**

O Centro-Oeste apresenta um percentual significativo de atividades informais, o que reflete precarização das relações de trabalho. Em 1992, cerca de 50,60% do total das pessoas ocupadas estavam na situação de informalidade, em 2003 este percentual caiu para 44,2%. Esta redução ocorreu, principalmente, graças à formalização do contrato de trabalho no setor terciário. Os trabalhadores sob contrato informal representavam 49,5% das pessoas ocupadas no setor em 1992, e passaram para 41%, em 2003. Salienta-se que o setor terciário é predominantemente integrados por trabalhadoras, com médias salariais inferiores aos trabalhadores que predominam no setor secundário e convivem com uma menor duração dos contratos de trabalho.

A posição geográfica do Centro-Oeste, com grande faixa de fronteiras com os países andinos, tem concorrido para o crescimento das atividades ilegais da região, constituindo uma espécie de corredor da “economia da contravenção”. Inicialmente estabelecida basicamente nos grandes centros urbanos da região, essa “economia” tem demonstrado recentemente um grande poder de interiorização nas unidades da federação. Fatores como perda de perspectiva de progresso material e cultural, marginalização e exclusão social e precarização do mundo do trabalho tem contribuído para a expansão da “economia de contravenção”. A população mais jovem e oriunda de segmentos sociais mais empobrecidos está entre os contingentes mais recrutados.

#### **5.2.9. Desigualdade Socioeconômica Intra-Regional**

O crescimento e a modernização da economia do Centro-Oeste, assim como a melhoria dos indicadores sociais de conjunto da sua população mascaram desigualdades sociais e intra-regionais profundas. Uma consequência é a degradação social de determinados segmentos da

população, resultado do dinamismo diferenciado no território regional e das estruturas e dinâmicas que reiteram formas de subdesenvolvimento socioeconômico e cultural.

As áreas mais pobres do Centro-Oeste, caracterizadas como de “menor renda” e palco de reprodução das desigualdades acima referidas, distribuem-se nos seguintes espaços: a) Estado de Mato Grosso: regiões oeste, nordeste e parte da central; b) Estado de Mato Grosso do Sul: regiões oeste e sudeste; e b) Estado de Goiás: regiões norte, nordeste e noroeste.

Em Goiás, as disparidades regionais foram determinadas por processos históricos que dizem respeito ao momento inaugural de integração da região, ao expansionismo ocidental dos séculos XVI, XVII e XVIII e da integração ao desenvolvimento do complexo cafeeiro e industrial paulista nos séculos XIX e XX. Estas disparidades foram realimentadas nas últimas décadas por meio de projetos de desenvolvimento que selecionaram certas regiões em função de parâmetros como os de caráter geopolítico (segurança, acessibilidade etc.) e de caráter ambiental (solo, hidrografia etc.), a exemplo do centro geoeconômico de Brasília criado nos anos de 1950 e de 1960, em detrimento de outras regiões. Portanto, a seleção de um espaço para ocupação/desenvolvimento por parte do poder estatal acentua uma lógica contraditória, de desenvolvimento desigual e combinado socioespacial, no qual a aceleração do desenvolvimento do referido espaço tende a ser acompanhado de estagnação e/ou retrocesso em termos de desenvolvimento de outro(s) espaço(s).

#### **5.2.10. Desarticulação da Rede de Cidades**

A rede urbana do Centro-Oeste é frágil e segmentada. As cidades se expandem com muita velocidade, mas não têm criado laços fortes de articulação e complementaridade capazes de gerar uma rede hierarquizada de alta eficiência. Poucas cidades da Região Centro-Oeste têm inserção relevante no sistema brasileiro de cidades, com destaque para os aglomerados metropolitanos de Brasília e de Goiânia. Cuiabá pode ser caracterizada como aglomerado regional não metropolitano, e Campo Grande como um centro urbano regional isolado, mas de nível, e fortemente integrado à rede urbana de São Paulo.

A cidade de Goiânia, apesar de “jovem” para os padrões históricos urbanos, se transformou em um centro metropolitano de médio porte nos anos 1990. Desde então, tem convivido com um encadeamento de problemas sociais típicos desses centros como o tráfico e uso de drogas, criminalidade e violência, desemprego e subemprego, estrangulamentos nas principais vias de deslocamentos e crise nos transportes, entre outros aspectos.

Os problemas urbanos estruturais presentes nas grandes cidades e centros metropolitanos decorrem, em grande parte, de aspectos como as estruturas dinâmicas e políticas presentes nas próprias estruturas agrária e agrícola das regiões e estados, o assédio econômico e moral que os capitais financeiro e mobiliário exercem nas administrações públicas municipais e estaduais e a distribuição desigual das estruturas de serviços e de produção entre o campo e a cidade com forte efeito na distribuição da população.

#### **5.2.11. Política e Demanda por um Crescimento Social Equilibrado**

Conforme anteriormente demonstrado, o intenso crescimento econômico da Região Centro-Oeste tem se apoiado na produção e processamento de carnes e de grãos e na exploração de minérios. Todavia, não tem concorrido para um desenvolvimento social razoavelmente equilibrado. As paisagens das principais cidades e do campo se encontram fortemente marcadas pela presença de sem-tetos e sem-terras, desempregados, mendigos, e assim por diante.

A ampliação da capacidade fiscal dos governos estaduais da Região Centro-Oeste proporcionada por meio do crescimento de receitas e arrecadações, assegurado pelo avanço dos Produtos Internos Brutos estaduais, não tem redundado na ampliação relativa dos investimentos públicos na resolução de problemas sociais. Custos com endividamento público, fundos públicos de financiamento voltados para os conglomerados econômicos e investimentos prioritariamente direcionados à infraestrutura empresarial, absorvem a maior parte dos fundos públicos. Processos como a expulsão dos pequenos produtores (proprietários e arrendatários) das terras em função da concentração fundiária e do avanço das lavouras de soja e de cana-de-açúcar, a imposição de preços dos laticínios aos pequenos produtores de leite, ou ainda a imposição de preços sobre os pequenos proprietários de hortifrutigranjeiros e de pescado por parte das redes de supermercados, não recebem ações impeditivas governamentais. Enfim, a pequena produção urbana e rural permanece sob a lógica de livre mercado, sendo montada para atender aos interesses dos grandes empresários, e, carente de políticas públicas voltadas para ela.

A categoria dos políticos profissionais (governadores, prefeitos, deputados etc.), que em grande parte tem origem no grande empresariado da região e/ou está direta ou indiretamente atrelada a eles por meio dos financiamentos privados de campanha, asseguram a submissão do poder público à lógica de produção e reprodução acima descrita. Portanto, certa lógica econômica somente é possível porque existe certa lógica política que lhe é mantenedora.

A perpetuação dessa lógica política dominante e das suas interações com a lógica econômica igualmente dominante, deve ser superada, sob pena de transformar a busca pelo desenvolvimento regional/local sustentável ambientalmente e inclusivo socialmente, em letra morta e/ou em discurso midiático com função basicamente mascaradora da essência das relações sociais em curso na realidade.

## **6. GESTÃO ESTRATÉGICA DOS CAMPI DO IFG**

Os Municípios e regiões de influência imediata nos quais serão instalados *Campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás foram estudadas por meio de fontes bibliográficas, de banco de dados e de pesquisa de campo. Foram apresentados aspectos como infraestrutura existente e necessária, identificação das indústrias de transformação e de construção civil e a presença de distritos industriais, características e realidades agropecuárias, potencialidades e estruturas turísticas, desenvolvimento da oferta de emprego formal e contexto da educação, saúde e cultura.

Os estudos são compostos pelos seguintes tópicos: 1. Caracterização do Município e da sua região de influência imediata; 2. Identificação da Matriz de potencialidades, limitações e problemas; 3. Identificação dos problemas centrais; 4. Identificação dos objetivos centrais; 5. Estabelecimento de Estratégias, ações, instituições e atores sociais envolvidos; 6. Conclusão: desafios e encaminhamentos.

### **6.1. Gestão Estratégica do Desenvolvimento Regional e Local no Município de Formosa e sua Região de Influência Imediata**

#### **6.1.1. Caracterização do Município e da sua Região de Influência Imediata**

O Município de Formosa ocupa uma área de 5.807,17 km<sup>2</sup>. Possui uma população de 90.212 mil habitantes, segundo o Censo do IBGE de 2008.

O Município de Formosa localiza-se no lado oposto àquele de maior concentração demográfica da Microrregião Entorno de Brasília. Tal realidade ‘modera’, comparativamente aos demais municípios que a compõem, os problemas sociais mais agudos do Entorno, a exemplo da falta e precariedade de moradia e do excesso de violência. Essa realidade potencializa as riquezas naturais e históricas do Município, ampliando as condições para a implementação de projetos turísticos e recreativos.

O Município de Formosa dispõe de uma boa infraestrutura urbana composta de quadras esportivas, escolas, hospitais, etc. Todavia, há uma carência de serviços qualificados.

O Município de Formosa não é direta e plenamente servido de uma infraestrutura diversificada de transporte e escoamento da produção e de deslocamento da força de trabalho. Não possui uma malha ferroviária própria, um sistema de transporte hidroviário e um sistema

aeroportuário. Sua infraestrutura de transporte e escoamento restringe-se, basicamente, à rodoviária, sendo essa composta pelas BR-020 e BR-060 e pelas GO-430 e GO-118. Todavia, o Município tem garantido o escoamento de sua produção agrícola e a entrada de produtos, matérias-primas e equipamentos devido a conexão rodoviária com Brasília, uma das pontas do sistema ferroviário com destino aos portos de Vitória (ES) e Santos (SP), bem como pela estrutura aeroportuária representada pelo Aeroporto Internacional de Brasília.

Sua infraestrutura não é completada com uma atividade agropecuária moderna e um setor agroindustrial consistente, o que não lhe assegura um desenvolvimento razoavelmente equilibrado em termos de crescimento de população economicamente ativa (PEA) e uma satisfatória oferta de emprego. O desequilíbrio entre a PEA e a oferta de emprego não é mais intenso, segundo os gestores públicos, devido ao fato de que aproximadamente 25% da população se deslocam diariamente para trabalhar em Brasília.

Durante os finais de semana observa-se um fluxo inverso da população, com moradores de Brasília em busca de alojamento e de lazer nos pontos turísticos presentes no Município de Formosa. Verifica-se, ainda, o processo de aquisição de casas e de terras, por parte de moradores de Brasília. Especialmente importante tem sido a aquisição de sítios e chácaras, bem como terrenos para a criação de condomínios horizontais fechados. Evidencia-se, portanto, uma tendência de moradores de classes médias de Brasília virem a constituir uma segunda moradia em Formosa.

Do ponto de vista da organização política, da organização da sociedade civil e das dinâmicas eleitorais, o Município de Formosa não apresenta como características predominantes o populismo, o assistencialismo e o eleitoralismo, a exemplo da grande maioria dos municípios da Microrregião Entorno de Brasília. Essa realidade repercute em uma gestão pública cujos quadros são recrutados atendendo critérios político-eleitorais, mas também, técnico-profissionais. Não por acaso é um dos Municípios da Microrregião Entorno de Brasília que possui um Plano Diretor de fato.

O Município de Formosa não se encontra organizado sob uma base sócio-econômica “monocultora”, isto é, não se encontra social e economicamente articulado em torno de uma atividade econômica dominante e centralizadora dos aspectos naturais, demográficos, econômicos e sócio-culturais. Caracteriza-se por uma diversidade de atividades que compreende agroindústria, agricultura, pecuária, serviços, turismo, entre outros.

O Município de Formosa, todavia, apresenta um profundo desequilíbrio na distribuição dos setores de atividades econômicas. Conforme os dados da RAIS/MTE – 2006, o Setor

Primário (agropecuária, extração vegetal, caça e pesca) participa com 393 estabelecimentos e emprega formalmente 1.085 trabalhadores no Município, o Setor Secundário (indústria de transformação e construção civil) participa com 124 estabelecimentos e emprega 715 trabalhadores e o Setor Terciário (comércio e serviços) participa com 941 estabelecimentos e emprega 7.408 trabalhadores. Esses números evidenciam, ainda, a amplitude da informalidade no município, no que tange aos empreendimentos e à contratação de trabalhadores, posto que esses números não refletem a realidade de um município com mais de 90 mil habitantes.

Os Municípios que se encontram no raio de até 80 km do Município de Formosa não assumem uma relação de subordinação direta a ele como fornecedores de matérias primas e de força de trabalho. Isto porque a supremacia do setor terciário no conjunto do Município não permite a incorporação de forma subordinada e complementar dos demais, basicamente possível quando o setor secundário é amplamente desenvolvido, impondo uma divisão social do trabalho entre regiões fornecedoras de matérias primas e de mão-de-obra e regiões de industrialização expressiva importadora de produtos primários e de mão-de-obra. Soma-se a isto o fato de que é o próprio Distrito Federal que se impõe como polo social e econômico dominante, não permitindo que essa condição possa ser usufruída por qualquer um dos municípios da Microrregião Entorno de Brasília.

#### **6.1.1.1. Aspectos Naturais**

O Município de Formosa e a região de influência imediata possuem ocorrências de diversos minerais com potencial para exploração econômica. Destacam-se: brita, argila e calcário. As empresas Britacal Indústria e Comércio de Brita, Calcário Brasília LTDA. e Santana Mineração LTDA., atuam na extração e beneficiamento desses minérios.

Há também ocorrência de grutas, como o Buraco das Araras e a Gruta das Andorinhas; e quedas de água, a exemplo do Salto de Itiquira e a cachoeira e Sítio Arqueológico do Bisnau.

O Município de Formosa possui o privilégio de ser bem servido por mananciais. Ocorre no Município a confluência das três grandes bacias hidrográficas brasileiras: a bacia do Tocantins, por meio do córrego Bandeirinha; a bacia do Paranã, por meio do ribeirão Pipiripau; e a bacia do São Francisco, por meio do ribeirão Santa Rita.

Esses mananciais apresentam graus acentuados de assoreamento e de degradação das suas matas ciliares, em consequência da atividade agrícola. O córrego do Brejo, o principal afluente da Lagoa Feia, também apresenta grau acentuado de degradação decorrente da

atividade agropecuária, ao que se soma a sua condição de receptor do esgoto urbano da Cidade de Formosa.

A degradação dos mananciais, somado a práticas inadequadas e predatórias nos demais patrimônios naturais e culturais, pode comprometer o potencial econômico-turístico do Município de Formosa.

#### **6.1.1.2. Aspectos Demográficos**

O Município de Formosa e a região de influência imediata convivem com um significativo crescimento populacional, conforme demonstram os dados demográficos presentes na Tabela 6. De 1980 a 2007, a população passou de 43.297 para 88.137 habitantes. Tal processo não pode ser explicado apenas pela taxa de crescimento vegetativo da população, que se apresentou declinante no país, no Estado de Goiás e na própria região, no decorrer das décadas de 1980, de 1990 e de 2000. Também não pode ser explicado apenas pela imigração de populações jovens e extremamente pobres, cujas taxas de natalidade tendem a ser elevadas e a determinar um crescimento vegetativo de conjunto da população, a exemplo de processo em curso no Município de Valparaíso, também da Microrregião Entorno de Brasília.

O crescimento da população do Município de Formosa, fundamentalmente concentrado na Cidade de Formosa, pode ser explicado pelo deslocamento de populações oriundas de outras regiões do Estado de Goiás e pertencentes a classes médias e a segmentos de trabalhadores que se encontram acima dos níveis de extrema pobreza, respectivamente implantando empreendimentos e/ou trabalhando no Município e em Brasília. Outro fator do seu crescimento é o deslocamento de populações oriundas de Brasília e que passaram a morar em Formosa, todavia preservando seus empreendimentos e trabalho em Brasília, bem como de populações oriundas de outros estados, mas sem condições econômicas de adquirir imóveis em Brasília. Recentemente presenciou-se o surgimento de condomínios horizontais e verticais e a aquisição de sítios e casas por parte de moradores de Brasília, que procuram uma segunda moradia para os fins de semanas, feriados etc.

Estudos demográficos do Município de Formosa e da região de influência, entre os anos de 1980 e 1989, com base em projeções idealmente construídas<sup>19</sup>, a partir de taxa de referência de crescimento de 2,48% ao ano, evidenciam um aumento da população de Formosa em 7.503 habitantes acima da média projetada, enquanto que a região de influência

---

<sup>19</sup>Projeções idealmente construídas, com base em uma taxa de referência de crescimento ao ano, projetada para toda uma década, é um recurso metodológico que visa ilustrar um comportamento demográfico, identificando tendências e/ou intuindo fenômenos. Não dispõe, portanto, de rigor científico e metodológico.

imediate, que não esteve sujeita aos mesmos fenômenos, apresentou uma perda de 2.821 habitantes, conforme demonstrado na Tabela 6.

**Tabela 6: Estudos Demográficos de Formosa e da Região de Influência (até 80 km)  
1980 - 1989**

ANO	FORMOSA			REGIÃO DE INFLUÊNCIA		
	POPULAÇÃO TOTAL	URBANA	RURAL	POPULAÇÃO TOTAL	URBANA	RURAL
1980	43,297	29,618	13,679	9,229	3,312	5,917
1981	44,371	-	-	9,458	-	-
1982	45,471	-	-	9,692	-	-
1983	46,599	-	-	9,933	-	-
1984	47,754	-	-	10,179	-	-
1985	48,939	-	-	10,432	-	-
1986	50,152	-	-	10,690	-	-
1987	51,396	-	-	10,955	-	-
1988	52,671	-	-	11,227	-	-
1989	53,977	-	-	11,506	-	-

**NOTAS**

Crescimento da população projetado para a década..... 10.680 hab.  
 Dados reais da população (1989): ..... 61.480 hab.  
 Crescimento além da projeção: ..... 7.503 hab.

Crescimento da população projetado para a década:.. 2.227 hab.  
 Dados reais da população (1989)..... 8.685 hab.  
 Projeção de população evadida: ..... 2.821 hab.

Entorno Considerado: Cabeceiras, Santo Rosa de Goiás e Vila Boa.

1980-1989: Projeção com base em um crescimento nacional de 2,48% a.a.

1989: Estimativa do IBGE

Fonte: Seplan/Sepin e IBGE.

No período compreendido entre os anos de 2000 e 2007, com base em projeções idealmente construídas, a partir de referência de crescimento de 1,64%, ficou evidenciado o aumento de 2.075 habitantes no Município de Formosa, enquanto que na região de influência imediata ocorreu uma evasão de 1.573 habitantes, conforme Tabela 7.

**Tabela 7: Estudos Demográficos de Formosa e da Região de Influência (até 80 km)  
2000 - 2007**

ANO	FORMOSA			REGIÃO DE INFLUÊNCIA		
	POPULAÇÃO TOTAL	URBANA	RURAL	POPULAÇÃO TOTAL	URBANA	RURAL
2000	78,651	69,285	9,366	13,593	9,903	3,690
2001	79,941	-	-	13,816	-	-
2002	81,252	-	-	14,043	-	-
2003	82,584	-	-	14,273	-	-
2004	83,939	-	-	14,507	-	-
2005	85,315	-	-	14,745	-	-
2006	86,715	-	-	14,987	-	-
2007	88,137	-	-	15,232	-	-

**NOTAS**

Crescimento da população projetado para a década: .....9.486 hab  
 Dados reais da população em 2007 (Contagem Preliminar): .....90.212 hab  
 Crescimento além da projeção: .....**2.075 hab**

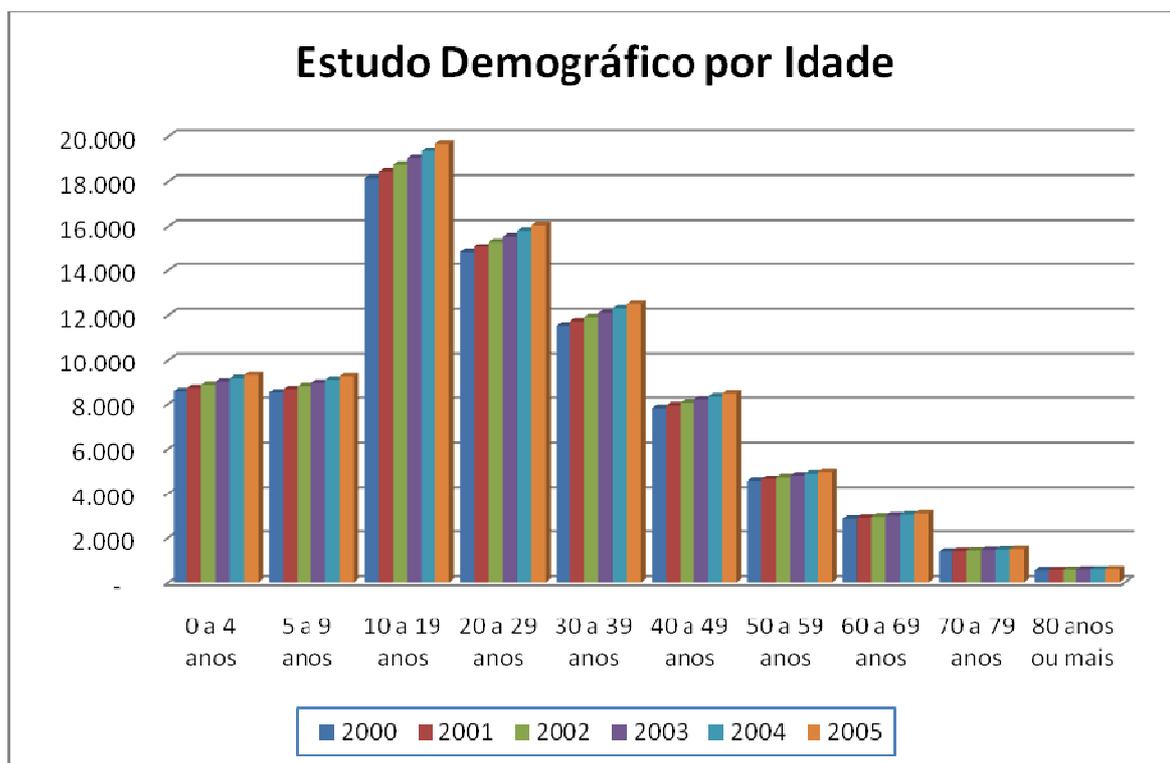
Crescimento da população projetado para a década: 1.639 hab  
 Dados reais da população em 2007: ..... 13.659 hab.  
 Projeção da população evadida: ..... **- 1.573 hab.**

Entorno Considerado: Cabeceiras, Santa Rosa de Goiás e Vila Boa.

2001-2007: Projeção com base em um crescimento nacional de 1,64% ao ano

Fonte: IBGE.

Os estudos evidenciam, ainda, uma forte presença da população jovem, uma média presença de população de meia idade e uma pequena presença de população de terceira idade. Tais processos não terão impactos fundamentais nas próximas duas décadas, permitindo um equilíbrio entre os grupos etários, conforme pode ser confirmado por meio do Gráfico 6.1.

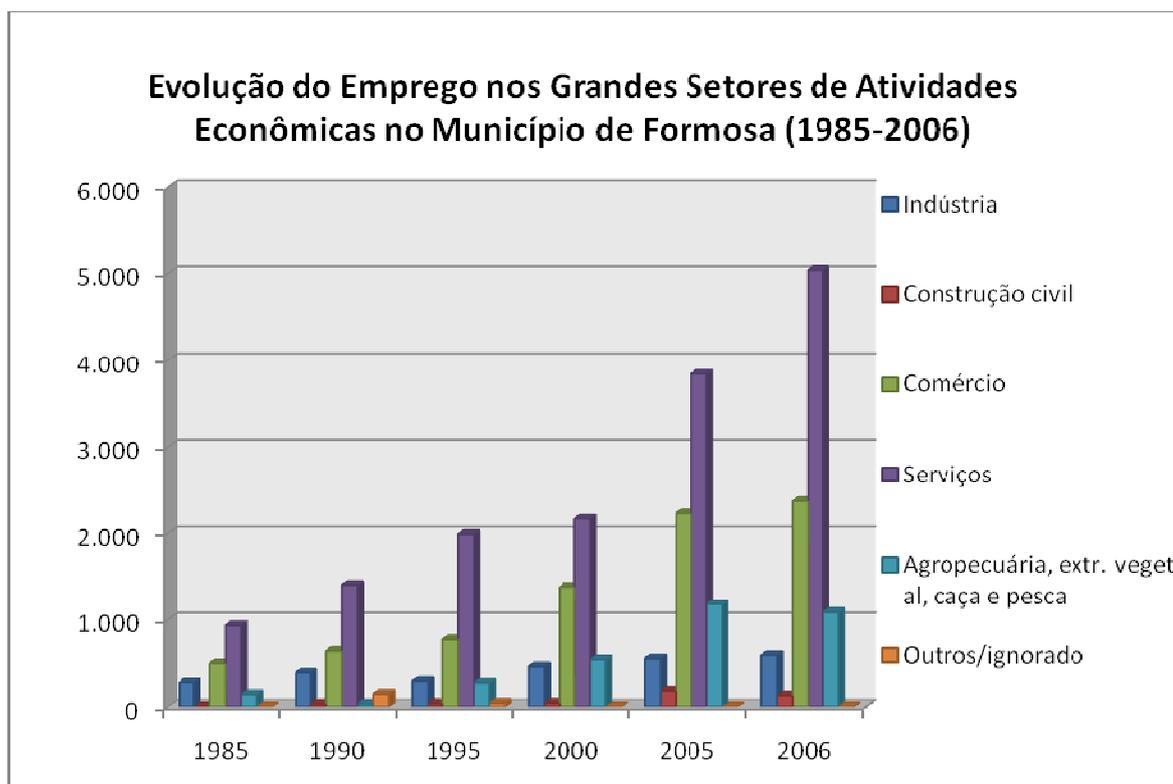


**Gráfico 6.1:** Estudo Demográfico por Idade - Formosa  
 Fonte: Seplan/Sepin e IBGE.

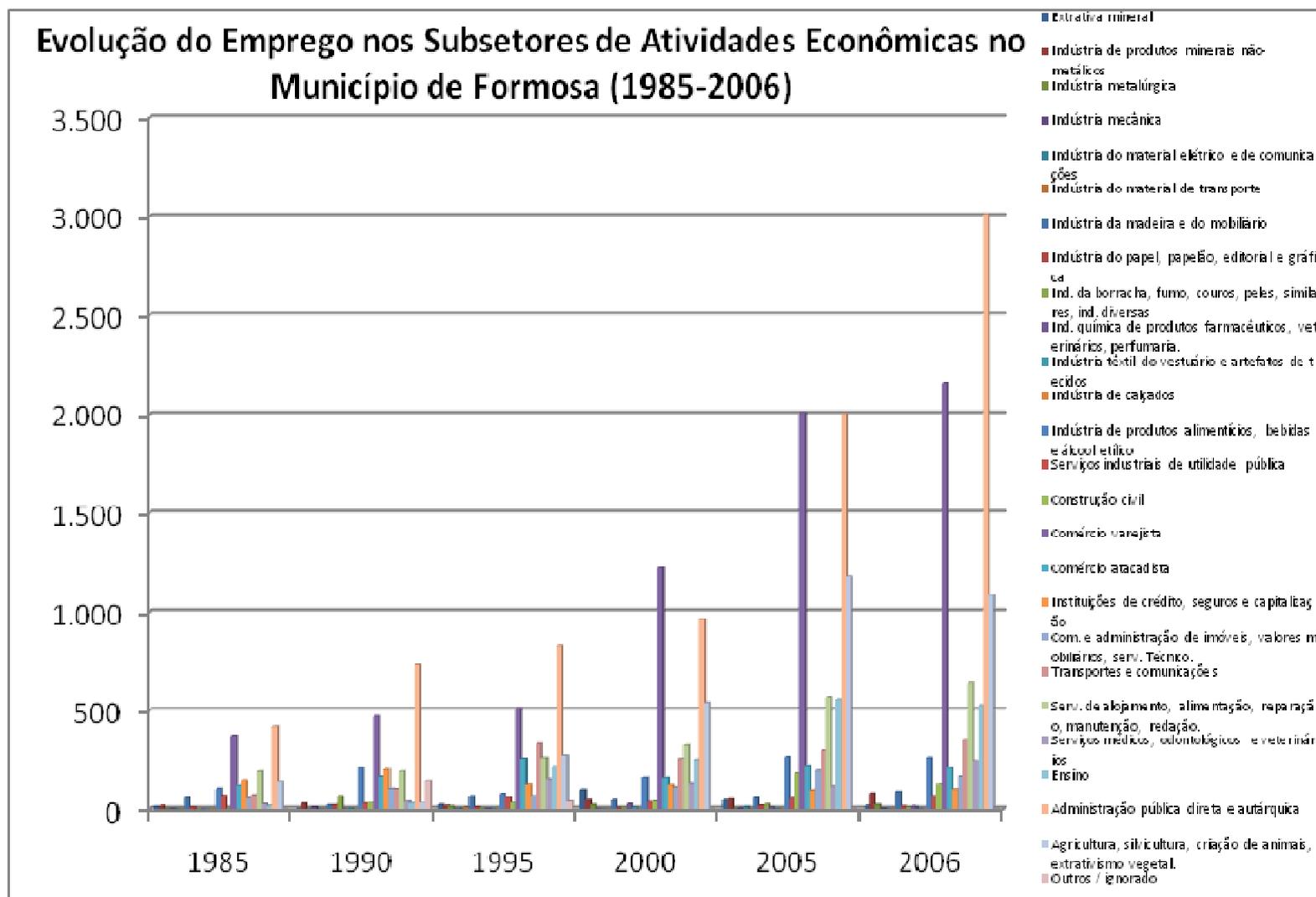
A implantação do *Campus* Formosa pode repercutir no comportamento demográfico do Município de Formosa e da região de influência imediata. Pode se constituir em fator de permanência de população jovem que evade da região à procura de educação e de qualificação profissional. Pode constituir-se em fator gerador de emprego e de renda se for capaz de interferir nos processos produtivos e de serviços da região. Pode, ainda, contribuir com a implementação de políticas sociais por parte do governo municipal.

### 6.1.1.3. Aspectos Econômicos

O Município de Formosa e a região de influência imediata não apresentam um desempenho equilibrado entre os Setores Primário, Secundário e Terciário, conforme pode ser confirmado por meio do Gráfico 6.2. Essa falta de equilíbrio se estendeu também para o âmbito dos próprios setores e repercutiu na própria oferta de emprego formal.



**Gráfico 6.2:** Evolução do Emprego nos Grandes Setores de Atividade Econômica no Município de Formosa 1985-2006  
 Fonte: RAIS/MTE



**Gráfico 6.3:** Evolução do Emprego nos Subsetores de Atividade Econômica no Município de Formosa 1985-2006  
 Fonte: RAIS/MTE

**Tabela 8: Evolução do Número de Trabalhadores/Estabelecimentos por Setores de Atividade Econômica - Formosa**

Setores	Ano 1986		Ano 1996		Ano 2006	
	Nº de Trabalhadores	Nº de Estabelecimentos	Nº de Trabalhadores	Nº de Estabelecimentos	Nº de Trabalhadores	Nº de Estabelecimentos
Indústria	402	38	349	58	589	87
Construção civil	186	4	48	15	126	37
Comércio	652	171	892	286	2368	636
Serviços	1062	76	2131	163	5040	305
Agropecuária, extr. vegetal, caça e pesca	139	3	405	142	1085	393

Fonte: RAIS/MTE – 2006.

O Setor Primário (agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca), cuja base de sustentação reside nas atividades agropecuárias e que se constitui em um dos polos econômicos do Município de Formosa e da sua região de influência imediata, apresenta grande fragilidade. A atividade de criação de animais, conforme podemos observar por meio das Tabelas 9 e 10, apresenta um crescimento na criação de aves a partir de 2004, quando saltou de 80.680 para 172.137 (cab.). No mesmo período a produção de ovos saltou de 209 para 1.185 (1.000 dz). Trata-se, portanto, de criação fundamentalmente para a produção de ovos e não para abate. Esse desempenho está relacionado a atuação da granja Ovono.

Os demais itens do efetivo da pecuária não apresentaram mudanças significativas entre 2000 e 2005, preservando ou crescendo de forma modesta, a exemplo da produção de leite e do número de cabeças de gado para abate. Há que se realçar o estabelecimento dos Frigoríficos Boncorte, Corte, Fivale, Friboi e Frigoluz na região, fornecendo carne, principalmente, para Brasília.

**Tabela 9: Análise de Aspectos Econômicos do Efetivo da Pecuária  
Formosa**

	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
Aves (cab.)	71,200	74,660	75,664	80,680	172,137	190,300
Prod. De Ovos (1.000 dz)	203	193	193	209	1,185	1,947
Suínos (cab.)	7,600	7,600	7,816	7,700	7,450	7,620
Bovinos (cab.)	195,500	198,000	213,165	224,660	223,500	226,200
Vacas Ordenhadas (cab.)	24,500	24,800	24,890	25,000	25,100	24,500
Prod. De Leite (1.000 l)	19,350	19,022	19,022	19,250	20,080	19,580

Fonte: Seplan/Sepin.

**Tabela 10: Análise de Aspectos Econômicos do Efetivo da Pecuária  
Região de Influência**

	<b>2,000</b>	<b>2,001</b>	<b>2,002</b>	<b>2,003</b>	<b>2,004</b>	<b>2,005</b>
Aves (cab.)	39,000	48,800	96,250	91,450	91,000	93,000
Prod. De Ovos (1.000 dz)	110	106	394	748	786	755
Suínos (cab.)	4,190	4,375	3,856	3,855	3,980	3,890
Bovinos (cab.)	105,700	113,350	115,208	116,100	11,880	90,950
Vacas Ordenhadas (cab.)	13,300	14,300	14,500	14,550	14,450	13,800
Prod. De Leite (1.000 l)	12,220	13,190	13,365	13,125	13,005	12,330

Fonte: Seplan/Sepin.

O Município de Formosa e a região de influência imediata apresentaram um desempenho modesto também no que tange à atividade agrícola entre 2000 e 2006. Tal como na pecuária, não há distinções de grande significado entre o Município de Formosa e a sua região de influência imediata.

Os cultivos mais expressivos identificados na Região foram o de arroz, da cana-de-açúcar, do milho e da soja. A soja apresentou um crescimento relativamente estável a partir de 2002. A cana-de-açúcar assumiu grande dinamismo somente a partir de 2006. Quanto ao arroz e ao milho, oscilaram em especial como cultivos alternativos à soja e, a partir de 2006, à cana-de-açúcar.

O Município de Formosa, em particular, tem apresentado um importante avanço dos cultivos de mandioca e de hortigranjeiros, embora não apareça nos bancos de dados. Esses cultivos, conforme atestam os gestores do município, voltam-se para o atendimento de demandas da cidade de Formosa e de Brasília.

O Setor Primário (agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca), embora se constitua em um dos polos de sustentação econômica do Município de Formosa e da sua região de influência imediata, empregou formalmente apenas 1.085 trabalhadores, distribuídos por 393 estabelecimentos, conforme os dados da RAIS de 2006.

O Setor Secundário (indústria de transformação e construção civil) também se apresenta fragilizado no Município de Formosa e na sua região de influência, não apresentando atividades industriais expressivas. Conforme os dados da RAIS de 2006, o Município somava apenas 124 estabelecimentos atuantes, distribuídos pela indústria de transformação e de construção civil, gerando 715 empregos formais.

As indústrias mais importantes são a Pioneer e a Syngenta, no segmento de defensivos agrícolas e sementes; Requinth Móveis e Recart Móveis, no segmento moveleiro; Café Formosa e Café Anhanguera, no segmento de torrefação; Santan Mineração e Britacal Mineração, no segmento da indústria de extração mineral; Ovono, no segmento de granja; e Boncorte, Corte, Fivale, Friboi e Frigoluz, no segmento de abatedouro e de indústria de carnes.

O Município de Formosa e a região de influência imediata não consolidaram uma indústria de transformação de base agroindustrial. Assim, a produção agrícola tende a sair *in natura* do Município, não permitindo a agregação de valor e a conseqüente geração de emprego e renda. Mais recentemente, a instalação da Pioneer Sementes, que integra o grupo Dupont, e da Syngenta, empresa que atua na produção de defensivos agrícolas e sementes, pode representar um marco para a reversão dessa realidade, com perspectivas para a consolidação do agronegócio na região. Todavia, a característica da estrutura fundiária, basicamente formada por pequenas e médias propriedades, a carência de qualificação técnica dos pequenos e médios proprietários em face das novas tecnologias que integram o agronegócio e a dinâmica de preservação ambiental que o advento do ecoturismo e do turismo rural tendem a gerar, podem representar obstáculos para a consolidação de uma agroindústria integrada ao agronegócio.

**Tabela 11: Produção Agrícola / 2000-20006**  
**Formosa**

<b>Produtos</b>		<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
Arroz	Área (ha.)	820	765	940	940	2,280	2,480	800
	Prod. (t)	1,770	2,070	2,070	2,500	10,080	10,380	840
	Produtividade (t/ha.)	2.16	2.71	2.20	2.66	4.42	4.19	1.05
Cana-de-açúcar	Área (ha.)	300	150	150	150	150	180	180
	Prod. (t)	12,000	6,000	6,000	6,000	6,000	7,200	7,200
	Produtividade (t/ha.)	40.00	40.00	40.00	40.00	40.00	40.00	40.00
Milho	Área (ha.)	4,350	4,900	3,965	3,600	4,200	4,450	3,500
	Prod. (t)	21,240	19,344	19,321	16,520	25,200	25,350	21,000
	Produtividade (t/ha.)	4.88	3.95	4.87	4.59	6.00	5.70	6.00
Soja	Área (ha.)	4,700	4,400	5,280	6,000	6,400	7,000	7,500
	Prod. (t)	13,536	10,560	14,256	18,000	17,280	21,000	20,250
	Produtividade (t/ha.)	2.88	2.4	2.7	3	2.7	3	2.7

Fonte: Seplan/Sepin.

**Tabela 12: Produção Agrícola / 2000-20006**  
**Região de Influência**

<b>Produtos</b>		<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
Arroz	Área (ha.)	650	550	900	1,346	980	1,090	1,000
	Prod. (t)	1,190	700	1,050	3,280	1,653	1,620	1,330
	Produtividade (t/ha.)	1.83	1.27	1.17	2.44	1.69	1.49	1.33
Cana-de-açúcar	Área (ha.)	165	45	45	45	47	52	222
	Prod. (t)	4,500	1,233	1,230	1,230	1,410	1,560	15,160
	Produtividade (t/ha.)	27.27	27.40	27.33	27.33	30.00	30.00	68.29
Milho	Área (ha.)	11,950	11,800	9,700	10,500	11,800	10,400	9,800
	Prod. (t)	59,530	46,420	48,300	60,460	62,310	58,520	61,880
	Produtividade (t/ha.)	4.98	3.93	4.98	5.76	5.28	5.63	6.31
Soja	Área (ha.)	11,000	14,000	20,000	20,180	27,230	31,250	32,400
	Prod. (t)	29,700	19,320	48,000	60,450	78,300	88,170	87,600
	Produtividade (t/ha.)	2.70	1.38	2.40	3.00	2.88	2.82	2.70

Fonte: Seplan/Sepin.

O Setor Terciário (comércio e serviços) em formosa é bastante diversificado, possui uma boa rede armazenadora e se encontra interligado aos centros de produção e consumo de Brasília e de Goiânia. O setor terciário totalizou 7.408 empregos formais em 2006, conforme dados da RAIS.

Gestores públicos, empresários e representantes de entidades sindicais indicam a carência de mão-de-obra qualificada como um dos fatores preponderantes para um desempenho econômico superior do Município de Formosa e da sua região de influência imediata. E alimentam a expectativa de que o *Campus* Formosa do IFG venha atender a demanda de formação técnica e tecnológica e de cursos de graduação e de pós-graduação para suprir necessidades de planejamento e de assessoria gerencial.

#### 6.1.1.4. Aspectos Sócio-Culturais

##### 6.1.1.4.1. Aspectos Educacionais

O Município de Formosa e a área de influência imediata possuem uma estrutura de Ensino que oferece a maior parte das modalidades de educação – Educação infantil, Classe de Alfabetização, Ensino Fundamental, Ensino Médio regular, Ensino Especial, Educação de Jovens e Adultos e Ensino Superior. Os dados referentes a cada modalidade de educação podem ser verificados por meio da Tabela 13, que se segue.

**Tabela 13: Educação: Aspectos Gerais  
2006**

	FORMOSA	REGIÃO DE INFLUÊNCIA
Escolas em Atividade	81	19
Salas de Aula	615	104
Docentes	1.253	226
Alunos da Educação Pré-Escolar	1.792	333
Alunos da Classe de Alfabetização		
Alunos do Ensino Fundamental	18.000	3.025
Alunos do Ensino Médio/Normal	4.997	853
Alunos do Ensino Especial	119	-
Alunos da Ed. Jovens/Adultos	1.964	315
Alunos do Ensino Profissional (Nível Técnico)	-	-
Alunos da Creche	355	-
<b>Total de Alunos</b>	<b>27.227</b>	<b>4.567</b>

Região de Influência Imediata: Cabeceiras, Santa Rosa de Goiás e Vila Boa.

Fonte: Seplan/Sepin.

Os gestores municipais avaliam a qualidade do ensino a cargo do município (da Educação Infantil ao 9º ano do Ensino Fundamental e 2ª fase do EJA) e os poucos cursos superiores oferecidos, como sendo de boa qualidade. Todavia, identificam uma baixa qualidade no ensino a cargo do Governo do Estado de Goiás (5º ao 9º ano do Ensino Fundamental e Ensino Médio). Reconhecem, ainda, que as limitações vividas na 2ª Fase do Ensino Fundamental e no Ensino Médio se prolongam para o Ensino Superior na medida em que os estudantes oriundos desse ensino refletem essa realidade nas IES.

Uma das grandes lacunas apresentadas na estrutura de ensino do Município de Formosa e da área de influência imediata é na modalidade de educação profissional e tecnológica de Nível Médio Técnico. Não há instituições de educação profissional e tecnológica públicas, escolas de instituições do “Sistema S”, ou mesmo instituições particulares atuando nessa modalidade de educação.

Estão presentes no Município duas instituições privadas que oferecem cursos profissionalizantes de curta duração: a MicroLins Franchising e a CETESI – Centro Técnico em Saúde. A MicroLins Franchising oferece cursos profissionalizantes que possuem carga horária definida. A CETESI oferece o curso profissionalizante de Enfermagem.

A oferta de Ensino Técnico pelo *Campus* Formosa poderá contribuir para o atendimento dessas demandas, bem como poderá proporcionar projetos curriculares e qualidade de formação de referência, em especial nas modalidades de Ensino Técnico Integrado e de Educação de Jovens e Adultos, em curso no Município e na sua área de influência.

O Ensino Superior no Município de Formosa e na região de influência imediata é oferecido pela Unidade de Formosa da Universidade do Estado de Goiás (UEG), pela Faculdade Cambury de Formosa, pelas Faculdades Integradas - IESGO, Grupo Educacional UNINTER e Universidade Aberta do Brasil, UAB. Predomina a oferta de Cursos de Licenciatura, de Administração de Empresas e de Tecnologia da Informação. Chama a atenção não haver oferta dos cursos de licenciatura em biologia e em química, bem como a ausência do curso de Tecnologia em Turismo.

As instituições de ensino superior não têm implementado programas e projetos de pesquisa e de extensão na região de forma continuada. Essa realidade tem privado o município, bem como a sua região de influência imediata, de uma intervenção das instituições de ensino superior, tendo em vista a resolução de problemas sociais, econômicos e político-administrativos.

O *Campus Formosa*, atuando na Educação Profissional e Tecnológica, direcionado para as formações técnicas e tecnológicas e licenciatura, com ênfase no setor industrial, no saneamento e meio ambiente e no turismo e hospitalidade, pode contribuir para a democratização do acesso a essas modalidades de ensino e se constituir em referência de Ensino Superior de qualidade na Região.

No Município de Formosa estão presentes instituições de educação que atuam nas várias modalidades de ensino. A carência percebida na região tem sido objeto de ação corretiva, mas sem grande êxito na modalidade de Ensino Médio Técnico e Tecnológico, bem como nos cursos de licenciatura em Física e Biologia. Essa realidade pode ser confirmada por meio do IDH-Educação que apresenta taxas consideradas “médias” e “elevadas”<sup>20</sup>.

#### **6.1.1.4.2. Aspectos Sociais**

A forma particular da expansão da população do Município de Formosa tem pressionado, próximo aos limites das possibilidades, os serviços sociais básicos oferecidos por parte do governo municipal para a população (saúde, educação, segurança etc.) mas não os levou a um colapso. O Município de Formosa e a região de influência imediata apresentam uma razoável estrutura de saúde pública, mas ocorre uma carência de técnicos (Agente Comunitário de Saúde, Análises Clínicas, Farmácia, Gerência de Saúde, Hemoterapia, Higiene Dental, Imobilizações Ortopédicas, Nutrição e Dietética e Vigilância em Saúde). Portanto, o município apresenta condições infraestruturais razoáveis para enfrentar os desafios de uma população em processo de rápido crescimento e cada vez mais exigente quanto a serviços públicos de qualidade, mas é carente de um quadro completo de servidores técnicos em saúde.

O crescimento da Cidade de Formosa, até certo ponto desordenado, desencadeou outros problemas, como a criminalidade e a violência, o desemprego da população jovem, a precarização das moradias das camadas sociais de baixa renda, etc.

A questão do desemprego tem concorrido para a evasão de uma parcela da população jovem em direção a Brasília. O governo municipal tem buscado estimular a qualificação técnico-profissional e a educação em geral, bem como estabelecer parcerias (SEBRAE, por exemplo) para a implementação de projetos que visem a geração de empregos, a exemplo de projeto envolvendo o turismo e o artesanato.

---

<sup>20</sup> O crescimento do IDH-Educação, assim como as demais dimensões que configuram o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), ou seja, IDH-Renda e IDH-Longevidade, foram analisados com base em uma leitura comparada entre os anos de 1991 e 2000, conforme Quadro 6.

Para se obter uma visão mais ampla da situação social do Município de Formosa e da sua região de influência imediata, é necessário analisar o Quadro 6 que apresenta IDH-Municipal desagregado nas suas diversas dimensões e o próprio IDH-Municipal apresentado ao final. Observa-se que os índices sociais devem ser melhorados para atingir padrões satisfatórios, que se encontram em torno de 0,800.

Quadro 6: IDH's de Formosa e Região de Influência				
IDH – FORMOSA			IDH – REGIÃO DE INFLUÊNCIA <sup>21</sup>	
	1991	2000	1991	2000
IDH-M/RENDA	0,682	0,681	0,568	0,605
IDH-M/EDUCAÇÃO	0,766	0,840	0,653	0,781
IDH-M/LONGEVIDADE	0,647	0,730	0,653	0,698
<b>IDH-MUNICIPAL<sup>22</sup></b>	<b>0,698</b>	<b>0,750</b>	<b>0,625</b>	<b>0,695</b>

Fonte: Seplan/Sepin

<sup>21</sup> Os IDH's da Região de Influência são obtidos por meio da média ponderada dos IDH's dos municípios que fazem parte da mesma.

<sup>22</sup> Classificação segundo IDH: Elevado: 0,800 ou superior; Médio: 0,500 – 0,799; Baixo: abaixo de 0,500.

### 6.1.2. Identificação da Matriz de Potencialidades, Limitações e Problemas

MATRIZ	POTENCIALIDADES	LIMITAÇÕES	PROBLEMAS
1-Ambiental	Extensa área geográfica;	Área de ocupação do Exército;	Uso inadequado do solo, ocupação desordenada do território com problemas ambientais graves, crescimento populacional acima da média nacional, fiscalização imobiliária inadequada, baixa governabilidade para o ordenamento territorial;
2-Econômica	Facilidade de acesso por meio de rodovia federal, rodovias estaduais e vias vicinais em boas condições físicas;	Facilidade de deslocamento de populações em busca de melhor qualidade de vida no entorno de Brasília e viabilidade para que aproximadamente 25% da população se desloque diariamente para trabalhar em Brasília;	Inadequação do terminal rodoviário sendo o município “dormitório” para uma parcela significativa da população;
3-Econômica	Tradição nas atividades agropecuárias e existência	Dificuldade de acesso a	Produção com baixo valor agregado, baixa

	de recursos naturais favoráveis;	financiamentos e incentivos fiscais;	produtividade da agricultura familiar, assistência técnica deficitária, baixo nível tecnológico incorporado, inexistência de certificação e adequação às normas nacionais de biosegurança para a comercialização de alguns produtos agropecuários, carência de estrutura extensionista e de recursos humanos qualificados, atividades agropecuárias inadequadas com comprometido dos recursos naturais favoráveis, assoreamentos de mananciais, degradação das matas ciliares e poluição dos mananciais, carência de zoneamento agrícola voltado para culturas alternativas;
4-Ambiental	Disponibilidade hídrica	Falta de fiscalização	Inadequado uso do

	para o abastecimento de agricultura irrigada (Projeto Flores de Goiás);	para o combate à poluição dos mananciais;	solo e dos recursos hídricos, precário aproveitamento das condições climáticas e alto nível de poluição dos recursos hídricos;
5-Econômica	Recursos naturais amplos e passíveis de exploração para fins turísticos;	Carência de infraestrutura para aproveitar os recursos naturais e a facilidade de acesso em prol do turismo;	Infraestrutura turística deficiente, carência de recursos humanos qualificados, pouca divulgação dos pontos turísticos em âmbito nacional, deficiência de preservação da limpeza e da segurança dos pontos ecoturísticos, imagem deteriorada de alguns dos pontos ecoturísticos do município no âmbito regional e baixo nível de cultura ecológica e ambiental;
6-Econômica	Quinto maior distrito industrial do Estado de Goiás em área;	Carência de um plano consistente para a atração de investimentos agroindustriais;	Poucas agroindústrias instaladas, dificuldade de acesso a financiamentos e carência de uma ação política consistente para atrair indústrias;
7-Social	Intensificação do	Urbanização carente	Infraestrutura urbana

	processo de urbanização;	de orientações e regulamentações oriundas do Plano Diretor;	de saneamento deficiente, assentamentos com infraestrutura precária;
8-Econômica	Bom atendimento de energia;	Ausência de um programa de uso racional de energia;	Ausência de um planejamento estratégico para suprir demanda futura de energia;
9-Cultural	Boa infraestrutura de comunicação;	Carência qualitativa das programações das mídias impressas e radiodifusoras;	População com pouco acesso a informação e bem culturais;
10-Social	Plano Diretor do Município elaborado e aprovado;	Pouco engajamento da comunidade organizada em torno do Plano Diretor;	Avaliação do poder público sem referência no Plano Diretor;
11-Educacional	Atração sobre os estudantes da microrregião Vão do Paranã exercido pelas instituições de ensino superior existentes;	Evasão de jovens estudantes para Brasília;	Dificuldade de acesso ao ensino superior e ensino técnico por parte da população mais pobre local e da microrregião Vão do Paranã;
12-Social	Vontade política de promoção do desenvolvimento econômico social;	Descontinuidade das políticas voltadas para o desenvolvimento econômico social;	Estrutura organizacional e quadro funcional do poder público municipal incompatíveis com as demandas voltadas para o

			desenvolvimento socioeconômico (fragilidade dos instrumentos de planejamento, baixa capacidade de arrecadação com forte dependência das transferências governamentais);
13-Econômica	Existência de cooperativas, assentamentos e conselho de desenvolvimento;	Carência de enraizamento das organizações sociais;	Recursos humanos subutilizados e cultura de cooperação institucional incipiente; baixa participação de atores sociais e pouca representatividade das organizações sociais;
14-Social	Boa articulação com outros níveis de governo;	Descontinuidade das políticas de governo e limitado poder de definição de políticas municipais;	Baixa capacidade na promoção do desenvolvimento municipal; fragilidade nos mecanismos de controle social;
15-Social	Razoável infraestrutura de saúde pública para atender o município; Sistema de saúde como referência para 22 municípios;	Carência de servidores técnicos de saúde;	Município transformado em polo de saúde do “nordeste Goiano” o que o expõe aos seus limites e hospitais sem UTI;
16-Social	100% da população	Carência de	Baixa capacidade de

	vacinada;	orientação de saúde pública preventiva junto à população;	atendimento na rede primária e secundária de saúde (postos de saúde, hospitais, maternidade etc.) e carência de serviço de atendimento a dependentes químicos e alcoólicos;
17-Educacional	100% dos professores do Ensino Fundamental são graduados ou estão em processo de graduação;	Carência de encontros dos trabalhadores de educação a fim de avaliar a educação e/ou promover estudos e debates temáticos;	Superlotação das salas de aula do Ensino Fundamental e pouca presença dos pais na escola acompanhando a formação dos filhos;
18-Educacional	Setor de serviços em expansão no Município;	Carência de quadros técnicos de nível médio e superior para suprir demandas do setor de serviços;	Carência de cursos técnico-profissionalizantes, de nível médio e superior para aperfeiçoamento da mão-de-obra local e dos serviços prestados no Município; pequena oferta de vagas do Programa Primeiro Emprego;
19-Econômica	Escoamento de produção agrícola e entrada de produtos e matérias primas no município;	Não possuir uma malha ferroviária própria e sistemas de transporte hidroviário	Carência de infraestrutura de transportes de custos mais baixos se

		e aeroportuário;	constitui num dos fatores inibidores da consolidação das aglomerações agroindustriais;
20-Econômica	Pequena diversidade das atividades econômicas (agricultura, pecuária, serviços, turismo etc.);	Ampla presença de contrato informal de trabalho no município;	Profundo desequilíbrio na distribuição das atividades econômicas e carência de estruturação e adensamento de cadeias produtivas;
21-Educacional	Forte presença de população jovem.	Baixo nível de escolarização e de formação técnica e tecnológica.	Significativa população jovem desempregada e submetida a dinâmicas sociais de criminalidade, violência e dependência química.

### 6.1.3. Identificação de Problemas Centrais

<b>MATRIZ</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DO (S) PROBLEMA (S)</b>	<b>FORMAS DE MANIFESTAÇÃO</b>	<b>PROPORÇÕES DE MANIFESTAÇÃO</b>
1- Econômica	Baixo dinamismo econômico;	Produção e exportação dos produtos <i>in natura</i> , carência de profissionalização das atividades artesanais e de pequenas indústrias (moveleira etc.);	Perda de renda, transferência de empregos para outros municípios, evasão fiscal, balança comercial deficitária;
2- Econômica	Oferta do Programa Primeiro Emprego é insuficiente para atender à demanda existente;	População jovem desempregada e sem perspectiva profissional;	Perda de perspectiva social, tendência a manifestações de violência e criminalidade;
3- Educativa	Carência de salas de aula no Ensino Fundamental provocando a superlotação das salas existentes;	Pouco investimento do governo em termos de instalações de ensino e servidores (professores e técnico-administrativos) da educação;	Desempenho de aprendizagem deficiente, ausência de acompanhamento individualizado aos alunos e pouca atenção aos portadores de necessidades especiais;
4- Educativa	Capacitação insuficiente dos recursos humanos;	Carência de habilidades e competências técnico-profissionais;	Trabalho com pouca qualidade, instabilidade nos empregos e postos de

			trabalho, que requerem qualificação, não preenchidos;
5- Social	Relações interinstitucionais desarticuladas;	Poucos programas e projetos do governo federal são mobilizados pela prefeitura;	Carência de projetos e recursos para segurança, educação, meio ambiente, desenvolvimento social, etc.;
6- Social	Atuação da prefeitura municipal limitada às demandas sociais imediatas;	Programas e políticas sociais focalizadas e paliativas e atuação sobre os problemas e não sobre as causas;	Carência de visão de conjunto das dinâmicas que provocam as demandas, dos cenários futuros e dos desenhos políticos e administrativos institucionais face às demandas sociais requeridas;
7- Social	Fragilidade das organizações da sociedade civil;	Baixo índice de participação dos atores sociais;	Pequeno controle social sobre as atividades governamentais;

#### 6.1.4. Identificação dos Objetivos Centrais da Instituição

MATRIZ	CARACTERIZAÇÃO DO (S) OBJETIVO (S) CENTRAL (IS)	NÚCLEO (S) CENTRAL (IS)	MANIFESTAÇÕES ESPECÍFICAS
1- Educacional e Econômica	Fortalecer o setor produtivo e de serviços por meio da formação de trabalhadores qualificados;	Oferecer cursos de formação inicial e continuada, técnicos e tecnológicos adequados às demandas dos setores produtivos e de serviços;	O IFG deverá oferecer cursos nos seguintes campos: a) Técnicos: Meio ambiente; Informática; Construção Civil; e Design de Móveis; b) Tecnológicos: Gestão Ambiental; Gestão de Tecnologia da Informação; Gestão em Turismo e Gestão em Construção de Edifícios. C) Licenciatura: Licenciatura em Biologia.
2- Econômica e Educacional	Desenvolver o Turismo;	Levantar e caracterizar o potencial turístico de Formosa e identificar as linhas gerais de desenvolvimento do turismo no município;	Promover um centro de estudos e pesquisas sobre o turismo em Formosa;
3-	Concorrer para a	Atuar na formação	Oferecer cursos de

Educacional, Cultural e Social	melhoria do Ensino Médio;	e/ou atualização do quadro docente municipal e estadual;	aprimoramento e atualização do corpo docente municipal e estadual presente no município e na sua região de influência;
4- Ambiental, Cultural e Social	Concorrer para o uso adequado do espaço rural para o desenvolvimento sustentável;	Conscientizar governo e população para o desenvolvimento sustentável;	Promover seminários, encontros, palestras etc., sobre temas como desenvolvimento sustentável e meio ambiente; desenvolver um projeto voltado para socialização de técnicas de manejo agropecuário adequados à proteção ambiental e criar um núcleo de pesquisa sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável;

#### **6.1.5. Estabelecimento de Estratégias, Ações, Instituições e Atores Sociais Envolvidos**

O Município de Formosa possui tradição agropecuária, com destaque para o plantio de soja, milho e feijão e o desenvolvimento de pecuária extensiva. Possui também recursos naturais que possibilitam a exploração do ecoturismo, do turismo rural e do turismo de aventura.

Formosa fica próximo de um grande centro consumidor, o eixo Brasília-Anápolis-Goiânia, com aproximadamente 6 milhões de habitantes, com possibilidade de acesso a recursos públicos que promovam o desenvolvimento regional.

A localização geográfica ainda coloca Formosa como polo de comércio e serviços para a região nordeste do Estado de Goiás e também facilita o acesso de alunos às Instituições de Ensino Superior (IES) existentes no Município.

Para dinamizar a economia do Município, é necessário fortalecer os setores produtivos e de serviços por meio da promoção de articulação dos setores empresarial e público, do fortalecimento do Conselho de Desenvolvimento Econômico, da realização de fóruns e seminários com os diversos atores sociais e econômicos, do estímulo à ação conjunta entre os diversos segmentos e da formação técnica e tecnológica de trabalhadores qualificados.

Outro foco estratégico é o aprimoramento das técnicas e das tecnologias empregadas para otimizar as vocações da região, quais sejam aquelas vinculadas às áreas de turismo e hospitalidade, agropecuária, informática e recursos naturais, bem como a promoção da Educação Profissional e Tecnológica, proporcionando cursos de Formação Inicial Continuada, Técnicos e Tecnológicos.

O turismo é uma das vocações da região que precisa ser desenvolvida, utilizando como estratégia o aproveitamento dos recursos naturais de forma integrada, criando roteiros turísticos, divulgando os potenciais turísticos em novos mercados, apoiando projetos que possam usufruir das fontes de financiamento disponíveis e elaborando planos para o desenvolvimento do turismo. Essas iniciativas demandam a criação de um centro de estudo e pesquisa em turismo, tendo em vista subsidia-las.

Objetivando tornar o ensino eficiente, serão necessárias ações que promovam a democratização de acesso, a permanência e a conclusão com êxito do Ensino Médio, a formação de professores qualificados e erradicação do analfabetismo.

A situação geográfica do Município, inserido no Entorno de Brasília e próximo da microrregião Vale do Paranã, tende a se converter em um importante polo de ensino universitário.

O desenvolvimento regional e local pressupõe a formação de redes de cooperação e de parcerias interligadas a um sistema de gestão municipal que estimule os cidadãos a construir novas práticas de planejamento e de gestão democrática incluídas, redistributivas e sustentáveis. Nesta direção, assumem importância os arranjos (produtivos, sociais e culturais) locais. Os campos de promoção de arranjos locais que o IFGO, em princípio, deverá atuar são: a) Arranjos Produtivos Locais: Atividade agropecuária e agroindustrialização; Turismo, hospitalidade e meio ambiente; madeira e móveis; e construção civil; b) Arranjos Sociais Locais: Saneamento urbano e

acondicionamento/reaproveitamento de resíduos sólidos; recuperação/preservação dos mananciais e do cerrado; formação técnico-profissional para a área da saúde; e formação técnico-profissional para a área de apoio escolar; c) Arranjos Culturais Locais: Arquitetura, cultura popular e artesanato do cerrado.

Para o alcance desses objetivos, no caso do Município de Formosa, torna-se imperativa a articulação entre o poder público municipal, instituições públicas de ensino, ONG's etc.

Nesse contexto, sugerem-se como estratégias:

<b>MATRIZ</b>	<b>ESTATÉGIAS</b>	<b>AÇÕES</b>	<b>OUTRAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS</b>	<b>ATORES ENVOLVIDOS</b>	<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>

#### **6.1.6. Conclusão: Desafios e Encaminhamentos**

Em face do diagnóstico, da matriz de potencialidades, limitações e problemas, dos objetivos e das estratégias para a resolução dos principais entraves do Município de Formosa, tendo em vista o desenvolvimento regional e local, foram sugeridas as seguintes grandes ações:

1. Realização de projetos sociais e culturais voltados para a juventude, tendo em vista proporcionar formação profissional e cultural e criar perspectivas sociais, de forma a se contrapor aos processos de reprodução de criminalidade, violência e dependência química de jovens em Formosa;
2. Levantamento das potencialidades/vocações e dos estrangulamentos/problemas da atividade turística em Formosa; e oferta de cursos Técnicos e Tecnológicos voltados para a área de turismo e hospitalidade;
3. Levantamento das potencialidades/vocações e dos estrangulamentos/problemas da atividade moveleira em Formosa; e oferta de cursos Técnicos e Tecnológicos, em caráter não regular, voltado para a área da indústria moveleira;
4. Sensibilização e capacitação dos agricultores dos assentamentos para a incorporação de técnicas agrícolas alternativas e sustentáveis ambientalmente; estímulo para a

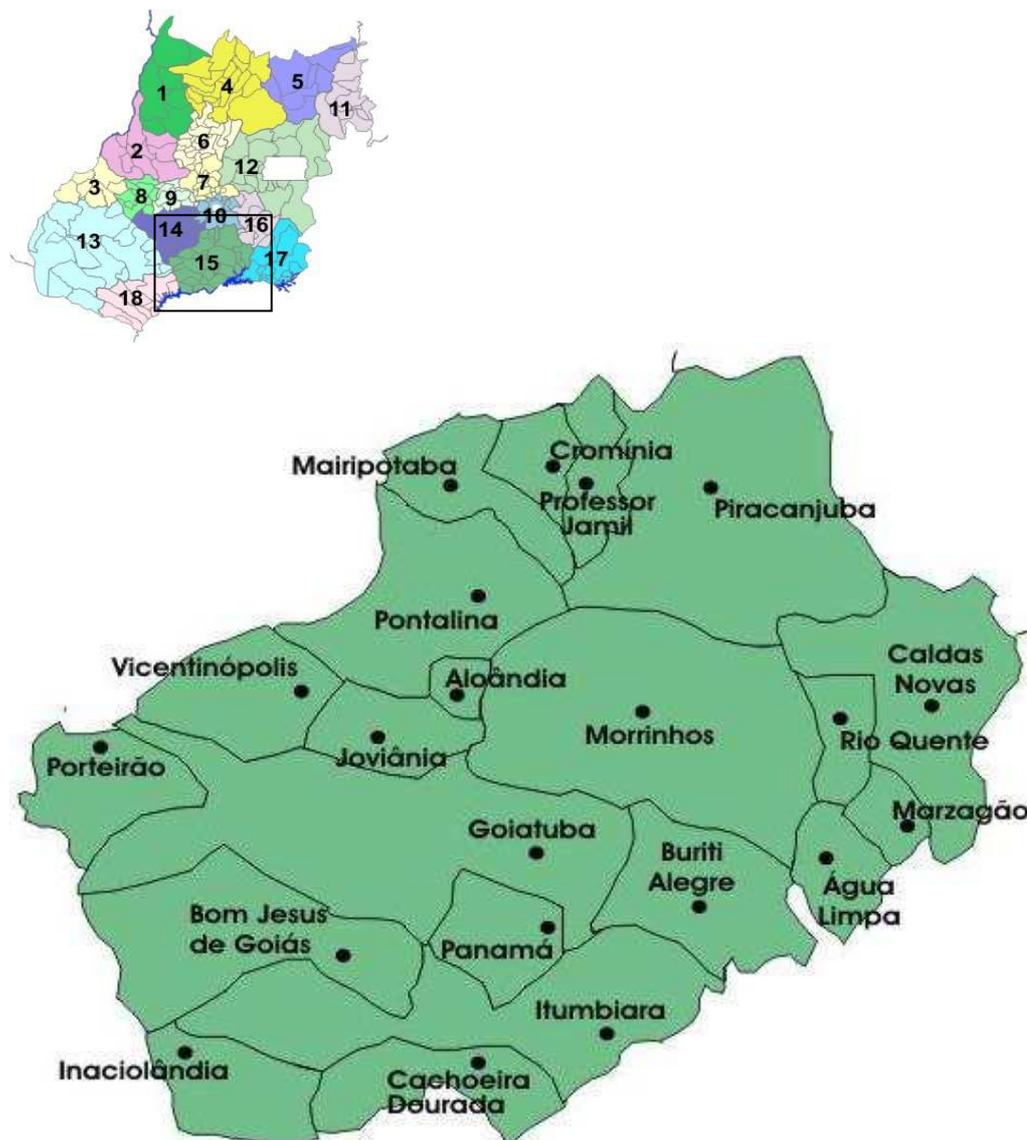
formação de arranjos locais a partir de associações cooperativas; e contribuição para a conformação de cadeia produtiva em torno da produção e industrialização de grãos mediante a formação profissional e tecnológica dos trabalhadores;

5. Capacitação técnico-profissional dos artesãos e estímulo à sua auto-organização por meio de arranjos locais;
6. Realização de oferta de cursos Técnicos em controle e gestão ambiental, criação de núcleos de pesquisa em meio ambiente e desenvolvimento de festivais em torno da conscientização ambiental; e apoio à criação de ONG's voltadas para a questão ambiental;
7. Consolidação do município de Formosa como Polo de formação de professores para a Educação Básica voltado para as microrregiões Entorno de Brasília e Vão do Paraná.

## 6.2. Gestão Estratégica do Desenvolvimento Regional e Local no Município de Itumbiara e sua Região de Influência Imediata

### 6.2.1. Caracterização do Município de Itumbiara e da sua Região de Influência Imediata

Mapa 8: Microrregião de Meia Ponte



Fonte: SEPIN – Mapa das Microrregiões de Goiás – IBGE.

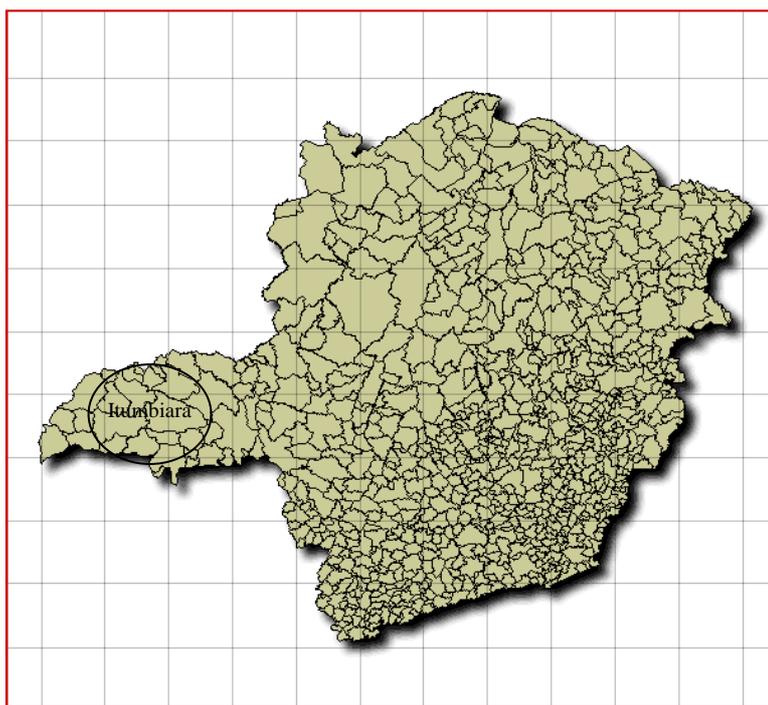
O Município de Itumbiara está localizado, segundo a divisão realizada pelo IBGE, de acordo com a resolução - PR nº. 11 de 05/06/90, na microrregião 15 ou Microrregião de Meia Ponte, que por sua vez se localiza na região chamada de Sudeste Goiano. Essas regiões são

assim delimitadas devido à sua homogeneidade sócio-econômica, bem como espacial. Essa distribuição atende também a uma estratégia de planejamento para investimentos governamentais, visando promover desenvolvimento e minimizar os desequilíbrios regionais.

Dentro da microrregião visualizada e, obedecendo a um raio limite de 60 km do Município de Itumbiara, obtemos uma primeira parte da região de influência de que se trata o presente documento. Os municípios: Buriti Alegre, Cachoeira Dourada, Goiatuba e Panamá fazem parte ou constituem essa região.

Observando as relações sociais estabelecidas na região, percebe-se a influência do Município de Itumbiara sobre municípios vizinhos, o que nos remete a uma nova área de influência que inclui três municípios do Estado de Minas Gerais, a saber, Araporá, Canápolis e Centralina. Esse cenário pode ser observado por meio do Mapa 9.

**Mapa 9: Minas Gerais**



Capital: Belo Horizonte

Número de Municípios: 853



Fonte: IBGE Cidades.

O Município de Itumbiara não se encontra organizado sob uma base sócio-econômica “monocultora”, isto é, não se encontra social e economicamente articulado em torno de uma atividade econômica dominante e centralizadora dos aspectos econômicos, sócio-culturais e políticos. Caracteriza-se por uma diversidade de atividades que se denominam: agroindústria, agricultura, pecuária, serviços, turismo, entre outros.

Na base desse desenvolvimento encontram-se capitais internacionais, do centro-sul do país e de grupos da própria região. Articulados em torno da agricultura mecanizada e quimificada e da agroindústria, têm sido capazes de transformar o Município em um dos mais prósperos do país. Todavia, a transferência de rendas da região para o exterior e para outras regiões do país, somada às práticas políticas autoritário-populistas e à desorganização dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil oriundas do mundo do trabalho, não tem proporcionado a inclusão social, a superação de formas precárias de relações de trabalho e a criação de bases materiais satisfatórias para amplos setores sociais.

Problemas ambientais também são marcantes no Município e na região de influência imediata como um todo. A poluição do Rio Paranaíba, a retirada das matas ciliares dos mananciais e a contaminação dos solos por meio de agrotóxicos são algumas das suas manifestações.

Os Municípios que se encontram no raio de até 60 km do Município de Itumbiara, geralmente não ultrapassam a 10 mil habitantes. Assumem uma relação de subordinação direta ao Município de Itumbiara, como fornecedores de matérias primas e de força de trabalho. A relativa exceção cabe ao Município de Goiatuba, com uma população de 31.208 habitantes em 2007 e alguns setores de atividade com dependência menos direta com relação ao Município de Itumbiara.

#### **6.2.1.1. Aspectos Naturais**

O Município de Itumbiara e a região de influência possuem ocorrências de diversos minerais com potencial para exploração econômica. Destacam-se: Argila, Diamante, Amianto, Níquel e Cromo.

O Rio Paranaíba assume grande importância como via para escoamento de produção. Assume, ainda, grande importância por seu potencial turístico, no que é ampliada pelo Lago da Hidroelétrica de Cachoeira Dourada.

### 6.2.1.2. Aspectos Demográficos

O Município de Itumbiara e a região de influência convivem com um pequeno crescimento populacional, conforme demonstram os dados demográficos da região. Tal processo não é explicado apenas pela queda da taxa de crescimento vegetativo da população; destaca-se, ainda, a persistente carência de serviços sociais e a redução da oferta de empregos sem exigência de qualificação profissional – fruto da mecanização do cultivo da cana-de-açúcar e da expansão das agroindústrias -, responsáveis pela redução da imigração de populações carentes de bens materiais e de qualificação profissional para a região, o que, conseqüentemente, determinou um crescimento moderado da população.

Estudos demográficos do Município de Itumbiara e da região de influência, entre os anos de 1980 e 1989, com base em projeções idealmente construídas<sup>23</sup>, a partir de taxa de referência de crescimento de 2,48% ao ano, evidenciam uma evasão de 10.124 pessoas em Itumbiara e de 2.255 pessoas na região de influência, conforme demonstrado na Tabela 14.

**Tabela 14: Estudos Demográficos de Itumbiara e Região do Entorno (Até 60 km) 1980-1989**

ANO	ITUMBIARA			ENTORNO		
	POPULAÇÃO TOTAL	URBANA	RURAL	POPULAÇÃO TOTAL	URBANA	RURAL
1980	78.049	62.010	16.039	38.618	26.180	12.438
1981	79.984	-	-	39.576	-	-
1982	81.968	-	-	40.557	-	-
1983	84.001	-	-	41.563	-	-
1984	86.084	-	-	42.594	-	-
1985	88.219	-	-	43.650	-	-
1986	90.406	-	-	44.733	-	-
1987	92.649	-	-	45.842	-	-
1988	94.946	-	-	46.979	-	-
1989	97.301	-	-	48.144	-	-

**NOTAS**

<p>Crescimento da população projetado para a década: .... 19.252 hab          Dados reais da população (1989):..... 87.177 hab          Projeção de população evadida: .....10.124 hab</p>	<p>Crescimento da população projetado para a década: 9.526 hab          Dados reais da população (1989): .....45.889 hab          Projeção de população evadida: .....2.255 hab</p> <p>Entorno considerado: Buriti Alegre, Cachoeira Dourada, Goiatuba, Panamá, Araporá (MG), Canápolis (MG) e Centralina (MG). Dados apenas de: Buriti Alegre, Goiatuba e Panamá. Ausência de contagem da população, no período considerado, dos municípios: Araporá, Canápolis, Cachoeira Dourada e Centralina.</p>
--	---

1981-1989: Projeção com base em um crescimento nacional de 2,48% ao ano.

Fonte: Seplan/Sepin e IBGE

<sup>23</sup>Projeções idealmente construídas, com base em uma taxa de referência de crescimento ao ano, projetada para toda uma década, é um recurso metodológico que visa ilustrar um comportamento demográfico, identificando tendências e/ou intuindo fenômenos. Não dispõe, portanto, de rigor científico e metodológico.

No período compreendido entre os anos de 2000 e 2007, com base em projeções idealmente construídas, a partir de referência de crescimento de 1,64%, fica evidenciada uma evasão de 3.128 indivíduos no Município de Itumbiara e 9.323 na região de influência, conforme Tabela 15.

**Tabela 15: Estudos Demográficos de Itumbiara e Região do Entorno (Até 60 km) 2000-2007**

ANO	ITUMBIARA			ENTORNO		
	POPULAÇÃO TOTAL	URBANA	RURAL	POPULAÇÃO TOTAL	URBANA	RURAL
2000	81.430	77.123	4.307	77.327	64.237	13.090
2001	82.765	-	-	78.595	-	-
2002	84.122	-	-	79.884	-	-
2003	85.502	-	-	81.194	-	-
2004	86.904	-	-	82.526	-	-
2005	88.329	-	-	83.879	-	-
2006	89.778	-	-	85.255	-	-
2007	91.250	-	-	86.653	-	-

**NOTAS**

Crescimento da população projetado para a década:..9.820 hab	Crescimento da população projetado para a década:..9.326 hab
Dados reais da população: .....88.122 hab	Dados reais da população: ..... 77.330 hab
Projeção de população evadida: .....3.128 hab	Projeção de população evadida: ..... 9.323 hab
	Entorno considerado: Buriti Alegre, Cachoeira Dourada, Goiatuba, Panamá Araporá (MG), Canápolis (MG) e Centralina (MG).

2001-2007: Projeção com base em um crescimento nacional de 1,64% ao ano.

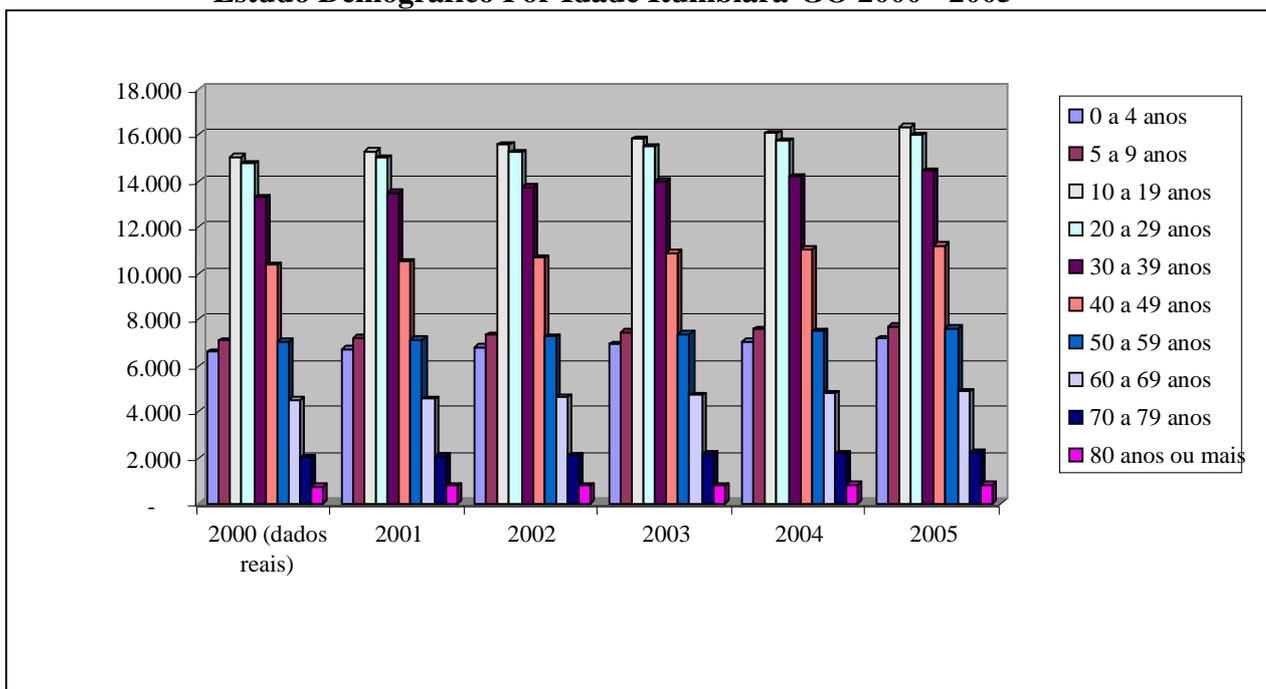
2007: Contagem Preliminar

Fonte: Seplan/Sepin e IBGE

Os estudos evidenciam, ainda, uma tendência de redução relativa da população jovem e de crescimento da população adulta e de terceira idade. Tais processos terão impactos fundamentais nas próximas duas décadas, conforme avancem os grupos etários que se localizam entre 30 e 39 anos e 40 e 49 anos, conforme pode ser confirmado por meio do Gráfico 6.4.

O Município de Itumbiara e a região de influência imediata apresentam uma razoável estrutura de saúde pública, bem como diversos cursos na área de saúde oferecidos pelo SENAC. Portanto, apresenta boas condições para enfrentar os desafios de uma população em processo de rápido envelhecimento e cada vez mais exigente quanto a serviços de saúde pública de qualidade.

### Estudo Demográfico Por Idade Itumbiara-GO 2000 - 2005



**Gráfico 1:** Estudo Demográfico por Idade - Itumbiara - GO  
Fonte: Seplan/Seplan e IBGE.

A implantação do *Campus* de Itumbiara pode interferir no comportamento demográfico do Município de Itumbiara e da região de influência. Pode se constituir em fator de permanência de população jovem que evade da região à procura de educação e de qualificação profissional. Pode se constituir também em fator gerador de emprego e de renda se for capaz de interferir nos processos produtivos e de serviços da região. Pode, ainda, contribuir com a implementação de políticas sociais por parte dos governos municipais.

#### 6.2.1.3. Aspectos Econômicos

O Município de Itumbiara e a região de influência imediata apresentaram um desempenho, razoavelmente homogêneo, no que tange à atividade de pecuária.

Conforme podemos observar por meio das Tabelas 15 e 16, houve um crescimento na criação de aves, entre os anos de 2000 e 2005, de aproximadamente 30%. No mesmo período a produção de ovos recuou, em aproximadamente 41,5%. Esses dados evidenciam o avanço da criação de aves para abate em detrimento de aves poedeiras na região.

A criação de gado apresentou um pequeno recuo na região. Todavia, o número de vacas de ordenha apresentou um crescimento superior a 30%. Os dados referentes à produção de leite no Município de Itumbiara apresentam uma distorção quando confrontados com o

crescimento do número de vacas de ordenha, que pode ser resultado de evasão fiscal do município. Esses dados evidenciam o avanço da bacia leiteira e dos laticínios na região em detrimento da criação de gado de corte.

A criação de gado de corte convive com o avanço da criação em regime de confinamento e semiconfinamento em detrimento da criação em pasto aberto, em função do novo avanço da agricultura na região. Essa realidade nos permite compreender a redução moderada do número de cabeças de gado de corte na região.

O recuo da criação de gado de corte e a mudança nos métodos de criação, bem como o avanço da agricultura e da agroindústria nos ajudam a compreender o avanço da criação de suínos (e aves) na região. A criação de animais de pequeno porte para a oferta de carnes tem avançado porque não exige terras e porque se articula diretamente com a atividade agropecuária. O crescimento dessa criação chegou próximo a 200%\*, e evidencia uma tendência promissora na região.

O Município de Itumbiara e a região de influência imediata, por consequência, possuem um grande potencial para a consolidação da indústria de carnes, em especial de animais de pequeno porte.

**Tabela 15: Análise de Aspectos Econômicos do Efetivo da Pecuária Itumbiara**

Efetivo da Pecuária	Anos					
	2.000	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005
Aves (cab.)	323600	351900	354000	374000	403850	420800
Prod. De Ovos (1.000 dz)	305	276	266	181	172	178
Suínos (cab.)	13800	13200	13720	12850	14100	14700
Bovinos (cab.)	149300	160500	161500	150800	146000	149300
Vacas Ordenhadas (cab.)	23800	33100	33800	31800	30700	31400
Prod. De Leite (1.000 l)	34980	32700	32851	30602	32417	33900

Fonte: Seplan/Sepin.

**Tabela 16: Análise de Aspectos Econômicos do Efetivo da Pecuária**

\* Percentual concebido por meio da média entre o crescimento da criação de aves e a criação de suínos da região de influência da cidade polo Itumbiara.

### Região de Influência

Efetivo da Pecuária	Anos					
	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Aves (cab.)	270820	686800	682180	905000	969260	1293700
Prod. De Ovos (1.000 dz)	232	177	175	155	162	161
Suínos (cab.)	13270	18170	19120	17290	19300	19410
Bovinos (cab.)	255110	261000	267020	244250	234100	245400
Vacas Ordenhadas (cab.)	26630	45000	44420	43300	42800	43600
Prod. De Leite (1.000 l)	35972	43990	43975	47495	49027	50561

Fonte: Seplan/Sepin.

O Município de Itumbiara e a região de influência imediata apresentaram um desempenho, também razoavelmente homogêneo, no que tange à atividade de agricultura. De fato, a região conviveu com um novo momento do processo de transição da pecuária de pasto (e extensiva) para a agricultura mecanizada e quimificada.

Conforme podemos observar por meio das Tabelas 17 e 18, a atividade de agricultura na região foi liderada pelos cultivos de soja – que apresentaram entre os anos de 2000 e 2006 um crescimento de 25% no Município de Itumbiara e de aproximadamente 19% na região de influência – e pelos cultivos de cana-de-açúcar – que apresentaram, no mesmo período, um crescimento de 38,5% no Município de Itumbiara e de 155% na região de influência. Produção que compõe as cadeias produtivas agroindustriais, respectivamente, de óleo e de farelos de soja e de milho e de açúcar e álcool.

Os cultivos de arroz e de milho, embora importantes na região, apresentaram um desempenho irregular. O crescimento desses cultivos esteve, em grande medida, condicionado às flutuações de mercado dos preços da saca de soja e da tonelada de cana-de-açúcar.

O Município de Itumbiara consolidou-se como um Município agroindustrial. Os complexos agroindustriais de produção de açúcar e álcool, de óleo e de farelo, de laticínios, polarizados em Itumbiara, mas com ramificações na região de influência imediata, condicionam todas as atividades agropecuárias e de serviços no sul de Goiás e nas regiões fronteiriças do Triângulo Mineiro.

**Tabela 17: Produção Agrícola / 2000-2006  
Itumbiara**

<b>Produtos</b>		<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
Arroz	Área (ha.)	800	220	200	200	250	1500	500
	Prod. (t)	2180	410	640	600	750	1950	1300
	Produtividade (t/ha)	2,73	1,86	3,20	3,00	3,00	1,30	2,60
Cana-de-açúcar	Área (ha.)	5977	5187	4416	4120	4890	6200	8600
	Prod. (t)	418390	311220	264960	302820	359904	489800	679400
	Produtividade (t/ha)	70,00	60,00	60,00	73,50	73,60	79,00	79,00
Milho	Área (ha.)	8130	9515	3500	2470	2970	3400	3920
	Prod. (t)	41070	53080	21030	13590	16640	19460	21680
	Produtividade (t/ha)	5,05	5,58	6,01	5,50	5,60	5,72	5,53
Soja	Área (ha.)	30600	30600	40000	50000	56150	56500	50000
	Prod. (t)	75890	72450	116000	130000	98360	105090	95000
	Produtividade (t/ha)	2,48007	2,367647	2,9	2,6	1,751736	1,86	1,9

Fonte: Seplan/Sepin.

**Tabela 18: Produção Agrícola  
Entorno (até 60 km da cidade polo Itumbiara)**

<b>Produtos</b>		<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
Arroz	Área (ha.)	4110	2770	2630	1480	2350	3650	1900
	Prod. (t)	9320	3544	5620	3376	6165	4622	4475
	Produtividade (t/ha)	2,27	1,28	2,14	2,28	2,62	1,27	2,36
Cana-de-açúcar	Área (ha.)	5730	9556	9120	8809	11770	12600	13806
	Prod. (t)	445440	742040	714240	658340	956525	1007630	1137170
	Produtividade (t/ha)	77,74	77,65	78,32	74,73	81,27	79,97	82,37
Milho	Área (ha.)	10815	26730	9550	9000	8460	11160	16000
	Prod. (t)	53730	150300	54460	54960	51160	66191	90925
	Produtividade (t/ha)	4,97	5,62	5,70	6,11	6,05	5,93	5,68
Soja	Área (ha.)	53800	46600	64450	75200	90200	82500	79600
	Prod. (t)	141020	107260	178780	192980	178660	174020	167500
	Produtividade (t/ha)	2,62119	2,30	2,77	2,57	1,98	2,11	2,10

Entorno considerado: Buriti Alegre, Cachoeira Dourada, Goiatuba e Panamá.

Fonte: SEPLAN/ SEPIN.

#### 6.2.1.4. Aspectos Sócio-Culturais

#### **6.2.1.4.1. Aspectos Educacionais**

O Município de Itumbiara e a área de influência imediata possuem uma estrutura de Ensino que oferece todas as modalidades de educação – Educação Pré-escolar, Classe de Alfabetização, Ensino Fundamental, Ensino Médio/Normal, Ensino Especial, Educação de Jovens e Adultos, Ensino Profissional (Nível Técnico) e Creche. Os dados referentes a cada modalidade de educação podem ser verificados por meio da Tabela 19 e Quadro 7.

O Ensino Técnico é também oferecido na região por meio do SENAI – que oferece os Cursos Técnicos em Eletromecânica, em Açúcar e Álcool, em *Web Design*, em Montagem e Manutenção de Computadores, em Programação de Computador, em Segurança no Trabalho, em Alimentos e em Eletrotécnica – e do SENAC – que oferece os Cursos Técnicos em Segurança no Trabalho, em Enfermagem, em Informática, em Meio Ambiente, em Enfermagem do Trabalho e em Enfermagem e Instrumentação Cirúrgica.

O Ensino Técnico oferecido na região não supre as demandas da sociedade. A oferta de Ensino Técnico pelo *Campus* Itumbiara contribuirá para o atendimento dessas demandas, bem como poderá proporcionar projetos curriculares e qualidade de formação de referência, em especial nas modalidades de Ensino Técnico Integrado e de Educação de Jovens e Adultos.

O Ensino Superior na região ocorre por meio de instituições públicas – Unidades de Itumbiara e de Goiatuba da Universidade do Estado de Goiás (UEG) – e privadas – Instituto Luterano de Ensino de Itumbiara (ULBRA-Itumbiara), Faculdade Santa Rita de Cássia (UNIFASC) e a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Goiatuba (FAFICH). Predomina a oferta de Cursos de Licenciatura – a exemplo de História e de Biologia –, bem como de Bacharelado em Direito e em Administração de Empresas.

O *Campus* Itumbiara, atuando na modalidade de Ensino Superior direcionado para as formações Tecnológicas e Bacharelados voltados para os setores produtivos, os serviços e o meio ambiente, pode contribuir para a democratização do acesso a essa modalidade de ensino e se constituir em referência de Ensino Superior de qualidade na Região.

Por meio de pesquisa nos bancos de dados da Seplan/Sepin e do MEC/Inep foi possível obtermos um quadro geral da educação, em seus diversos níveis e modalidades, conforme fica demonstrado a seguir.

---

**Tabela 19: Educação: Aspectos Gerais**

<b>2006</b>		
	ITUMBIARA	ENTORNO
Escolas em Atividade	58	44
Salas de Aula	620	352
Docentes	1282	776
Alunos da Educação Pré-Escolar	2062	1498
Alunos da Classe de Alfabetização	-	-
Alunos do Ensino Fundamental	15091	9423
Alunos do Ensino Médio/Normal	4701	2232
Alunos do Ensino Especial	208	98
Alunos da Ed. Jovens/Adultos	2572	1548
Alunos do Ensino Profissional (Nível Técnico)	244	-
Alunos da Creche	586	399
<b>Total de Alunos</b>	<b>25464</b>	<b>15198</b>

Entorno considerado: Buriti Alegre, Cachoeira Dourada, Goiatuba e Panamá.

Fonte: Seplan/Seplin.

<b>Quadro 7: Estabelecimentos de Ensino Superior em Itumbiara</b>
<b>Ano 2007</b>
Posição: julho/2007
- Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara – ILES (Ulbra-Itumbiara)
- Unidade Universitária da UEG (Universidade Estadual de Goiás)
- UNIFASC (Faculdade Santa Rita de Cássia)

Fonte: Seplan/Seplin.

Com relação ao Ensino de Nível Técnico foram identificadas unidades de ensino que oferecem cursos nessa modalidade no Município de Itumbiara e em sua área de influência imediata. Em consulta aos bancos de dados do MEC/Inep obtém-se uma relação de escolas, tanto da área de influência imediata quanto da região de influência que ultrapassa o raio estabelecido (influência imediata), conforme Tabela abaixo.

**Tabela 20: Escolas de Nível Técnico com n.º. de matrículas em 2007 e concluintes**

em 2006

Ano do Censo	Nome do Curso	Município	Nome da Área	Dependência Administrativa	Localização	Nome da Escola	Número de Alunos	
							Matriculados	Concluintes
2007	Horticultura Intensiva	Bom Jesus de Goiás	Agropecuária	Particular	Urbana	Escola Especial Recanto das Flores - APAE	28	0
2007	Agrícola Com Habilitação em Agricultura	Morrinhos	Agropecuária	Federal	Rural	Centro Fed. de Educ. Tec. de Urutaí - UNED Morrinhos	49	21
2007	Agrícola Com Habilitação em Agropecuária	Morrinhos	Agropecuária	Federal	Rural	Centro Fed. de Educ. Tec. de Urutaí - UNED Morrinhos	93	17
2007	Agrícola Com Habilitação em Zootecnia	Morrinhos	Agropecuária	Federal	Rural	Centro Fed. de Educ. Tec. de Urutaí - UNED Morrinhos	48	15
2007	Redes de Computação	Morrinhos	Informática	Federal	Rural	Centro Fed. de Educ. Tec. de Urutaí - UNED Morrinhos	92	61
2007	Sistemas de Informação	Morrinhos	Informática	Federal	Rural	Centro Fed. de Educ. Tec. de Urutaí - UNED Morrinhos	131	112
2007	Química Com Habilitação em Alimentos	Morrinhos	Química	Federal	Rural	Centro Fed. de Educ. Tec. de Urutaí - UNED Morrinhos	36	17
2007	Alimentos e Bebidas	Itumbiara	Agropecuária	Particular	Urbana	Escola Senai Itumbiara	28	0
2007	Carnes e Derivados	Itumbiara	Agropecuária	Particular	Urbana	Escola Santa Rita de Cássia - APAE	27	0
2007	Horticultura Intensiva	Itumbiara	Agropecuária	Particular	Urbana	Escola Santa Rita de Cássia - APAE	14	0

2007	Jardinagem	Itumbiara	Agropecuária	Particular	Urbana	Escola Santa Rita de Cássia - APAE	14	0
2007	Cervejaria	Itumbiara	Indústria	Particular	Urbana	Escola Santa Rita de Cássia - APAE	14	0
2007	Eletromecânica	Itumbiara	Indústria	Particular	Urbana	Escola Senai Itumbiara	53	0
2007	Eletrotécnica	Itumbiara	Indústria	Particular	Urbana	Escola Senai Itumbiara	125	0
2007	Têxtil	Itumbiara	Indústria	Particular	Urbana	Escola Santa Rita de Cássia - APAE	15	0
2007	Informática	Itumbiara	Informática	Particular	Urbana	Centro de Formação Prof. Roberto Carlos Regnier	16	0
2007	Análise e Produção de Açúcar e Alcool	Itumbiara	Química	Particular	Urbana	Escola Senai Itumbiara	53	0
2007	Enfermagem	Itumbiara	Saúde	Particular	Urbana	Centro de Formação Prof. Roberto Carlos Regnier	120	0
2007	Segurança no Trabalho	Itumbiara	Saúde	Particular	Urbana	Escola Senai Itumbiara	23	0
2007	Segurança no Trabalho	Itumbiara	Saúde	Particular	Urbana	Centro de Formação Prof. Roberto Carlos Regnier	133	1

Fonte: MEC/Inep.

Nota-se, portanto, que o Município de Itumbiara, bem como a sua área de influência, recebe unidades de educação que oferecem cursos nos vários níveis de ensino.

#### 6.2.1.4.2. Aspectos Sociais

As carências percebidas na região têm sido objeto de ação corretiva, mas sem a rapidez necessária. Essa realidade pode ser confirmada por meio do IDH-Educação que apresenta taxas consideradas “médias” e “elevadas”. Vale ressaltar que o crescimento do IDH-Educação, assim como as demais dimensões que configuram o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), ou seja, IDH-Renda e IDH-Longevidade, foram calculados e acompanhados apenas a partir do ano de 2000.

Para se obter uma visão mais ampla da situação do Município de Itumbiara e da sua região de influência imediata, segue-se uma Tabela contendo o IDH-Municipal desagregado nas suas diversas dimensões e o IDH-Municipal apresentado ao final.

**Tabela 21: IDH's<sup>24</sup> de Itumbiara e Região de Influência**

	IDH - ITUMBIARA		IDH – REGIÃO DE INFLUÊNCIA <sup>25</sup>	
	1991	2000	1991	2000
IDH-M/RENDA	0,680	0,719	0,630	0,690
IDH-M/EDUCAÇÃO	0,779	0,887	0,736	0,830
IDH-M/LONGEVIDADE	0,652	0,749	0,697	0,772
<b>IDH-MUNICIPAL</b>	<b>0,704</b>	<b>0,782</b>	<b>0,688</b>	<b>0,764</b>

#### 6.2.2. Identificação da Matriz de Potencialidades, Limitações e Problemas:

MATRIZ	POTENCIALIDADES	LIMITAÇÕES	PROBLEMAS
1	Presença de minerais como argila, diamante, amianto, níquel e cromo;	Diversos minerais não apresentam níveis de concentração que permita exploração dentro dos padrões	Pequena presença de empresas explorando os recursos minerais;

<sup>24</sup> Classificação segundo IDH: Elevado: 0,800 e superior; Médio: 0,500 – 0,799; Baixo: abaixo de 0,500.

<sup>25</sup> Os IDH's da Região de Influência são obtidos por meio da média ponderada dos IDH's dos municípios que fazem parte da mesma.

		tecnológicos atuais;	
2	Rio Paranaíba proporciona irrigação e via de escoamento da produção, hidrelétricas (Cachoeira Dourada etc.), potencialidade turística e irrigação etc.;	Carência de política de controle e gestão dos recursos do Rio Paranaíba e carência de política de fomento ao turismo;	Poluição do Rio Paranaíba, retirada das matas ciliares, infraestrutura de lazer deficiente nas margens do Lago de Cachoeira Dourada;
3	Atividade agrícola em expansão;	Tendência à concentração da atividade monocultora de cana-de-açúcar, causando impactos negativos na oferta de empregos e provocando redução do número de pequenas propriedades com produção diversificada;	Agricultura desenvolvida dentro do paradigma da “revolução verde”, com mecanização, quimificação e transgenia;
4	Existência de uma rede de instituições de educação profissional e tecnológica ( <i>Campus</i> Itumbiara do IFG, SENAI, SENAC etc.);	Carência de atendimento às demandas de ocupações técnicas e tecnológicas;	População carente de formação é trabalhadora e oferta da EJA tem apresentado evasão elevada;
5	Expansão da criação de animais de pequeno porte;	Carência de aglomerados industriais de abate e processamento de carnes;	Carência de um arranjo produtivo local que focasse a criação de uma cadeia produtiva de carnes;

6	Expansão agroindustrial de produção sucroalcooleira, óleos e de farelo;	Lucros obtidos são transferidos para o Centro-sul do País, a cadeia produtiva vincula-se a produtos semi-industrializados;	Cadeia produtiva de grãos, por não ser “completa,” ou seja, da produção à industrialização, reduz a geração de empregos agroindustriais;
7	Potencialidades turísticas (Rio Paraíba, Lago de Serra Dourada, Pesca esportiva etc.);	Ausência de agenda de iniciativas turísticas que se prolonguem durante o ano e empreendimento turístico de caráter familiar;	Deficiência na área de comunicação e Marketing em torno do turismo, demonstrando nacionalmente os potenciais da região;
8	Presença de instituições de ensino superior (IFG, UEG, ABRA etc.), presença de número significativo de mestres e doutores, possibilidades de colaboração interinstitucional com instituições de ensino superior do triângulo mineiro, a exemplo da UFU;	Carência de projetos de pesquisa e extensão oferecidos pelas instituições de ensino superior;	Presença de várias instituições privadas, porém com desenvolvimento de pesquisa e extensão pouco significativos;
9	Sistema público de saúde diversificado;	Itumbiara centraliza os serviços de saúde da região;	Carência de atendimento domiciliar;
10	Estrutura educacional oferece todas as modalidades de	Grande evasão escolar no ensino médio com	Baixa qualidade da educação sob

	ensino;	baixo nível de aprendizagem dos estudantes;	responsabilidade do governo estadual, carência de técnicos em apoio escolar (Biblioteconomista, secretário(a) escolar etc.);
11	Acesso a Brasília e Goiânia, por meio de rodovia federal duplicada e acesso ao Triângulo Mineiro, também por meio de rodovia federal duplicada;	Facilidade de deslocamento de população com evasão de mão-de-obra qualificada do município;	Carência de políticas de integração efetiva com os grandes centros urbanos próximos a Itumbiara;
12	Disponibilidade hídrica para projetos de agricultura familiar com produção diversificada de alimentos;	Política pública para agricultura familiar pouco expressiva, com pequena contribuição produtiva em relação aos setores do agronegócio;	Política de reforma agrária e política agrícola deficiente e pouco significativa frente aos desafios da região;
13	Processo de urbanização intensificado por meio do estabelecimento de Itumbiara como polo de influência econômica imediata da região e da adoção da nova tecnologia agropecuária, responsável por redefinir a sua estrutura agrícola e fundiária;	Pouca capacidade de fazer frente às contradições sociais geradas;	Crescimento urbano desordenado gerando problemas ambientais, sociais e econômicos;
14	Aumento da oferta de empregos no setor de serviços;	Pouca qualificação dos trabalhadores	Baixa capacidade de atendimento da

		empregados nesse setor econômico;	demanda profissional por parte dos governos estadual e municipal e do Sistema S;
15	Diversidade das atividades econômicas nos três grandes setores econômicos;	Presença de trabalho informal e precarização das relações de trabalho no campo e na cidade;	Desequilíbrio entre os grandes setores de atividade econômica com proeminência do setor agroindustrial;
16	Possui boa infraestrutura de saúde pública para o atendimento do município;	Comprometimento da capacidade de atendimento das demandas sociais por conta da condição de polo político-administrativo na região;	Servidores da saúde em quantidade insuficiente para fazer frente às demandas do município/região;

### 6.2.3. Identificação de Problemas Centrais

A identificação de problemas centrais será preenchida durante o processo de desenvolvimento dos trabalhos.

<b>MATRIZ</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DO (S) PROBLEMA (S)</b>	<b>FORMAS DE MANIFESTAÇÃO</b>	<b>PROPORÇÕES DE MANIFESTAÇÃO</b>

#### **6.2.4. Identificação dos Objetivos Centrais da Instituição**

A identificação dos objetivos centrais da Instituição será preenchida durante o processo de desenvolvimento dos trabalhos.

<b>MATRIZ</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DO (S) OBJETIVO (S) CENTRAL (IS)</b>	<b>NÚCLEO (S) CENTRAL (IS)</b>	<b>MANIFESTAÇÕES ESPECÍFICAS</b>

#### **6.2.5. Estabelecimento de Estratégias, Ações, Instituições. Atores Sociais Envolvidos e Período de Execução**

O estabelecimento de estratégias, ações, instituições e atores sociais envolvidos serão preenchidos durante o processo de desenvolvimento dos trabalhos.

Nesse contexto, sugerem-se como estratégias:

<b>ESTRATÉGIA</b>	<b>AÇÕES</b>	<b>OUTRAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS</b>	<b>ATORES ENVOLVIDOS</b>	<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>

#### **6.2.6. Conclusão: Desafios e Encaminhamentos**

Os desafios e encaminhamentos serão preenchidos durante o processo de desenvolvimento dos trabalhos.

### 6.3. Gestão Estratégica do Desenvolvimento Regional e Local no Município de Uruaçu e sua Região de Influência Imediata

#### 6.3.1. Caracterização do Município de Uruaçu, da Região de Influência Imediata e dos Municípios de Goianésia e de Barro Alto

Para proceder com a caracterização dos municípios em estudo, faz-se necessário localizá-los geograficamente. Para tanto, analisemos o Mapa que se segue.

**Mapa 10: Microrregião de Porangatu.**



Fonte: SEPIN – Mapa das Microrregiões de Goiás – IBGE

O Estado de Goiás encontra-se dividido em 18 microrregiões que obedecem a delimitações de caráter sócio-cultural, econômico e geográfico. O Município de Uruaçu está localizado, segundo a divisão realizada pelo IBGE, de acordo com a resolução - PR nº 11 de 05/06/90, na microrregião 04 ou Microrregião de Porangatu, que por sua vez se localiza na região chamada de Médio-Norte Goiano. Essas regiões são assim delimitadas devido à sua

homogeneidade sócio-econômica, bem como espacial. Essa distribuição atende também a uma estratégia de planejamento para investimentos governamentais, visando promover desenvolvimento e minimizar os desequilíbrios regionais.

Dentro da microrregião visualizada e obedecendo a um raio limite de 60 km do Município de Uruaçu, obtemos uma primeira parte da região de influência de que se trata o presente documento. Os municípios de Alto Horizonte, Campinorte e Nova Iguaçu de Goiás compõem essa região.

Observando as relações de trabalho e de emprego e as próprias relações sociais, percebe-se a influência do Município de Uruaçu em regiões vizinhas, o que nos remete a uma nova área de influência que não a da Microrregião de Porangatu, mas a Microrregião de Ceres. Neste quadro, portanto, temos os Municípios de Hidrolina e São Luiz do Norte, que se encontram dentro do raio estabelecido de 60 km do Município de Uruaçu e, ainda, os Municípios de Goianésia e de Barro Alto, que se distanciam, respectivamente, 118 km e 63 km do Município de Uruaçu. Esse cenário pode ser observado por meio do Mapa 2.

Mapa 11: Microrregião de Ceres



Fonte: SEPIN – Mapa das Microrregiões de Goiás – IBGE

O Município de Uruacu não se encontra organizado sob uma base sócio-econômica “monocultora”, isto é, não se encontra social e economicamente articulado em torno de uma atividade econômica dominante e centralizadora dos aspectos econômicos, sócio-culturais e políticos. Caracteriza-se por uma diversidade de atividades que compreende agricultura, agroindústria, serviços, turismo, pecuária e piscicultura, entre outras.

A diversidade de atividades presentes no Município de Uruacu, que é uma pré-condição para um desenvolvimento regional sustentável e inclusivo socialmente, não tem sido capaz de determinar um ciclo virtuoso de expansão econômica do Município de Uruacu e da região de

influência e nem de determinar uma melhoria substantiva dos índices sociais. Aspectos como as mentalidades e práticas tradicionais na agricultura e na pecuária, a fragilidade de políticas e de organização institucional da Prefeitura Municipal de Uruaçu adequada ao desenvolvimento municipal, à pequena articulação política do empresariado local e à carência de mão-de-obra qualificada têm se apresentado como alguns dos obstáculos para o desenvolvimento do Município. A geração de força de trabalho qualificada, o impulsionamento de Arranjos Produtivos, Culturais e Sociais Locais, e a constituição de Cadeias Produtivas completas na região são iniciativas de caráter estratégico para a implementação de um desenvolvimento sustentável, socialmente inclusivo e fixador da população na região.

Os municípios que se encontram no raio de até 60 km do Município de Uruaçu geralmente não ultrapassam a 10 mil habitantes e são basicamente agropecuaristas. A eventual consolidação das atividades econômicas do Município de Uruaçu poderá desencadear um processo de redução desses municípios a meros satélites de Uruaçu, como fornecedores de matérias primas e de força de trabalho.

A reação a este possível cenário futuro demandará uma relação mais positiva e equilibrada entre os Municípios de Uruaçu e os municípios da região de influência. Demandará, ainda, uma articulação intermunicipal que envolva iniciativas como o reinvestimento de capitais nativos, o reassentamento de população nos municípios de origem e a criação de equipamentos públicos (instituições de educação, instalações de saúde pública etc.) necessários e satisfatórios às expectativas das populações nos próprios municípios da região de influência.

Os Municípios de Goianésia e de Barro Alto, embora não se encontrem no raio estabelecido de até 60 km do Município de Uruaçu, assumem grande importância para o *Campus* Uruaçu. O Município de Goianésia possui uma diversidade de atividades que compreende agricultura (cana-de-açúcar, seringueiras, tomate e milho), agroindústria (fábrica de extrato de tomate, destilarias e usina de açúcar e álcool), serviços e pecuária (extensiva e de confinamento); modernas e consolidadas, bem como uma população em acentuada expansão. Estabelece-se como polo agroindustrial e de serviços, o que reserva aos demais municípios do seu entorno a condição de fornecedores de matérias primas e de mão-de-obra.

O Município de Barro Alto, por sua vez, apresenta uma expansão econômica centrada na extração e beneficiamento do níquel e, mais recentemente, do cultivo de cana-de-açúcar, com projetos para a instalação de usinas de açúcar e álcool. Essa expansão repercute em expansão demográfica desordenada e que ultrapassa as possibilidades de atendimento das

necessidades sociais, por parte dos equipamentos públicos municipais. A condição transnacional dos capitais envolvidos na extração e beneficiamento de níquel e a condição forânea dos capitais que estão instalando usinas de açúcar e álcool, tende a não fixar, substantivamente, capitais no município. Tal realidade tende a comprometer um desenvolvimento sustentável e socialmente inclusivo, concorrendo para um contexto social instável em termos de emprego, de renda e de conflitos sociais.

### **6.3.1.1. Município de Uruaçu e Região de Influência**

#### **6.3.1.1.1. Aspectos Naturais**

O Município de Uruaçu e a região de influência, bem como outros municípios que extrapolam o raio de 60 km, possuem a ocorrência de diversos minerais com grande potencial de exploração econômica. Destacam-se: níquel, barita, amianto, berilo, calcário, calcopirita, chumbo, granada, manganês, moscovita, ouro, quartzo, talco e tântalo.

A presença de conglomerados nacionais (Votorantin) e internacionais (Anglo-American) evidencia a tendência de ampliação da atividade de extração mineral e de beneficiamento dos mesmos na própria região, a exemplo do processo em curso no Município de Barro Alto e Niquelândia. Essa tendência deve intensificar a demanda por mão-de-obra qualificada, mas também gerar passivos ambientais de graves e de grandes proporções, conforme testemunha historicamente, a atividade de extração e beneficiamento mineral, no Brasil e no mundo.

A ocorrência de diversos minerais e a tendência de ampliação da extração e beneficiamento de minerais da região geram uma demanda importante de técnicos em mineração, em segurança no trabalho e em mecânica, bem como de tecnólogos em gestão ambiental. Demanda esta que ultrapassa em muito os limites do Município de Uruaçu e da área de influência, a exemplo dos Municípios de Barro Alto, Niquelândia e de Minaçu.

A criação do Lago da Serra da Mesa abriu para o Município de Uruaçu a incrementação da atividade turística e da hospitalidade. Os gestores do Município identificam na ausência de mão-de-obra qualificada um dos maiores obstáculos para o desenvolvimento desse setor. Todavia, a carência de um Arranjo Cultural Local sólido em torno da atividade turística e da hospitalidade, consistente politicamente a ponto de proporcionar políticas para implantação de projetos turísticos, bem como um calendário de eventos anuais, não se constitui em um obstáculo menor para o desenvolvimento do setor.

A criação do Lago da Serra da Mesa abriu, ainda, para o Município de Uruaçu a possibilidade de exploração da atividade de piscicultura, sob o sistema de cercados flutuantes. Todavia, o desenvolvimento dos projetos de exploração e os obstáculos e trâmites legais têm atrasado a consolidação da atividade. Não há, atualmente, perspectivas de industrialização e/ou pré-beneficiamento do pescado que começa a ser criado em escala, no Município.

#### **6.3.1.1.2. Aspectos Demográficos**

O Município de Uruaçu e a região de influência conviveram com um processo de estagnação demográfica (Uruaçu) ou mesmo de redução demográfica (Campinaçu), conforme demonstram os dados demográficos da região (Fonte: Seplan/Sepin). Processos como a queda da taxa de crescimento populacional a partir dos anos 1980 e a carência de serviços sociais e de emprego, figuram entre alguns dos fatores responsáveis pela redução do crescimento da população e/ou por sua migração da região.

Os estudos demográficos do Município de Uruaçu e da região de influência, entre os anos de 1980 e 1989, com base em projeções idealmente construídas<sup>26</sup>, a partir de taxa de referência de crescimento de 2,48% ao ano, evidenciam, respectivamente, uma evasão de aproximadamente 7.500 pessoas e de 1.180 pessoas, conforme demonstrado na Tabela 22.

---

<sup>26</sup>Projeções idealmente construídas, com base em uma taxa de referência de crescimento ao ano, projetada para toda uma década, é um recurso metodológico que visa ilustrar um comportamento demográfico, identificando tendências e/ou intuindo fenômenos. Não dispõe, portanto, de rigor científico e metodológico.

TABELA 22: ESTUDOS DEMOGRÁFICOS DE URUAÇU E REGIÃO DO ENTORNO (ATÉ 60 KM)							
1980-1989							
ANO	URUAÇU			ENTORNO			
	POPULAÇÃO TOTAL	URBANA	RURAL	POPULAÇÃO TOTAL	URBANA	RURAL	
1980	32.226	21.082	11.144	12.797	6.686	6.111	
1981	33.025	-	-	13.114	-	-	
1982	33.844	-	-	13.439	-	-	
1983	34.684	-	-	13.773	-	-	
1984	35.544	-	-	14.114	-	-	
1985	36.425	-	-	14.464	-	-	
1986	37.329	-	-	14.823	-	-	
1987	38.254	-	-	15.191	-	-	
1988	39.203	-	-	15.567	-	-	
1989	40.175	-	-	15.953	-	-	
Crescimento da população projetado para a década (2,48%) .....			7.949	Crescimento da população projetado para a década (2,48%) .....			3.156
Dados reais da população (1989) .....			32.692	Dados reais da população (1989) .....			14.774
Projeção de população evadida .....			7.483	Projeção de população evadida .....			1.179
1981-1989: Projeção com base em um crescimento nacional de 2,48% ao ano.				1981-1989: Projeção com base em um crescimento nacional de 2,48% ao ano			
Entorno considerado: Alto Horizonte, Campinorte, Hidrolina, Nova Iguaçu de Goiás, São Luiz do Norte. Dados apenas de: Campinorte e Hidrolina. Ausência de contagem da população, no período considerado, dos municípios: Alto Horizonte, Nova Iguaçu de Goiás e São Luiz do Norte, visto que não foram encontrados nas fontes pesquisadas.							
Fonte: SEPLAN/SEPIN e IBGE.							
Elaboração: Observatório do Mundo do Trabalho e da EPT - Região Centro-Oeste.							

O Município de Uruaçu e a região de influência, no período compreendido entre os anos de 2000 e 2007, com base em projeções idealmente construídas, a partir da taxa de referência de crescimento de 1,64%, evidenciam, respectivamente, uma evasão de aproximadamente 4.203 pessoas e 2.639 pessoas, conforme está demonstrado na Tabela 23.

TABELA 23: ESTUDOS DEMOGRÁFICOS DE URUAÇU E REGIÃO DO ENTORNO (ATÉ 60 KM)							
2000-2007							
ANO	URUAÇU			ENTORNO			
	POPULAÇÃO TOTAL	URBANA	RURAL	POPULAÇÃO TOTAL	URBANA	RURAL	
2000	33.530	30.119	3.411	23.588	16.484	7.104	
2001	34.080	-	-	23.974	-	-	
2002	34.639	-	-	24.368	-	-	
2003	35.207	-	-	24.767	-	-	
2004	35.784	-	-	25.174	-	-	
2005	36.371	-	-	25.586	-	-	
2006	36.967	-	-	26.006	-	-	
2007	37.574	-	-	26.433	-	-	
Crescimento da população projetado para a década (1,64%) .....			4.044	Crescimento da população projetado para a década (1,64%) ....			2.845
Dados reais da população (2007 - Contagem preliminar) .....			33.371	Dados reais da população (2007 - Contagem preliminar) .....			23.794
Projeção de população evadida .....			4.203	Projeção de população evadida .....			2.639
2001-2007: Projeção com base em um crescimento nacional de 1,64% ao ano.				2001-2007: Projeção com base em um crescimento nacional de 1,64% ao ano			
Entorno considerado: Alto Horizonte, Campinorte, Hidrolina, Nova Iguaçu de Goiás, São Luiz do Norte.							
Fonte: SEPLAN/SEPIN e IBGE.							
Elaboração: Observatório do Mundo do Trabalho e da EPT - Região Centro-Oeste.							

Os estudos demográficos do Município de Uruaçu e da região de influência evidenciam a tendência de decréscimo da população jovem e de crescimento da população adulta e de terceira idade. Tais processos poderão exercer impactos fundamentais nas próximas duas décadas, conforme avancem os grupos etários que se encontram entre 30 e 39 anos e 40 e 49 anos.

Para tanto, concorrem processos como a queda da taxa de crescimento da população, a evasão de parte da população jovem do Município e a elevação da expectativa de vida da população. Em conjunto, verifica-se uma tendência à estagnação e ao envelhecimento da população.

O cenário demográfico futuro do Município de Uruaçu e da região de influência tenderá a gerar uma pressão sobre os equipamentos públicos vinculados à saúde e à proteção social. Pressão essa decorrente das pessoas que hoje se encontram nas faixas etárias acima de 40 anos, bem como da crescente exigência da população por serviços públicos de saúde e de proteção social mais ampla e completa.

A implantação do *campus* Uruaçu pode interferir nesse comportamento demográfico do Município de Uruaçu e da região de influência. Pode representar um fator de permanência de população jovem que evade da região à procura de educação e de qualificação profissional. Pode constituir-se em fator gerador de emprego e de renda se for capaz de interferir nos setores produtivos e de serviços. Pode, ainda, ser uma Instituição que contribua com o Município e a região de influência para o enfrentamento de temas relacionados à saúde e à qualidade de vida, como atendimento comunitário de saúde, orientação nutricional e elaboração de projetos e cadastramento de pacientes, especialmente importante no contexto de uma população em processo de rápido envelhecimento, mas cada vez mais exigente quanto aos serviços públicos de saúde e de proteção social.

Finalmente, há uma carência de profissionais técnicos em saúde. O Programa de Atenção Básica a Saúde da Família (PSF) impõe necessidades urgentes de técnicos em enfermagem, em higiene dentária, em saneamento básico etc. Essa necessidade tenderá a aumentar em função das transformações etárias da população, o que abre perspectivas para o *campus* Uruaçu atuar formando técnicos para a área da saúde, como Técnico em Agente Comunitário de saúde, Técnico em Enfermagem e Técnico em Gerência de Saúde.

### 6.3.1.1.3. Aspectos Econômicos

O Município de Uruaçu e a região de influência apresentaram uma tendência de refluxo em alguns setores da atividade agropecuária (aves, ovos e suínos), ou crescimento pequeno em outros (bovinos, vacas de ordenha e produção de leite). Considerando os últimos 5 anos, a produção de aves, ovos e suínos apresentou um recuo de aproximadamente 28%. A produção de bovinos, vacas de ordenha e leite apresentou uma expansão de aproximadamente 5%. Para tanto, concorreram as mentalidades e as práticas tradicionais, a ausência de indústrias sólidas e diversificadas na produção de insumos para a criação de animais e a histórica carência de políticas e de organização institucional das prefeituras de Uruaçu e das áreas de influência – em que pese as iniciativas recentes para a reversão dessa realidade, a exemplo do atual Governo Municipal de Uruaçu.

Especialmente importante para a região é a conformação das cadeias produtivas das carnes, do leite e de ovos. A construção de abatedouros maiores e de industrialização das carnes e a criação de indústria de insumos para a criação dos animais figuram como desafios para os empresários e os gestores públicos da região.

A produção de leite apresenta-se em melhor condição quando comparada com a de carnes e a de ovos. Isto porque ocorre presença de laticínio (Leite Bom), envasando leite e produzindo leite em pó e demais derivados, mas atualmente funcionando com aproximadamente 60% de sua capacidade instalada.

As mentalidades e práticas tradicionais e a ausência de fábricas de insumos têm se revelado como os maiores obstáculos dos laticínios. O avanço dessa atividade tem sido modesto, porém estável, conforme pode ser confirmado pela Tabela 24.

**Tabela 24: Efetivo da Pecuária - Uruaçu**

	2.000	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005
Aves (cab.)	70.000	60.000	54.000	50.000	47.000	45.000
Prod. De Ovos (1.000 dz)	210	200	176	176	176	167
Suínos (cab.)	3.900	3.380	2.350	2.850	3.070	2.850
Bovinos (cab.)	100.000	102.000	105.000	103.000	102.000	105.000
Vacas Ordenhadas (cab.)	12.000	12.500	13.000	13.000	13.000	13.500

Fonte: Seplan/Sepin.

A produção de carnes, em especial de bovino, está voltada basicamente para o atendimento de demandas do próprio Município de Uruaçu e da região de influência. A criação extensiva de gado e o desgaste das pastagens constituem-se fatores relevantes para a não consolidação de abatedores e/ou indústrias de carnes na região.

A demanda do setor industrial que beneficia matérias primas oriundas da pecuária por Técnicos em Eletrotécnica e Técnico em Mecânica, bem como Tecnólogos e/ou Bacharéis em Mecânica, no Município de Uruaçu e na área de influência, tenderá a ser uma realidade consistente à médio prazo.

A criação de peixes no Lago da Serra da Mesa foi identificada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) e por gestores e empresários da região como uma atividade promissora. O avanço dessa atividade encontra-se atrasado, segundo os gestores e os empresários do Município de Uruaçu, em função de aspectos burocráticos junto ao Ministério do Meio Ambiente e à SEAP. Não há perspectivas próximas em termos de estabelecimento de atividade industrial para o beneficiamento do pescado. Em consequência, também não há perspectivas de demanda por Técnicos e Tecnólogos/Bacharéis para esse setor industrial.

A atividade agrícola, por sua vez, apresenta uma expansão concentrada em duas atividades principais: a cana-de-açúcar e a soja. A produção de cana-de-açúcar se expandiu fortemente na área de influência conforme demonstra a Tabela 25. Os representantes do poder público do Município de Uruaçu também chamaram a atenção para a expansão desse cultivo em 2007, que surpreenderá as estatísticas do referido ano, a serem publicadas em 2008.

No Município de Uruaçu e na área de influência encontra-se em curso a montagem da cadeia produtiva sucroalcooleira, com a produção de álcool, de açúcar e de aguardente. Estima-se que o setor sucroalcooleiro provocará uma grande demanda por Técnicos em Mecânica, Técnicos em Eletrotécnica e Técnicos em Açúcar e Álcool.

A expansão do cultivo de soja não se apresenta tão promissora no Município de Uruaçu, como atividade geradora de emprego e de distribuição de renda. Isto porque não há uma estrutura agroindustrial para o seu beneficiamento, o que limita o seu impacto como atividade geradora de emprego e de renda na região. A reversão desta realidade demandaria uma articulação político-econômica com a atividade de pecuária e de leite, a qual se encontra sem perspectivas próximas.

**Tabela25: Produção Agrícola**

<b>Uruaçu – 2000-2006</b>								
<b>Produtos</b>		<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
Arroz	Área (ha.)	650	500	300	300	700	700	300
	Prod. (t)	1.170	400	360	450	1.050	1.400	540
	Produtividade (t/ha.)	1,80	0,80	1,20	1,50	1,50	2,00	1,80
Cana-de-açúcar	Área (ha.)	84	80	75	65	45	40	35
	Prod. (t)	3.400	3.200	3.000	2.600	1.710	1.480	1.260
	Produtividade (t/ha.)	40,48	40,00	40,00	40,00	38,00	37,00	36,00
Milho	Área (ha.)	2.200	2.130	1.000	1.000	1.000	900	600
	Prod. (t)	7.700	5.964	3.000	2.800	2.800	2.620	1.800
	Produtividade (t/ha.)	3,50	2,80	3,00	2,80	2,80	2,91	3,00
Soja	Área (ha.)	2.000	2.590	3.500	5.500	9.000	11.000	9.500
	Prod. (t)	6.000	5.439	10.500	14.850	25.200	30.250	28.500
	Produtividade (t/ha.)	3	2,1	3	2,7	2,8	2,75	3

Fonte: Seplan/Seplan.

O Município de Uruaçu e a região de influência também têm apresentado uma expansão do cultivo de frutas, em especial de banana, de coco-da-baía e de caju (embora esta fruta não tenha figurado nas estatísticas). Todavia, as condições naturais adequadas não têm sido acompanhadas, até o momento, de instalações agroindustriais que canalizem e estimulem a ampliação da produção.

A expansão do cultivo de soja e de frutas não demandará, a curto e a médio prazos, Técnicos e Tecnólogos/Bacharéis, visto que não instituem cadeias produtivas que culminem na instalação de agroindústrias.

O Município de Uruaçu e a área de influência possuem uma estrutura comercial e de saúde razoavelmente instalada. Todavia, convive com uma grande carência de mão-de-obra Técnica Operacional e de Técnicos. São indicadas as necessidades de eletricitistas, eletrotécnicos, programadores etc.

#### **6.3.1.1.4. Aspectos Sócio-Culturais**

##### **6.3.1.1.4.1. Aspectos Educacionais**

O Município de Uruaçu e a área de influência possuem uma estrutura de Ensino Fundamental e Médio que oferece ensino em todas as suas modalidades, à exceção do Ensino Profissional (Ensino Técnico). O Ensino Técnico Integrado oferecido pelo *campus* Uruaçu na região poderá contribuir com a superação dessa “falha” da estrutura de ensino na região. De

outro lado, poderá criar um ensino de referência na região, podendo estimular a elevação da qualidade do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

Realidade semelhante ocorre no nível do Ensino Superior. A presença de uma unidade de ensino da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e da Faculdade Serra da Mesa (FASEM) limita-se a oferecer cursos concentrados nas licenciaturas de Ciências Humanas e na administração de empresas. Ocorre, portanto, a carência de formações tecnológicas e bacharelados voltados para os setores produtivos, os de serviços e ao meio ambiente. Ocorre, ainda, um déficit de profissionais com licenciatura nas áreas de Química, de Física e de Matemática, sendo um dos fatores responsáveis pela baixa qualidade do Ensino nos seus diversos níveis na região.

Por meio de pesquisa nos bancos de dados da Seplan/Sepin e MEC/Inep foi possível obtermos um quadro geral da educação, em seus diversos níveis e modalidades, conforme fica demonstrado nas Tabelas que se seguem.

**Tabela 26: Educação: Aspectos Gerais  
2006**

	URUAÇU	ENTORNO
Escolas em Atividade	45	33
Salas de Aula	257	171
Docentes	537	328
Alunos da Educação Pré-Escolar	349	469
Alunos da Classe de Alfabetização	-	-
Alunos do Ensino Fundamental	6.721	4.779
Alunos do Ensino Médio/Normal	1.707	1.322
Alunos do Ensino Especial	118	15
Alunos da Ed. Jovens/Adultos	1.372	543
Alunos do Ensino Profissional (Nível Técnico)	-	-
Alunos da Creche	426	63
<b>Total de Alunos</b>	<b>10.693</b>	<b>7.191</b>

Fonte: Seplan/Sepin.

<b>Quadro 8: Estabelecimentos de Ensino Superior em Uruaçu</b>
<b>Ano 2007</b>
Posição: julho/2007
Unidade Universitária da UEG
Faculdade Serra da Mesa

Fonte: Seplan/Sepin.

Com relação ao Ensino de Nível Técnico não foram identificadas, nos bancos de dados da Seplan/Sepin, unidades que oferecessem cursos nessa modalidade no Município de Uruaçu e em sua área de influência imediata, que compreende raio de 60 km a partir da cidade polo de Uruaçu. Em consulta aos bancos de dados do MEC/Inep obtém-se uma relação de escolas, da região de influência que ultrapassa o raio estabelecido (influência imediata), nos municípios de Goianésia, Niquelândia e Porangatu, conforme Tabela abaixo.

**Tabela 27: Escolas de Nível Técnico com nº. de matrículas em 2007 e concluintes em 2006**

Ano do Censo	Nome do Curso	Município	Nome da Área	Dependência Administrativa	Localização	Nome da Escola	Número de Alunos	
							Matriculados	Concluintes
2007	Enfermagem	Goianésia	Saúde	Particular	Urbana	Colégio Decisão	80	37
2007	Outros Cursos da Área	Niquelândia		Particular	Urbana	Colégio Tiradentes	34	0
2007	Outros Cursos da Área	Niquelândia	Agropecuária	Particular	Urbana	Colégio Êxito	28	0
2007	Outros Cursos da Área	Niquelândia	Gestão	Particular	Urbana	Colégio Êxito	22	0
2007	Eletrotécnica	Niquelândia	Indústria	Particular	Urbana	Colégio Tiradentes	149	78
2007	Mecânica Industrial	Niquelândia	Indústria	Particular	Urbana	Colégio Tiradentes	55	0
2007	Outros Cursos da Área	Niquelândia	Informática	Particular	Urbana	Colégio êxito	11	0
2007	Mineração	Niquelândia	Mineração	Particular	Urbana	Colégio êxito	78	0
2007	Farmácia	Niquelândia	Saúde	Particular	Urbana	Colégio Tiradentes	29	0
2007	Segurança no trabalho	Niquelândia	Saúde	Particular	Urbana	Colégio Tiradentes	142	37
2007	Enfermagem	Porangatu	Saúde	Particular	Urbana	Senac (Centro de Formação de Porangatu)	89	22

Fonte: MEC/Inep.

Nota-se, portanto, que o Município de Uruaçu, bem como a sua área de influência, recebe unidades de educação que oferecem cursos nos vários níveis de ensino.

#### **6.3.1.1.4.2. Aspectos Sociais**

A carência percebida na região tem sido objeto de ação corretiva, mas sem a rapidez necessária. Essa realidade pode ser confirmada por meio do IDH-Educação que apresenta taxas consideradas “médias” e “elevadas”. Vale ressaltar que o crescimento do IDH-Educação, assim como as demais dimensões que configuram o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), ou seja, IDH-Renda e IDH-Longevidade, foram calculados e acompanhados apenas a partir do ano de 2000.

Para se obter uma visão mais ampla da situação do Município de Uruaçu e da sua região de influência imediata, segue-se uma tabela contendo o IDH-Municipal desagregado nas suas diversas dimensões e o IDH-Municipal apresentado ao final.

**Tabela 28: IDH's<sup>27</sup> de Uruaçu e Região de Influência**

	IDH - URUAÇU		IDH - REGIÃO DE INFLUÊNCIA <sup>28</sup>	
	1991	2000	1991	2000
IDH-M/RENDA	0,621	0,651	0,560	0,640
IDH-M/EDUCAÇÃO	0,736	0,850	0,675	0,825
IDH-M/LONGEVIDADE	0,633	0,712	0,627	0,732
<b>IDH-MUNICIPAL</b>	<b>0,663</b>	<b>0,738</b>	<b>0,621</b>	<b>0,732</b>

Fonte: Seplan/Sepin.

### 6.3.1.2. Municípios de Goianésia e de Barro Alto

#### 6.3.1.2.1. Aspectos Naturais

Os Municípios de Goianésia e de Barro Alto apresentam a ocorrência dos minerais comuns na região, a saber: calcário, cobre, cromo, diamante, grafita, granodiorito, manganês, mica, níquel, ouro, quartzo, turmalina, muscovita e amianto (crisólita e antofilito). A exploração efetiva de minerais ocorre, basicamente, no Município de Barro Alto, em torno da exploração – e em breve beneficiamento – do níquel.<sup>29</sup>

A Lagoa Princesa do Vale, no Município de Goianésia, recentemente urbanizada, constitui-se em um espaço natural de expressivo potencial turístico. Todavia, esse potencial turístico não tem recebido acolhida por parte dos gestores e do empresariado local, cuja prioridade se encontra centralizada nas atividades agropecuárias e agroindustriais.

#### 6.3.1.2.2. Aspectos Demográficos

Os Municípios de Goianésia e de Barro Alto, em termos demográficos, contrastam com a grande maioria dos municípios da região.

<sup>27</sup> Classificação segundo IDH: Elevado: 0,800 e superior; Médio: 0,500 – 0,799; Baixo: abaixo de 0,500.

<sup>28</sup> Os IDH's da Região de Influência são resultados da média ponderada dos IDH's dos municípios que fazem parte da mesma.

<sup>29</sup> Esta realidade se repete no Município de Niquelândia, 92 km à nordeste de Barro Alto.

O Município de Goianésia apresentou um crescimento da sua população de 32.875 habitantes, em 1980, para 53.789, em 2007. Ao considerarmos a queda da taxa de crescimento da população ao longo do período, constata-se que o Município não somente não apresentou evasão de população, como também exerceu forte atração sobre a população dos municípios do seu entorno. Observa-se, ainda, um equilíbrio maior na distribuição da população por faixas etárias, atenuando os efeitos da tendência do seu envelhecimento, conforme podemos conferir por meio das Tabelas 29 e 30.

**TABELA 29: Estudo Demográfico de Barro Alto  
2000-2005**

Faixa Etária	0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos	80 anos ou mais
Crescimento Projetado da população - período (2000-2005)	50	54	115	88	80	55	40	29	14	5
Dados reais da população	532	571	1.219	936	846	585	422	311	148	55
Projeção da população evadida	108	117	251	192	174	120	88	64	31	11

Fonte: Seplan/Sepin e IBGE.

Tais fenômenos estão relacionados à diversidade das atividades econômicas e da geração de emprego/renda proporcionados por elas, bem como à oferta de bons serviços sociais (hospitais, escolas etc.) pelo poder público municipal. Nesse contexto, a tendência é que o Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDH-M)<sup>30</sup> permaneça em elevação.

O Município de Barro Alto, por sua vez, apresentou um decréscimo da sua população entre 1980, que era de 12.021 habitantes, e 2006, que era de 5.513 habitantes. A partir de 2007 o Município alcançou 6.444 habitantes, segundo dados oficiais, mas pode ter ultrapassado os 12.000 habitantes, segundo os gestores públicos, que contestam os dados oficiais.

Essa realidade decorre da intensificação da atividade de extração de níquel e da construção de uma planta industrial para o seu beneficiamento na própria região. Nesse contexto, populações de baixa qualificação profissional são atraídas para a construção da planta industrial no Município. Em termos imediatos, a população recém imigrada para o Município ameaça o colapso dos serviços públicos oferecidos, mas ao final da construção

<sup>30</sup> IDH-M é a média estabelecida entre o IDH-Renda, IDH-Educação e o IDH-Longevidade.

poderá engrossar os bolsões de excluídos e marginalizados, a não ser que receba programas e projetos de qualificação profissional.

A interação dessa dinâmica com a expansão do cultivo de cana-de-açúcar, altamente mecanizada e em grandes extensões no campo, tenderá a aprofundar a geração de uma população marginalizada e excluída nos subúrbios da Cidade de Barro Alto e/ou de outras cidades da região.

O contexto demográfico e social desses municípios, em especial de Barro Alto, tende a demandar por parte do *Campus* Uruaçu parcerias com gestores públicos e com as instituições do Sistema “S”, com vistas à formação/qualificação técnico-profissional de mão-de-obra na região, na modalidade de educação de jovens e adultos, bem como a implementação de Políticas de Extensão que foquem questões como habitação, saneamento e saúde.

**Tabela 30: Estudo Demográfico de Goianésia**

Anos 2000 – 2005										
Faixa Etária	0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos	80 anos ou mais
Crescimento Projetado da população - período (2000-2005)	385	409	855	753	673	463	295	194	97	41
Dados reais da população	4.865	5.180	10.820	9.525	8.513	5.861	3.729	2.449	1.231	511
Projeção da população evadida	60	61	131	116	103	71	45	31	15	8

Fonte: Seplan/Sepin e IBGE.

### 6.3.1.2.3. Aspectos Econômicos

Os Municípios de Goianésia e de Barro Alto também são profundamente diferenciados no que tange aos aspectos econômicos. O Município de Goianésia possui um desenvolvimento que se distribui sobre uma diversidade de atividades. A atividade pecuária não apresentou uma significativa expansão de produção entre os anos de 1998 e 2006, girando em torno de 3% de crescimento no período. Todavia, a redução da área ocupada com essa atividade, em função do avanço da atividade agrícola, evidencia uma elevação do padrão técnico e do caráter da atividade, exemplarmente demonstrado na redução da criação extensiva de gado e da expansão da criação de gado sob confinamento e semi-confinamento.

A atividade agrícola tem como cultivos mais expressivos os de cana-de-açúcar, soja, arroz, milho, tomate e seringueira. Esses cultivos se articulam com o complexo agroindustrial.

O complexo agroindustrial compõe-se de usinas de álcool e açúcar, destilarias, laticínios, abatedouros, indústria de tomate, entre outros. Compostos por capitais predominantemente nativos, o Município não convive com os níveis de evasão de renda dos municípios em que ocorre uma grande presença de capitais agroindustriais transnacionais e/ou do centro-sul do país. Esses capitais nativos tendem a se diversificar nos setores de serviços (postos de gasolina, supermercados, cooperativas de crédito etc.) e/ou na forma de reinvestimentos nos próprios setores agropecuários e agroindustriais.

O Município de Barro Alto, por sua vez, caracteriza-se como de base “monocultora”, fundamentalmente apoiada na exploração do níquel e, mais recentemente, do cultivo de cana-de-açúcar. Sob o controle de capitais internacionais (extração de níquel) e de outras regiões (usinas de açúcar e álcool em instalação), o Município convive com um enorme processo de evasão de renda. A concentração da expansão econômica se resume fundamentalmente em duas atividades e a evasão de renda tenderá a comprometer ciclos virtuosos, equilibrados e estáveis de expansão econômica, bem como um desenvolvimento sustentável e socialmente inclusivo.

A expansão econômica tenderá a ocorrer por meio de dinâmicas secundárias derivadas, apoiadas em empresas de serviços terceirizados, de capitais nativos e de capitais forâneos.

Os Municípios de Goianésia e de Barro Alto, em termos econômicos, demandarão do *campus* Uruaçu atenção especial quanto aos estudos permanentes das dinâmicas e tendências setoriais e ocupacionais, bem como leituras prospectivas consistentes tendo em vista definir a oferta de cursos na região.

#### **6.3.1.2.4. Aspectos Sócio-Culturais**

O Município de Goianésia possui uma estrutura educacional que compreende todas as modalidades e níveis de ensino. Todavia, apresenta duas “falhas” importantes, a saber: carência de estrutura de Ensino Profissional de Nível Técnico e Ensino Superior, estando este, concentrado nas licenciaturas de Ciências Humanas.

Parte das necessidades de técnicos (de Nível Médio, ou não) têm sido supridas pelo Senai/Senac. As necessidades de licenciados nas Ciências Humanas têm sido supridas pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) e pela Faculdade Betel de Goianésia (FABEGO). As

necessidades de licenciados em Física, Química e Matemática não estão sendo atendidas no Município de Goianésia.

O *campus* Uruaçu poderá suprir parte dessas “falhas” por meio dos Cursos Técnicos e Tecnológicos e de Bacharelado oferecidos regularmente, bem como por meio de cursos à distância e sequenciais. Para tanto, uma articulação política fina deverá ser desenvolvida por parte do IFG, instituições do Sistema “S”, empresários e gestores públicos.

O Município de Barro Alto, por sua vez, não possui uma estrutura educacional que compreenda todas as modalidades e níveis de ensino. Não se faz presente o Ensino Especial, o Ensino Profissional de Nível Técnico e o Ensino Superior.

Os gestores e os empresários não têm estabelecido uma articulação satisfatória junto ao Senai/Senac para a formação técnica no Município. E o Município, por sua vez, não tem apresentado, até o momento, poder de atração de profissionais de formação técnica e superior (tecnólogo, bacharéis e licenciados).

O IFG e o *campus* Uruaçu deverão atuar de forma articulada junto aos gestores, empresários e movimentos sociais/organizações da sociedade cível, tendo em vista suprir necessidades no âmbito do Ensino, da Pesquisa e da Extensão nos Municípios de Goianésia e de Barro Alto.

### 6.3.2. Identificação da Matriz de Potencialidades, Limitações e Problemas:

MATRIZ	POTENCIALIDADES	LIMITAÇÕES	PROBLEMAS
1	Atividades econômicas diversificadas (agricultura, agroindústria, serviços, turismo, piscicultura, entre outros);	Esta diversidade não tem sido capaz de determinar uma expansão econômica no município, visto que não se encontram estruturadas por meio de cadeias produtivas; e pequena presença de trabalhadores com qualificação	Pequena articulação política entre o empresariado local e o poder público municipal e estadual; e ausência de escolas de ensino médio do governo estadual oferecendo educação profissional;

		profissional;	
2	Agricultura em processo de modernização e consolidação;	Carência de conglomerados agroindustriais consolidados e carência de fábricas de insumos agropecuários;	Carência de mão-de-obra qualificada voltada para a agroindústria;
3	Goianésia e Barro Alto: economia centrada em extração e beneficiamento de níquel;	Em Barro Alto predomina economia monocultura extrativo-mineral, não fixação no município de capital oriundo da extração do níquel; e Goianésia não possui indústrias para exploração mineral;	Expansão demográfica desordenada e vulnerabilidade social em decorrência das conjunturas instáveis da produção mineral; e fiscalização ambiental ainda muito deficiente nos dois municípios;
4	Potencial turístico (Lagoa da Princesa do Vale, atividade pesqueira esportiva no lago da Serra na Mesa etc.);	Empresariado prioriza atividades agropecuárias e de serviços, não dando incentivo ao turismo;	Infraestrutura turística deficiente, carência de recursos humanos qualificados, pouco conhecimento dos pontos turísticos do município em âmbito nacional;
5	Potencial para a construção de grandes abatedouros;	Pequenos abatedouros operam com baixa escala de produção;	Criação extensiva de gado e pouca tecnologia empregada, não assegura grande oferta de animais, o que compromete a consolidação da cadeia produtiva da carne

			bovina;
6	Presença de laticínio;	Pequena produção de leite;	Produção predominantemente família e tradicional;
7	Produção sucroalcooleira em expansão;	Investimentos oriundos do Centro-sul do país;	As rendas geradas, ao evadir em grande medida da região, não alavanca intensamente os demais empreendimentos;
8	Ensino técnico integrado, ofertado pelo IFG, desencadeando uma dinâmica irradiadora junto ao ensino médio público e privado;	Ensino recém ofertado com poucos efeitos sentidos;	Dificuldade de absorção, a médio prazo, dos estudantes técnicos e tecnólogos formados, com tendência de migração para outras cidades;
9	População com crescimento moderado;	Evasão de parte da população jovem;	População jovem com poucas oportunidades profissionais e perspectivas sociais;
10	Características naturais favoráveis ao cultivo de frutas, em especial banana, coco-da-baía e de caju e proximidade de centros consumidores;	Potencial não canalizado em termos econômicos;	Mentalidade agropecuária tradicional compromete o empreendimento de novas atividades;
11	Localização privilegiada e vias de transportes permite ao município se tornar um centro atacadista dos setores produtivos da região;	O município ainda não iniciou nenhuma ação no sentido da efetivação de um polo de	Baixa capacidade de interlocução do empresariado, do poder público e das instituições de ensino

		desenvolvimento regional.	no sentido de interligar e fortalecer setores produtivos da região.
12	Atividade agrícola em expansão;	Tendência à concentração na monocultura de produção de cana-de-açúcar, embora tenha destaque a produção de frutas;	A produção de frutas no município não conseguiu articular instalações agroindustriais que canalizassem e estimulassem a ampliação da produção;
13	Expansão do ensino fundamental e médio e também da formação profissional;	Deficiência dos profissionais de licenciatura em física, química e matemática gerando baixa qualidade do ensino nos seus diversos níveis;	Formação inicial e continuada de professores muito deficiente;

### 6.3.3. Identificação de Problemas Centrais

A identificação de problemas centrais será preenchida durante o processo de desenvolvimento dos trabalhos.

MATRIZ	CARACTERIZAÇÃO DO (S) PROBLEMA (S)	FORMAS DE MANIFESTAÇÃO	PROPORÇÕES DE MANIFESTAÇÃO

### 6.3.4. Identificação dos Objetivos Centrais da Instituição

A identificação dos objetivos centrais da Instituição será preenchida durante o processo de desenvolvimento dos trabalhos.

<b>MATRIZ</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DO (S) OBJETIVO (S) CENTRAL (IS)</b>	<b>NÚCLEO (S) CENTRAL (IS)</b>	<b>MANIFESTAÇÕES ESPECÍFICAS</b>

### **6.3.5. Estabelecimento de Estratégias, Ações, Instituições, Atores Sociais Envolvidos e Período de Execução**

O estabelecimento de estratégias, ações, instituições e atores sociais envolvidos serão preenchidos durante o processo de desenvolvimento dos trabalhos.

Nesse contexto, sugerem-se como estratégias:

<b>MATRIZ</b>	<b>ESTRATÉGIA</b>	<b>AÇÕES</b>	<b>OUTRAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS</b>	<b>ATORES ENVOLVIDOS</b>	<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>

### **6.3.6. Conclusão: Desafios e Encaminhamentos**

Os desafios e encaminhamentos serão preenchidos durante o processo de desenvolvimento dos trabalhos.

## **6.4. Gestão Estratégica do Desenvolvimento Regional e Local no Município de Luziânia e sua Região de Influência Imediata e Mediata**

### **6.4.1. Caracterização do Município de Luziânia e da Região de Influência Imediata**

#### **6.4.1.1. Aspectos Gerais dos Municípios de Luziânia, Valparaíso, Cidade Ocidental, Cristalina e Santa Maria (DF)**

##### **6.4.1.1.1. Aspectos Gerais do Município de Luziânia**

O Município de Luziânia se distribui em uma área total de 3.961,53 km<sup>2</sup>. Possui uma população de 196.046 mil habitantes, segundo o Censo do IBGE de 2007.

O Município de Luziânia localiza-se no lado de maior concentração demográfica da Microrregião Entorno de Brasília. Essa realidade potencializa, comparativamente aos demais municípios que a compõem, os problemas sociais mais agudos da Microrregião Entorno de Brasília, a exemplo da falta e precariedade de moradia e da grande violência.

O Município de Luziânia dispõe de uma boa infraestrutura física urbana composta de quadras esportivas, escolas, hospitais etc. Todavia, ocorre uma carência moderada de servidores qualificados para atuarem nesses locais.

O Município de Luziânia é direto e plenamente servido de uma infraestrutura diversificada de transporte e escoamento da produção e de deslocamento da força de trabalho. Ocorre a presença de uma boa malha rodoviária e ferroviária com condições adequadas para o escoamento de sua produção agrícola e industrial, em especial com destino aos mercados do centro-sul do país, de Goiânia/Anápolis e de Brasília.

Essa infraestrutura é completada com uma atividade agropecuária moderna e um setor agroindustrial consistente. O equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e o crescimento de População Economicamente Ativa (PEA), em termos de adequada oferta de emprego, não foi alcançado, em grande medida, em decorrência da atração de populações para a Microrregião Entorno de Brasília, sendo o Município de Luziânia um dos seus principais polos de atração. Essa realidade concorre para que aproximadamente 25% da população venham a se deslocar diariamente para trabalhar em Brasília.

Do ponto de vista da organização política, da organização da sociedade civil e das dinâmicas eleitorais, o Município de Luziânia apresenta como características predominantes o populismo, o assistencialismo e o eleitoralismo, a exemplo da grande maioria dos municípios

da Microrregião Entorno de Brasília. Essa realidade repercute em uma gestão pública cujos quadros são recrutados, basicamente, atendendo critérios político-eleitorais. Diversos empresários e gestores das empresas privadas do Município de Luziânia apontaram esse fato como um dos principais obstáculos para a criação de uma gestão pública mais racionalizada e modernizada, pré-condição para a efetivação das potencialidades econômicas do município.

O Município de Luziânia, a exemplo do Município de Formosa, não se encontra organizado sob uma base sócio-econômica “monocultora”, isto é, não se encontra social e economicamente articulado em torno de uma atividade econômica dominante e centralizadora dos aspectos naturais, demográficos, econômicos e sócio-culturais. Caracteriza-se por uma diversidade de atividades que compreende agroindústria, indústria de transformação, agricultura, pecuária, serviços, entre outros.

Os Municípios que se encontram no raio de até 90 km do Município de Luziânia não assumem uma relação de subordinação direta a ele como fornecedores de matérias primas e de força de trabalho. Isto, em função da supremacia econômica exercida por Brasília na Microrregião Entorno de Brasília, que se impõe como polo social e econômico dominante, não permitindo que essa condição possa ser usufruída por qualquer um dos municípios da Microrregião Entorno de Brasília.

#### **6.4.1.1.2. Aspectos Gerais do Município de Valparaíso**

O Município de Valparaíso se distribui por uma área de apenas 60,111 km<sup>2</sup>. Todavia é densamente povoado, com uma população de aproximadamente 150.000 habitantes, segundo afirmações dos gestores públicos municipais. Esses dados se contrapõem àqueles apresentados pelo IBGE, para o qual o Município teria 120.000 habitantes.

O Município de Valparaíso não dispõe de uma infraestrutura urbana que atenda às necessidades da população. Uma decorrência do grande afluxo de populações para o Entorno de Brasília, estimulada por gestões públicas do GDF que tornaram esse processo um instrumento de manipulação e perpetuação de poder político, sem que o Município pudesse acompanhar as demandas sociais geradas.

O município é também plenamente servido de uma infraestrutura de escoamento da produção e de deslocamento da força de trabalho. Essa infraestrutura é composta pelas rodovias BR-040 e DF-290 e pela ferrovia Norte-Sul. Soma-se a essas estruturas o Aeroporto Internacional de Brasília.

As atividades econômicas se circunscrevem, basicamente, ao setor de serviços, com uma ausência quase que total de atividades industriais e agropecuárias. Essas características têm marcado o Município de Valparaíso como um complexo de lojas comerciais e de empresas de serviços que se distribui ao longo da BR-040 e pela condição de seletivo de mão-de-obra sem ou com pouca qualificação. Soma-se a essas características a condição de cidade dormitório para a maior parte da População Economicamente Ativa.

Essa realidade não assegura ao Município de Valparaíso um desenvolvimento razoavelmente equilibrado em termos de crescimento da sua população economicamente ativa (PEA) e da oferta de emprego. Desequilíbrio que é atenuado pelo fato de que aproximadamente 50% da sua população o concebem como cidade dormitório, na condição de trabalhadores que se empregam em Brasília.

Do ponto de vista da organização política, da organização da sociedade civil e das dinâmicas eleitorais o Município de Valparaíso também apresenta como características o predomínio do populismo, do assistencialismo, do eleitoralismo e da simbiose neopentecostalismo/política eleitoral. Características que também repercutem em uma gestão pública cujos quadros são recrutados por critérios político-eleitorais e, por consequência, manifestam uma carência de gestão profissional e qualificada na governança pública.

#### **6.4.1.1.3. Aspectos Gerais do Município de Cidade Ocidental**

O Município de Cidade Ocidental, segundo dados do IBGE, possui uma população de aproximadamente 50.000 habitantes. Esses dados, como nos demais municípios do Entorno de Brasília, são refutados pelos gestores públicos do Município. Essa população, formada em grande parte por imigrantes nordestinos, é pobre e carente de infraestrutura urbana.

Essa população se distribui por uma área de 388,162 Km<sup>2</sup>. Nessa área municipal, embora de pequena extensão quando consideramos o tamanho da sua população, permitiu o desenvolvimento de um cinturão verde e a criação de pequenos animais que contribui para o atendimento das necessidades do Município e da região como um todo.

No Município de Cidade Ocidental, além das atividades de hortaliças, das vacas de ordenha e da criação de pequenos animais, ocorre um intenso desenvolvimento dos serviços e do comércio. Todavia, a exemplo do Município de Valparaíso não ocorre a presença de estruturas industriais e agroindustriais no Município.

Do ponto de vista da organização política, da organização da sociedade civil e das dinâmicas eleitorais, o Município de Cidade Ocidental não se diferencia das características

dos demais municípios do Entorno de Brasília. Características como o populismo, o assistencialismo, o eleitoralismo e a simbiose neopentecostal/política eleitoral também se fazem presentes. A gestão pública é também marcada pela carência de gestão profissional e qualificada na governança pública

#### **6.4.1.1.4. Aspectos Gerais do Município de Cristalina**

O Município de Cristalina, segundo dados do IBGE, possui uma população de aproximadamente 37.000 habitantes. Essa população se distribui por uma área de 6.160,722 km<sup>2</sup>.

O relativo distanciamento de Brasília não tornou o Município um polo municipal de atração de população imigrante na mesma intensidade dos municípios do Entorno de Brasília.

No Município de Cristalina possui como características econômicas básicas o intenso desenvolvimento das atividades agropecuárias e a extração de cristais e de outras pedras. Todavia, não possui um complexo agroindustrial, exportando a produção *in natura*, sem a agregação de valor. No tocante à extração e beneficiamento dos cristais e demais pedras somente mais recentemente ocorre a presença de uma articulação em torno do seu manufaturamento de forma mais profissional.

Do ponto de vista da organização política, da organização da sociedade civil e das dinâmicas eleitorais o Município de Cristalina também repete as características dos municípios do Entorno de Brasília.

#### **6.4.1.1.5. Aspectos Gerais de Santa Maria (DF)**

Santa Maria (Região Administrativa XIII - GDF) foi criada em 1992, a partir do Programa de Assentamento de Famílias de Baixa Renda em lotes semi-urbanizados. A Região é composta por uma área de 215,86 km<sup>2</sup>, subdivida nas áreas urbana, rural e militar.

Na área rural estão os Núcleos Rurais de Alagado e de Santa Maria, onde predominam as atividades de agropecuária e a exploração de jazidas de cascalho. Na área militar estão localizados o Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo – CINDACTA, do Ministério da Aeronáutica e a Área Alfa, pertencente ao Ministério da Marinha.

A origem social dos moradores de Santa Maria caracteriza-se pela pobreza e marginalidade social, tendo em vista o grau de instrução da população, bem como o rendimento mensal familiar e *per capita*.

Finalmente, não há instituições de ensino superior e de formação profissional e tecnológica atuando em Santa Maria segundo os bancos de dados consultados.

O grande destaque econômico da Região Administrativa XIII - Santa Maria do GDF é o Polo JK, cujo processo de formação remonta a 2002.

#### **6.4.1.2. Caracterização do Município de Luziânia e da sua Região de Influência Imediata**

##### **6.4.1.2.1. Aspectos Naturais**

O Município de Luziânia e a região de influência imediata possuem ocorrências de diversos minerais com potencial para exploração econômica. Destacam-se no Município de Luziânia: Água Mineral, Ardósia, Areia e Manganês.

Há também espaços com forte potencial turístico, tais como o Morro da Canastra, o Palácio das Andorinhas e a Cachoeira de Saia Velha, entre outras cachoeiras nos rios Corumbá, Vermelho e Descoberto.

O Município de Cristalina, por sua vez, apresenta em seu território ocorrências dos seguintes minerais: Quartzito, Quartzito-Ritmito e Quartzo. O Município é referência em produção de cristal de rocha e lapidações de pedras preciosas e semipreciosas.

##### **6.4.1.2.2. Aspectos Demográficos**

O Município de Luziânia e a região de influência imediata convivem com um significativo crescimento populacional, conforme demonstram os dados demográficos presentes nas Tabelas 31 e 32. De 1980 a 2007, a população passou de 92.817 para 196.046 habitantes em Luziânia; e de 28.093 para 491.014 na região de influência imediata. Deve ser considerado neste crescimento sensível da população da região de influência, o fato de para o ano de 1980 terem sido contadas apenas as populações dos municípios de Alexânia, Cristalina e Santo Antônio do Descoberto, visto que os dados dos demais municípios (Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Novo Gama e Valparaíso de Goiás) não foram encontrados nas fontes pesquisadas para o ano em questão.

Tal processo decorreu de aspectos como elevada taxa de crescimento vegetativo da população e imigração de populações oriundas de outras regiões do Estado de Goiás e de outros estados.

Estudos demográficos do Município de Luziânia e da região de influência, entre os anos de 1980 e 1989, com base em projeções idealmente construídas<sup>31</sup>, a partir de taxa de referência de crescimento de 2,48% ao ano, evidenciam uma evasão de 450 habitantes do Município de Luziânia, enquanto que a região de influência imediata apresentou um aumento de 21.614 habitantes acima da média projetada, conforme demonstrado na Tabela 31.

**Tabela 31: Estudos Demográficos de Luziânia e Região do Entorno**

1980-1989						
ANO	LUZIÂNIA			ENTORNO (até 90 km)		
	POPULAÇÃO TOTAL	URBANA	RURAL	POPULAÇÃO TOTAL	URBANA	RURAL
1980	92.817	75.977	16.840	28.093	16.677	11.416
1981	95.119	-	-	28.790	-	-
1982	97.478	-	-	29.504	-	-
1983	99.895	-	-	30.235	-	-
1984	102.373	-	-	30.985	-	-
1985	104.912	-	-	31.754	-	-
1986	107.513	-	-	32.541	-	-
1987	110.180	-	-	33.348	-	-
1988	112.912	-	-	34.175	-	-
1989	115.712	-	-	35.023	-	-

**NOTAS**

<p>Crescimento da população projetado para a década: .22.895 hab.          Dados reais da população (1989): ..... 115.262 hab.          Projeção de população evadida: ..... <b>- 450 hab.</b></p>	<p>Crescimento da população projetado para a década: ..... 6.930 hab.          Dados reais da população (1989): ..... 56.637 hab.          População além da projeção: ..... <b>21.614 hab.</b></p> <p>Entorno considerado: Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cidade Ocidental, Cristalina, Novo Gama, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás. Ausência de contagem da população, no período considerado, dos municípios: Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Novo Gama, e Valparaíso de Goiás. Visto que não foram encontradas nas fontes pesquisadas.</p>
--	--

1981-1989: Projeção com base em um crescimento nacional de 2,48% a.a.

Fonte: Seplan/Sepin e IBGE.

No período compreendido entre os anos de 2000 e 2007, com base em projeções idealmente construídas, a partir de referência de crescimento de 1,64% ao ano, ficou evidenciado o aumento de 28.573 habitantes, além da projeção, no Município de Luziânia, enquanto que na região de influência imediata ocorreu uma evasão de 9.237 habitantes, conforme Tabela 32.

<sup>31</sup>Projeções idealmente construídas, com base em uma taxa de referência de crescimento ao ano, projetada para toda uma década, é um recurso metodológico que visa ilustrar um comportamento demográfico, identificando tendências e/ou intuindo fenômenos. Não dispõe, portanto, de rigor científico e metodológico.

**Tabela 32: Estudos Demográficos de Luziânia e Região do Entorno**

2000-2007						
ANO	LUZIÂNIA			ENTORNO (até 90 km)		
	POPULAÇÃO TOTAL	URBANA	RURAL	POPULAÇÃO TOTAL	URBANA	RURAL
2000	141.082	130.165	10.917	421.419	399.832	21.587
2001	144.581	-	-	431.870	-	-
2002	148.166	-	-	442.581	-	-
2003	151.841	-	-	453.557	-	-
2004	155.607	-	-	464.805	-	-
2005	159.466	-	-	476.332	-	-
2006	163.420	-	-	488.145	-	-
2007	167.473	-	-	500.251	-	-

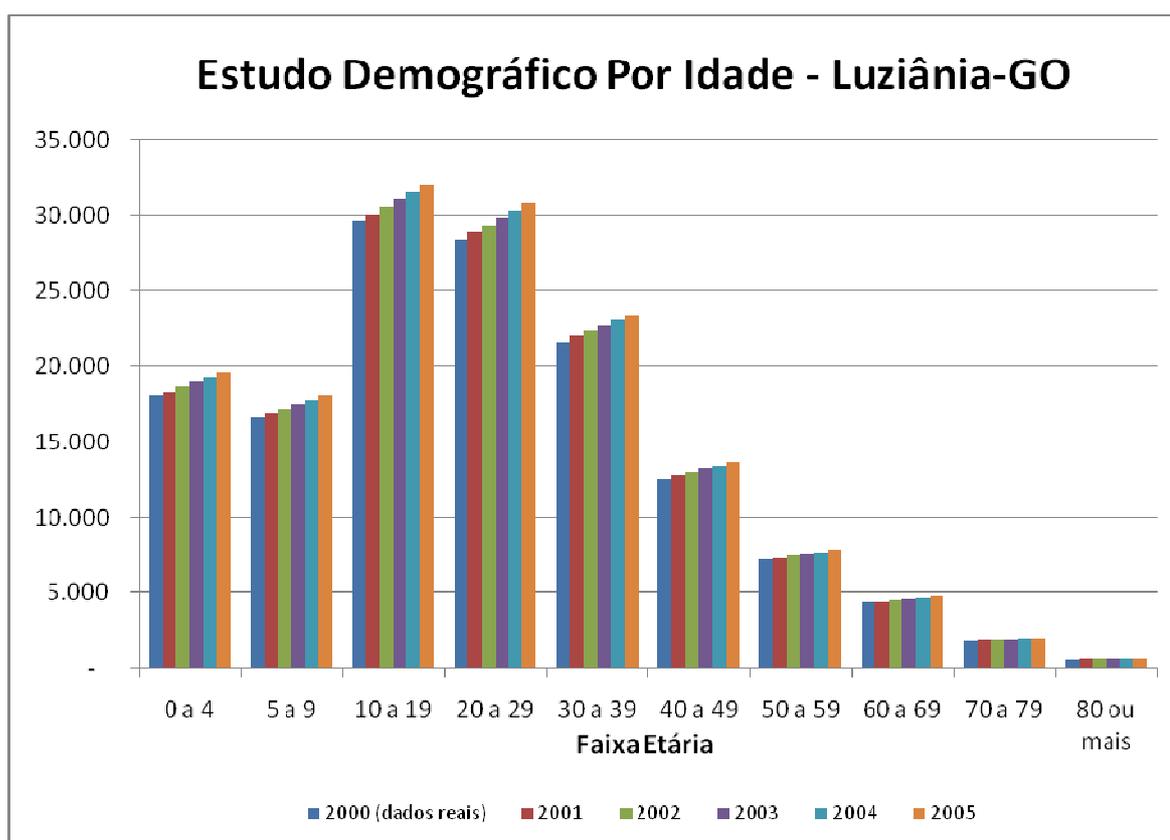
**NOTAS**

Crescimento da população projetado para a década: 26.391 hab. Dados reais da população: ..... 196.046 hab. População além da projeção..... <b>28.573 hab.</b>	Crescimento da população projetado para a década: ..... 78.832 hab. Dados reais da população: ..... 491.014 hab. Projeção de população evadida: ..... <b>- 9.237 hab.</b>  Entorno considerado: Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cidade Ocidental, Cristalina, Novo Gama, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás.
---	--

2001-2007: Projeção com base em um crescimento nacional de 1,64% a.a.  
 2007: Contagem Preliminar

Fonte: Seplan/Seplan e IBGE.

Os dados evidenciam, ainda, uma forte presença da população jovem, uma média presença de população de meia idade e uma pequena presença de população de terceira idade. Tais processos não determinarão impactos fundamentais nas próximas duas décadas, em termos de grande presença de idosos no conjunto da população, permitindo um equilíbrio entre os diversos grupos etários, conforme pode ser confirmado por meio do Gráfico 6.5.



**Gráfico 6.5:** Estudo Demográfico por Idade Luziânia – GO  
 Fonte: Seplan/Sepin e IBGE.

A implantação do *Campus* Luziânia pode repercutir no comportamento demográfico do Município de Luziânia e da região de influência imediata. Pode se constituir em fator de permanência de população jovem que evade da região à procura de educação e de qualificação profissional. Pode se constituir fator gerador de emprego e de renda se for capaz de interferir nos processos produtivos e de serviços da região. Pode, ainda, contribuir com a implementação de políticas sociais por parte dos governos municipais.

### **6.4.1.2.3. Aspectos Econômicos dos Municípios de Luziânia, Valparaíso, Cidade Ocidental e Cristalina**

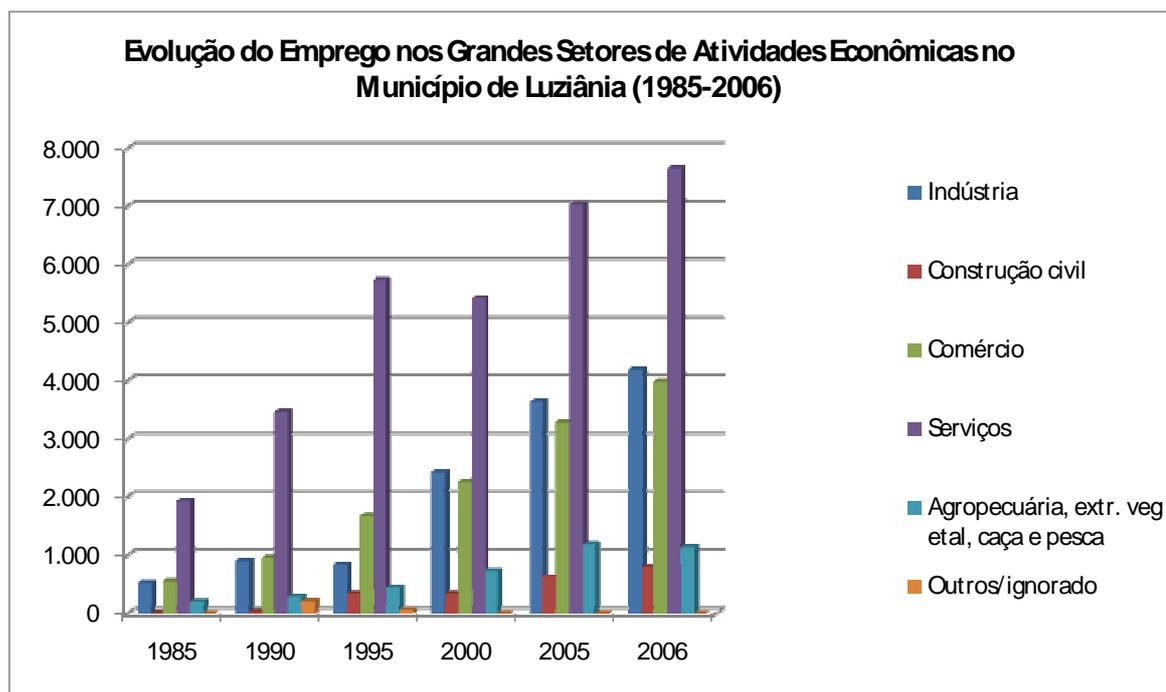
#### **6.4.1.2.3.1. Aspectos Econômicos do Município de Luziânia**

O Município de Luziânia apresentou um desempenho razoavelmente equilibrado entre os Setores Primário, Secundário e Terciário, conforme pode ser confirmado por meio da Tabela 33. Esse certo equilíbrio se estendeu também para o âmbito dos próprios setores e repercutiu na oferta de emprego formal.

**Tabela 33: Evolução do Número de Trabalhadores/Estabelecimentos por Setores de Atividades Econômicas - Luziânia**

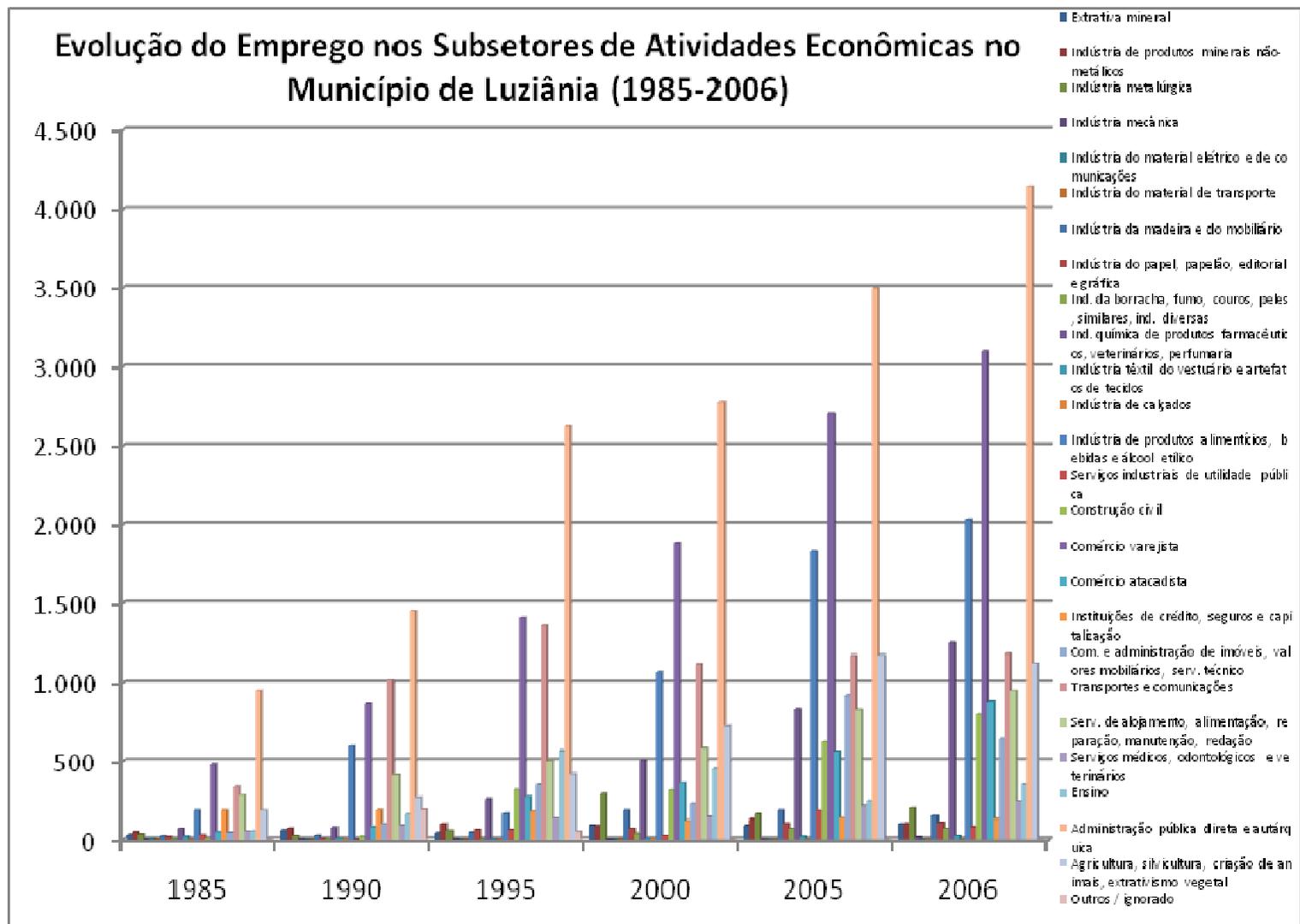
Setores	Ano 1986		Ano 1996		Ano 2006	
	Nº de Trabalhadores	Nº de Estabelecimentos	Nº de Trabalhadores	Nº de Estabelecimentos	Nº de Trabalhadores	Nº de Estabelecimentos
Indústria	509	72	1.097	130	4.185	141
Construção civil	15	1	396	41	799	62
Comércio	676	158	1.969	494	3.981	742
Serviços	2.274	95	6.451	326	7.664	421
Agropecuária, extr. vegetal, caça e pesca	309	9	401	138	1.122	307
Outros/Ignorado	1	1	107	14	0	0

Fonte: RAIS/MTE



**Gráfico 6.6 :** Evolução do Emprego nos Grandes Setores de Atividade Econômica no Município de Luziânia 1985 – 2006

Fonte: RAIS/MTE



**Gráfico 6.7:** Evolução do Emprego nos Subsetores de Atividade Econômica no Município de Luziânia 1985 – 2006  
 Fonte: RAIS/MTE

O Setor Primário no Município de Luziânia é pouco expressivo no conjunto dos grandes setores de atividades econômicas, embora o Município tenha se constituído no único polo agroindustrial da Microrregião Entorno de Brasília e em um dos polos mais importantes do complexo agroindustrial do Estado de Goiás. Entre 1996 apresentou 138 estabelecimentos formais e empregou 401 trabalhadores. Em 2006 elevou o número de estabelecimentos formais para 307 e empregou formalmente 1.122 trabalhadores.

O Setor Secundário, que reúne as indústrias de transformação e de construção, assumiu grande importância no Município de Luziânia impulsionado, principalmente, pelo segmento agroindustrial da indústria de transformação. Em 1996, totalizou 171 estabelecimentos e 1.493 trabalhadores formalizados. Em 2006, totalizou 203 estabelecimentos e 4.984 trabalhadores formalizados. Esse crescimento é fruto de uma atuação articulada de grandes capitais, procurando explorar a expansão demográfica em curso na RIDE e a infraestrutura de transporte instalada para alcançar outros mercados no Centro-Sul e no Norte do País.

Os subsetores de atividade industrial que assumem relevância no Município de Luziânia estão vinculados à indústria de transformação, com destaque para dois subsetores. Primeiramente encontra-se a indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico, que empregava formalmente 1.063 trabalhadores em 2000, 1.830 em 2005 e 2.032 em 2006. Em segundo lugar, encontra-se a indústria química de produtos farmacêuticos, que passou de 505 trabalhadores formalmente contratados em 2000, para 833 em 2005 e para 1.256 em 2006.

Os demais subsetores da indústria de transformação não apresentaram um desempenho expressivo no Município de Luziânia, pois empregaram formalmente entre 100 e 226 trabalhadores em 2006, apenas. Os Subsetores são:

- Indústria de produtos minerais não metálicos;
- Indústria metalúrgica;
- Indústria da madeira e do mobiliário; e
- Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica.

Além disso, empregaram formalmente abaixo de 100 trabalhadores, os seguintes Subsetores:

- Indústria de transformação representada pela indústria mecânica;
- Indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares; e
- Indústrias diversas; e serviços industriais de utilidade pública.

Esta última, que se ocupa de serviços como o tratamento de água e de efluentes, evidencia o grau de demanda não assistida no que tange aos serviços urbanos no Município de Luziânia.

Em um plano intermediário encontra-se a indústria de construção civil. Em 2000 ela empregou formalmente 318 trabalhadores, em 2005 empregou 624 e em 2006 contratou 799. Há que se ressaltar que se trata de um subsetor de atividades econômicas profundamente marcadas pela informalidade. O número de contratos formais de trabalho em 2006, quando confrontado com a população do Município daquele ano (187.262 habitantes), evidencia o descompasso existente entre o setor formal da construção civil e as demandas por habitação daquela população.

O Setor Terciário, que reúne as atividades de serviços e de comércio, assumiu proeminência no Município de Luziânia. Em 1996, apresentou 820 estabelecimentos e 8.420 trabalhadores formalizados. Em 2006, somaram 1.163 estabelecimentos e 11.645 trabalhadores formalizados. Esses números evidenciam que o Município de Luziânia compartilha com Brasília a condição de centro comercial polarizador dos municípios mais próximos a ele.

O subsetor de comércio, que se subdivide em comércio varejista e comércio atacadista, apresentou um desempenho significativo a partir de 1995. O comércio varejista alcançou 1.411 trabalhadores sob contrato formal de trabalho em 1995, 1.883 em 2000, 2700 em 2005 e 3.101 em 2006. O comércio atacadista alcançou 277 trabalhadores sob contrato formal de trabalho em 1995, 364 em 2000, 565 em 2005 e 880 em 2006.

O subsetor de serviços não apresentou um desenvolvimento mais ou menos homogêneo. O segmento da administração pública direta e autárquica cresceu de forma segura acompanhando o próprio crescimento da população do Município, passando de 2.626 trabalhadores sob contrato formal de trabalho em 1995, para 2.777 em 2000, 3.497 em 2005 e 4.144 em 2006. O segmento de serviço de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação etc., cresceu de 500 trabalhadores sob contrato formal de trabalho em 1995, para 583 em 2000, 830 em 2005 e 947 em 2006.

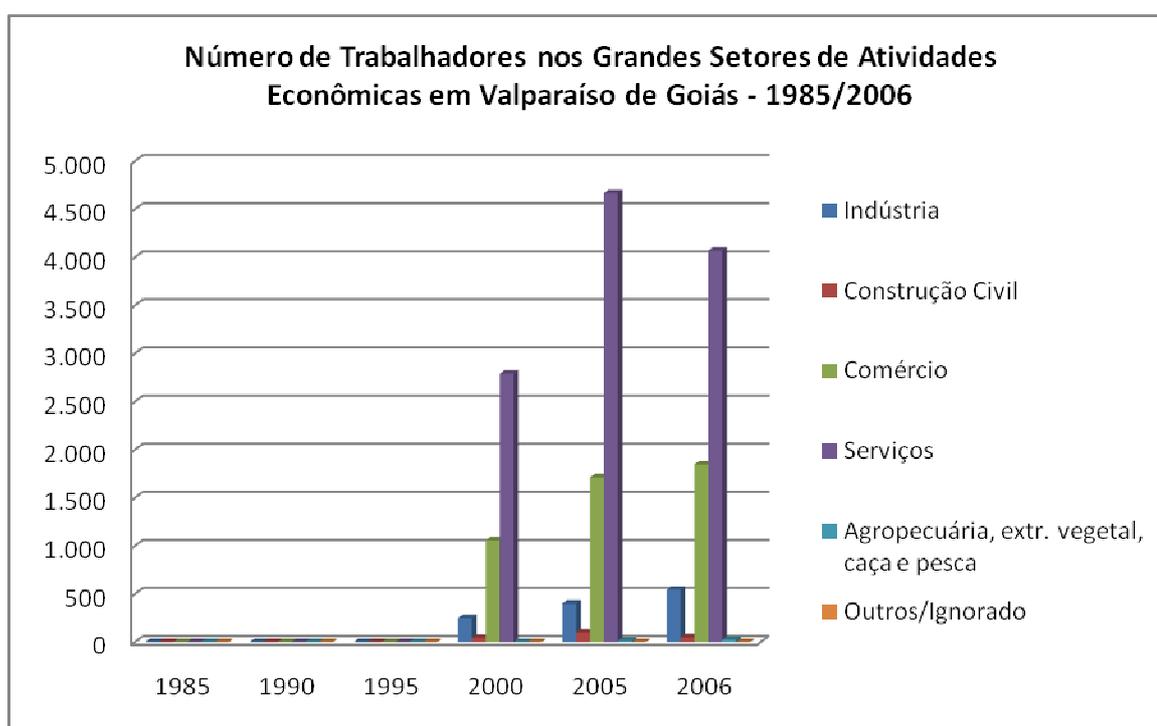
O subsetor de transporte e comunicações permaneceu estagnado, empregando aproximadamente 1.100 trabalhadores entre 1990 e 2006.

O subsetor de comércio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviço técnico etc., apresentou-se profundamente instável, chegando a empregar 915 trabalhadores em 2005, mas caindo no ano seguinte para 644. O segmento de instituições de crédito, seguros e

capitalização recuou de 183 trabalhadores em 1995 para 138 em 2006. O segmento de ensino, pós chegar a empregar formalmente 569 professores em 1995, declinou nos anos seguintes, chegando a 355 professores em 2006.

#### 6.4.1.2.3.2. Aspectos Econômicos do Município de Valparaíso

O Município de Valparaíso de Goiás possui dados referentes aos grandes setores econômicos somente a partir do ano 2000, conforme demonstra o Gráfico 6.8.



**Gráfico 6.8:** Número de Trabalhadores nos Setores de Atividade Econômica em Valparaíso de Goiás 1985 – 2006

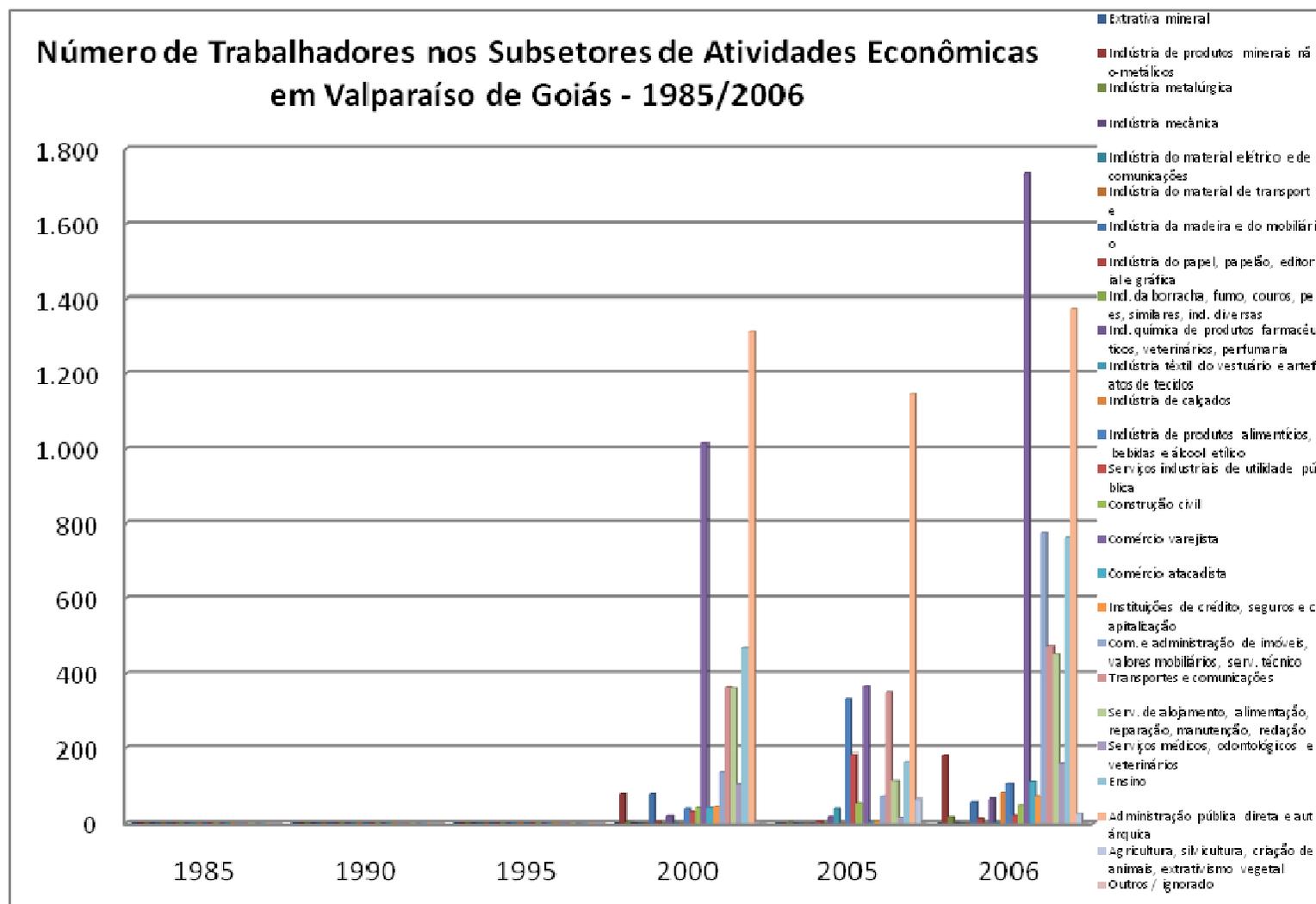
Fonte: RAIS/MTE

A Tabela 34, por sua vez apresenta, juntamente com os dados de números de empregados, o número de estabelecimentos no Município de Valparaíso de Goiás. Por se tratar de uma série de seis anos não contempla a apresentação dos dados do ano 2000 presentes no Gráfico 6.8 acima, o que não significa valor zero no período 1996/2006.

**Tabela 34: Evolução do Número de Trabalhadores/Estabelecimentos por Setores de Atividades Econômicas - Valparaíso de Goiás**

Setores	Ano 1986		Ano 1996		Ano 2006	
	Nº de Trabalhadores	Nº de Estabelecimentos	Nº de Trabalhadores	Nº de Estabelecimentos	Nº de Trabalhadores	Nº de Estabelecimentos
Indústria	0	0	0	0	544	70
Construção civil	0	0	0	0	49	15
Comércio	0	0	0	0	1.847	444
Serviços	0	0	0	0	4.070	240
Agropecuária, extr. Vegetal, caça e pesca	0	0	0	0	26	6
Outros/Ignorado	0	0	0	0	0	0

Fonte: RAIS/MTE – 2006.



**Gráfico 6.9:** Número de Trabalhadores nos Subsetores de Atividade Econômica em Valparaíso de Goiás 1985 – 2006

Fonte: RAIS/MTE

O Setor Primário não possui relevância no Município de Valparaíso, até porque o município não possui uma área rural. Ele apresentou apenas 26 trabalhadores distribuídos em 6 estabelecimentos.

O Setor Secundário, que reúne as indústrias de construção civil e de transformação, totalizou 593 trabalhadores, distribuídos em 85 estabelecimentos. Estes dados, mesmo considerando o peso da informalidade, revelam que o setor possui pouca importância no Município.

No ano de 2006, conforme a Tabela 34, apenas os subsetores de atividade industrial representados pela indústria de produtos minerais não metálicos, com 183 trabalhadores formalmente contratados, e pela indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico, com 105 trabalhadores formalmente contratados, empregaram mais 100 trabalhadores. Mesmo a indústria de construção civil apresentou apenas 49 trabalhadores contratados.

O Setor Terciário é o setor de atividades econômicas amplamente dominantes no município. Ele empregou formalmente 5.917 trabalhadores por meio de 684 estabelecimentos em 2006. Trata-se em sua grande maioria, de micro e pequenas unidades comerciais e de serviços, com uma média de 8,6 trabalhadores por estabelecimento.

O subsetor de comércio apresentou um desempenho significativo dentro da realidade de Valparaíso. O comércio varejista alcançou 1.016 trabalhadores sob contrato formal de trabalho em 2000, caiu para 366 em 2005 e elevou-se para 1.736 em 2006. O comércio atacadista assumiu um papel residual alcançando apenas 111 trabalhadores sob contrato formal de trabalho em 2006.

O subsetor de serviços apresentou um desenvolvimento um pouco melhor. O segmento da administração pública direta e autárquica manteve-se em torno de 1.300 trabalhadores entre 2000 e 2006. Os subsetores de serviço de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação etc., e de transporte e comunicações alcançaram, em 2006, a oferta de aproximadamente 450 postos formais de trabalho. O segmento de ensino alcançou 764 professores sob contrato formal de trabalho em 2006, o que indica a presença de instituições privadas com oferta massiva de ensino no Município e na região.

O Município de Valparaíso não apresenta um desenvolvimento equilibrado entre os grandes setores de atividades econômicas. Chama a atenção, em especial, a praticamente inexistência do Setor Primário e a pouca expressividade do Setor Secundário, o que reduz o Município à condição de um “grande mercado persa” e o priva de gerar uma grande oferta de

empregos formais. Esta realidade está na base de fenômenos como o deslocamento diário de trabalhadores em direção à Brasília e a esgarçada do tecido social no Município.

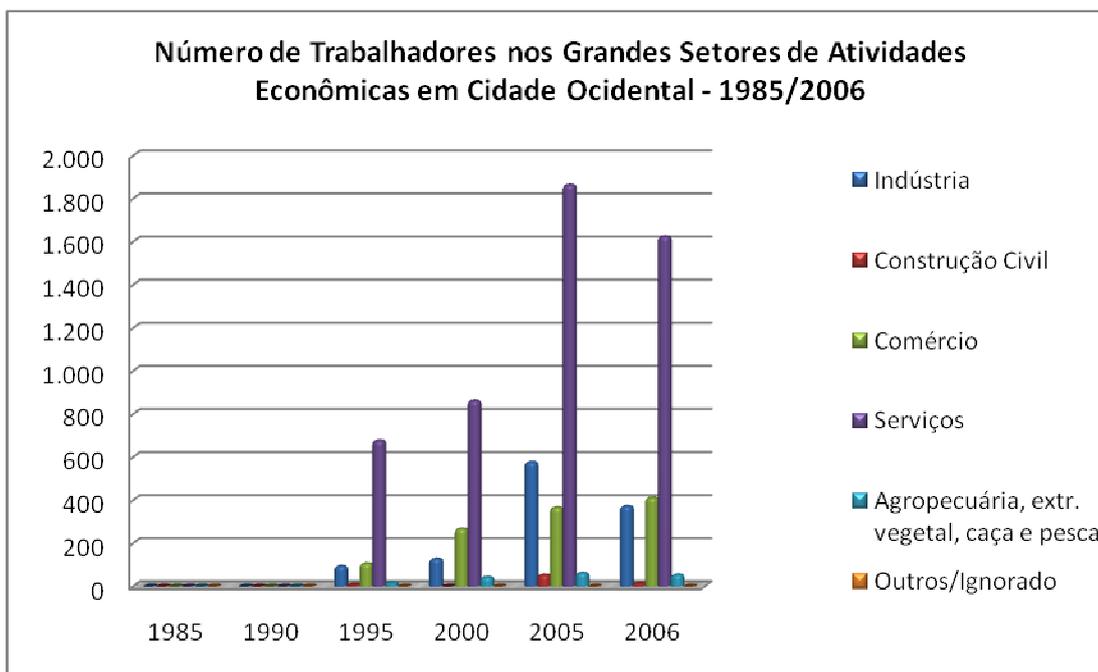
#### 6.4.1.2.3.3. Aspectos Econômicos do Município de Cidade Ocidental

Os dados disponíveis dos Grandes Setores de atividades econômicas de Cidade Ocidental começaram a ser gerados em 1995, conforme o Gráfico 6.10. Em uma análise comparada entre os dados de 1996 e 2006 é possível identificar, em grandes linhas, o desempenho dos referidos Grandes Setores.

**Tabela 35: Evolução do Número de Trabalhadores/Estabelecimentos por Setores de Atividades Econômicas - Cidade Ocidental**

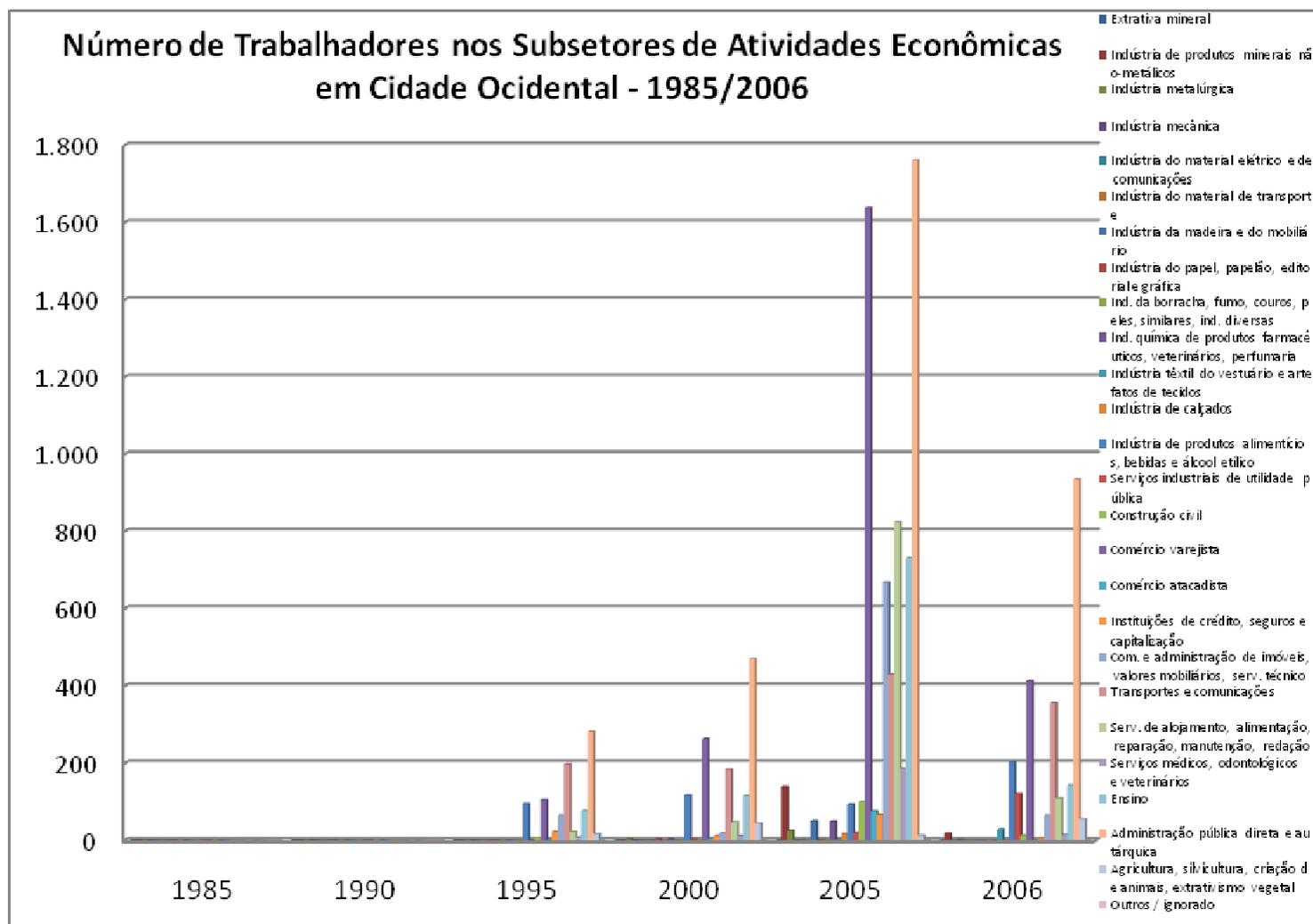
Setores	Ano 1986		Ano 1996		Ano 2006	
	Nº de Trabalhadores	Nº de Estabelecimentos	Nº de Trabalhadores	Nº de Estabelecimentos	Nº de Trabalhadores	Nº de Estabelecimentos
Indústria	0	0	145	5	374	13
Construção civil	0	0	0	2	13	4
Comércio	0	0	111	57	413	122
Serviços	0	0	679	27	1.626	71
Agropecuária, extr. vegetal, caça e pesca	0	0	20	9	56	27
Outros/Ignorado	0	0	0	0	0	0

Fonte: RAIS/MTE



**Gráfico 6.10:** Número de Trabalhadores nos Grandes Setores de Atividade Econômica em Cidade Ocidental 1985 – 2006

Fonte: RAIS/MTE



**Gráfico 6.11:** Número de Trabalhadores nos Subsetores de Atividade Econômica em Cidade Ocidental 1985 – 2006  
 Fonte: RAIS/MTE

Analisando a Tabela 35, vemos que o Setor Primário, em 1996, possuía 20 trabalhadores empregados em 9 estabelecimentos. Em 2006 esses números cresceram para 56 trabalhadores empregados em 27 estabelecimentos. Esses números, todavia, não traduzem a importância do Setor Primário no município de Cidade Ocidental. No seu entorno rural predomina a micro e pequena propriedade rural não profissionalizada, trabalhada por meio da força de trabalho familiar, voltada para a produção de hortaliças, frutas, peixes, etc.

O Setor Secundário, que reúne as indústrias de construção civil e de transformação, empregavam 145 trabalhadores distribuídos em 7 estabelecimentos, em 1996. O número referente aos trabalhadores não apresentou registro de emprego formal na indústria de Construção Civil. O número de trabalhadores empregados alcançou 387 distribuídos em 17 estabelecimentos, em 2006. Dentre o universo dos trabalhadores, as indústrias de construção civil empregam apenas 13 trabalhadores, ou seja, apenas 3,36%, em apenas 4 estabelecimentos. Estes dados revelam uma elevada informalidade tanto no que se refere a contratos de trabalho como a legalização/formalização dos estabelecimentos de construção civil.

Os subsetores de atividades industriais mais expressivos para os padrões do Município são a indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico e os serviços industriais de utilidade pública que empregaram, respectivamente, 203 e 123 trabalhadores formalmente em 2006. Os demais subsetores não existem ou são demasiadamente modestos.

O Setor Terciário é amplamente majoritário no município. Em 1996, foi responsável pela oferta de 790 empregos formais distribuídos em 84 estabelecimentos. Em 2006 elevou estes números para 2.039 trabalhadores distribuídos em 193 estabelecimentos, com uma média de 10,5 trabalhadores por estabelecimento.

O subsetor de comércio varejista alcançou 1.638 trabalhadores sob contrato formal de trabalho em 2005, mas caiu para 413 em 2006. O comércio atacadista por sua vez, não apresentou contrato formal em 2006.

Os subsetores de serviços que apresentaram um desenvolvimento relativamente expressivo para as características no Município foram os segmentos da administração pública direta e autárquica, que alcançou 1.761 trabalhadores em 2005 e recuou para 933 em 2006, e o de transporte e comunicações, que totalizou 430 trabalhadores em 2005, mas também recuou para 355 em 2006. Os demais Subsetores, em sua maioria, não contrataram acima de 100 trabalhadores.

O município de Cidade Ocidental apresentou, no seu conjunto, um desenvolvimento relativo elevado no que tange aos Grandes Setores Secundário e Terciário. Todavia, em termos absolutos, esses setores não geraram uma grande oferta de empregos formais. Este é um dos fatores decisivos para o deslocamento de trabalhadores à procura de emprego em outros municípios da Microrregião Entorno de Brasília e em especial em Brasília.

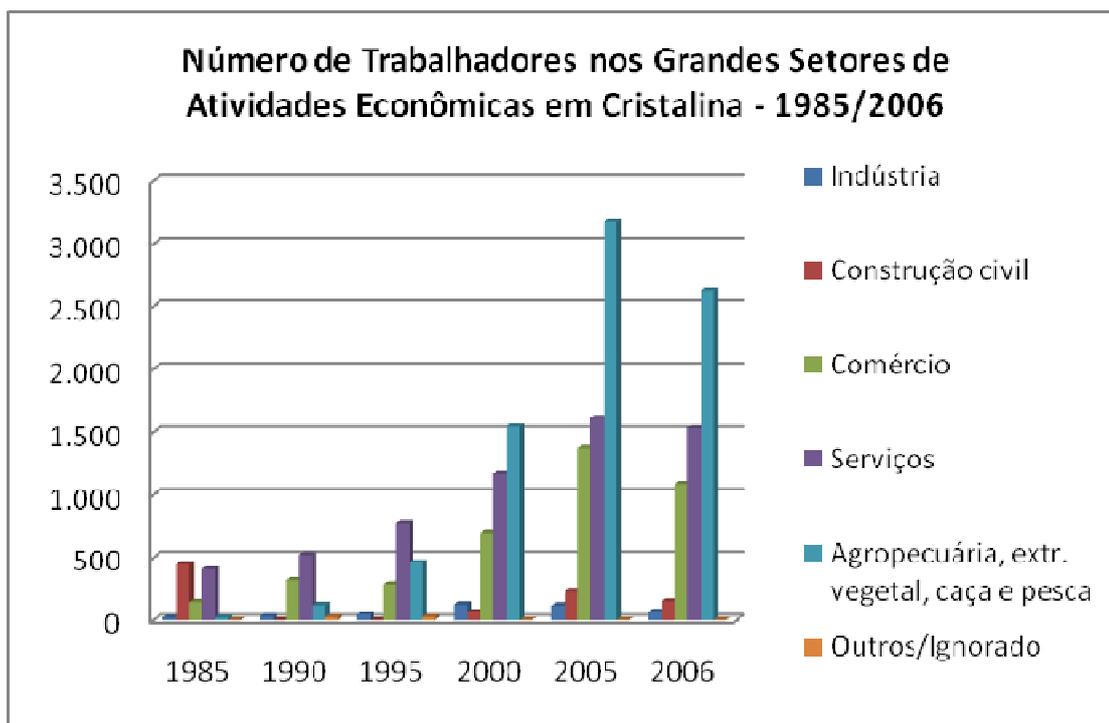
#### 6.4.1.2.3.4. Aspectos Econômicos do Município de Cristalina

O Município de Cristalina possui dados referentes aos Grandes Setores de atividades econômicas disponibilizados na RAIS desde os anos 1980. A distribuição da evolução do número de trabalhadores/estabelecimentos refere-se aos anos de 1986, 1996 e 2006.

**Tabela 36: Evolução do Número de Trabalhadores/Estabelecimentos por Setores de Atividades Econômicas - Cristalina**

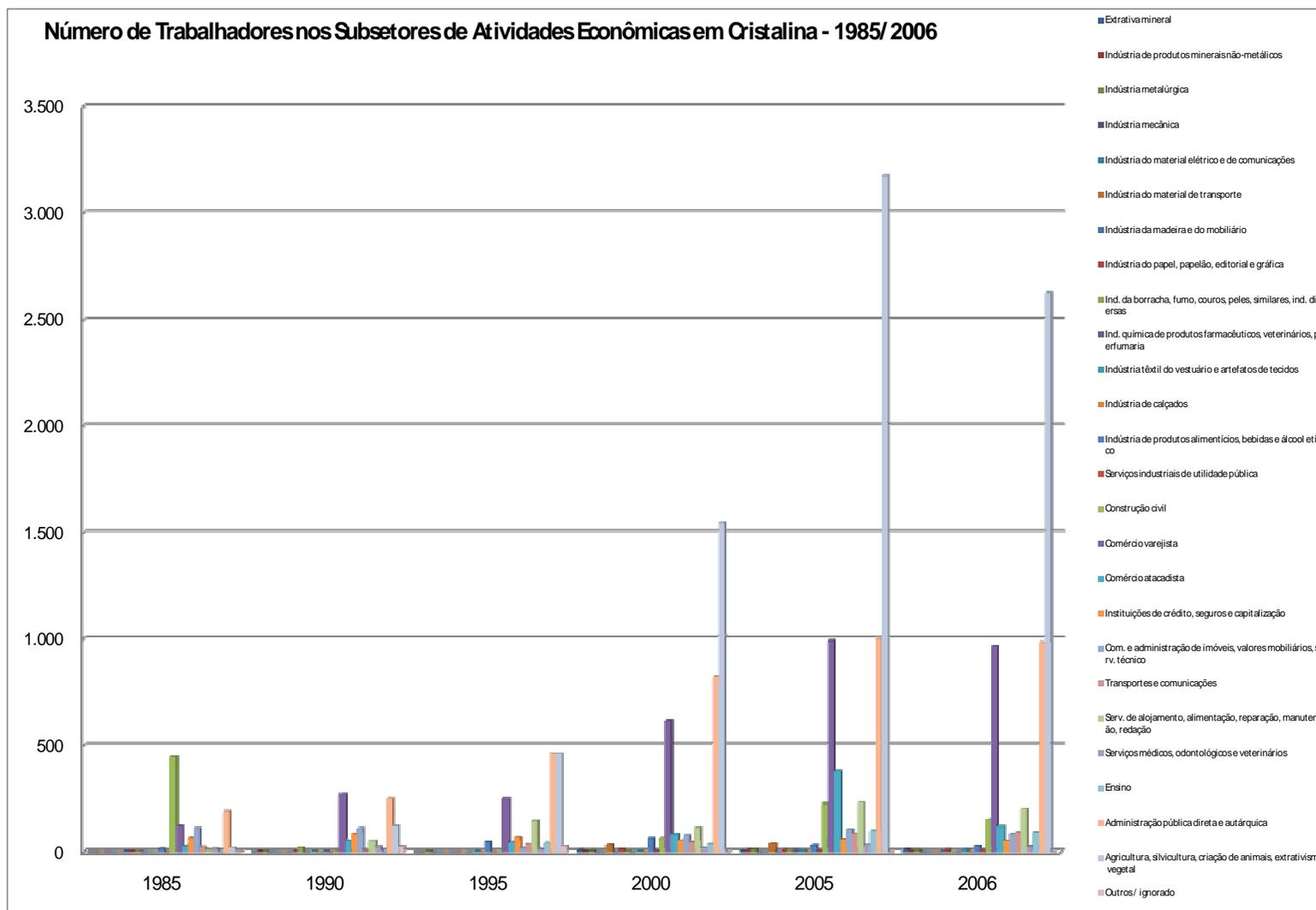
Setores	Ano 1986		Ano 1996		Ano 2006	
	Nº de Trabalhadores	Nº de Estabelecimentos	Nº de Trabalhadores	Nº de Estabelecimentos	Nº de Trabalhadores	Nº de Estabelecimentos
Indústria	20	7	40	15	67	24
Construção civil	31	1	0	0	149	6
Comércio	132	42	478	109	1.087	284
Serviços	192	26	924	65	1.532	126
Agropecuária, extr. Vegetal, caça e pesca	44	4	630	166	2.626	384
Outros/Ignorado	0	0	6	8	0	0

Fonte: RAIS/MTE



**Gráfico 6.12:** Número de Trabalhadores nos Grandes Setores de Atividade Econômica em Cristalina 1985 – 2006

Fonte: RAIS/MTE



**Gráfico 6.12:** Número de Trabalhadores nos Subsetores de Atividade Econômica em Cristalina 1985 – 2006  
 Fonte: RAIS/MTE

O Setor Primário apresentou uma expansão significativa somente a partir de 1996, quando alcançou 630 trabalhadores distribuídos em 166 estabelecimentos. Em 2006, elevou para 2.626 trabalhadores distribuídos por meio de 384 estabelecimentos, apresentando uma média de 6,8 trabalhadores por estabelecimento. Estes números expressam não somente o grande crescimento do Setor Primário no Município, mas também a sua organização como empreendimento profissionalizado como agronegócio. Este contexto fez do Setor Primário, em 2006, o setor de maior empregabilidade formal no município, algo extremamente incomum visto que normalmente confrontamo-nos com regressão em termos de empregabilidade e renda deste setor quando confrontado aos demais.

O Setor Secundário, por sua vez, não apresentou um desempenho razoável. Mesmo em 2006, gerou apenas 216 empregos formais, distribuídos por 30 estabelecimentos. O subsetor representado pela indústria de construção civil, o mais expressivo no Município, empregou apenas 149 trabalhadores em 2006.

O Setor Terciário foi o maior empregador do município até 1996. Em 2006 perdeu esta condição, mas ainda assim totalizou 2.619 trabalhadores, distribuídos por 410 estabelecimentos. Chama a atenção o crescimento do subsetor de serviço, que entre 1996 e 2006 passou de 924 trabalhadores distribuídos em 65 estabelecimentos para 1.532 trabalhadores distribuídos em 126 estabelecimentos.

O subsetor de comércio varejista alcançou 615 trabalhadores sob contrato formal de trabalho em 2000, 992 em 2005 e 969 em 2006. O comércio atacadista recuou de 379 em 2005, para 118 em 2006.

No que tange ao subsetor de serviços, apenas o segmento administração pública direta e autárquica apresentou um desempenho expressivo, com aproximadamente 1.000 trabalhadores contratados entre 2000 e 2006. O segmento de serviço de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação etc., o segundo mais expressivo, alcançou apenas 204 contratos de trabalho 2006. Os demais segmentos não apresentaram dados de desempenho que mereçam ser destacados.

#### **6.4.1.2.3.5. Desempenho Econômico do Município de Luziânia e da sua Região de Influência Imediata**

O Setor Primário (agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca), cuja base de sustentação reside nas atividades agropecuárias e que se constitui em um dos polos econômicos do Município de Luziânia e da sua região de influência imediata, apresenta

grande consistência. A atividade de criação de animais, conforme podemos observar por meio das Tabelas 37 e 38, apresentou criação estável de aves, superior a 1 milhão de cabeças entre os anos de 2001 e 2005. No mesmo período a produção de ovos conservou-se em torno de 5 milhões. Trata-se, portanto, de criação de aves prioritariamente para abate.

A pecuária apresentou crescimento significativo entre 2000 e 2005, a exemplo da produção de leite, quando saiu de 20,16 milhões para 46,62 milhões e do número de cabeças de gado para abate, quando cresceu de 145.000 para 182.000. A criação de suínos apresentou um recuo a partir de 2002. A retomada de expansão ocorrido em 2004 e que se conservou em 2005, todavia não permitiu alcançar o número de cabeças de 2001, restringindo-se a 13.700 cabeças.

**Tabela 37: Análise de Aspectos Econômicos do Efetivo da Pecuária: Luziânia**

	<b>2.001</b>	<b>2.002</b>	<b>2.003</b>	<b>2.004</b>	<b>2.005</b>
Aves (cab.)	1.180.000	1.177.000	1.120.000	1.210.000	1.218.000
Prod. de Ovos (1.000 dz)	4.905	4.905	5.117	5.178	5.198
Suínos (cab.)	14.000	11.000	11.700	12.500	13.700
Bovinos (cab.)	145.000	145.000	175.800	179.000	182.000
Vacas Ordenhadas (cab.)	32.000	36.000	21.900	30.000	32.000
Prod. de Leite (1.000 l)	20.160	28.512	31.536	43.500	46.620

Fonte: Seplan/Sepin.

**Tabela 38: Análise de Aspectos Econômicos do Efetivo da Pecuária  
Região de Influência**

	<b>2.001</b>	<b>2.002</b>	<b>2.003</b>	<b>2.004</b>	<b>2.005</b>
Aves (cab.)	879.400	777.580	906.650	973.930	968.050
Prod. de Ovos (1.000 dz)	6.232	7.063	8.060	8.586	8.686
Suínos (cab.)	24.430	23.450	24.435	26.915	28.890
Bovinos (cab.)	225.880	232.080	218.000	223.100	236.000
Vacas Ordenhadas (cab.)	32.840	35.390	32.120	33.560	34.900
Prod. de Leite (1.000 l)	26.869	29.433	29.414	34.230	39.876

Fonte: Seplan/Sepin.

A região de influência imediata apresentou um desempenho também significativo no que tange a atividade pecuária entre 2000 e 2005. A produção de aves para abate aproximou-se de 1 milhão de cabeças em 2005 e a produção de ovos ultrapassou em muito a produção do Município de Luziânia, alcançando 8,686 milhões em 2005. A produção de gado para abate

ultrapassou Luziânia, permanecendo entre 225 e 236 mil cabeças. O número de cabeças de vacas de ordenha permaneceu entre 32 e 34 mil cabeças, mas ocorreu uma elevação da produção de leite, passando de 26,869 milhões no ano de 2001 para 39,876 milhões em 2005. A criação de suínos no período também cresceu, passando de 24.430 cabeças para 28.890.

No que tange a atividade agrícola, há distinções de grande significado entre o Município de Luziânia e a sua região de influência imediata, entre 2000 e 2006. Todavia, os cultivos mais expressivos identificados na região foram basicamente os mesmos: arroz, cana-de-açúcar, milho e soja.

No Município de Luziânia a soja apresentou um grande crescimento em 2002, quando alcançou 115.500 toneladas de produção. Outra grande expansão ocorreu em 2005, quando produziu 180.000 toneladas, mas recuou para 84.000 em 2006. A cana-de-açúcar, ao contrário do ocorrido no país, recuou de aproximadamente 12.500 toneladas entre os anos 2000 e 2004, para 4.000 e 5.250 toneladas nos anos 2005 e 2006, respectivamente. Portanto, a retomada de uma expansão moderada ocorreu a partir de 2006.

Quanto ao arroz e ao milho, estes oscilaram bastante em termos de produção, em especial como cultivares alternativos à soja. O arroz apresentou uma retomada de produção, saindo de 270 toneladas em 2002 para 1.400 em 2006. O milho declinou, de forma mais ou menos constante, de 153.750 toneladas em 2001 para 81.000 toneladas em 2006.

O Município de Luziânia tem apresentado, ainda, um importante avanço dos cultivos de mandioca e de hortigranjeiros, embora não apareça nos bancos de dados. Esses cultivos, conforme atestam os gestores do município, voltam-se para o atendimento de demandas das cidades de Luziânia e de Brasília.

Na região de influência imediata, a soja apresentou um crescimento surpreendente em 2005, quando alcançou 504.630 toneladas de produção, mas recuando para 324.620 em 2006. A produção de cana-de-açúcar manteve-se relativamente estável entre os anos de 2002 e 2006 variando entre 22.830 e 25.995 toneladas.

A produção de arroz manteve-se relativamente estável entre os anos de 2003 e 2006, com produção superior a 4.000 toneladas. No mesmo período, o milho conviveu com um decréscimo de produção, saindo de 221.948 toneladas para 126.408.

**Tabela 39: Produção Agrícola – Luziânia**

<b>Produtos</b>		<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
Arroz	Área (ha.)	500	350	300	600	1.000	1.200	1.000
	Prod. (t)	900	210	270	600	1.400	2.160	1.400
	Produtividade (t/ha)	1,80	0,60	0,90	1,00	1,40	1,80	1,40
Cana-de-açúcar	Área (ha.)	400	400	430	430	430	100	150
	Prod. (t)	12.000	12.000	12.900	12.900	12.900	4.000	5.250
	Produtividade (t/ha)	30,00	30,00	30,00	30,00	30,00	40,00	35,00
Feijão	Área (ha.)	12.500	7.500	9.500	12.500	11.000	14.000	24.000
	Prod. (t)	31.500	17.250	23.250	30.100	22.500	37.380	43.200
	Produtividade (t/ha)	2,52	2,30	2,45	2,41	2,05	2,67	1,80
Soja	Área (ha.)	30.000	30.000	35.000	40.000	43.000	50.000	40.000
	Prod. (t)	99.000	75.000	115.500	120.000	107.500	180.000	84.000
	Produtividade (t/ha)	3,3	2,5	3,3	3	2,5	3,6	2,1
Milho	Área (ha.)	20.000	23.500	17.630	17.500	14.000	11.000	15.000
	Prod. (t)	140.000	153.750	124.836	124.050	93.900	79.200	81.000
	Produtividade (t/ha)	7,00	6,54	7,08	7,09	6,71	7,20	5,40

Fonte: Seplan/Sepin.

**Tabela 40: Produção Agrícola  
Região de Influência (Até 90 Km da Cidade Polo Luziânia)**

<b>Produtos</b>		<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
Arroz	Área (ha.)	1.455	1.180	1.549	3.159	3.363	3.305	3.210
	Prod. (t)	2.950	798	2.303	4.155	4.422	4.349	3.867
	Produtividade (t/ha)	2,03	0,68	1,49	1,32	1,31	1,32	1,20
Cana-de-açúcar	Área (ha.)	1.028	1.063	700	705	685	685	719
	Prod. (t)	33.840	34.715	22.830	23.200	20.957	26.100	25.275
	Produtividade (t/ha)	32,92	32,66	32,61	32,9	30,59	38,10	35,15
Feijão	Área (ha.)	33.972	25.015	27.620	31.682	23.550	37.958	34.120
	Prod. (t)	65.869	48.135	61.546	71.729	47.614	98.755	64.362
	Produtividade (t/ha)	1,94	1,92	2,23	2,26	2,02	2,60	1,89
Soja	Área (ha.)	45.300	40.600	51.639	91.600	105.000	127.800	144.500
	Prod. (t)	122.220	81.500	145.521	275.200	222.750	421.430	262.620
	Produtividade (t/ha)	2,70	2,01	2,82	3,00	2,12	3,30	1,82
Milho	Área (ha.)	40.470	65.506	59.465	31.635	28.805	21.050	24.630
	Prod. (t)	234.075	192.989	285.958	195.698	175.617	137.655	119.808
	Produtividade (t/ha)	5,78	2,95	4,81	6,19	6,10	6,54	4,86

Fonte: Seplan/Sepin.

#### 6.4.1.2.4. Aspectos Sócio-Culturais

##### 6.4.1.2.4.1. Aspectos Educacionais

O Município de Luziânia e a região de influência imediata possuem uma estrutura de Ensino que oferece as seguintes modalidades de educação: Educação Pré-escolar, Ensino Fundamental, Ensino Médio/Normal, Ensino Especial, Educação de Jovens e Adultos, Ensino Superior, Ensino Profissional (Nível Técnico) e Creche. Os dados referentes ao número de alunos em cada modalidade de educação no Município de Luziânia e na região de influência imediata podem ser verificados por meio da Tabela 41.

**Tabela 41: Educação: Aspectos Gerais  
2006**

	LUZIÂNIA	REGIÃO DE INFLUÊNCIA
Escolas em Atividade	108	321
Salas de Aula	978	2.731
Docentes	1.613	4.906
Alunos da Educação Pré-Escolar	2.640	8.868
Alunos da Classe de Alfabetização	-	-
Alunos do Ensino Fundamental	37.164	19.075
Alunos do Ensino Médio/Normal	7.874	25.184
Alunos do Ensino Especial	212	261
Alunos da Ed. Jovens/Adultos	3.131	13.779
Alunos do Ensino Profissional (Nível Técnico)	47	146
Alunos da Creche	731	2.272
<b>Total de Alunos</b>	<b>51.799</b>	<b>156.406</b>

Fonte: Seplan/Sepin.

Os gestores municipais avaliam a qualidade do ensino a cargo do município (da Educação Infantil ao 9º ano do Ensino Fundamental e 2ª fase do EJA) e os poucos cursos superiores oferecidos, como sendo de boa qualidade. De fato, o Município apresenta um desempenho superior aos demais municípios da Microrregião. Mesmo assim, identificam uma baixa qualidade no ensino a cargo do Governo do Estado de Goiás (5º ao 9º ano do Ensino Fundamental e Ensino Médio), embora o Município sedie a Sub-Secretaria da Educação do Estado de Goiás, responsável pela Microrregião. Os demais gestores da Microrregião

reconhecem, ainda, que as limitações vividas na 2ª Fase do Ensino Fundamental e no Ensino Médio se prolongam para o Ensino Superior.

O exemplo dos demais municípios da Microrregião Entorno de Brasília, chama atenção o descompasso entre o número de alunos do Ensino Fundamental (37.164 estudantes) e o número de alunos de Ensino Médio/Normal (7.874 estudantes), tanto no Município de Luziânia quanto na região de influência imediata. Conforme se pode verificar por meio da Tabela 41, aproximadamente 21,2% dos alunos que concluem o Ensino Fundamental têm conseguido dar prosseguimento aos estudos em nível de Ensino Médio/Normal. Esta realidade repercute, por sua vez, no número relativamente grande de alunos na modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos (3.131), uma consequência da descontinuidade dos estudos que acometeu e acomete uma parcela significativa da população jovem da região.

A modalidade de Ensino Profissional (Nível Técnico) faz-se presente na estrutura de ensino do Município de Luziânia. Todavia, é praticamente residual, com apenas 47 matrículas em 2006. O oferecimento desta modalidade praticamente tem se restringido à oferta de cursos não regulares por meio do SENAI de Anápolis.

A oferta de Ensino Técnico pelo *Campus* Luziânia poderá contribuir para o atendimento das demandas por educação, dos alunos que concluem o Ensino Fundamental, pelo viés do Ensino Médio Integrado, bem como poderá proporcionar projetos curriculares e qualidade de formação de referência, em especial nas modalidades de Ensino Técnico Integrado e de Educação de Jovens e Adultos, este último em curso no Município e na sua região de influência.

O Ensino Superior no Município de Luziânia e na região de influência imediata é oferecido pela Unidade de Luziânia da Universidade do Estado de Goiás (UEG), pelo Centro Universitário de Desenvolvimento do Centro-Oeste (UNIDESC). Predomina a oferta de Cursos de Licenciatura (Pedagogia, Letras, Matemática e Inglês), de Administração de Empresas e de Tecnologia da Informação. Não há oferta dos cursos de Licenciatura em Química e em Física no Município de Luziânia.

As instituições de ensino superior que atuam na região, predominantemente privadas, não desenvolvem projetos de pesquisa e de extensão na região de forma continuada. Essa realidade tem privado o Município e a sua região de influência imediata da intervenção das instituições de ensino superior, tendo em vista a resolução de demandas sociais.

O *Campus* Luziânia, atuando na Educação Profissional e Tecnológica, direcionado para as formações técnicas e tecnológicas vinculadas à indústria, a infraestrutura urbana e ao

transporte e comunicação, de um lado, e para a formação de licenciados para contribuir com a elevação da oferta e da qualidade da Educação Básica na Microrregião Entorno de Brasília, de outro, pode contribuir para a democratização do acesso a essas modalidades de ensino e se constituir em referência de Ensino Técnico e Superior de qualidade na região.

No Município de Luziânia e na região de influência imediata estão presentes instituições de educação que atuam nas várias modalidades de ensino. A carência percebida na região tem sido objeto de ação corretiva, com avanços quando comparado aos demais municípios da região. Essa realidade pode ser confirmada por meio do IDH-Educação que apresenta taxas superiores às das da região de influência imediata<sup>32</sup>.

#### **6.4.1.2.4.2. Aspectos Sociais**

O crescimento acelerado e em certa medida desordenado, da população do Município de Luziânia, a exemplo dos demais municípios mais ao sul da Microrregião Entorno de Brasília, tem concorrido para uma grande pressão sobre os serviços sociais básicos oferecidos por parte do governo municipal para a população, em especial segurança, saúde e educação. O quadro social é agravado por meio do desemprego da população jovem e da precarização das moradias das camadas sociais de baixa renda.

Este contexto tem proporcionado condições favoráveis para o avanço da dependência das drogas e da criminalidade, mas também da criminalização dos pobres e do abuso da força policial. Tem proporcionado, ainda, o robustecimento dos métodos e mecanismos políticos demagógico-populistas, tendo em vista a desmobilização popular e controle social, de um lado, e a instrumentalização do poder público municipal por parte das elites políticas locais, por outro.

O IDH (Quadro 9) nos permite aquilatar o nível médio de vida no Município de Luziânia e da sua região de influência imediata. Observa-se que os índices sociais devem ser melhorados para atingir padrões satisfatórios, que se encontram em torno de 0,800.

---

<sup>32</sup> O crescimento do IDH-Educação, assim como as demais dimensões que configuram o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), ou seja, IDH-Renda e IDH-Longevidade, foram analisados com base em uma leitura comparada entre os anos de 1991 e 2000, conforme Quadro 9.

Quadro 9: IDH's de Luziânia e Região de Influência				
IDH – LUZIÂNIA			IDH – REGIÃO DE INFLUÊNCIA <sup>33</sup>	
	1991	2000	1991	2000
IDH-M/RENDA	0,636	0,665	0,623	0,655
IDH-M/EDUCAÇÃO	0,736	0,850	0,743	0,846
IDH-M/LONGEVIDADE	0,663	0,752	0,672	0,738
<b>IDH-MUNICIPAL<sup>34</sup></b>	<b>0,678</b>	<b>0,756</b>	<b>0,680</b>	<b>0,746</b>

Fonte: Seplan/Sepin

#### 6.4.2. Identificação da Matriz de Potencialidades, Limitações e Problemas

MATRIZ	POTENCIALIDADES	LIMITAÇÕES	PROBLEMAS
1	“Boom” na construção civil;	Empreendimentos pouco tecnologicizados; e carência de profissionais;	Informalidade de muitos empreendimentos e de contrato de trabalho;
2	Consolidação da produção de alimentos, bebidas, álcool etílico etc.;	Carência da força de trabalho qualificada;	Ausência de cursos profissionalizantes para a área.
3	Boa infraestrutura de transporte, comunicação e integração às regiões nordeste e sudeste;	O município explora pouco a infraestrutura disponível, tendo em vista viabilizar uma política de desenvolvimento regional;	Carência de uma política municipal de desenvolvimento;
4	População em expansão por imigração e elevada taxa de natalidade;	Carência de política de planejamento e assistência familiar;	Expansão desordenada e contradições sociais

<sup>33</sup> Os IDH's da Região de Influência são obtidos por meio da média ponderada dos IDH's dos municípios que fazem parte da mesma.

<sup>34</sup> Classificação segundo IDH: Elevado: 0,800 ou superior; Médio: 0,500 – 0,799; Baixo: abaixo de 0,500.

			(violência, prostituição etc.);
5	Localização geográfica estratégica no eixo urbano Brasília-Goiânia;	Vida urbana sob grande influência de Brasília;	Práticas políticas populistas, clientelísticas, demagógicas e eleitoreiras;
6	Boa infraestrutura física urbana;	A expansão acelerada da população expõe esta infraestrutura aos limites;	Aumento demasiado de população sem condições adequadas de saneamento;
7	Transporte coletivo integrado ao Distrito Federal.	25% da população desloca-se diariamente para Brasília;	Carência de levantamentos das demandas de circulação e transportes da população;
8	Grandes reservas de cristal em Cristalina e extração de cristal profissionalizada;	A presença de atravessadores na comercialização de gemas e semijóias;	Pouca organização dos produtores artesanais de jóias e gemas;
10	Patrimônios culturais que favorecem o desenvolvimento de turismo cultural;	Carência de um arranjo (produtivo-cultural) local;	Carência de uma política pública estadual e/ou municipal de fomento ao turismo.

#### 6.4.3. Identificação de Problemas Centrais

A identificação de problemas centrais será preenchida durante o processo de desenvolvimento dos trabalhos.

<b>MATRIZ</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DO (S) PROBLEMA (S)</b>	<b>FORMAS DE MANIFESTAÇÃO</b>	<b>PROPORÇÕES DE MANIFESTAÇÃO</b>

#### **6.4.4. Identificação dos Objetivos Centrais da Instituição**

A identificação dos objetivos centrais da Instituição será preenchida durante o processo de desenvolvimento dos trabalhos.

<b>MATRIZ</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DO (S) OBJETIVO (S) CENTRAL (IS)</b>	<b>NÚCLEO (S) CENTRAL (IS)</b>	<b>MANIFESTAÇÕES ESPECÍFICAS</b>

#### **6.4.5. Estabelecimento de Estratégias, Ações, Instituições, Atores sociais Envolvidos e Período de Execução**

O estabelecimento de estratégias, ações, instituições e atores sociais envolvidos serão preenchidos durante o processo de desenvolvimento dos trabalhos.

Nesse contexto, sugerem-se como estratégias:

<b>MATRIZ</b>	<b>ESTRATÉGIA</b>	<b>AÇÕES</b>	<b>OUTRAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS</b>	<b>ATORES ENVOLVIDOS</b>	<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>

#### **6.4.6. Conclusão: Desafios e Encaminhamentos**

Os desafios e encaminhamentos serão preenchidos ao longo do processo de execução dos trabalhos.

### **6.5. Gestão Estratégica do Desenvolvimento Regional e Local no Município de Anápolis e sua Região de Influência Imediata**

#### **6.5.1. Caracterização do Município de Anápolis e da sua Região de Influência Imediata**

##### **6.5.1.1. O Município de Anápolis e a Microrregião Anápolis**

O Município de Anápolis se distribui em uma área total de 918,375 km<sup>2</sup>. Possui uma população de 325.544 habitantes, de acordo com a contagem de população do IBGE de 2007.

Localiza-se na região central do Estado de Goiás. A comunicação rodoviária é facilitada no sentido norte/sul do país por meio da BR-153 e, no sentido leste/oeste, pela GO-060. O Município de Anápolis se distancia aproximadamente 50 km da capital do Estado, Goiânia. Essa localização potencializa as riquezas do Município, possibilitando, por exemplo, a formação de eixos econômicos, a exemplo do Eixo Anápolis/Goiânia/Aparecida de Goiânia no setor farmoquímico.

No setor de turismo destacam-se a Base Aérea de Anápolis, os eventos religiosos promovidos pelas Igrejas Católicas e Evangélicas e pela Comunidade Espírita, assim como o turismo de negócios, devido ao grande número de empresas no Município. Dados da RAIS/MTE acusam a presença de 36 hotéis em Anápolis e de 53 em toda a Microrregião Anápolis. O setor, todavia, ainda se mostra incipiente no Município de Anápolis se apoiando, principalmente, nas movimentações envolvendo Brasília e Goiânia.

O Município de Anápolis apresenta um profundo desequilíbrio na distribuição dos setores de atividade econômica. Conforme os dados da RAIS/MTE – 2006, o Grande Setor Primário (agropecuária, extração vegetal, caça e pesca) participa com 355 estabelecimentos e emprega formalmente 802 trabalhadores no Município, o Grande Setor Secundário (indústrias de transformação e de construção civil) participa com 890 estabelecimentos e emprega 17.814 trabalhadores e o Grande Setor Terciário (comércio e serviços) participa com 4.066 estabelecimentos e emprega 40.420 trabalhadores. Esses números evidenciam, ainda, a amplitude da informalidade no município, no que tange aos empreendimentos e à contratação

de trabalhadores, posto que esses números não refletem a realidade de um município com mais de 325 mil habitantes.

#### **6.5.1.1.1. Aspectos Naturais**

O Município de Anápolis e a Microrregião Anápolis possuem ocorrência de diversos minerais com potencial de exploração econômica. No Município destaca-se: água potável, cromo, gnaiss (de uso na construção civil e pavimentação), micaxisto e talco. Na Microrregião podem ser encontrados: areia, argila, berilo, calcário, cascalho, cianita, cobre, cromita, cromo, esmeralda, granodiorito, manganês, níquel, ouro e talco.

O Município, de acordo com a RAIS/MTE (2007), possui empresas atuando na extração de minerais não metálicos, nas atividades de apoio à extração de minerais (exceto petróleo e gás natural) e na fabricação de produtos de minerais não metálicos. Ainda segundo a RAIS/TEM, há 3 estabelecimentos instalados no Município no setor de fabricação de águas envasadas.

#### **6.5.1.1.2. Aspectos Demográficos**

O Município de Anápolis e a Microrregião Anápolis convivem com um significativo crescimento populacional, conforme demonstram os dados demográficos presentes na Tabela 42. De 1980 a 2007, a população do Município passou de 180.012 para 325.544 habitantes, representando um crescimento de 80,8%.

A Microrregião, por sua vez, apresentou crescimento menor, porém, significativa. Em 1980, somava 350.317 habitantes, já em 2007 totalizou 517.221. Importante ressaltar que tal crescimento é, primordialmente, liderado pelo próprio Município de Anápolis, visto que, excluindo este da soma da população total da Microrregião, percebe-se um aumento de apenas 21.372 habitantes no período em estudo, 1980-2007.

As dinâmicas da urbanização contemporânea, não somente marcadas pelo deslocamento das populações rurais para o espaço urbano, mas também pelo deslocamento das populações das pequenas e médias cidades para cidades maiores e para centros metropolitanos, se fazem presentes na reconfiguração demográfica da Microrregião Anápolis. Assim, fatores de atratividade populacional, como a elevada empregabilidade e a disponibilidade adequada de serviços sociais, conferem também ao Município de Anápolis as dinâmicas da urbanização contemporânea, mas moderada em sua intensidade por conta das mesmas dinâmicas, também presentes, no Município de Goiânia. Assim sendo, o Município de Anápolis, por meio da

Cidade de Anápolis, atrai populações dos demais municípios da Microrregião, bem como de outras Microrregiões, exercendo um papel de centro urbano “acolhedor” de populações.

Estudos demográficos do Município de Anápolis e da Microrregião Anápolis, entre os anos de 1980 e 1989, com base em projeções idealmente construídas<sup>35</sup>, a partir de taxa de referência de crescimento de 2,48% ao ano, evidenciam um aumento da população de Anápolis em 28.318 habitantes acima da média projetada, enquanto que a Microrregião, que esteve sujeita aos fenômenos de evasão de população descritos acima, apresentou uma perda de 25.873 habitantes, conforme demonstrado na Tabela 42.

**Tabela 42: Estudos Demográficos de Anápolis e Microrregião Anápolis**

1980-1989						
ANO	ANÁPOLIS			MICRORREGIÃO ANÁPOLIS		
	POPULAÇÃO TOTAL	URBANA	RURAL	POPULAÇÃO TOTAL	URBANA	RURAL
1980	180.012	163.096	16.916	350.317	248.685	101.632
1981	184.476	-	-	359.005	-	-
1982	189.051	-	-	367.908	-	-
1983	193.740	-	-	377.032	-	-
1984	198.545	-	-	386.383	-	-
1985	203.468	-	-	395.965	-	-
1986	208.514	-	-	405.785	-	-
1987	213.686	-	-	415.848	-	-
1988	218.985	-	-	426.161	-	-
1989	224.416	-	-	436.730	-	-

**NOTAS**

<p>Crescimento da população projetado para a década: ..... 44.404 hab.            Dados reais da população (1989): ..... 252.733 hab.            Crescimento além da projeção: ..... 28.317 hab.</p>	<p>Crescimento da população projetado para a década: 86.413 hab.            Dados reais da população (1989)..... 410.857 hab.            Projeção de população evadida: ..... 28.873 hab.</p> <p>Entorno considerado: Anápolis, Aracu, Brazabrantes, Campo Limpo de Goiás, Caturai, Damolândia, Heitorai, Inhumas, Itaberaí, Itaguari, Itaguaru, Itauçu, Jaraguá, Jesúpolis, Nova Veneza, Ouro Verde de Goiás, Petrolina de Goiás, Santa Rosa de Goiás, São Francisco de Goiás e Taquaral de Goiás.</p> <p>Obs.: Não foram encontrados dados referentes a Campo Limpo e Itaguari nas fontes pesquisadas para o período em questão.</p>
--	--

1980-1989: Projeção com base em um crescimento nacional de 2,48% a.a.

Fonte: IBGE.

<sup>35</sup>Projeções idealmente construídas, com base em uma taxa de referência de crescimento ao ano, projetada para toda uma década, é um recurso metodológico que visa ilustrar um comportamento demográfico, identificando tendências e/ou intuindo fenômenos. Não dispõe, portanto, de rigor científico e metodológico.

No período compreendido entre os anos de 2000 e 2007, com base em dados reais da população, ficou evidenciado o aumento de 37.459 habitantes no Município de Anápolis, enquanto que na Microrregião Anápolis como um todo ocorreu um aumento de 55.811 habitantes, conforme Tabela 43.

**Tabela 43: Estudos Demográficos de Anápolis e Microrregião Anápolis**

2000-2008						
ANO	ANÁPOLIS			MICRORREGIÃO ANÁPOLIS		
	POPULAÇÃO TOTAL	URBANA	RURAL	POPULAÇÃO TOTAL	URBANA	RURAL
2000	288.085	280.164	7.921	461.410	413.451	40.084
2001	288.814			471.428		
2002	293.475			477.993		
2003	298.155			484.139		
2004	307.977			497.653		
2005	313.412			504.827		
2006	318.808			512.816		
2007	325.544			517.221		

**NOTAS**

Crescimento real da população: 37.459 hab.	Crescimento real da população: ..... 55.811 hab. Entorno considerado: Anápolis, Aracu, Brazabrantes, Campo Limpo de Goiás, Caturai, Damolândia, Heitorai, Inhumas, Itaberaí, Itaguari, Itaguaru, Itauçu, Jaraguá, Jesópolis, Nova Veneza, Ouro Verde de Goiás, Petrolina de Goiás, Santa Rosa de Goiás, São Francisco de Goiás e Taquaral de Goiás.
--	--

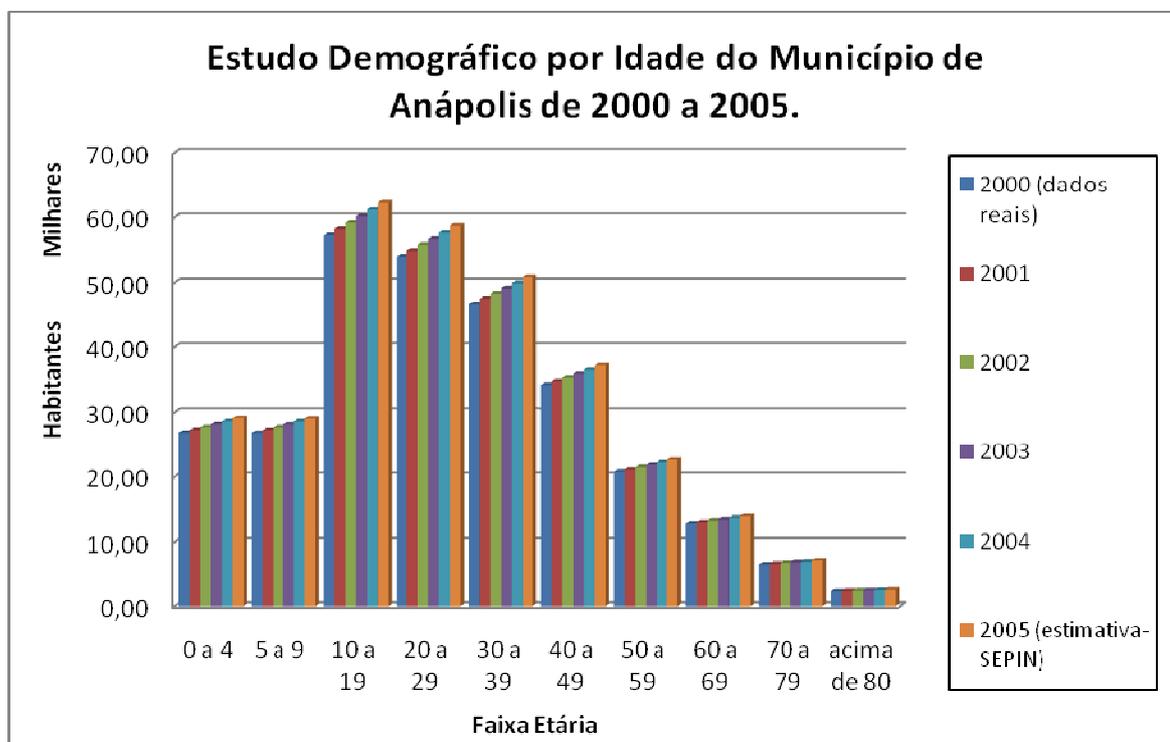
2000-2007: dados reais

Fonte: IBGE.

Os dados demográficos por faixas etárias no Município de Anápolis, entre 2000 e 2005, evidenciam uma tendência de envelhecimento da população. Todavia, as faixas etárias predominantes ainda são de populações jovens, principalmente daquelas que se encontram entre 10 e 29 anos. As faixas etárias de população adulta compreendida entre 30 e 49 anos também são expressivas. A faixa etária adulta compreendida entre 50 e 59 anos e as faixas etárias da terceira idade compreendida entre 60 e 69 anos e acima de 70 anos, ainda são pouco expressivas numericamente.

A configuração demográfica do Município de Anápolis, marcado pela grande presença de população jovem e pela forte presença das primeiras faixas etárias da população adulta,

também evidencia as características de Município com forte poder de atratividade populacional, visto que tende a atrair populações predominantemente formadas por jovens.



**Gráfico 6.13:** Estudo Demográfico por Idade do Município de Anápolis de 2000 – 2005  
Fonte: Seplan/SePIN

### 6.5.1.1.3. Aspectos Econômicos

O Município de Anápolis é francamente dominante no âmbito da Microrregião Anápolis, no que tange ao número de estabelecimentos econômicos e do número de trabalhadores sob contrato formal de trabalho. Esta dominância faz-se presente nos três Grandes Setores de atividade econômica.

**Tabela 44: Evolução do Número de Trabalhadores/Estabelecimentos por Setores de Atividades Econômicas - Anápolis**

Setores	Ano 1986		Ano 1996		Ano 2006	
	Nº de Trabalhadores	Nº de Estabelecimentos	Nº de Trabalhadores	Nº de Estabelecimentos	Nº de Trabalhadores	Nº de Estabelecimentos
Indústria	9.442	369	8.678	488	16.189	708
Construção civil	432	9	721	117	1.625	182
Comércio	6.843	993	7.886	1.390	13.987	2.401
Serviços	13.151	631	13.205	921	26.433	1.665
Agropecuária, extr. Vegetal, caça e pesca	141	14	296	157	802	355
Outros/Ignorado	109	18	157	47	0	0

Fonte: RAIS/MTE (2008).

O Grande Setor Primário do município empregou formalmente 141 trabalhadores, distribuídos em 369 estabelecimentos econômicos, em 1986. Ocorreu um crescimento para 296 trabalhadores, distribuídos em 157 estabelecimentos, em 1996. Este número aumentou, respectivamente, para 802 e 355 em 2006. Pode-se inferir que o Grande Setor Primário no Município de Anápolis é fortemente marcado por pequenas propriedades rurais familiares e por grandes propriedades criadoras de gado para abate.

A atividade de criação de animais, conforme se pode observar por meio das Tabelas 45 e 46, apresenta uma diminuição na criação de aves a partir de 2001, no Município de Anápolis, quando passou de 187.500 para 137.800 cabeças. Entre 2003 e 2006 permaneceu entre 141.500 e 145.600. A Microrregião Anápolis, por sua vez, apresentou um desempenho estável quando comparado àquele apresentado pelo Município de Anápolis. A criação de aves para abate permaneceu entre 137.000 e 146.000 cabeças, entre 2001 e 2006.

**Tabela 45: Análise de Aspectos Econômicos do Efetivo da Pecuária - Anápolis**

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Aves (cab)	187.500	137.800	134.000	141.200	145.500	143.400	146.600
Bovinos (cab)	80.000	67.000	63.000	65.000	75.000	82.000	82.200
Prod. de leite (1.000 l)	18.100	15.120	14.500	14.300	15.500	16.000	16.072
Prod. de ovos (1.000 dz)	468	328	325	367	375	359	384
Suínos (cab)	11.420	7.600	7.750	7.900	8.800	9.000	9.160
Vacas ordenhadas (cab)	12.100	10.000	9.400	9.500	10.000	10.500	10.550

Fonte: Seplan/Sepin

O efetivo de bovinos não apresentou mudanças significativas, entre 2000 e 2006, no Município de Anápolis, se mantendo entre 80.000 e 82.000 cabeças. Na Microrregião, no mesmo período, este efetivo variou entre 774.258 e 895.740 cabeças.

O efetivo de vacas de ordenha apresentou uma redução, entre 2000 e 2006, no Município de Anápolis, de 12.100 para 10.550 cabeças. Na Microrregião Anápolis, no mesmo período, este efetivo apresentou crescimento de 150.819 para 174.990 cabeças.

A produção de ovos no Município de Anápolis manteve crescimento praticamente constante a partir de 2001, saindo de 328 para 384 mil dúzias. Na Microrregião Anápolis este crescimento foi mais expressivo, saindo de 22.563 para 28.166 mil dúzias.

A produção de leite no Município de Anápolis, entre 2001 e 2006, apresentou uma redução de 18.100 (1.000 l) para 16.072 (1.000 l), enquanto que na Microrregião Anápolis ocorreu um grande crescimento, saindo de 61.461 (1.000 l), para 181.949 (1.000 l).

**Tabela 46: Análise de Aspectos Econômicos do Efetivo da Pecuária Microrregião - Anápolis**

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Aves (cab)	3.178.808	3.335.120	4.507.341	5.034.228	5.306.222	5.468.310	5.612.400
Bovinos (cab)	774.258	850.150	867.652	873.368	897.344	905.730	895.740
Prod. de leite (1.000 l)	61.461	174.934	174.500	176.495	181.314	184.951	181.949
Prod. de ovos (1.000 dz)	22.182	22.563	22.848	24.759	25.650	27.727	28.166
Suínos (cab)	79.648	78.468	77.830	78.827	81.346	80.836	81.010
Vacas ordenhadas (cab)	150.819	163.470	167.690	70.354	175.078	178.262	174.990

Fonte: Seplan/Sepin

A atividade agrícola, conforme se pode observar por meio das Tabelas 47 e 48, não têm assumido grande importância no Município de Anápolis. Dentre os cultivos mais importantes

selecionados e apresentados na Tabela 46, apenas os cultivos de soja e de banana apresentaram ampliação da produção. Mesmo o cultivo de soja não apresentou um crescimento significativo. De fato, no Município de Anápolis ocorreu um processo intenso de substituição da atividade agrícola de produção de grãos pela atividade de produção de hortifrutigranjeiros e pela atividade pecuária de abate e pelo avanço de atividades de serviços (pesque-pague, hotéis fazenda, spas, etc.).

**Tabela 47: Análise de Aspectos econômicos**

<b>Produção Agrícola / 2000-2006</b>								
<b>Anápolis</b>								
<b>Produtos</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	
Banana	Área (ha.)	850,00	630,00	800,00	830,00	780,00	800,00	600,00
	Prod. (t)	1.020,00	6.300,00	8.000,00	8.300,00	8.580,00	8.800,00	6.000,00
	Produtividade (t/ha)	1,20	10,00	10,00	10,00	11,00	11,00	10,00
Laranja	Área (ha.)	250,00	180,00	180,00	190,00	140,00	140,00	130,00
	Prod. (t)	27.500,00	3.630,00	3.630,00	3.830,00	2.660,00	2.660,00	2.340,00
	Produtividade (t/ha)	110,00	20,17	20,17	20,16	19,00	19,00	18,00
Milho	Área (ha.)	2.500,00	2.300,00	1.850,00	1.600,00	1.500,00	1.400,00	1.500,00
	Prod. (t)	8.750,00	10.350,00	8.320,00	7.200,00	6.530,00	5.880,00	6.150,00
	Produtividade (t/ha)	3,50	4,50	4,50	4,50	4,35	4,20	4,10
Soja	Área (ha.)	1.300,00	1.100,00	1.500,00	1.700,00	2.200,00	1.700,00	1.600,00
	Prod. (t)	2.600,00	2.970,00	4.050,00	4.590,00	5.460,00	4.400,00	4.080,00
	Produtividade (t/ha)	2,00	2,70	2,70	2,70	2,48	2,59	2,55

Fonte: Seplan/Sepin

A atividade agrícola, na Microrregião Anápolis, conforme se pode observar por meio da Tabela 48, não tem assumido uma importância expressiva. Segundo dados do IBGE (2005), a Microrregião Anápolis participou com apenas 1,97% da produção de grãos no Estado de Goiás. Outro aspecto importante é o pequeno número de trabalhadores contratados nas atividades agropecuárias como um todo na Microrregião, com 3.566 contratos. O cultivo de cana-de-açúcar foi um dos poucos cultivos que assumiu grande relevância na Microrregião, passando de 482.100 toneladas em 2000, para 976.135 toneladas em 2006.

**Tabela 48: Análise de Aspectos econômicos**

		<b>Produção Agrícola / 2000-2006</b>						
		<b>Microrregião Anápolis</b>						
		<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
Cana-de-açúcar	Área (ha.)	7.352	7.678	10.176	11.709	11.894	11.954	12.379
	Prod. (t)	482.100	551.700	782.200	833.850	847.390	942.748	976.135
	Produtividade (t/ha.)	65,57	71,85	76,87	71,21	71,25	78,86	78,85
Mandioca	Área (ha.)	1.770	1.878	1.843	2.358	2.400	3.155	4.356
	Prod. (t)	24.760	26.010	25.730	31.990	33.270	58.600	81.798
	Produtividade (t/ha.)	13,99	13,85	13,96	13,57	13,86	18,57	18,78
Milho	Área (ha.)	40.250	41.450	36.480	35.730	42.080	40.900	40.750
	Prod. (t)	137.620	147.150	131.015	129.301	165.954	174.423	177.299
	Produtividade (t/ha.)	3,42	3,55	3,59	3,62	3,94	4,26	4,35
Tomate	Área (ha.)	881	788	2.011	2.126	1.626	2.163	432
	Prod. (t)	59.080	42.920	165.120	174.420	120.240	162.310	22.730
	Produtividade (t/ha.)	67,06	54,47	82,11	82,04	73,95	75,04	52,62

Fonte: Seplan/Sepin

Estes números evidenciam diversos fenômenos: o deslocamento da base da bacia leiteira de Minas Gerais para Goiás, concentrada ao longo da BR-153 e da estrada de ferro que liga os dois estados; a transformação da Microrregião Anápolis em co-fornecedor de gado para abate e leite para as Cidades de Goiânia, de Anápolis e de Brasília, bem como das pequenas cidades da Microrregião Entorno de Brasília; e as divisões intra e microrregional do trabalho entre o Município de Anápolis e os demais municípios da Microrregião Anápolis, no qual ele se ‘especializa’ nos setores de atividade industrial, comércio e serviços e os demais se ‘especializam’ nas atividades vinculadas ao Grande Setor Primário que são os fornecedores de produtos como carnes e leite.

O Grande Setor Secundário, formado pela indústria de transformação e pela indústria de construção civil apresentou um grande crescimento no Município de Anápolis, entre 1985 e 2007. A indústria de transformação, em 1986, contratou 9.442 trabalhadores, distribuídos em 369 estabelecimentos. Em 1996, ocorreu um decréscimo do número de trabalhadores, mas, em contrapartida ocorreu um aumento do número de estabelecimentos. Tais resultados podem ter decorrido da conjuntura econômica altamente recessiva dos anos 1980 e dos anos 1990, bem como da incorporação de tecnologias substituidoras de força de trabalho industrial, como efetivamente ocorreu no País, em especial após meados dos anos 1990. Em 2006, os dados registram um crescimento de quase 100% em relação à década anterior, com 16.189 trabalhadores contratados em 708 estabelecimentos. Tal resultado se deveu à retomada do

crescimento da economia brasileira a partir de 2004 e, principalmente, aos empregos diretos e indiretos gerados pelo polo farmoquímico Instalado no DAIA.

O subsetor de indústria metalúrgica apresentou um crescimento significativo da oferta de empregos formais no Município de Anápolis. Entre 1990 e 2000, este crescimento foi insignificante, apresentando, respectivamente, 436 e 557 trabalhadores sob contrato formal de trabalho. Todavia, em 2007, ocorreu um grande crescimento do número de trabalhadores contratados, totalizando 1.439.

O subsetor de indústria metalúrgica, em termos da Microrregião Anápolis, não apresentou números que se diferenciasssem fundamentalmente daqueles do Município de Anápolis, com 1.496 trabalhadores contratados em 2007. Em termos de Mesorregião Centro Goiano, o subsetor apresentou um crescimento estável, com 2.142 trabalhadores contratados em 1990, 4.368 em 2000 e 6.290 em 2007.

Estes dados evidenciam que o crescimento do subsetor de indústria metalúrgica, além de se tornar rápido a partir de 2000, tende a manter esta tendência de crescimento. Este fenômeno pode estar relacionado ao atendimento de demandas de outros subsetores industriais presentes no Município de Anápolis, na Região Metropolitana de Goiânia, na Microrregião Entorno de Brasília e no Distrito Federal.

O subsetor de comércio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos etc., nos quais se fazem presentes as atividades relacionadas diretamente à área de Informática, apresentaram um crescimento pouco dinâmico, mas estável. Entre 1990 e 2000, este crescimento foi de, respectivamente, 1.768 e 1.390. Em 2007, alcançou 2.204 trabalhadores contratados.

O subsetor de comércio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos etc., em termos de Microrregião Anápolis, não apresentou números muito diferentes, com 2.532 trabalhadores contratados em 2007. Em termos de Mesorregião Centro Goiano, o subsetor apresentou um grande crescimento, com 20.581 trabalhadores em 1990, 39.785 em 2000 e 57.900 em 2007.

Estes dados não apontam na direção de um grande crescimento do subsetor de comércio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos etc., ou que o mesmo venha a assumir uma posição de destaque regional. Este subsetor tenderá a permanecer concentrado nos Municípios de Goiânia e de Aparecida de Goiânia, no âmbito da Região Metropolitana de Goiânia, e em Brasília, no âmbito da Mesorregião Brasília.

O subsetor de indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico apresentou um crescimento modesto em termos de oferta de empregos formais no Município de Anápolis. Em 1990 e em 2000, esta oferta foi de, respectivamente, 2.254 e 1.947 empregos formais. Todavia, a partir de então ocorreu um crescimento da oferta de empregos formais, totalizando 3.287 em 2007.

O subsetor de indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico, em termos da Mesorregião Centro Goiano apresentou um crescimento extremamente significativo da oferta de empregos formais. Passou de 13.384 em 1990, para 25.323 em 2000, e para 37.250 em 2007. Em termos da Microrregião Anápolis passou de 2.920 em 1990, para 3.455 em 2000, e para 8.042 em 2007.

Estes dados referentes à oferta de empregos formais evidenciam que o crescimento do subsetor de indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico não se desenvolveu concentrado em um, ou em alguns municípios do Estado de Goiás. De fato, o subsetor se distribuiu por diversos municípios e microrregiões que compõem as Mesorregiões Centro Goiano e Sul Goiano, bem como mais recentemente também na Mesorregião Leste Goiano, no Município de Luziânia, presente na Microrregião Entorno de Brasília. Outro aspecto importante é que o rápido e o intenso crescimento deste subsetor confirma uma tendência de consolidação das aglomerações agroindustriais no Centro-Oeste, em especial no Estado de Goiás. Portanto, trata-se de um subsetor que tenderá a fomentar uma demanda sustentável de mão-de-obra qualificada.

O subsetor de transportes e comunicações apresentou um crescimento modesto, mas permanente e estável da oferta de empregos formais no Município de Anápolis. Entre 1990 e 2000, esta oferta foi de, respectivamente, 1.749 e 2.601 trabalhadores sob contrato formal de trabalho. Em 2007, este número totalizou 3.624.

O subsetor de transportes e comunicações, em termos da Microrregião Anápolis, não apresentou números que se diferenciasssem fundamentalmente daqueles do Município de Anápolis, com 1.773 em 1990, e 2.785 em 2000. Em 2007, a oferta de contratos formais alcançou 4.057. Em termos de Mesorregião Centro Goiano, todavia, o subsetor apresentou um grande e rápido crescimento da oferta de empregos formais, com 15.474 trabalhadores contratados em 1990, 19.161 em 2000 e 28.716 em 2007.

Quando se prospecta a presença e a distribuição do subsetor de transportes e comunicações na Mesorregião Centro Goiano, observa-se que o mesmo se concentra, fundamentalmente, na Região Metropolitana de Goiânia, mais precisamente nos Municípios

de Goiânia e, a partir de 2007, de Aparecida de Goiânia. Os dados referentes à oferta de empregos deste subsetor nos referidos Municípios foram de 13.155 e 233 em 1990, de 14.814 e 807 em 2000, e de 20.416 e 2.255 em 2007, respectivamente.

Estes dados evidenciam que o crescimento da oferta de empregos no subsetor de transportes e comunicações tende a se manter moderado, mas permanente e estável.

O subsetor de indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria etc., apresentou um crescimento inaudito na oferta de empregos formais no Município de Anápolis. Em 1990 e em 2000, o número de contratações foi de, respectivamente, 442 e 4.204. Em 2007, alcançou 6.923 trabalhadores contratados. Deve-se salientar que o subsetor no Município de Anápolis é, fundamentalmente, formado pelo segmento industrial farmoquímico, portanto, com pouca presença de outros segmentos que compõem este subsetor, a exemplo das indústrias de produtos saneantes e das indústrias de perfumaria.

O subsetor de indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria etc., em termos de Microrregião Anápolis, não apresentou números muito diferentes, com 4.220 trabalhadores contratados em 2000, e 7.074 em 2007. Em termos de Mesorregião Centro Goiano, todavia, o subsetor apresentou números que confirmam um grande crescimento da oferta de empregos formais, com 2.549 trabalhadores em 1990, 9.641 em 2000 e 17.295 em 2007. Esta realidade decorre da grande presença de outros segmentos que compõem o subsetor, a exemplo das indústrias de produtos saneantes e de tintas, além é claro das indústrias farmoquímicas, todas elas com expressiva presença nos Municípios de Goiânia e de Aparecida de Goiânia.

Os dados evidenciam que, no Município de Anápolis, o crescimento do subsetor de indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria etc., nos anos de 2006 e 2007, apresentou uma estagnação em termos de oferta de empregos, o que pode evidenciar uma tendência de estabilização econômica do subsetor. Este fato pode estar relacionado ao desenvolvimento de polos farmoquímicos nos Municípios de Goiânia e de Aparecida de Goiânia, na Região Metropolitana de Goiânia e na Região Administrativa Santa Maria, por meio do Polo Industrial JK, na Mesorregião Distrito Federal.

Salienta-se, ainda, que o segmento das indústrias farmoquímicas, do subsetor de indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria etc., caracteriza-se como “indústrias maquiladoras”, isto é, indústrias que importam tecnologias e insumos industriais, basicamente se utilizando da grande oferta de mão-de-obra barata – com pouco ou não qualificada em sua maioria – e de incentivos creditícios e fiscais proporcionados pelo

governo presente nas ‘regiões’ receptoras destas indústrias. Em face desta realidade, este segmento industrial do subsetor de indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria etc., raramente realiza pesquisas clínicas – pesquisas de desenvolvimento de produtos farmacêuticos originais e de referência, mas basicamente pesquisas de bioequivalência – pesquisas de produção de produtos genéricos e de similares –, o que também concorre para a redução de demanda por mão-de-obra altamente qualificada.

O subsetor de indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos, conforme os dados disponíveis, apresentou um acentuado declínio em termos de oferta de empregos formais no Município de Anápolis, saindo de 2.350 contratos em 1990, para 1.490 em 2007. Todavia, na Microrregião Anápolis ocorreu um desempenho importante a partir de 1990, com crescimento acentuado entre 2000 e 2005, quando gerou, respectivamente, 2.918 e 4.194 contratos formais de trabalho. A partir de então tendeu a se estabilizar, alcançando 4.932 contratos formais de trabalho em 2007. O Município de Jaraguá, por meio do Arranjo Produtivo Local de Confecção, foi o grande responsável pelo desenvolvimento deste subsetor na Microrregião Anápolis.

Na Mesorregião, o subsetor de indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos apresentou um grande desempenho na geração de empregos, a partir do ano de 1995, quando gerou 9.398. Em 2000, gerou 15.735 empregos formais e, em 2007, totalizou 21.425.

Os demais subsetores do setor de indústria de transformação, tanto no Município de Anápolis quanto na Microrregião Anápolis não assumiram um importante papel em termos de oferta de empregos, ou tem apresentado uma oferta relativa de empregos, mas sob intenso declínio. Um exemplo paradigmático dessa realidade é o comportamento do subsetor de indústria de produtos minerais não metálicos no Município de Anápolis, que decaiu de 2.313 contratos formais de trabalho, em 1985, para 1.152, em 2007.

O setor de indústria de construção civil, por sua vez, gerou um número bem menor empregos e de estabelecimentos econômicos formalizados no Município de Anápolis. Em 1990, apresentou 415 trabalhadores contratados por meio de 9 estabelecimentos. Em 2000, gerou 928 contratos formais de trabalho distribuídos por 117 estabelecimentos. Em 2006, este número alcançou 1.625 trabalhadores, presentes em 182 estabelecimentos. Em 2007, totalizou 2.272 trabalhadores sob contrato formal de trabalho.

O setor de indústria de construção civil, em termos da Microrregião Anápolis, gerou 1.844 contratos formais de trabalho em 2000, e 3.257 em 2007. Em termos de Mesorregião Centro Goiano, gerou 27.395 em 2000, e 34.585 em 2007.

O crescimento apresentado pelo setor de indústria de construção civil na Mesorregião Centro Goiano como um todo, refletiu a retomada do crescimento da economia a partir de 2004 e a implementação das políticas de financiamento de moradias e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) patrocinados pelo Governo Federal. Em termos da Microrregião Anápolis e do Município Anápolis, o setor apresentou um crescimento modesto em termos relativos e em termos absolutos, quando se considera a população do Município de Anápolis (325 mil habitantes) e o grande desempenho deste setor na Mesorregião Centro Goiano. A tendência é que este setor permaneça crescendo de forma estável, todavia sem que o mesmo venha assumir protagonismo econômico no Município e na Microrregião, não gerando uma grande oferta de empregos.

O Grande Setor Terciário, que se distribui pelos setores de comércio e de serviços, também apresentou um crescimento próximo de 100% no mesmo período. O setor de comércio, em 1986, contratou 6.843 trabalhadores por meio de 993 estabelecimentos. Em 1996, elevou este número para 7.886 trabalhadores, presentes em 1.390 estabelecimentos. Em 2006, esse número cresceu para 13.987 trabalhadores, contratados em 2.401 estabelecimentos. Observa-se a permanência de uma média de 5 trabalhadores por estabelecimento ao longo de todo o período, o que parece indicar um crescimento, fundamentalmente, extensivo das atividades, normalmente característico de pequenos estabelecimentos familiares.

O subsetor de comércio varejista, embora seja o maior empregador no Município de Anápolis, se distribui por uma infinidade de pequenos estabelecimentos comerciais, fortemente marcados pelo caráter familiar. Em face desta realidade, o estudo do setor de comércio se concentrará no subsetor de comércio atacadista.

O subsetor de comércio atacadista no Município de Anápolis apresentou um crescimento permanente e estável de oferta de empregos formais. Empregou 1.477 em 1990, 2.629 em 1995, 3.299 em 2000 e 3.740 em 2007. Na Microrregião Anápolis empregou 1.621 em 1990, 2.865 em 1995, 3.471 em 2000 e 4.088 em 2007, isto é, basicamente os mesmos números do Município de Anápolis, o que demonstra que o subsetor encontra-se instalado, fundamentalmente, no referido Município.

Em termos da Mesorregião Centro Goiano, todavia, o subsetor de comércio atacadista assumiu grande importância na geração de empregos formais, fortemente dominado pelos Municípios de Goiânia e de Aparecida de Goiânia. Dentre os 17.721 empregos gerados pela Mesorregião Centro Goiano em 2000, o Município de Goiânia foi responsável por 12.128 e o Município de Aparecida de Goiânia por 821. Dentre os 25.429 empregos formais gerados pela

Mesorregião Centro Goiano em 2007, o Município de Goiânia foi responsável por 16.340 e o Município de Aparecida de Goiânia por 3.407.

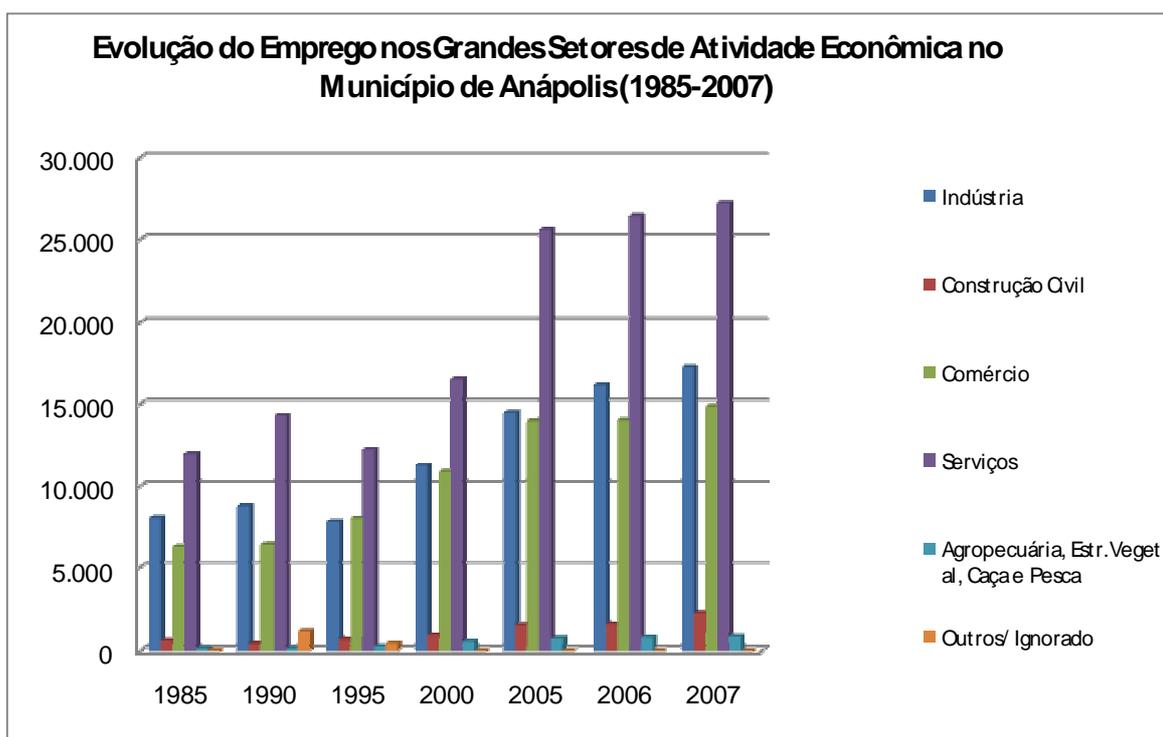
Estes dados evidenciam a condição dominante que o Município de Goiânia assumiu em relação ao subsetor de comércio atacadista na Mesorregião Centro Goiano; a importância recente que o Município de Aparecida de Goiânia assumiu neste subsetor, o que configura um processo expansivo que tende a apresentar uma continuidade nos próximos anos; e a expansão moderada, mas permanente e estável do subsetor no Município de Anápolis.

O setor de serviços, em 1986, totalizou 13.151 trabalhadores sob contrato formal de trabalho, distribuídos em 631 estabelecimentos. Em 1996, elevou este número para apenas 13.205 trabalhadores, mas com um crescimento expressivo de estabelecimentos, totalizando 921. Em 2006, o número de trabalhadores contratados apresentou um salto para 26.433, presentes em 1.665 estabelecimentos.

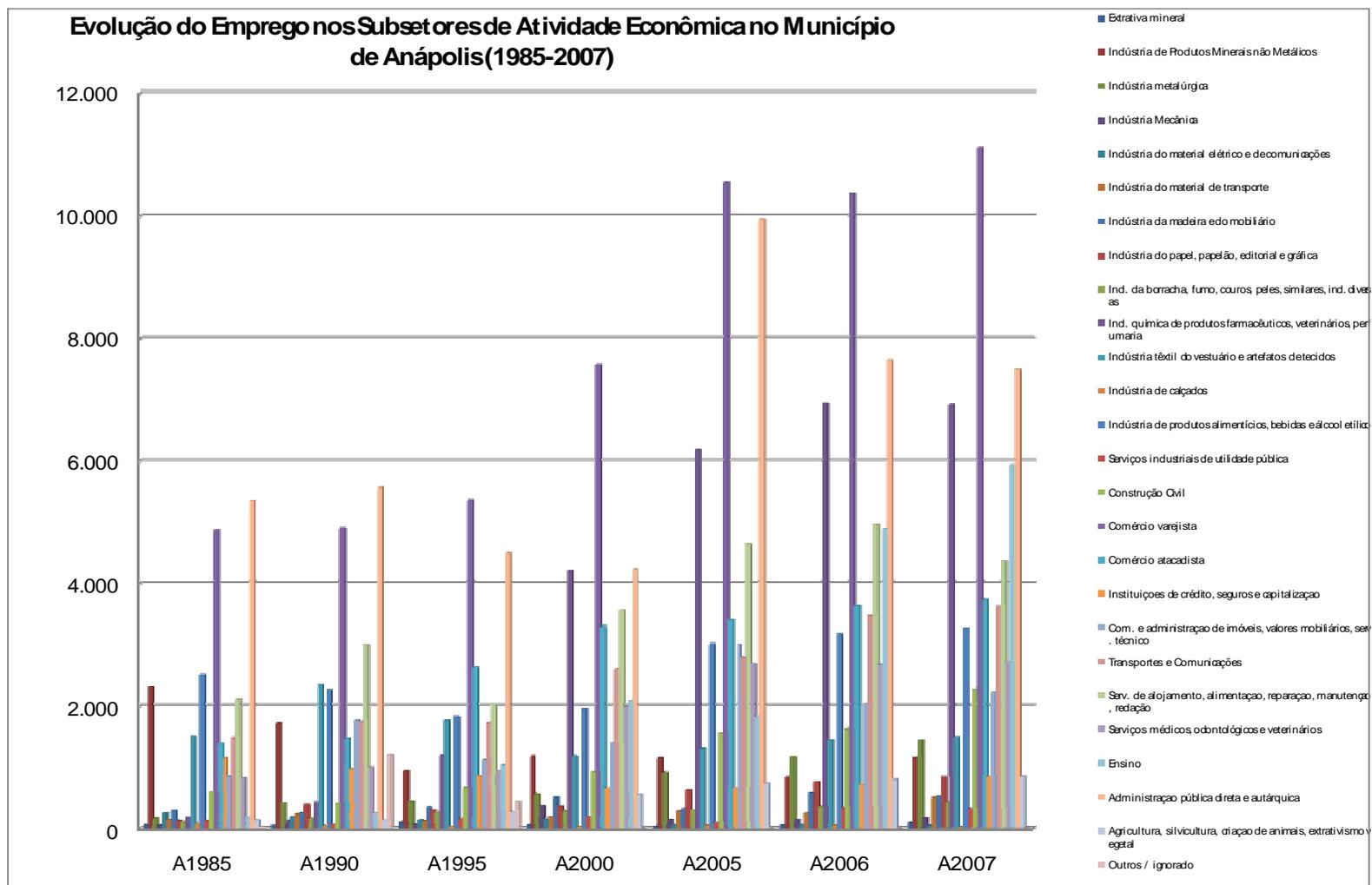
No âmbito do setor de serviços destaca-se, no Município de Anápolis, o subsetor de serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação etc. Ele apresentou um crescimento permanente e estável de oferta de empregos formais. Empregou 3.014 em 1990, 3.571 em 2000, 4.379 em 2007. Na Microrregião Anápolis empregou 3.221 em 1990, 4.097 em 2000 e 5.580 em 2007, isto é, basicamente os mesmos números do Município de Anápolis.

Em termos da Mesorregião Centro Goiano, todavia, o subsetor de serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação etc., assumiu grande importância na geração de empregos formais. Empregou 35.319 em 1990, 40.502 em 2000 e 59.615 em 2007.

Os gráficos que se seguem apresentam a evolução do número de trabalhadores nos Grandes Setores e subsetores de atividade econômica no Município de Anápolis.



**Gráfico 6.14:** Evolução do Emprego nos Setores de Atividade Econômica no Município de Anápolis  
 Fonte: RAIS/MTE.



**Gráfico 6.15:** Evolução do Emprego nos Setores de Atividade Econômica no Município de Anápolis  
 Fonte: RAIS/MTE

#### **6.5.1.1.4. Aspectos Sócio-Culturais**

O Município de Anápolis e a Microrregião Anápolis possuem uma estrutura de Ensino que oferece todas as modalidades de educação – Educação Pré-escolar, Ensino Fundamental, Ensino Médio/Normal, Ensino Especial, Educação de Jovens e Adultos, Ensino Superior e Creche. Todavia, não há informações referentes à Classe de Alfabetização. Quanto aos dados referentes ao número de alunos do Ensino Profissional (Nível Técnico), do Município de Anápolis, são os mesmos da Microrregião Anápolis, o que evidencia, em grande medida, a concentração desta modalidade de ensino na própria Cidade de Anápolis e a ausência dos dados referentes ao *Campus* Inhumas do IFG. Os dados referentes a cada modalidade de educação podem ser verificados por meio da Tabela 49.

Os dados referentes à Educação Básica demonstram a defasagem entre o número de estudantes matriculados no Ensino Fundamental e o número de alunos matriculados no Ensino Médio/Normal. Enquanto o Ensino Fundamental encontra-se praticamente universalizado, apenas o equivalente a 31,8 % dos matriculados neste nível de Ensino no Município de Anápolis e 29,8% destes na Microrregião Anápolis prosseguem os estudos no Nível Médio/Normal, segundo dados da Seplan/Sepin. Mesmo quando somados os números referentes ao Ensino Profissional (Nível Técnico), que é de 1.495 alunos no Município de Anápolis, que é o mesmo número na Microrregião Anápolis, e a Educação de Jovens e Adultos, que é de 8.971 no Município de Anápolis e de 12.412 na Microrregião Anápolis, esse percentual alcança apenas, respectivamente, 51,4% e 47,2%. Portanto, mesmo considerando políticas e programas corretivos que visam a ampliar o número de matrículas na Educação Básica, a exemplo do EJA, apenas em torno de 50% dos estudantes chegam a cursar pelo menos um ano do Ensino Médio no Município de Anápolis e na Microrregião Anápolis.

A oferta de Educação Profissional e Tecnológica, articulada ou não ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio, no Município de Anápolis, é pouco expressiva se considerar a demanda por qualificação profissional no mesmo. A oferta de Educação de Jovens e Adultos, por sua vez, embora mais expressiva, também se apresenta mais modesta quando comparado a outros municípios do Estado de Goiás. No Município de Anápolis, a modalidade EJA corresponde a apenas 12,4% do total dos estudantes matriculados na Educação Básica, enquanto que na Microrregião Anápolis este percentual é ainda menor, totalizando 10,6%.

As demandas sociais no que tange à Educação Básica no Município e na Microrregião são elevadas. Todavia, a considerável continuidade dos estudos no Nível Médio, no Ensino Profissional e na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, bem como a demanda por

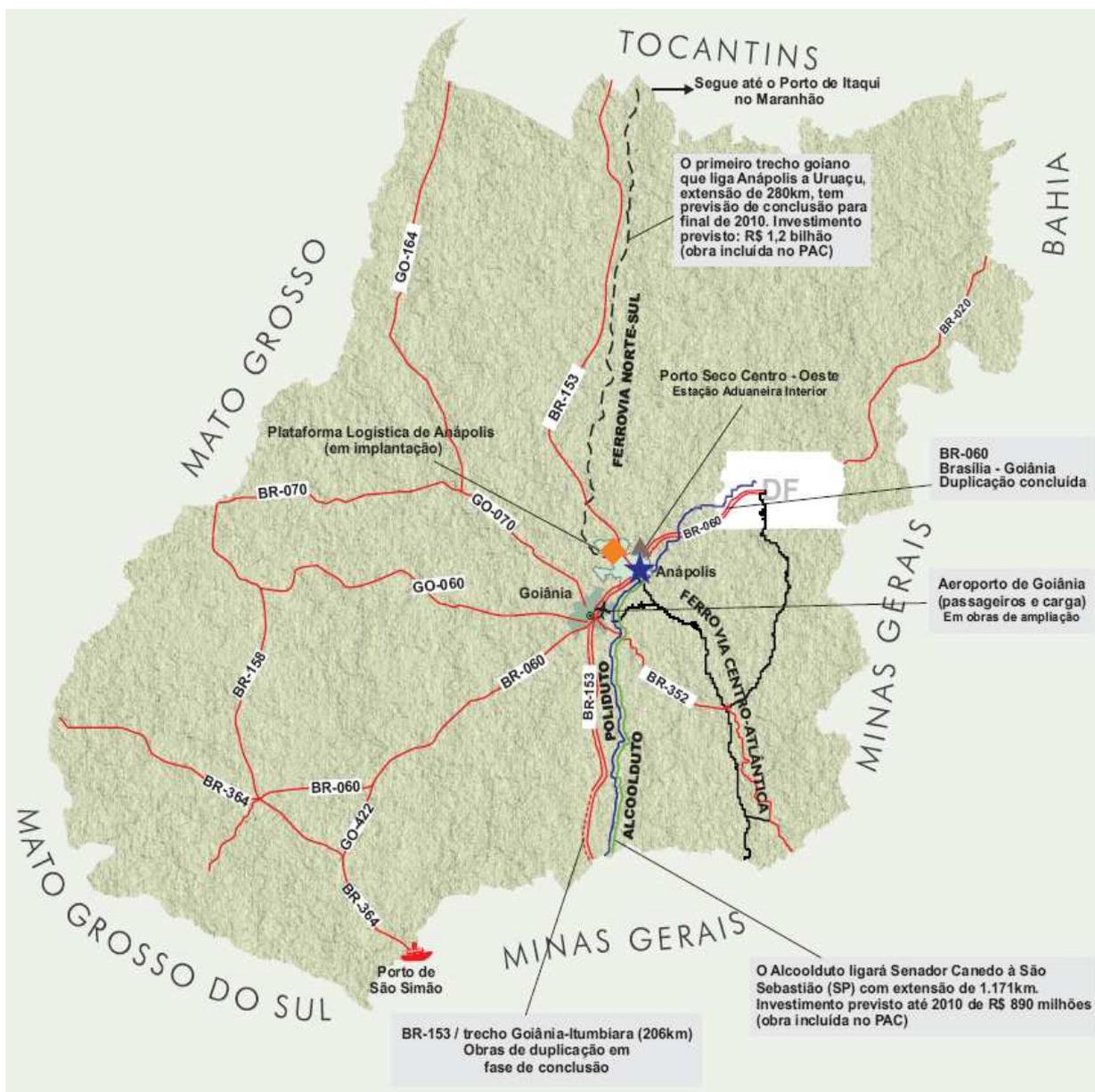
Técnicos de Nível Médio, proporciona um grande espaço para a oferta de Cursos Técnicos Integrados, mas também de subsequentes e de Proeja.

**Tabela 49: Educação: Aspectos Gerais  
2006**

	ANÁPOLIS	MICRORREGIÃO ANÁPOLIS
Escolas em Atividade	182	351
Salas de Aula	1.809	3.019
Docentes	3.863	6.268
Alunos da Educação Pré-Escolar	2.348	7.261
Alunos da Classe de Alfabetização	0	0
Alunos do Ensino Fundamental	53.541	88.370
Alunos do Ensino Médio/Normal	17.064	26.367
Alunos do Ensino Especial	691	948
Alunos da Ed. Jovens/Adultos	8.971	12.412
Alunos do Ensino Profissional (Nível Técnico)	1.495	1.495
Alunos da Creche	814	1.943
<b>Total de Alunos</b>	<b>84.924</b>	<b>138.796</b>

Fonte: Seplan/Sepin

Mapa 12: Estado de Goiás



Fonte: Seplan/Sepin. *Ranking dos Municípios Goianos - 2007*.

### 6.5.2. Identificação da Matriz de Potencialidades, Limitações e Problemas

MATRIZ	POTENCIALIDADES	LIMITAÇÕES	PROBLEMAS
1	Área geográfica favorável para as práticas agropecuárias;	Concentração fundiária e especulação imobiliária;	Baixa produção agrícola;
2	Facilidade de acesso ao DF e a Goiânia por meio de rodovias federal e estaduais;	Deslocamento de pessoas para consumo de bens e serviços no DF, causando evasão de rendas nos municípios da região;	Atividades de comércio e serviços precárias;
3	Atividade agropecuária em expansão;	Agricultura moderna e concentração fundiária de grandes produtores, de um lado, e agricultura tradicional e minifundiária de pequenos produtores, com dificuldade de acesso a financiamentos e incentivos fiscais, de outro;	Produção com baixo valor agregado e práticas agropecuárias inadequadas, com comprometimento dos recursos naturais;
4	Intensificação do processo de urbanização;	Desorganização da cidade com crescimento desordenado, causado pela especulação imobiliária;	Crescimento desordenado das periferias com infraestrutura deficitária;
5	Crescimento econômico e geração de empregos na indústria de produtos alimentícios, bebidas,	Aumento populacional acompanhado de formação educacional e profissional deficientes;	População desempregada e subempregada numerosa;

	álcool, na indústria têxtil e na indústria química, farmacêutica, veterinária etc.;		
6	Arranjo produtivo de Fármacos;	Estrutura educacional deficiente para a formação de profissionais especializados;	Carência de cursos técnicos;
7	Grande setor terciário em expansão, com incremento de atividades comerciais;	Pouca qualificação dos trabalhadores do comércio, refletindo em baixos salários;	Carência de políticas de qualificação profissional e de elevação da renda média local;
8	Infraestrutura de comunicação em desenvolvimento;	Carência qualitativa das mídias impressas e radiodifusoras;	População com pouco acesso à informação e bens culturais;
9	Possibilidades de desenvolvimento econômico e social;	Ausência de um projeto de desenvolvimento econômico e social por parte da prefeitura;	Desarticulação do empresariado local em relação à prefeitura;
10	Grande potencial de exploração de recursos turísticos;	Pouca estrutura para receber turistas;	Carência de uma política pública municipal e/ou estadual para incentivar o turismo;

### 6.5.3. Identificação dos Problemas Centrais

A identificação dos problemas centrais será preenchida durante o processo de desenvolvimento dos trabalhos.

<b>MATRIZ</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DO (S) PROBLEMA (S)</b>	<b>FORMAS DE MANIFESTAÇÃO</b>	<b>PROPORÇÕES DE MANIFESTAÇÃO</b>

#### **6.5.4. Identificação dos Objetivos Centrais da Instituição**

A identificação dos objetivos centrais da Instituição será preenchida durante o processo de desenvolvimento dos trabalhos.

<b>MATRIZ</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DO (S) OBJETIVO (S) CENTRAL (IS)</b>	<b>NÚCLEO (S) CENTRAL (IS)</b>	<b>MANIFESTAÇÕES ESPECÍFICAS</b>

#### **6.5.5. Estabelecimento de Estratégias, Ações, Instituições, Atores Sociais Envolvidos e Período de Execução**

O estabelecimento de estratégias, ações, instituições e atores sociais envolvidos serão preenchidos durante o processo de desenvolvimento dos trabalhos.

Nesse contexto, sugerem-se como estratégias:

<b>MATRIZ</b>	<b>ESTRATÉGIA</b>	<b>AÇÕES</b>	<b>OUTRAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS</b>	<b>ATORES ENVOLVIDOS</b>	<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>

#### **6.5.6. Conclusão: Desafios e Encaminhamentos**

Os desafios e encaminhamentos serão preenchidos ao longo do processo de realização desse trabalho.

## **6.6. Gestão Estratégica do Desenvolvimento Regional e Local no Município de Jataí e sua Região de Influência Imediata**

### **6.6.1. Caracterização do Município e da sua Região de Influência Imediata**

O município de Jataí ocupa uma área de 7.174 km<sup>2</sup>. Possui uma população de 81.972 habitantes, segundo censo do IBGE de 2007. Apresenta, como PIB *per capita*, R\$13.568,00.

O município de Jataí é cortado pelas rodovias federais BR-060, BR-364, BR-158 e pelas rodovias estaduais GO-184 e GO-020, sendo que as rodovias federais são as principais formas de escoamento da produção agrícola do Município para o resto do País.

Em termos de infraestrutura urbana, a cidade conta com a Regional da Polícia Civil, um Batalhão da Polícia Militar (o 15º Batalhão da Polícia Militar de Goiás), e postos da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Técnico-Científica. Jataí possui, ainda, uma delegacia da Polícia Federal, em função da sua excelente localização em nível de país e continente e do posicionamento estratégico das rodovias. Jataí possui um aeroporto com pista homologada de 1.500 metros, iluminada e com controle de pouso.

O município de Jataí possui duas unidades federais de Ensino Superior. A UFG, com dezessete cursos, e o IFG, com quatro cursos superiores e quatro cursos técnicos integrados ao Ensino Médio. Possui, ainda, uma unidade estadual da UEG, e duas faculdades privadas: o Centro Superior de Jataí (CESUT) e a Faculdade Jataiense (FAJA).

A economia do município depende da agricultura (soja, arroz, milho, feijão, bananas), da pecuária (bovinos, suínos, aves) e do comércio. O setor econômico com a maior participação na composição econômica do município é o setor primário, com 42% (quarenta e dois por cento), segundo dados de 2006. O setor secundário vem em segundo lugar, com participação de 27% (vinte e sete por cento). Nas indústrias de transformação, destacam-se as indústrias de confecção e beneficiamento de leite.

O agronegócio, um dos setores de atividades econômicas que mais têm crescido no país, tem apresentado um desempenho importante no município de Jataí. Ao incorporar tecnologia de ponta no desenvolvimento das atividades agropecuárias, se transformou num dos detentores da maior produtividade por hectare/ano plantado do país, o que o tornou o maior produtor de milho e o oitavo maior produtor de soja em termos nacionais.

Atualmente cinco grandes usinas de álcool instalaram-se no município, a exemplo da COSAN, considerada a líder nacional no setor sucroalcooleiro e a maior produtora de açúcar e etanol do mundo. Algumas multinacionais foram instaladas no município, a exemplo da Louis

Dreyfus Commodities e a ADM, e algumas das maiores processadoras de alimentos do mundo, como a Brasil Foods S.A. (Perdigão) e a Nestlé.

O turismo é outra atividade que vem se desenvolvendo no município de Jataí, por conta das águas termais, cachoeiras e lagos que integram a paisagem de Jataí.

Segundo dados da SEPIN, o número de empregos formais em Jataí foi de 15.141 no ano de 2007, enquanto que o número de desligados foi de 5.487. Esses números não refletem a realidade de empregos no Município, já que atualmente a população passa de 80.000 habitantes, o que é um indicador da presença de um número expressivo de empregos informais.

#### **6.6.1.1. Aspectos Naturais**

O Município de Jataí situa-se na Serra do Caiapó, que faz divisa entre as bacias dos rios Araguaia e Parnaíba. Sua rede hidrográfica pertence à bacia do Paraná, sendo constituída de afluentes da margem direita do Parnaíba, tendo destaque o rio Claro e o rio Doce. As águas que abastecem a cidade após tratamento são as do rio Claro. Jataí possui relevo relativamente plano a suavemente ondulado, com clima Tropical Mesotérmico.

O município de Jataí conta com reservas importantes de minérios, com destaque para jazidas de quartzito e de cristal e a presença de mármore e pedras coradas.

Paisagens naturais e lençóis de águas termais também compõem os recursos naturais do município, com destaque para os parques ecológicos de Diacuí e de JK.

#### **6.6.1.2. Aspectos Demográficos**

Segundo dados do IBGE de 2007, o Município de Jataí é o segundo maior município do Estado de Goiás em população. A densidade demográfica do município, ainda segundo dados da Seplan/Sepin, foi de 11,92 hab/km<sup>2</sup> no ano de 2008.

Jataí apresenta um leve crescimento demográfico de acordo com dados da SEPLAN, como mostrado no Gráfico 6.16. A taxa de crescimento entre os anos de 2000 e 2008 foi de 1,57%. A população cresceu de 75.451 habitantes no ano 2000, passando para 85.491 habitantes no ano de 2008. A população urbana em 2000 era de 68.821, enquanto que a população rural era de 6.630 neste mesmo ano. No ano de 2007, a população urbana cresce para 75.668 e a rural decai para 6.304 habitantes, como mostram os dados do Gráfico 6.17.

O Gráfico 6.18 evidencia uma forte presença da população jovem, compreendida entre 15 e 19 anos. A população idosa compreendida entre 65 e 89 anos de idade, corresponde a 5,4% da população total, mas com tendência de crescimento.

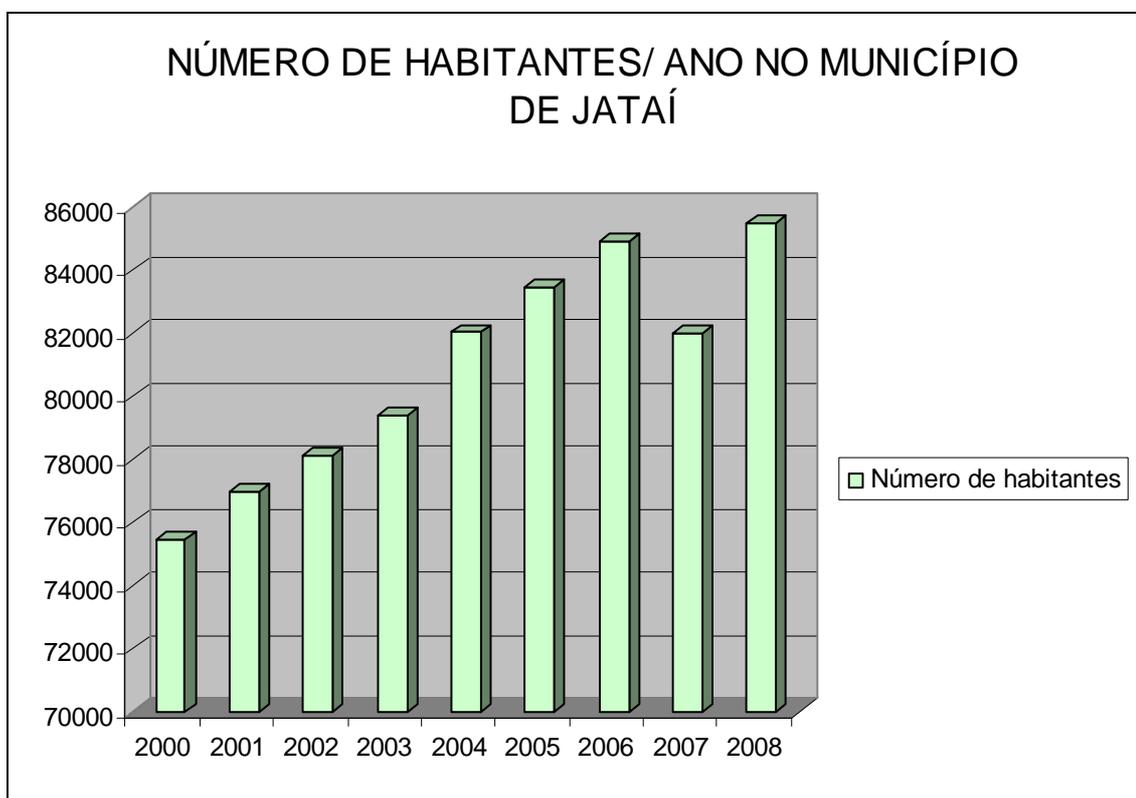


Gráfico 6.12: Número de habitantes/ano no Município de Jataí. Período 2000 a 2008.

Fonte: Elaborado a partir dos dados coletados da Seplan/Sepin GO.

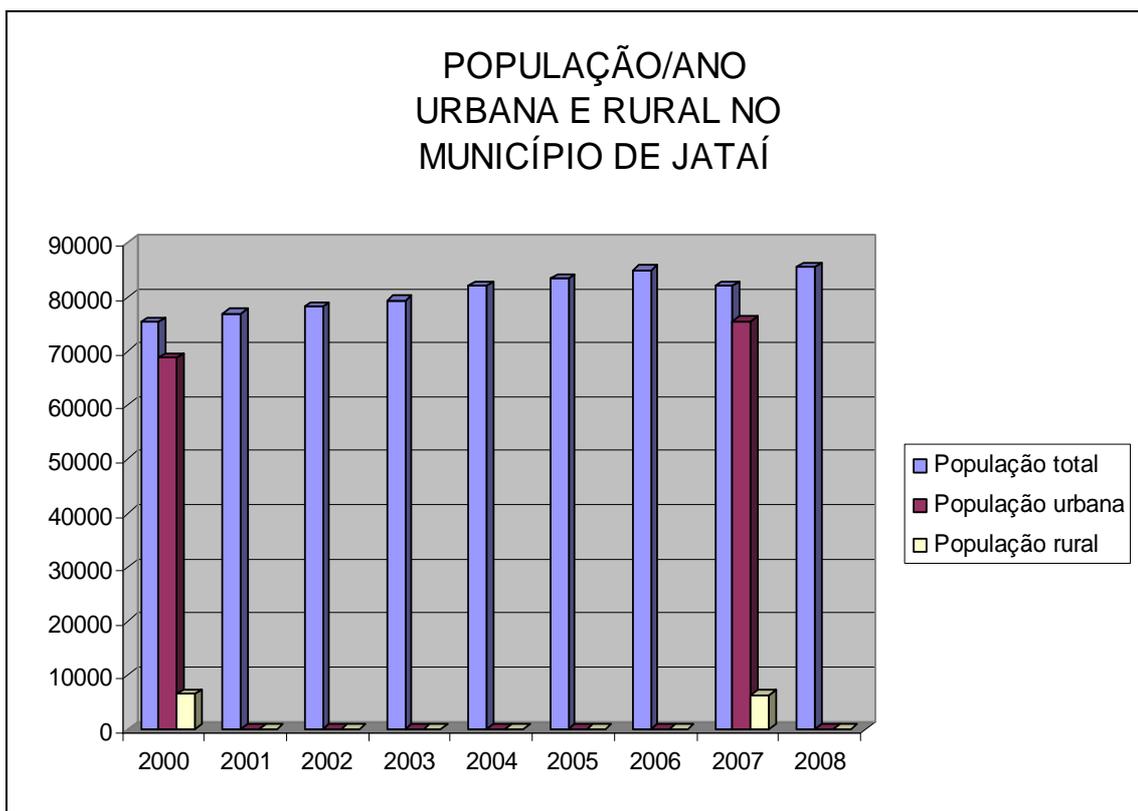


Gráfico 6.17: População/ano urbana e rural no Município de Jataí. Período 2000 a 2008.

Fonte: Elaborado a partir dos dados coletados da Seplan/SePIN GO.

Nota: Os dados referentes ao período de 2001 a 2006 e no ano de 2008 não foram computados pela Seplan/SePIN.

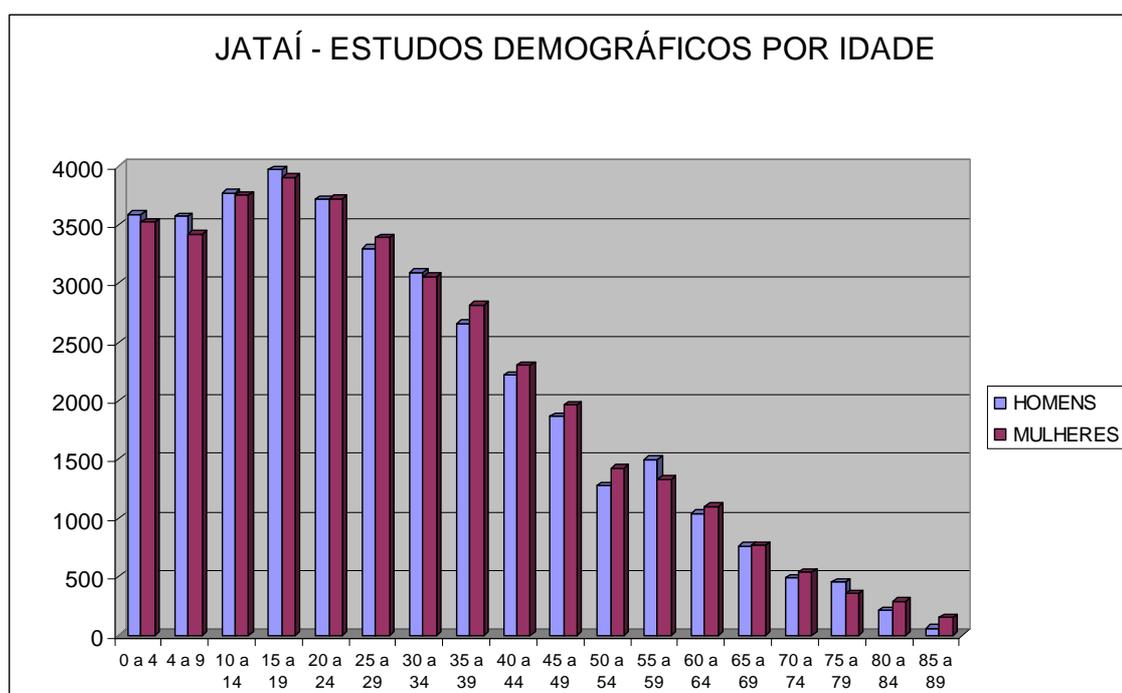


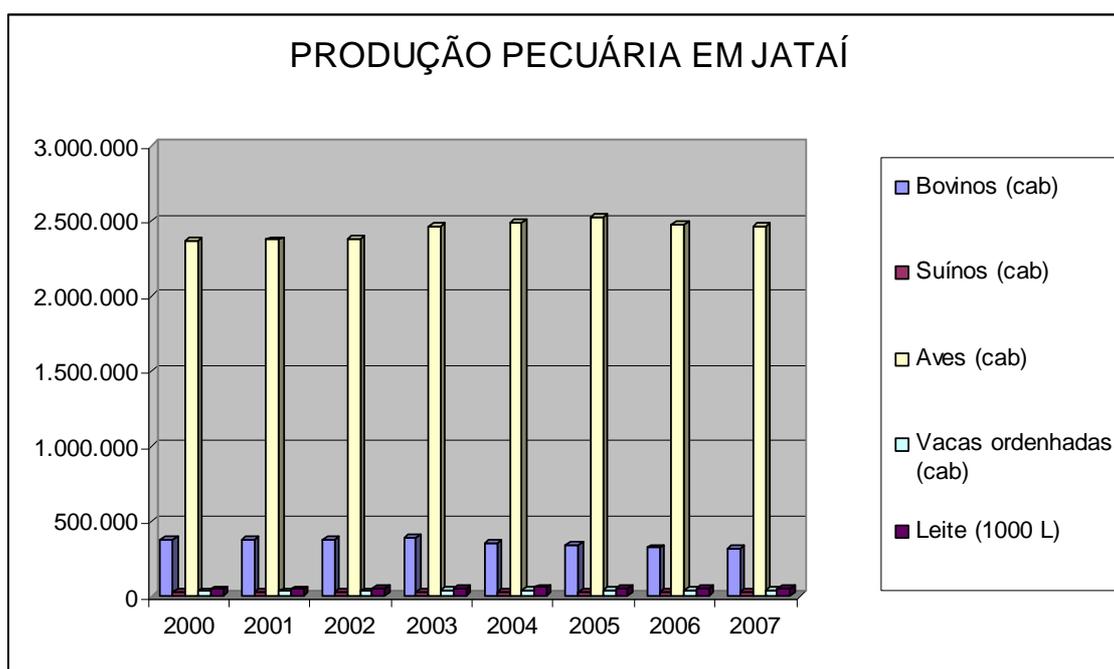
Gráfico 6.18: Jataí – Estudos demográficos por idade.

Fonte: Elaborado a partir dos dados do IBGE.

### 6.6.1.3. Aspectos Econômicos

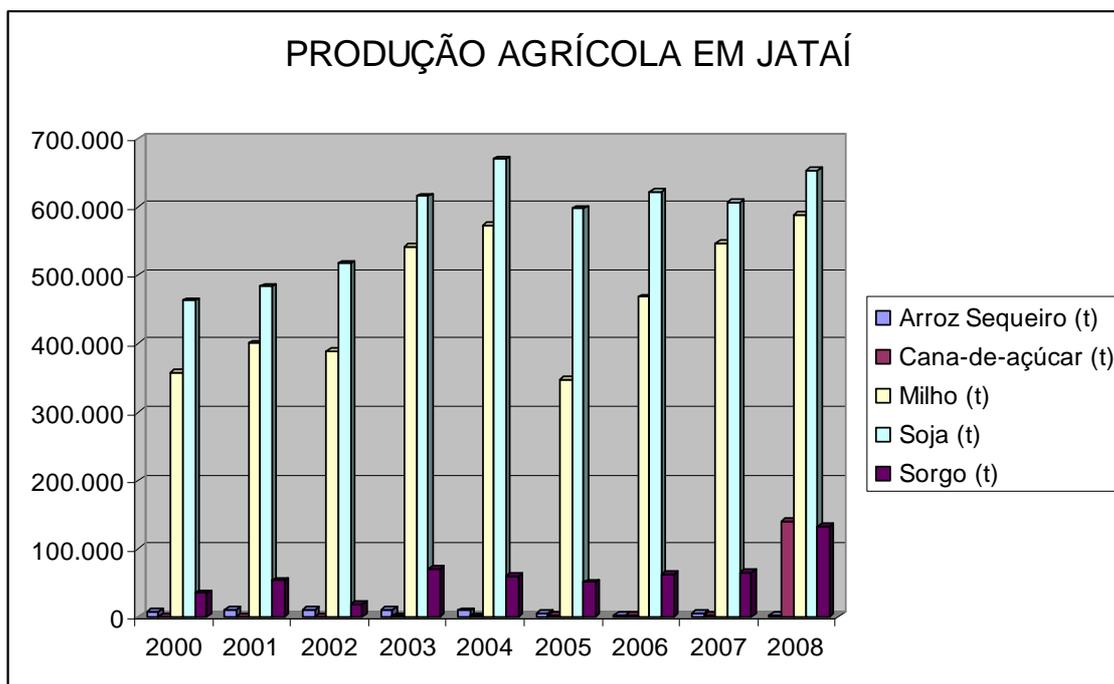
O Município de Jataí, de acordo com os dados da Seplan/Sepin, foi considerado o oitavo município mais competitivo do Estado de Goiás. Sua riqueza econômica está na diversidade das atividades que impulsionam sua economia, como agropecuária, indústria e serviços. A agropecuária é o que mais move a indústria e o comércio da cidade. Destacam-se também a indústria de confecções.

Na produção agropecuária, está sendo classificado, nos últimos anos, como o maior produtor de milho e o segundo maior produtor de soja do Estado. Ainda de acordo com os dados divulgados pela SEPLAN, Jataí, na pecuária, apresentou o quarto maior rebanho bovino do Estado no ano de 2003, o terceiro plantel de suínos e o segundo produtor de aves do Estado neste mesmo ano. Como mostra o Gráfico 6.19, a criação de aves é a maior entre as demais, seguida pela de bovinos, e se destaca, apesar da produção agrícola tomar o maior espaço na economia, devido à grande lucratividade do setor.



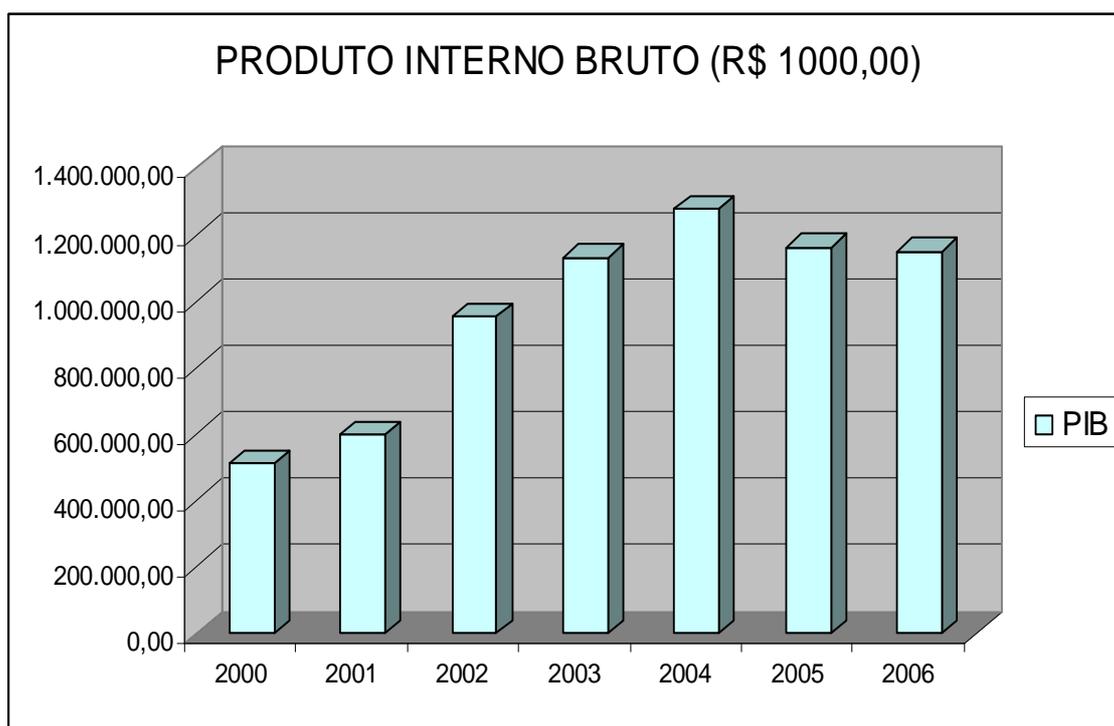
**Gráfico 6.19:** Produção pecuária em Jataí. Período de 2000 a 2007.  
Fonte: Elaborado a partir dos dados da Seplan/Sepin.

A produção agrícola, como já citado anteriormente, é uma das atividades que concorre para que Jataí se destaque no quesito produção no Estado de Goiás. Conforme demonstra o Gráfico 6.20, elaborado a partir dos dados da SEPLAN, a soja e o milho destacaram-se entre 2000 e 2008.



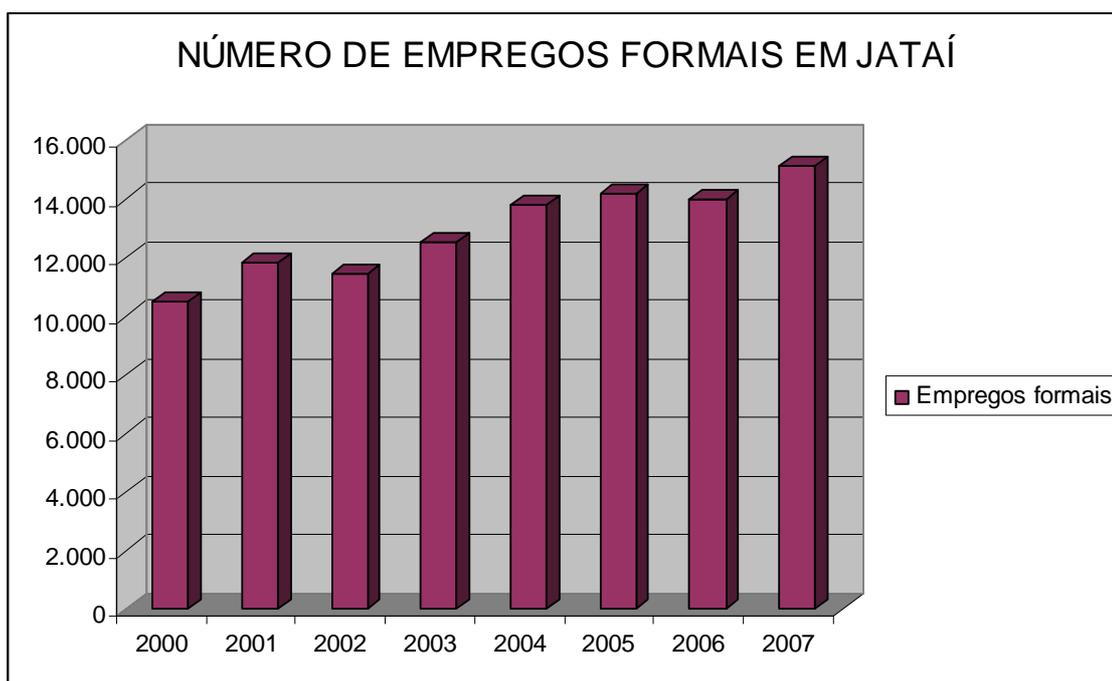
**Gráfico 6.20:** Produção agrícola em Jataí. Período de 2000 a 2008.  
 Fonte: Elaborado a partir dos dados da Seplan/Sepin.

O Produto Interno Bruto do Município de Jataí dobrou no período compreendido entre 2000 e 2004, como mostra o Gráfico 6.21. Quando se compara a produção agropecuária neste mesmo período, verifica-se a forte influência que este setor tem na economia do município. No ano de 2000, o PIB era de 515.121 reais, com a produção de soja alcançando 462.462 toneladas, e a criação de aves 2.372.000 cabeças. No ano de 2004, o PIB cresceu significativamente para 1.279.117,66 reais, com a produção de soja alcançando 669.600 toneladas e a criação de aves 2.487.745 cabeças.



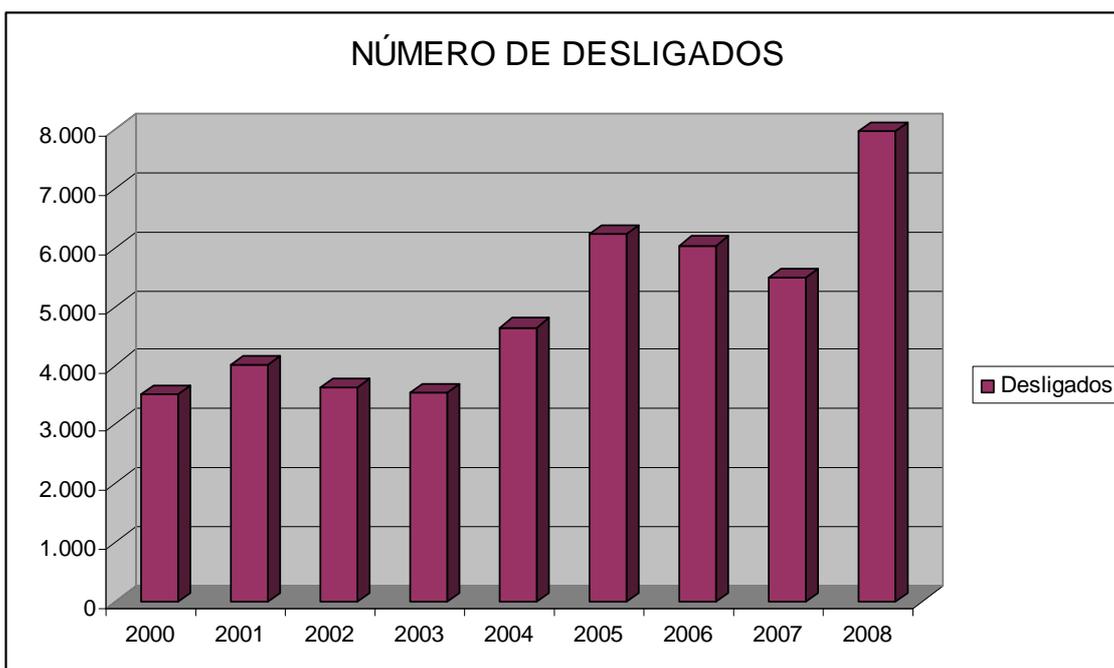
**Gráfico 6.21:** Produto Interno Bruto (R\$ 1000,00). Período: 2000 a 2006.  
 Fonte: Elaborado a partir dos dados da Seplan/Sepin.

O número de empregos formais no Município de Jataí também teve um crescimento no período compreendido entre 2000 e 2007. Todavia, verifica-se uma ligeira queda no ano de 2002. Os dados podem ser analisados no Gráfico 6.22, recolhidos da Seplan/Sepin.

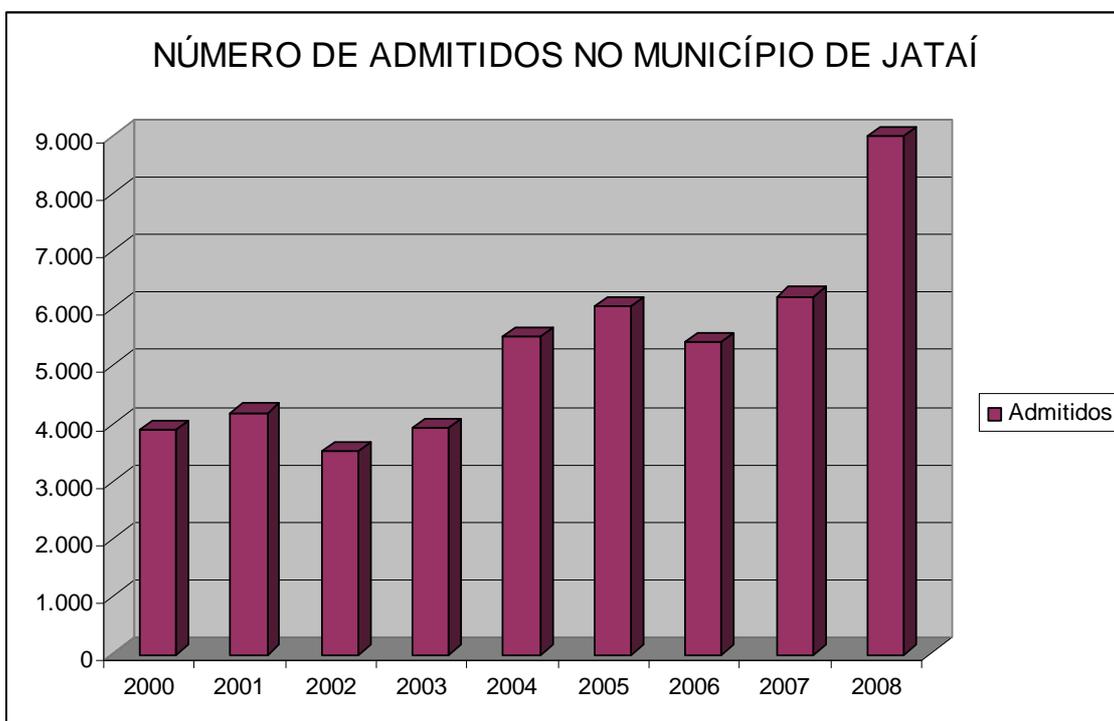


**Gráfico 6.22:** Número de Empregos formais em Jataí. Período de 2000 a 2007.  
 Fonte: Elaborado a partir dos dados da Seplan/Sepin.

O número de empregos formais no Município era de 10.514 no ano 2000. Ele sobe para 15.141 em 2007. O crescimento desses números não se deve apenas ao fato da grande influência agropecuária que Jataí possui. Pode-se verificar que entre os anos de 2000 e 2007, grandes empresas se instalaram na cidade, como a COSAN, e também indústrias de confecção, que também se instalaram em outros municípios do Estado de Goiás. O número de pessoas desligadas foi pequeno, quando comparado ao número de admitidos, como aponta o Gráfico 6.23.



**Gráfico 6.23:** Número de Desligados no Município de Jataí. Período: 2000 a 2008.  
 Fonte: Elaborado a partir dos dados da RAIS/CAGED.



**Gráfico 6.24:** Número de Admitidos no Município de Jataí. Período: 2000 a 2008.  
 Fonte: Elaborado a partir dos dados da RAIS/CAGED.

Pode-se notar, comparando-se os dois gráficos acima, que nos anos de 2002, 2005 e 2006, ocorreu um maior número de pessoas desligadas do que de pessoas admitidas, embora pouco expressivos. Nos outros anos ocorreu um aumento do número de admitidos quando comparado ao de desligados, como, por exemplo, nos anos de 2004 e de 2008.

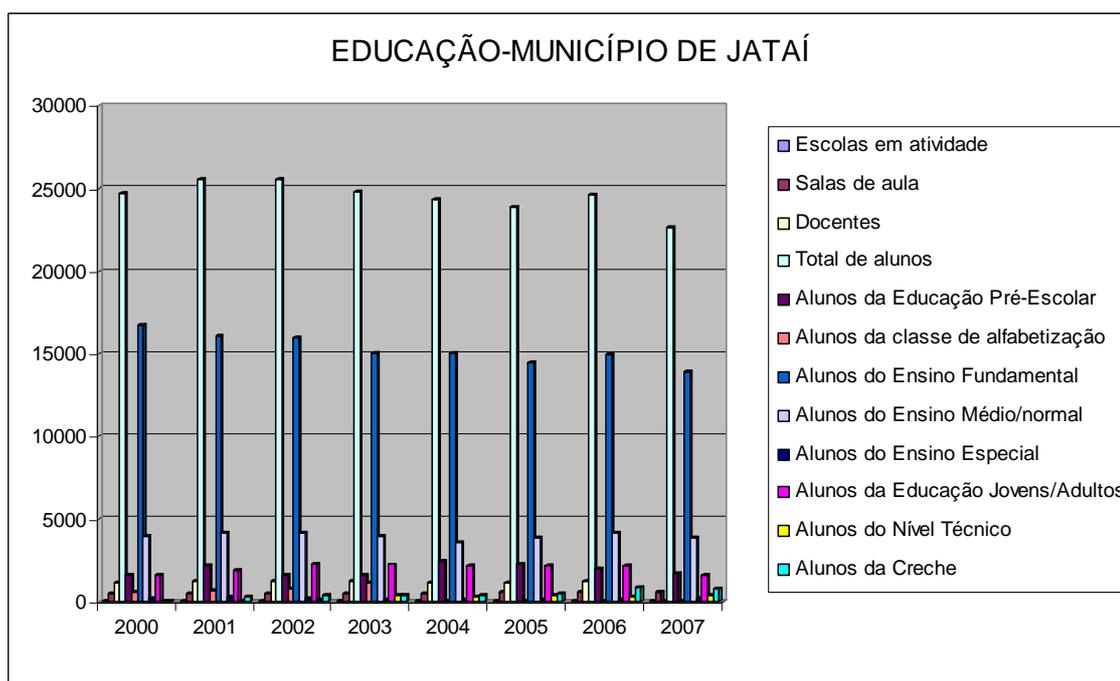
O rendimento salarial médio das pessoas admitidas em Jataí era, segundo a RAIS, de R\$ 383,54 no ano de 2000, passando a ser de R\$ 798,85 no ano de 2007. Para tanto, concorreram processos como o aumento da produção e comercialização de produtos, bem como a diversificação econômica.

A tendência de elevação da oferta de empregos e de média salarial deve se manter, visto que Jataí apresenta aspectos conjunturais e estruturais favoráveis para a atração de investimentos, em especial aqueles relacionados à riqueza econômica diversificada em expansão e infra-estrutura logística, econômica e tecnológica.

#### **6.6.1.4. Aspectos Sócio-Culturais**

##### **6.6.1.4.1. Aspectos Educacionais**

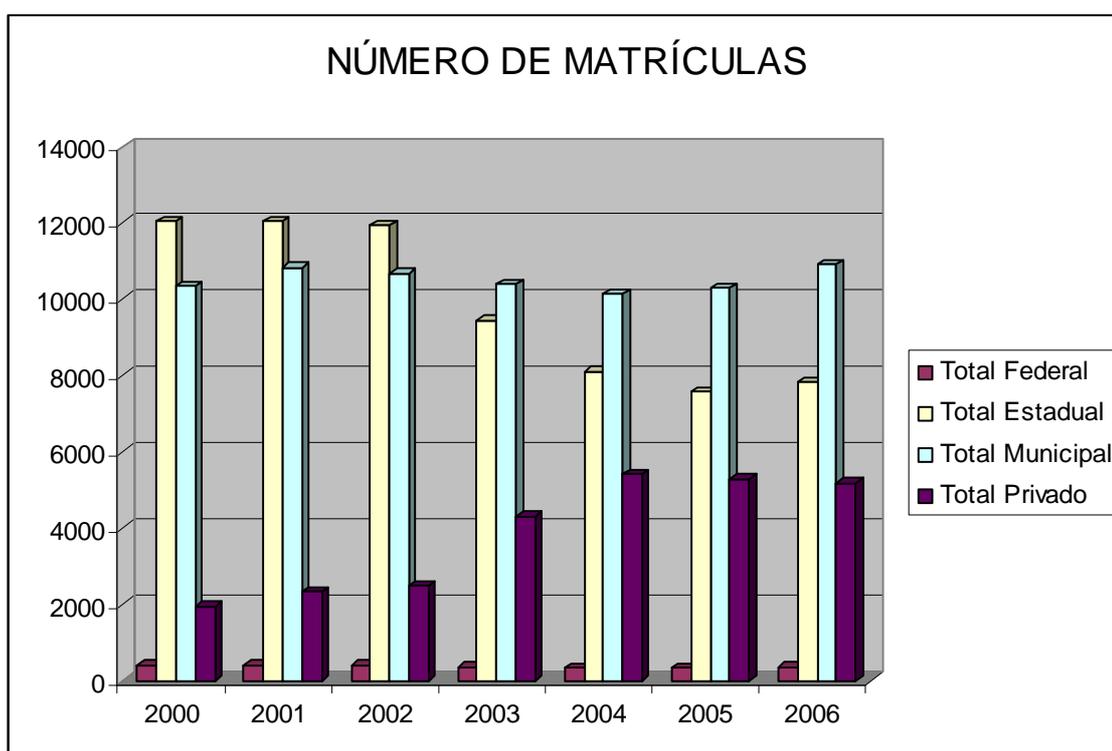
A estrutura de ensino da cidade de Jataí oferece todas as modalidades de ensino aos seus habitantes, desde a pré-alfabetização ao ensino superior. No que diz respeito ao Gráfico 6.25, o Município contava com 62 escolas ao total no ano 2000, e no ano de 2007 foram acrescentadas mais duas escolas. O total de alunos no ano 2000 era de 24.694, mas no ano de 2007 esse número caiu para 22.650 alunos. O número de docentes se manteve quase inalterado no período compreendido entre 2000 e 2006, com saldo de 66 professores.



**Gráfico 6.25:** Educação-Município de Jataí. Período: 2000 a 2007.  
 Fonte: Elaborado a partir dos dados da Seplan/Sepin.

Pode-se notar, por meio do Gráfico 6.25, que, a maioria dos alunos faz parte do Ensino Médio, enquanto que a minoria são alunos de Nível Técnico e Educação Especial, já que nesta última modalidade Jataí conta somente com uma escola de Ensino Especial, a Escola Municipal Érica de Melo Barbosa.

Na modalidade de Ensino Superior Jataí possui quatro centros educacionais atualmente, sendo eles: o Centro de Ensino Superior de Jataí (CESUT), com dois cursos, Direito e Administração; a Faculdade Jataiense (FAJA) com o curso de Ciências Contábeis; a Universidade Estadual de Goiás (UEG); a Universidade Federal de Goiás (UFG) com dezessete cursos, e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), com três cursos superiores, que são: Licenciatura em Física, Engenharia Elétrica e Tecnologia em Sistemas de Informação; e mais cinco cursos técnicos subsequentes e integrados ao Ensino Médio.



**Gráfico 6.26:** Número de Matrículas. Período: 2000 a 2006.  
 Fonte: Elaborado a partir dos dados do INEP/MEC.

No Gráfico 6.26, analisa-se o número de matrículas desde o ano de 2000. Na rede Federal a efetivação de matrículas é a menor em todos os anos, mas não oferece Educação Infantil nem Especial. O Estado e o Município são responsáveis pela maior parte das matrículas efetivadas, chegando a 10.838 matrículas no ano de 2001. O maior número de matrículas neste período na rede de ensino estadual ocorreu no ano de 2000, com 12.030 alunos matriculados. As redes municipal e estadual oferecem a maior parte das modalidades de Ensino, desde o Ensino Infantil a Educação Superior.

Além destes cursos oferecidos pelas redes municipal, estadual, federal e privada, Jataí conta, ainda, com quatro centros profissionalizantes, dentre eles o SENAC.

A taxa de alfabetização no Município de Jataí no ano 2000 foi de 89,8%. Os aspectos educacionais de Jataí mostram que o município tem capacidade para se transformar em um polo universitário. A construção do *Campus Jataí* do IFG, que está em andamento na cidade, tende a atrair mais estudantes da região de influência e de outras cidades e estados, e tende a contribuir ainda mais para a democratização do Ensino Técnico e Superior para mais pessoas, além de possibilitar a oferta de mais programas e projetos de pesquisa e de extensão.

#### 6.6.1.4.2. Aspectos Sociais

O município de Jataí, de acordo com dados do IBGE, conta com centros de saúde somente municipais e privados, sendo 19 centros públicos e 17 centros privados, com 259 leitos no ano de 2005. A morbidade hospitalar no ano de 2008 chegou a 105 óbitos de acordo com dados do IBGE. A taxa de mortalidade infantil foi de 27,7% para cada mil nascidos.

A população de Jataí é bem atendida no que se refere à telefonia, educação, rede de água e esgoto, entre outros. Apresenta, ainda, o menor índice de violência entre os 58 municípios ranqueados, de acordo com dados da SEPIN.

A incidência de pobreza no Município, medido em 2003, alcançou 26,73% da população. Vários programas sociais estão implantados na cidade, como por exemplo, de moradia própria e de amparo aos menores de rua. Jataí também conta com um aterro sanitário.

O IDH médio do município chega a 0,742, sendo considerado de nível médio de acordo com a classificação do IDH.

#### 6.6.2. Identificação da Matriz de Potencialidades, Limitações e Problemas

MATRIZ	POTENCIALIDADES	LIMITAÇÕES	PROBLEMAS
1-	Agronegócio em expansão agregando tecnologia de ponta;	Utilização do solo de forma ambientalmente insustentável;	Deficiência de fiscalização ambiental por parte da administração pública nos seus três níveis;
2-	Potencialidades hídricas para a agricultura e o turismo;	Política deficiente para o uso e conservação da água, ocasionando degradação ambiental;	Gestão dos recursos hídricos deficiente;
3-	Possui os três grandes setores da economia em desenvolvimento;	Setor primário determina o ritmo dos outros setores da economia;	Ausência de políticas públicas de integração dos setores;
4-	Forte presença de	Deficiência de	Baixa qualidade do

	população jovem;	formação profissional e de oferta de escolas de ensino médio;	ensino médio e ausência de política específica para a juventude;
5-	Extensa área geográfica, com potencialidades para a agropecuária;	Concentração fundiária ligada ao agronegócio;	Ausência de processos de democratização do acesso à terra;
6-	Infraestrutura de comunicação em desenvolvimento;	Carência qualitativa das programações das mídias impressas e radiodifusoras;	População com pouco acesso à educação e a bens culturais;
7-	Possibilidades de desenvolvimento econômico e social com inserção de populações carentes;	Ausência de uma política que assegure distribuição de renda com equidade;	Articulação deficiente dos diversos setores sociais para o incremento de políticas efetivas de inclusão social e carência de arranjos sociais locais;
8-	Sistema de saúde em expansão;	Dependência de Goiânia para atendimentos e procedimentos mais complexos;	Política municipal de saúde desorganizada e pouco mobilizada;
9-	Crescimento econômico e geração de empregos, principalmente na indústria de produtos alimentícios;	Predominam empregos com baixa qualificação e remuneração, sendo que o recrutamento de mão-de-obra especializada ocorre em outras regiões;	O crescimento econômico não tem assegurado melhoria na qualidade de vida da população;

### 6.6.3. Identificação dos Problemas Centrais

A identificação dos problemas centrais será preenchida durante o processo de desenvolvimento dos trabalhos.

<b>MATRIZ</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DO (S) PROBLEMA (S)</b>	<b>FORMAS DE MANIFESTAÇÃO</b>	<b>PROPORÇÕES DE MANIFESTAÇÃO</b>

### 6.6.4. Identificação dos Objetivos Centrais da Instituição

A identificação dos objetivos centrais da Instituição será preenchida durante o processo de desenvolvimento dos trabalhos.

<b>MATRIZ</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DO (S) OBJETIVO (S) CENTRAL (IS)</b>	<b>NÚCLEO (S) CENTRAL (IS)</b>	<b>MANIFESTAÇÕES ESPECÍFICAS</b>

### 6.6.5. Estabelecimento de Estratégias, Ações, Instituições, Atores Sociais Envolvidos e Período de Execução

O estabelecimento de estratégias, ações, instituições e atores sociais envolvidos serão preenchidos durante o processo de desenvolvimento dos trabalhos.

Nesse contexto, sugerem-se como estratégias:

<b>MATRIZ</b>	<b>ESTRATÉGIA</b>	<b>AÇÕES</b>	<b>OUTRAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS</b>	<b>ATORES ENVOLVIDOS</b>	<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>

--	--	--	--	--	--

#### **6.6.6. Conclusão: Desafios e Encaminhamentos**

Os desafios e encaminhamentos serão preenchidos durante o processo de desenvolvimento dos trabalhos.

## **7. MODELO DE GESTÃO**

O modelo de gestão do Plano Estratégico de Atuação do Instituto Federal de Goiás no Desenvolvimento Regional/Local (2010-2014) deve apoiar-se numa arquitetura institucional com fluxos de decisão, bens como com distribuição de responsabilidades. Deve contemplar estruturas organizacionais e funcionais que envolvam a Instituição e os atores sociais sob influência dos *Campi*.

O modelo de gestão do Plano também deve contemplar os mecanismos de permanente e continuado monitoramento para eventual ajuste e reformulação das decisões, mediante mudanças das condições e dos resultados previstos nas ações. Nessa direção deve-se: a) avaliar os resultados da implantação do Plano, seus programas e projetos para verificar a sua efetividade diante dos objetivos e resultados esperados; e b) avaliar a eficácia do Plano, com o objetivo de acompanhar o ritmo e nível de efetiva implementação dos projetos, de modo a verificar a necessidade de reformulação e aprimoramento do mesmo.

### **7.1. Diretrizes Gerais**

A formatação do modelo de gestão do Plano Estratégico de Atuação do Instituto Federal de Goiás no Desenvolvimento Regional/Local (2010-2014) orienta-se por um conjunto de diretrizes e pressupostos coerentes com a concepção do seu desenvolvimento apresentado na metodologia. São eles: a) O Plano é referencial estratégico, mas está sujeito à correção de curso; b) O modelo de gestão deve articular múltiplas dimensões – econômicas, sócio-cultural, ambiental, tecnológica e institucional – de modo a buscar conciliá-las nos resultados esperados; c) A participação dos atores sociais dos municípios sob influência de cada *campi* do IFG deve ser articulada em diversos momentos da elaboração, execução e monitoramento do Plano; d) O processo de coordenação de conjunto do Plano, a cargo da coordenação geral e presidido pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional do IFG, deve ser flexível e ágil para permitir adaptações e respostas rápidas às situações não previstas; h) O sistema de gestão deve ser capaz de promover a articulação de múltiplos parceiros com diferentes áreas de atuação e papéis diferenciados, de modo a assegurar a convergência e complementaridade das ações e instituições em torno das prioridades regionais/locais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRAIS, Tadeu Alencar. **A região como arena política: um estudo sobre a produção da região urbana Centro Goiano**. Goiânia: Vozes, 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA NÃOTECIDOS E TECIDOS TÉCNICOS. ([WWW.ABINT.ORG.BR](http://WWW.ABINT.ORG.BR))./>. Acesso em: 25/01/2010.

BRASIL. MEC. SETEC. **Políticas Públicas para a Educação Profissional (Proposta em Discussão)**. SETEC/MEC: Brasília, 2004. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p\\_publicas.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf)>. Acesso em 10/02/2008.

BRASIL. MEC. SETEC. Observatório do Mundo do Trabalho e da EPT – Região Centro-Oeste. **Análise da Adequação da Oferta de Educação Profissional e Tecnológica à Nova Dinâmica do Mercado de Trabalho na Mesorregião Centro Goiano, no Estado de Goiás**. Goiânia, 2010. Disponível em: < <http://ifgoias.edu.br/observatorio>>. Acesso em 20/01/2010.

BRASIL. MEC. SETEC. Observatório do Mundo do Trabalho e da EPT – Região Centro-Oeste. **Dados e Indicadores Sobre Educação no Brasil, no Centro-Oeste e em Goiás**. Goiânia, 2010. Disponível em: < <http://ifgoias.edu.br/observatorio>>. Acesso em 20/01/2010.

BRASIL. MEC. SETEC. Observatório do Mundo do Trabalho e da EPT – Região Centro-Oeste. **Metodologia e Relatório Consolidado de Estudo/Pesquisa com Subsídios para a Implantação dos Campi de Uruaçu, Itumbiara, Luziânia, Formosa e da Extensão do Campus de Goiânia em Aparecida de Goiânia do Instituto Federal de Goiás**. Goiânia, 2010. Disponível em: < <http://ifgoias.edu.br/observatorio>>. Acesso em 20/01/2010.

BRASIL. MTE. CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES (CBO 1995 e 2002). **Descrição Metodológica**. Disponíveis em < <http://www.mtecbo.gov.br>>. Acesso em 13/08/2008.

Confederação Nacional do Transporte. ([www.cnt.org.br](http://www.cnt.org.br))./>. Acesso em: 25/01/2010.

DA SILVA, Maria do Socorro Duarte. **Estrutura e Dinâmica Ambiental**. Tese de doutorado. Instituto de Estudos Sócio-Ambientais (IESA). Universidade Federal de Goiás.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Escritório Nacional. **Anuário dos Trabalhadores 2007**. São Paulo: DIEESE, 2008.

FILGUEIRAS, Luiz e GONÇALVES, Reinaldo. **A Economia Política do Governo Lula**. São Paulo: Contraponto, 2007.

Fundação Getúlio Vargas. ([www.fgv.br](http://www.fgv.br))./>. Acesso em: 25/01/2010.

GOIÁS. Governo do Estado de Goiás. **Secretaria do Planejamento do Estado de Goiás. Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação – SEPIN/SEPIN**. Disponível em: <[HTTP://portalsepin.seplan.go.gov.br/](http://portalsepin.seplan.go.gov.br/)> 2008. Acesso em: 10 ago. 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <[HTTP://www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)> 2008. Acesso em: 20 ago. 2008.

IFG. Instituto Federal Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. **Sistema de Informação Gerencial**. Goiânia: IF Goiás, 2008.

MEC. Ministério da Educação. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP**. Disponível em: <<http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/>>.

MTE. Ministério do Trabalho e do Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais**. Disponível em: <[HTTP://sgt.caged.gov.br/index.asp](http://sgt.caged.gov.br/index.asp)> 2008. Acesso em: 10 ago. 2008.

SENAI. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Escritório Nacional. **Pesquisa de identificação das demandas por capacitação profissional e serviços técnicos e tecnológicos na indústria do Estado de Goiás**. Versão Preliminar. Brasília: SENAI/DN. 2007.

[1] <<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/perfilweb/conperfil.asp>>. Acesso em: 29/08/2009.

[2] <C:\Documents and Settings\cipd\Desktop\IBGE - Cidades@ jatai.mht>

[3] <[http://www.jatai.go.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=50&Itemid=196](http://www.jatai.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=50&Itemid=196)>. Acesso em: 31/08/2009.

[4] <[http://www.jatai.go.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=72&Itemid=197](http://www.jatai.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=72&Itemid=197)>. Acesso em: 31/08/2009.

[5] <<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/>>. Acesso em: 01/09/2009.